BRACARA AUGUSTA



REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. XXIII JULHO-DEZEMBRO DE 1969 N.os 56 (68)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

(CONTINUAÇÃO DE BRAGA — BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL)

VOLUME XXIII — FASCICULO 56 (68)

JULHO DEZEMBRO DE 1969

Directores { DR. EGIDIO AMORIM GUIMARAES, Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara
FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA, Conservador do Arquivo Municipal de Braga

Redactor principal: DR. EGIDIO AMORIM GUIMARAES,

Colaboradores permanentes: ANTÓNIO ALVARO DÓRIA e DR. FRANCISCO JOSÉ VELOSO

Serviços de Secretaria a cargo de
FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA

Serviços de Administração a cargo de JOSÉ HENRIQUE SOARES PEREIRA

Composição e impressão das Oficinas Gráficas da Livraria Cruz — Rua D. Diogo de Sousa — Braga

SUMÁRIO

In Memoriam, A Redacção. — *Santo André de Rendufe — Subsídios para a História da sua Igreja durante o Século XVIII*, Robert C. Smith. — *O Mosteiro de Rendufe (1090-1570)*, Dr. J. Mattoso. — *Panorama da Literatura Romena*, Dr. Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca. — *Quem habitou o Palacete do Raio?*, Dr. M. Braga da Cruz. — *Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo*, Dr. Domingos de Araújo Affonso. — *Duas gerações*, A. Álvaro Dória. — *Preservação dos valores espirituais perante o progresso da Ciência e da Técnica*, Prof. Doutor Francisco Guerra. — *O escritor e o leitor*, António de Sèves Alves Martins. — *Prof. Georges Gaillard — In Memoriam*, A Redacção. *Arquivo Municipal — Livro de Registos — Livro das Vereações*, A Redacção. *Efemérides Bracarenses* — A Redacção.

ÍNDICE

do volume XXIII

Sumário do Fascículo 55 (67)

JANEIRO-JUNHO DE 1969

Lição Inaugural proferida na abertura solene do Colégio Pontifício de Filosofia de Braga	Prof. Eng.º Dr. Francisco de Paula Leite Pinto	3
Música e músicos em alguns escritores portugueses	Luís Cajão	24
A Reconquista de Braga e a Repoboación do País	Prof. Doutor M. Rubén Garcia Álvarez	51
Para a História do Jornalismo em Braga	Constantino Ribeiro Coelho	70
Para a História do Convento do Pópulo de Braga	Frei António do Rosário, O. P.	101
Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu Termo	Dr. Domingos de Araújo Affonso	132
Foi Sá de Miranda um grande poeta?	Dr. Cruz Malpique	148
Os Descobrimentos e a Economia	A. Álvaro Dória	179
Arquivo Municipal	Da Redacção	205
Efemérides Bracarenses	Da Redacção	217

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

DIRECTORES

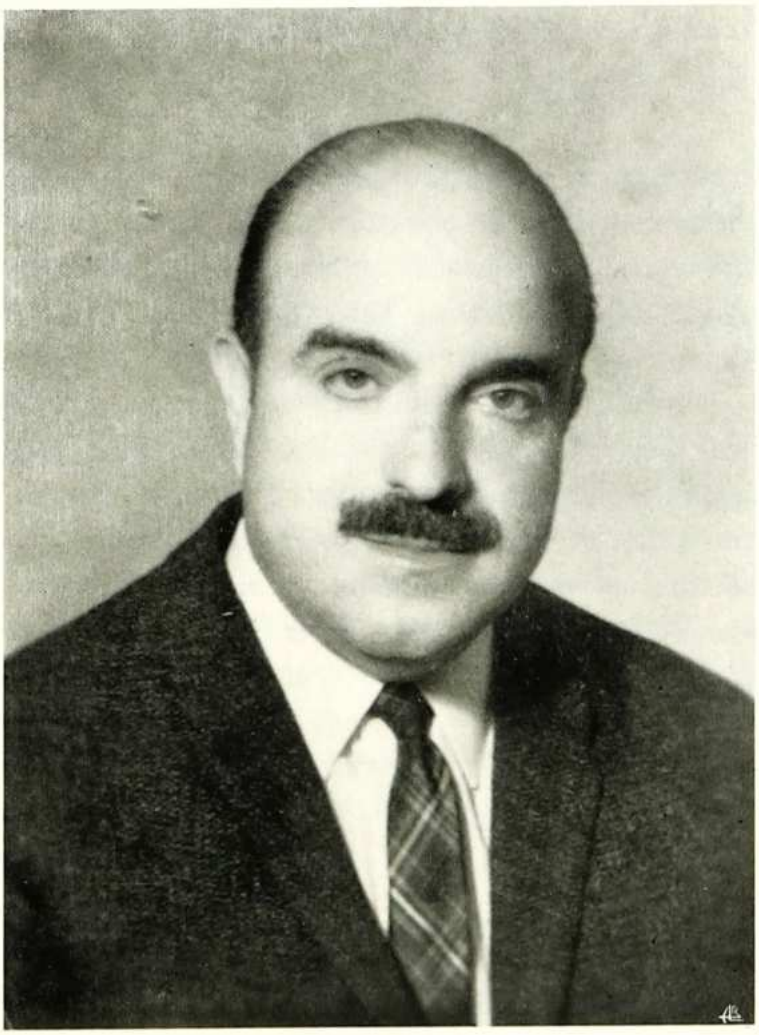
DR. EGÍDIO AMORIM GUIMARÃES
Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara

FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA
Conservador do Arquivo Municipal de Braga

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO MUNICIPAL

VOLUME XXIII

BRAGA—1969



Dr. Sérgio da Silva Pinto

In Memoriam

É este o primeiro número de «Bracara Augusta» a sair após o falecimento de um dos seus directores, o Dr. Sérgio Augusto da Silva Pinto, ocorrido em 28 de Agosto do ano findo. É com imensa amargura que a Redacção desta revista traça as presentes linhas que lhe vão servir de pórtico. Pórtico revestido de luto profundo pelo colaborador que nos deixa, pelo insigne historiador medievalista, pelo douto professor universitário, pelo cidadão exemplar, pelo amigo inesquecível. Perante tão grande perda, nada mais nos resta senão curvarmo-nos ante os desígnios de Deus que ora tem junto de Si, disso estamos certos, tão fiel e piedoso filho. Na verdade, a par de tudo o que impôs o Dr. Sérgio Pinto ao respeito dos que com ele conviveram, avulta a sua atitude profundamente cristã perante a vida: — O seu amor pela Família, o seu amor pela Pátria, o seu respeito pelos valores que não devem discutir-se.

Amando o próximo como manda o Evangelho, sem olhar a credos, raças ou nações, o que (justamente por isso) lhe permitia amar a Pátria sem qualquer prurido xenófobo, o Dr. Sérgio Pinto nutria pela sua terra natal, a sua querida Bracara Augusta que ele tanto sentia nas suas raízes mergulhadas na portentosa Roma, mãe do Ocidente, um amor, um desvelo exemplares. Este afecto pela sua terra, levou-o a dedicar-lhe muito das suas canseiras, muito do seu saber.

Para maior glória e projecção do nome de Braga, compulsou muitas das suas fontes históricas, sempre com a maior segurança de perfeito e experimentado historiador. Deste seu labor ficaram trabalhos que são hoje fundamentais para a história de Braga. Sentimo-nos na obrigação de citar, entre outros, «O Bispo de Braga Balcónio e a Primeira Conversão dos Suevos», «A Igreja de Braga no Reino dos Suevos», que Sua Eminência o Cardeal Cerejeira classificou de epopeia em prosa da Igreja Bracarense; «Requiário de Braga», primeira biografia deste rei suevo, fundamentada em fontes dos séculos VI e VII; «A Necrópole de S. Vítor — Braga (Sécs. IX e X)»; «S. Frutuoso de Montélios, a igreja mais bizantina da Península»; «Subsídios para a história da Igreja de Braga na dominação sueva»; «Braga e Galiza»; «Resenha histórica de Braga Medieval», etc. Lembremos ainda os trabalhos de investigação respeitantes à naturalidade de Francisco Sanches, nos quais defendeu, com boas provas, que são hoje geralmente aceites, que o grande filósofo precursor de Descartes, era natural da nossa cidade.

Licenciado pela Universidade de Coimbra em História e Filosofia e com o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, o Dr. Sérgio Pinto que se dedicou ao ensino na sua cidade (ensino particular, ensino na Escola Técnica e ensino na Escola do Magistério Primário), cedo foi chamado a desempenhar cargos da maior relevância na vida bracarense, havendo entrado para a vereação da Câmara Municipal de Braga, em 1949, onde ocupou o Pelouro da Cultura até ao ser chamado ao ensino superior, na Faculdade de Letras do Porto, em 1962.

Foi, justamente, ao entrar para a vereação da edilidade bracarense que o Dr. Sérgio Pinto transformou o velho Boletim Municipal na bela revista de História que é a «Bracara Augusta», um dos melhores repositórios, no nosso país, de estudos medievais.

Na sua qualidade de vereador da cultura, foi o maior impulsionador de empreendimentos culturais, devendo destacar-se o haver sido ele o organizador do Congresso Científico do XIV Centenário de S. Martinho de Dume (1950); do I Congresso de Etnografia e Folclore (1956); do Congresso Histórico de Portugal Medievo (1959); do Congresso do IV Centenário de Francisco Sanches (1951); do Colóquio de Estudos Suévico-Bizantinos (1957). Foi, ainda, membro da Comissão Executiva do I Congresso Nacional de Filosofia (1955).

Participou, além disso, graças à sua alta craveira de intelectual, em muitos mais congressos e colóquios, tanto no país, como no estrangeiro.

Muito embora devotado ao ensino, não esqueceu o seu curso de bibliotecário-arquivista, curso que tirou com as mais altas classificações, o que lhe valeu o haver desempenhado, também, altos cargos como bibliotecário, devendo destacar o ter sido 2.° Conservador da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga e, depois, seu Director. Nunca desempenhou, contudo, estas funções para as quais estava excelentemente preparado, em razão de estar em comissão de serviço na Faculdade da Universidade do Porto, como Professor Encarregado de Curso.

Quando estava a preparar o seu doutoramento, uma grave doença colheu-o implacàvelmente, levando-o Deus para

o Seu convívio, quando, entre os homens, se encontrava em toda a pujança do seu espírito e tanto havia ainda a esperar do seu trabalho probo e constante.

«Bracara Augusta», a sua revista que, podemos dizer, ele fundou e os que nela lhe sucederam, curvam-se, ante a sua memória imperecível com o maior respeito, com a maior saudade e com o mais firme propósito de lhe seguirem o exemplo.

A Redacção

Santo André de Rendufe

Subsídios para a História da sua Igreja durante o Século XVIII

Por Robert C. SMITH

Santa Maria de Bouro, da Ordem de Cister, e Santo André de Rendufe, da de S. Bento, são os grandes mosteiros do concelho de Amares, vizinho de Braga (1) Sitos nos seus ricos coutos de diversas freguesias, ambas as casas gozavam de recursos, no século XVIII, que tornaram possíveis grandes obras, começando com o adorno das suas sacristias, em que se puseram móveis feitos pelo mesmo ensamblador, Agostinho Marques, de Braga (2).

Para o mosteiro cisterciense a história do resto dos trabalhos fica ainda misteriosa, dada a falta de documentos que lhe dizem respeito. Para Rendufe, pelo contrário, não nos faltam as datas indispensáveis das obras, graças àquela mina de documentação cultural que são os «Estados» do antigo arquivo de Tibães, o maior acervo de dados precisos acerca de construções e encomendas artísticas praticadas no século XVIII em Portugal por qualquer ordem religiosa. São os relatórios trienais das vinte e duas casas beneditinas preparadas, desde 1629 até 1822, para o uso dos capítulos reunidos, de três em três anos, na casa mãe de S. Martinho de Tibães,

---

(1) Veja-se Domingos M. da Silva, *Entre Homem e Cávado*, Amares, 1958, 3 vol.

(2) Robert C. Smith, «Agostinho Marques of Braga and his furniture in the Portuguese national style», *The Burlington Magazine*, vol. CXL, nº. 800, Nov., 1969, pp. 655-662.

para o governo da ordem. Cada um inclui uma secção, geralmente a penúltima, noticiando as diversas obras de construção e decoração, a qual juntamente com outras sobre a agricultura, as demandas legais e outros assuntos, revelava o «estado» de cada casa durante determinado período (3).

Arquivados cronològicamente no mosteiro de Tibães, estes documentos passaram, depois de suprimidas as casas monásticas portuguesas em 1834, para o Arquivo Distrital de Braga, onde se encontram em óptima condição e acessíveis à consulta, graças a uma recente campanha de restauro e reinstalação tornada possível pela Fundação António Cupertino de Miranda, de Santo Tirso, e realizada pelos próprios beneditinos de Singeverga (4).

Para o século XVIII a série de «Estados» que dizem respeito a Rendufe encontra-se bastante completa, faltando apenas os de 1701, 1704, 1707, 1710, 1716, 1749, e 1758, tendo-se provàvelmente realizado obras importantes na capela-mor durante este último triénio. Entre os relatórios do século anterior, faltam os de quatro governos anteriores a 1674, quando se iniciou um período indo até 1710, durante o qual faltam os «Estados» de todas as casas da congregação beneditina. Estamos, assim, privados de qualquer ajuda para a história das obras beneditinas do reinado de D. Pedro II e dos primeiros anos do de D. João V.

Do que nos resta dos «Estados» do mosteiro de Rendufe são poucas as indicações de obras de arquitectura realizadas durante o século XVII. A grande actividade edificatória veio no primeiro quartel de Setecentos, quando se construiu *a fundamentis* a velha igreja dentro do espaço de um só triénio, em 1716-1719. Seguiu-se logo uma campanha para alcançar toda a talha essencial do novo templo, durante os anos de 1719 até 1725, procedendo-se logo depois ao douramento destas novas obras no triénio de 1725-1728 e continuando no de 1752-1755.

Veio, imediatamente a seguir, a construção do novo dormitório, desde 1728 a 1731, «de duzentos e sincoenta e quatro Palmos de comprido e trinta e seis de largo, com des cellas e hũa grande p.ª o prellado». Servia para a terceira parte da comunidade, que variava, durante o século XVIII, entre trinta e cinco e quarenta monges. Por baixo, como em Tibães, fizeram os

(3) Para a análise deste material consulte-se o meu artigo «A Igreja de S. Bento da Vitória à Luz dos «Estados» de Tibães», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXIX, fasc. 1-2, 1966, pp. 190-261.

(4) Fr. José Mattoso, «Inventário dos Fundos de Antigos Mosteiros Beneditinos Existentes no Arquivo Distrital de Braga», Braga, 1967 (separata da revista *Bracara Augusta*, vol. XX, fascs. 45-46).



I — Rendufe (Amares). Igreja de Santo André



2 — Porto. Igreja dos Congregados.

(Desenho de J. C. V. Vilanova, da Biblioteca Pública Municipal do Porto)



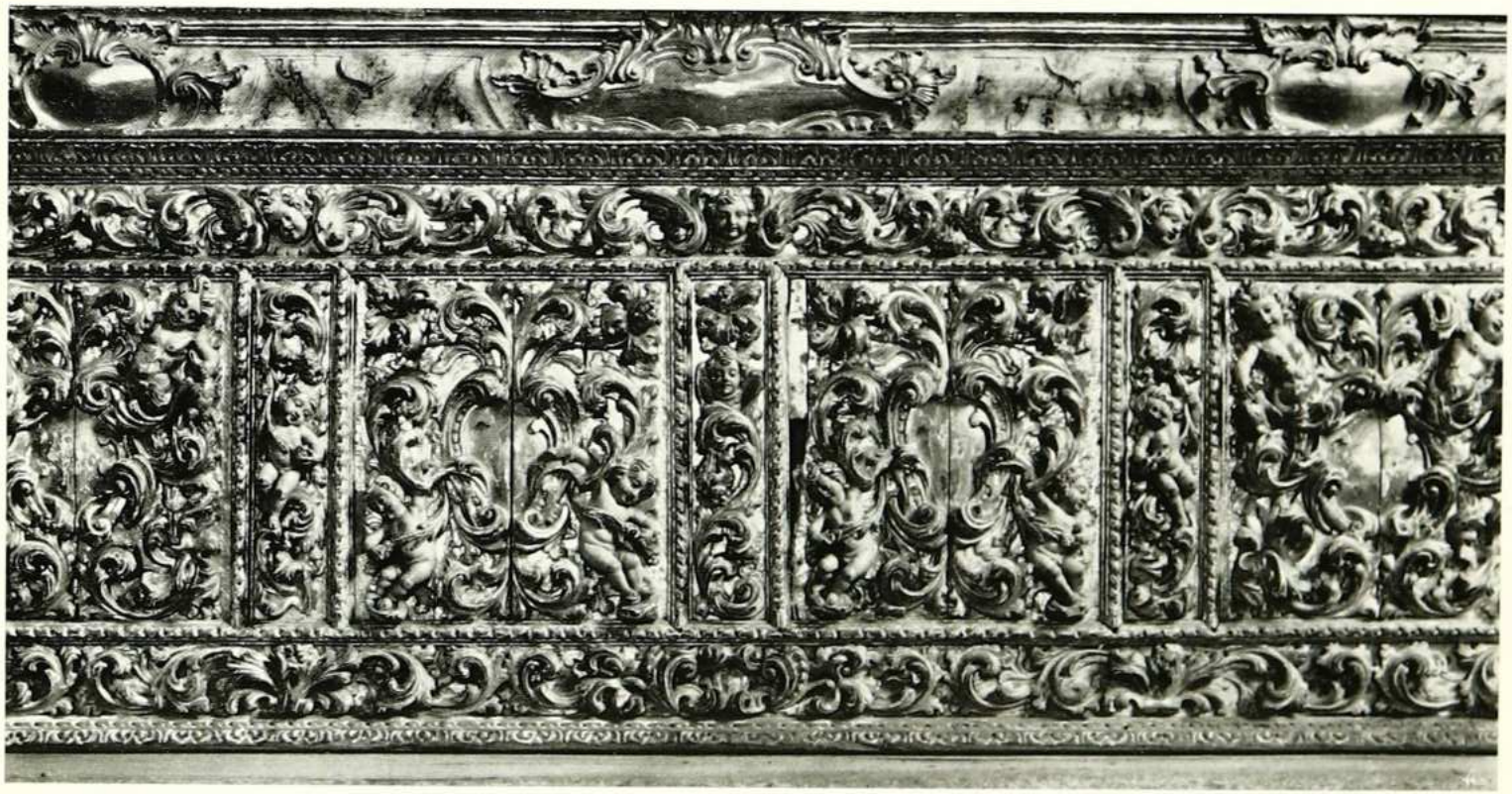
3 — Rendufe. S.to André. Pormenor da Fachada.



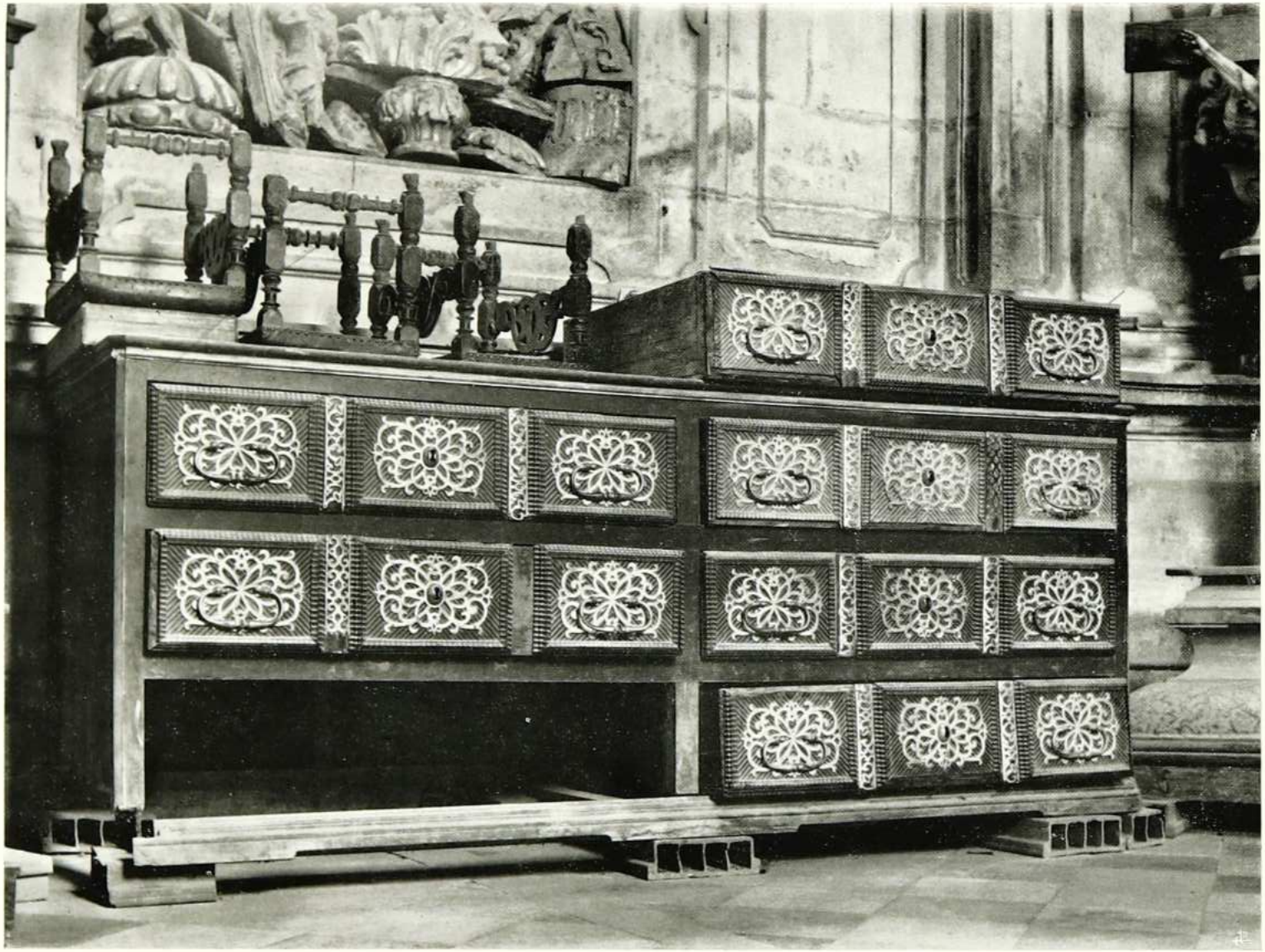
4 — Rendufe. S.to André. Entrada do Mosteiro.



5 — Rendufe. S.to André. Capela do SS. Sacramento.



6 — Rendufe. S.to André. Frontal do Altar-mor.



7 — Rendufe. S.to André. Arcaz de Agostinho Marques.



8 – Rendufe. S.to André. Retábulo da Capela-mor.

religiosos «hum grande celleyro, e duas cazas, e Adega de baixo do celleyro, con duas ordens de Arcos, e abobedas, no fim huas necessarias» (5).

Com estas obras terminou-se um período de quinze anos de trabalhos constantes, depois do qual passou meio século sem inovações de grande importância, com excepção da talha e bancadas da capela-mor. Foi sòmente em 1777-1780 que se empreendeu a construção de uma nova capela do SS. Sacramento na igreja, cujo acabamento e recheio de imagens constituiram a última grande obra artística de Rendufe.

O Conjunto Seiscentista

O Padre António Carvalho da Costa, descrevendo Rendufe nos primeiros anos do século XVIII, declarou que «foy Mosteiro grande & ainda hoje he dos principaes da Região: tinha muitos campos, que se beneficiavão por ordem da Casa, & seis quintas, ou granjas de grande consideração, com quatro Coutos, que lhe deram os Reys antigos, a saber, o Couto de Rendufe, o de Savariz junto à Villa de Regalados, o de Paredes Secas no Concelho de Bouro, de que era senhor Dom Egas Paes, & o de Codeceda em terra de Anobrega» (6).

Como a igreja de Rendufe foi reconstruída em meados do século XVI, «toda de cantaria», à custa do último comendatário, D. Henrique de Sousa, não houve necessidade de a reedificar segundo as recomendações do sexto capítulo geral de Tibães depois da reorganização da ordem, realizado em

---

(5) «Estado» de Rendufe, de 1728-1731 (Arquivo Distrital de Braga, *Congregação de S. Bento*, n.º 116). Os «Estados» das abadias portuguesas não têm paginação.

(6) *Corografia Portugueza* (2.ª edição), Braga, 1868, vol. I, p. 223. O autor baseou-se na descrição de Rendufe feita pelo padre mestre Fr. Leão de S. Tomás, no seu livro *Beneditina Lusitana* (Coimbra, vol. II, 1651, p. 329). O padre Luís Cardoso, no seu manuscrito *Diccionario Geographico de Portugal*, falando da zona de Rendufe, declara que o concelho de Amares «tem hum Couto chamado Rendufe... Consta o couto de quatro freguesias plenas que são a Santissima Trindade da Capella onde está o Mosteiro de Santo André de Rendufe da Ordem de Sam Bento — Sam Vicente de Brico — Sam Martinho do Lago — Sam Pedro de Barreiros» (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *idem*, vol. 3, fls. 483-484). Descrições setecentistas do mosteiro não conheço. O grande monge e abade geral (1795-1798), Fr. Bernardo da Esperança Teles, que descreveu os mosteiros de Tibães, Pombeiro, Paço de Sousa, Bostelo e Santo Tirso, durante a sua viagem de inspecção realizada em 1785, não visitou Rendufe (cf. Camilo Castelo Branco, *Mosaico e Sylva de Curiosidades Históricas, Litterarias e Biographicas*, Porto, 1868, pp. 179-197).

1599 (7). Rendufe pertence, portanto, à categoria de Santa Maria de Pombeiro, S. Salvador de Travanca e de Paço de Sousa, S. João Baptista de Pendorada e outros mosteiros que guardaram, no século XVII, a sua igreja no estado em que se encontrava. Ao mesmo tempo, as grandes comunidades de Tibães e Santo Tirso mandaram fazer edifícios novos, cobertos de abóbadas de berço, cujas fachadas são caracterizadas por pórticos de três arcos, em baixo do mesmo número de nichos com suas imagens. Estes são encimados de grandes janelas de forma «termal», segundo a fórmula trazida de Lisboa pelo arquitecto régio Diogo Marques para a igreja do novo mosteiro de S. Bento da Vitória, do Porto, iniciada imediatamente após a sua fundação em 1598 (8).

Obras, porém, houve, no templo de Rendufe, que, segundo o «Estado» de 1629, era de três naves, conforme à tradição medieval e da primeira Renascença, com algumas capelas laterais. Neste primeiro triénio de que temos relatório forrou-se o tecto da nave central, «pondo lhe de novo m.tas asnas», ou armações de madeira ou ferro, de forma triangular, destinadas a suportar os distintos elementos de um telhado. Sabemos que «nas duas naues colateraes se pregarão todas fasendose p.a este efeito grandes estadas». No mesmo triénio, o abade Fr. Roberto de Jesus mandou executar um grande painel para o refeitório «cõ suas cortinas de linho», cujo material e assunto não são conhecidos.

Em 1656 o abade Fr. Vicente Rangel, o qual, como abade geral, era destinado a acabar, em 1661, a nova igreja de Tibães (9), mandou forrar de novo a de Rendufe. A descrição dos monges «Estadistas» informa que na nave do meio se colocaram «sessenta payneis com suas Molduras e

---

(7) Arquivo do mosteiro de Singeverga, *Livro dos Capitulos Geraes da Congregação do Glorioso P. S. Bento de Portugal e de Suas Diffinições Eleições, Primeyro Tomo*, fls. 162 v. e 20 v., Fr. Leão de S. Tomás, que acabo de citar, a respeito da data do antigo templo de Tibães (obra cit., vol. II, p. 329), escreveu que «A igreja, & ornato della he muy bastante». Acrescentou que D. Henrique de Sousa era «hum dos mayores bemfeytores que a casa teue, & mais zeloso, assim no espiritual, como no temporal...» (*idem*). Morreu assassinado e foi substituído em 1570, por Fr. Plácido de Vilalobos, o primeiro abade trienal.

(8) Veja-se a nota 3.

(9) O novo templo foi iniciado em 1628. Fr. Vicente Rangel serviu de abade geral, em Tibães, desde 1657 até 1662. Para a história da construção consulte-se a *Chronica de Tibães*, manuscrito de Fr. Marceliano da Ascensão, do arquivo de Singeverga. A igreja de Santo Tirso foi reconstruída a partir de 1659, pelo abade D. Anselmo Alvo, sob desenhos do engenheiro beneditino Fr. João Turriano (Carlos de Passos, «O Mosteiro e a Igreja de Santo Tirso», *O Conselho de Santo Tirso*, vol. IV, n.º 2, 1956, pp. 87-143).

sinco linhas de ferro com seus varões pintados e as suas folhagẽs douradas», como ainda se vêem nas igrejas dos ex-conventos beneditinos de freiras de Braga e de Barcelos. Nas suas naves laterais havia, de cada lado, vinte e sete painéis, todos provàvelmente pintados com cenas da vida do patriarca da ordem. Em 1653-1656 fizeram-se também três guarda-pós, ou dosséis de madeira pintada e dourada, para os «Altares q̃ não estão em Capellas», dous frontais de um tecido chamado «tremoia» para o altar-mor e o da capela de S. Plácido e esteiras para toda a igreja. Com estas obras terminam as notícias mais interessantes do período, havendo só uma outra referência à instalação, em 1668-1671, de «sette Cruzes de pao preto nos Altares e sinco estantes do mesmo pao preto» antes do silêncio geral, que, começando em 1674 continuará, para Rendufe, até o triénio de 1710-1713. Desta declaração deduzimos que, na igreja primitiva, havia provàvelmente quatro altares laterais, talvez em suas capelas, com mais dois colaterais na zona do cruzeiro. Esta foi a cifra estabelecida para a nova igreja.

Pouco sabemos da casa conventual de Rendufe durante o século XVII. Ocupando a zona ao lado direito (sul) da igreja, na posição tradicional da planta beneditina, desenvolveu-se em redor do claustro anexo ao flanco do templo ([9a]). Sofreu grandes estragos no incêndio de 1877, que destruiu inteiramente a ala contendo a sacristia e ante-sacristia e danificou o claustro, reedificado por volta de 1716-1719, de modo que vemos, hoje em dia, apenas a portaria e a ala contígua contendo a escada principal, que recebeu uma grande janela durante o triénio que acabou em 1731.

A fachada da portaria ostenta a data de 1638 no lugar tradicional da ombreira do portal, cuja forma rígida e austera é típica da maior parte das construções beneditinas (est. 4). Há portadas encimadas de frontões triangulares como este no mosteiro de S. Bento da Vitória, com várias datas até 1740 ([10]). Comparando esta com a de 1688, em Rendufe, verificamos que as proporções e pormenores das molduras são quase iguais, maugrado o meio século que as separa. Todas remontam até os modelos quinhentistas dos livros de Sebastiano Serlio, o grande escritor italiano da Renascença, cuja influência se manteve em Portugal até o reinado de

---

([9a]) Fr. Leão de S. Tomás, escrevendo no fim da primeira metade de Setecentos, observou que «Alem do dormitorio velho que fica pera nascente, vaysse fazendo outro de nouo sobre a horta pera o meyo dia, mais alto, & mais fermoso, que acabado sera dos melhores da Religião» (obra cit., vol. II, p. 329).

([10]) Veja-se a nota 3.

D. João V. Sòmente depois de 1740 veio a moda dos enquadramentos em curvas ligeiras, iniciada no Porto pela arquitectura do toscano Nicolau Nasoni (11) e em Braga pela de André Soares (12), que deu apenas dois grandes exemplos na arquitectura beneditina conservada, nomeadamente na igreja de S. Miguel de Refóios, em Cabeceiras de Basto (13), e nas fachadas exteriores e internas do mosteiro de Santo Tirso (14).

No frontispício do portaria do mosteiro de Rendufe, a portada datada é flanqueada de duas janelas mais largas do que altas, características de casas de campo e certas capelas rurais desta e doutras zonas do Minho, cuja extrema simplicidade se repete nos dois janelões superiores, cujas varandas têm guardado belas grades de ferro forjado de linhas esbeltas evocando o torneado da época. Enquadrada por dois cunhais de fina cantaria de granito, esta fachada acaba com dois elegantes obeliscos no mesmo eixo, parecidos com os da vizinha fachada da igreja, mas sem as suas bolas. Estas «pirâmides» dos documentos são mencionadas, no relatório de 1731, como modelos de três outras a serem postas no novo dormitório.

De 29 de Agosto de 1697 data o contrato para os móveis da sacristia de Rendufe, lavrado entre o padre recebedor, Fr. António da Esperança, e o «enxambrador da Coniga», Agostinho Marques, de Braga, que nos oferece preciosos informes acerca de uma obra em grande parte perdida. O contrato obriga o artífice a,

> «...elle lhe fazer dous caixotes p.ª a sacritsia do dito seu mostr.º p.ª se assentar hũ de hũ lado E outro do outro repartidos com suas gabetas p.ª recolhim.to dos ornam.tos todos bronzeados dourados de ros-

---

(11) R. C. Smith, *Nicolau Nasoni, Arquitecto do Porto*, Lisboa, 1967.

(12) R. C. Smith, «A Casa da Câmara de Braga (1753-1756)», *Bracara Augusta*, vol. XXII, 1968, pp. 284-320 e «No Bicentenário de André Soares, Arquitecto Bracarense», *O Comércio do Porto*, 14 Jan. 1969, suplemento literário.

(13) Foi principiado, em 1755, pelo abade Fr. Francisco de S. José. Uma parte da talha foi desenhada e executada por Fr. José de Santo António Vilaça, que esteve em Refóios entre 1764 e 1770. Foi discípulo de André Ribeiro Soares da Silva, que talvez desenhasse a igreja. A obra do monge beneditino vem tratada no meu livro *Frei José de Santo António Vilaça, Escultor Beneditino do Século XVIII*, actualmente no prelo.

(14) A fachada principal, chamada «da Porta Branca», ao lado do frontispício da igreja, data, segundo o respectivo «Estado», do triénio de 1758-1761. Também sugere a arte de André Soares, a quem foi atribuído no meu livro *André Soares, Arquitecto do Minho*, a ser publicado em 1971.

quete de folhas sobre folha na melhor forma q̃ se costuma em obra prima. E seus puxadores de bronze dourados da mesma forma E tera cada caixão por lado quarenta e hũ palmos de comprindo (*sic*) cada hũ e de largª seis palmos pouco mais ou menos e comter almarios com sua gabetas pª os amitos também com seus bronzes q̃ aponta a planta ...E hũa meza oitauada pª o meyo da sacristia tambem com seus bronzes na forma assima dourados tudo de pau preto bem preto e são e lizo q̃ não tenha nos ou podridão E ondeada na forma da planta E fara mais duas portas hũas q̃ fechão a sachristia; E outra de antesacristia pª a Igrª e estas duas portadas com coatro Portas terão vermelho do brazil e dous corrimois do mesmo pão vermelho pª toalhas do lauatorio...» ([15]).

Deste importante conjunto, que ia custar 850$000 rs., fica apenas uma secção de seis gavetas de um dos arcazes ou caixões (est. 7), que me escapou quando escrevi o artigo ([16]) em que revelei a obra de Agostinho Marques ([17]), por ter sido recolhida, depois do incêndio de 1877, para a capela do SS. Sacramento, a qual ficou tapada até há pouco tempo por motivo de obras de reparação. Quando as pranchas foram finalmente tiradas apareceu este móvel com as gavetas intactas, embora faltando-lhe vários elementos das suas guarnições de latão dourado.

Este fragmento conservado é de excepcional interesse por ter pertencido a um móvel que serviu de modelo aos caixões da sacristia da Santa Casa da Misericórdia, feitos por Agostinho Marques, em 1699 ([18]), com o mesmo fundo «ondeado» e escolha de elementos metálicos, onde os frisos estão completos, separados por «rosas», ou discos com pétalas, que faltam inteiramente na peça de Rendufe. Tanto êxito teve este modelo que a Santa Casa de Ponte da Barca mandou, em 1712, executar o seu móvel,

---

([15]) ADB, *Notas do Tabelião Geral*, vol. 477, fls. 101-102.

([16]) Veja-se a nota 2.

([17]) Agostinho Marques, que morou na Rua da Cónega (hoje da Boa Vista) e faleceu em 29 de Julho de 1720, deixando três filhas e um filho, que continuou a sua obra, é o único ensamblador português desta época, de que possuímos uma quantidade de trabalhos importantes documentados e conservados. Entre os primeiros conhecidos destacam-se o púlpito e as grades da igreja da Misericórdia de Vila do Conde (1692) e as grades das capelas laterais de Nossa Senhora do Pópulo, de Braga (1701). Entre as obras do filho, chamado nos documentos José Marques dos Reis, figura o arcaz que fez em 1742, com o colega António José, no estilo do pai, para a sacristia da igreja do Espírito Santo, de Arcos de Valdevez.

([18]) «Agostinho Marques», est. 11.

com pouca variação, pelo mesmo ensamblador (19). Trabalhou também, em 1715, na sacristia de Santa Maria do Bouro (20) e, no ano seguinte, na da igreja beneditina de Refóios de Basto, fazendo arcazes do mesmo tipo (21), onde, em vez de empregar frisos contínuos de metal, introduziu ornatos isolados elaborados em forma de cruzes. Na sacristia de Refóios existe uma bela mesa oitavada (22) de pau preto provàvelmente parecida com a que havia na de Rendufe. Há também um par de portas (23), sem dúvida comparáveis com as que Agostinho Marques fabricou para Rendufe. Ornada cada uma de quatro simples almofadas quadradas, são semelhantes às portas de entrada da igreja de Rendufe, que devem datar, mais ou menos, da construção da fachada em 1716-1719.

A Nova Igreja

Nada nos «Estados» de Tibães esclarece a decisão de erigir, no sítio da anterior, a grande igreja actual (est. 1). Levada a cabo com uma rara rapidez durante o decurso de três anos, («Fes-se hũa Igreja nova â Fondamentis, com suas torres, e garimpas...»), domina um comprido terreiro em sentido longitudinal, que lhe dá um pitoresco eixo, no meio de um pequeno vale. Por causa da situação baixa do edifício, os construtores tomaram a medida de cavar «hum fosso guarnecido de pedra â roda da Igr.ª p.ª despedir as agoas q̃ não entrem nella, nem a humedação» (24). Nisto tiverem apenas sucesso parcial, pois o interior do templo (ests. 8, 14, 23 e 24) é dos mais frios e húmidos da região.

A planta da nova igreja de 1716-1719 segue a norma setecentista beneditina de uma única nave com abóbada de berço, com dois altares a cada lado, transeptos com mais dois colaterais e uma grande capela-mor. É o sistema observado nas igrejas beneditinas, de S. João Baptista de Pendorada (1728-1731) e S. Miguel de Refóios (começada no triénio de 1755--1758), cujas fachadas oferecem a mesma portada central em vez dos pórticos de três arcos da tradição anterior. Na zona superior de todos estes frontispícios setecentistas há três janelas rasgadas de tamanho igual em vez das três formando um meio círculo, segundo a fórmula termal.

(19) *Idem*, est. 15.
(20) Fez um grande arcaz e dois armários (*idem*, ests. 16 e 17).
(21) *Idem*, est. 18.
(22) *Idem*, est. 19.
(23) *Idem*, est. 20.
(24) «Estado» de Rendufe, de 1719.

Extraordinária, contudo, é a forma oval das três grandes aberturas de Rendufe, ligadas por uma banda de granito incorporando ornatos geométricos, os quais, remontando até o estilo de *ferronnerie*, lançado em Flandres em meados do século XVI, sobreviveram no Minho e na Galiza para constituirem, em Setecentos, um curioso «estilo de placas» maneirista. Esta faixa decorativa é vinculada às molduras das janelas por meio de volutas que evocam cordas de couro. O mesmo efeito repete-se nos enquadramentos dos três nichos imediatamente em baixo, na pedra de armas de S. Bento, aplicada sobre o entablemento da portada, e nas duas cartelas ovadas laterais, que recordam, respectivamente, o lançamento da pedra fundamental pelo abade geral Fr. Pedro dos Mártires, aos 6 de Setembro de 1716 (25), e a terminação, em 30 de Abril de 1719, da nova igreja pelo «indigno filho de S. B.to» Fr. Manuel das Neves, abade de Rendufe durante este triénio (ests. 3, 35 e 36) (26). Nota-se um tratamento análogo nas três janelas da fachada da igreja dos Congregados, do Porto (est. 2).

Como os documentos dos «Estados» não costumam revelar a identidade dos autores das obras que noticiam, não é de estranhar o seu silêncio a respeito destas obras de pedraria. Tudo indica, porém, o estilo coevo bracarense, então dominado pela personalidade do «mestre arquitecto» Manuel Fernandes da Silva, que, nesta altura, executava várias obras para o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728), inclusive a construção do novo aljube e a alteração da fachada da vetusta catedral (27).

Neste estilo destacam-se a maneira esguia e oblíqua de cortar o granito das volutas e ornatos curvos e a tendência de empregar pequenos motivos decorativos em forma de flores-de-lis. Ostentam-se nos enquadramentos dos nichos (ests. 35 e 36), cujas conchas têm perfis duma forma típica de Braga, como são também os corpos arredondados dos socos por baixo da cornija, a qual, juntamente com outra superior, define esta banda escultórica da fachada (est. 3). Tradicionais também são os losangos e

(25) «O R.mo P. P. JUBILADO FR. P.e DOS MARTIRES SENDO ABADE G. LĀCOU A I.ª PEDRA FŪ.tal DESTA IG.ra AOS 6 DE 7bro DE 1716». Fr. Pedro dos Mártires (1645-1719) foi abade geral em 1716-1719.

(26) «HUM INDIGNO FILHO DE S. B.to SĒDO DŌ ABB.e DESTE MOST.ro MĀDOU FAZER ESTA IG.ra A QUAL SE ACABOU AOS 30 DE AB.ril DE 1719».

(27) Nascido no Porto em 1671 (Arquivo Distrital do Porto, *Livro Misto da Freguesia de Santo Ildefonso, 1664-1683*, n.º 2, fl. 48), filho do mestre pedreiro Pascoal Fernandes e sua mulher Catarina, da Póvoa. O seu pai estabeleceu-se em Braga, no terreiro de Nossa Senhora-a-Branca, onde faleceu em 1720 («A Casa da Câmara de Braga», apêndice I).

florões de pouco relevo do friso e as consolas da portada. Toda esta ornamentação pertence a um estilo maneirista que perdurou na Península Ibérica, desde o século XVI até o segundo quartel de Setecentos.

No «Estado» de 1719 lemos que se fizeram naquele triénio todas as grades de ferro, vidraças, redes e portas do frontispício ([28]). Também foram instaladas, nos três nichos, imagens de granito «douradas com seos resplendores e baculos». Não são as actuais, que datam apenas do período de 1783-1786 ([29]).

Imediatamente em frente a esta fachada abre-se um espaçoso terraço que liga a portada com a da portaria, ao lado direito (est. 1). «Fizeram-se Escadas de quatro degraos», informa o «Estado» de 1731, «formando Patio à porta da Igreja q̃ com os entulhos em todo o terreyro estava assombrada». Notável pelas suas proporções, esta zona acaba numa balaustrada, cujo desenho representa, no granito, o novo gosto do segundo quartel do século, que abandonou, na madeira, o uso de balaústres de forma torneada a favor do motivo plástico «apainelado», que aparece em Rendufe. Representam estes balaústres a nota mais barroca da fachada.

Continua o relatório de 1731 asseverando que «com as collunas q̃ sahirão da Porta do carro se formou hum cabide (alpendre) no lado do dito Patio p.ª abrigo de quem vem à Portaria e abaixo das escadas se fez hum coberto p.ª se recolherem os q̃ vem a caballo com porta interior p.ª o olival». Desapareceu este abrigo, que deve ter sido construído ao lado esquerdo da igreja, assim como o alpendre da portaria, cujas colunas se encontram guardadas na outra extremidade do terraço.

As duas torres iguais da fachada de Santo André de Rendufe, seguindo o formulário da época, levantam-se atrás do frontispício (est. 1). Mais recuadas são as torres de Tibães, cujas pequenas aberturas inferiores e arcos sineiros são exactamente reproduzidos nas de Rendufe. Esta semelhança continua nos elementos terminais das quatro torres, chamadas «cúpulas» no «Estado» de 1801 do mosteiro de Tibães, que recorda a sua remodelação em forma *bombée* ([30]), que naquela época gozava duma grande popularidade na província do Minho. Em 1810 a mesa da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, de Ponte de Lima, encomendou um «zimbório» deste tipo para a sua única torre traseira, que custou 544$185 rs. ([31]). A forma

([28]) «Fizerão grades p.ª o coro, tribunas, Igr.ª presbiterios, e baptisterios, e se mandarão pintar todas, como tambem as portas».

([29]. «Estado» de Rendufe, de 1786 (ADB, *CSB*, vol. 118).

([30]) *Idem*, vol. 113.

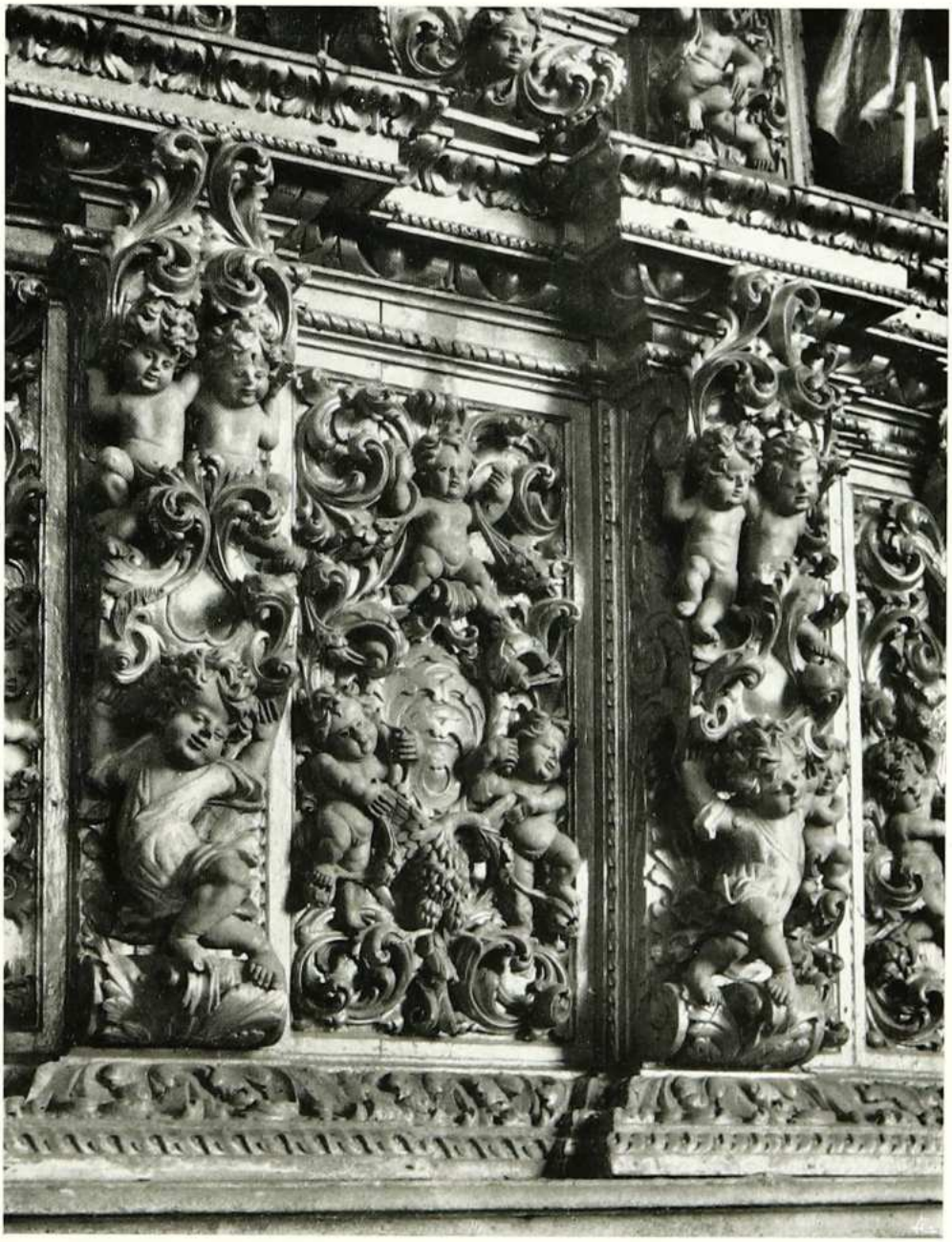
([31]) Arquivo da irmandade, *Livro de Receita e Despesa, 1741-1801*, fl. 216.



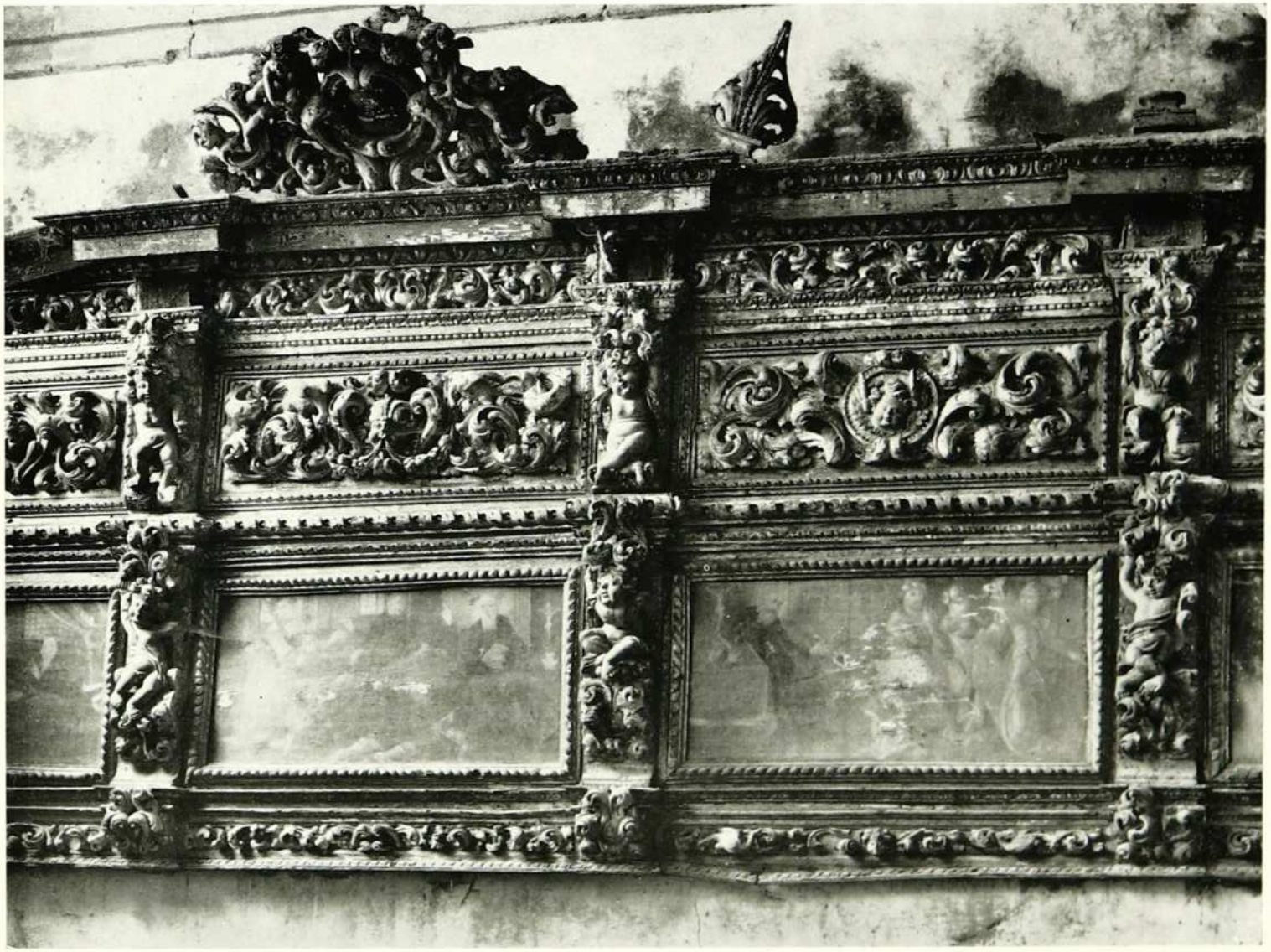
9 — Rendufe. S.to André. Retábulo Lateral de Santa Escolástica.



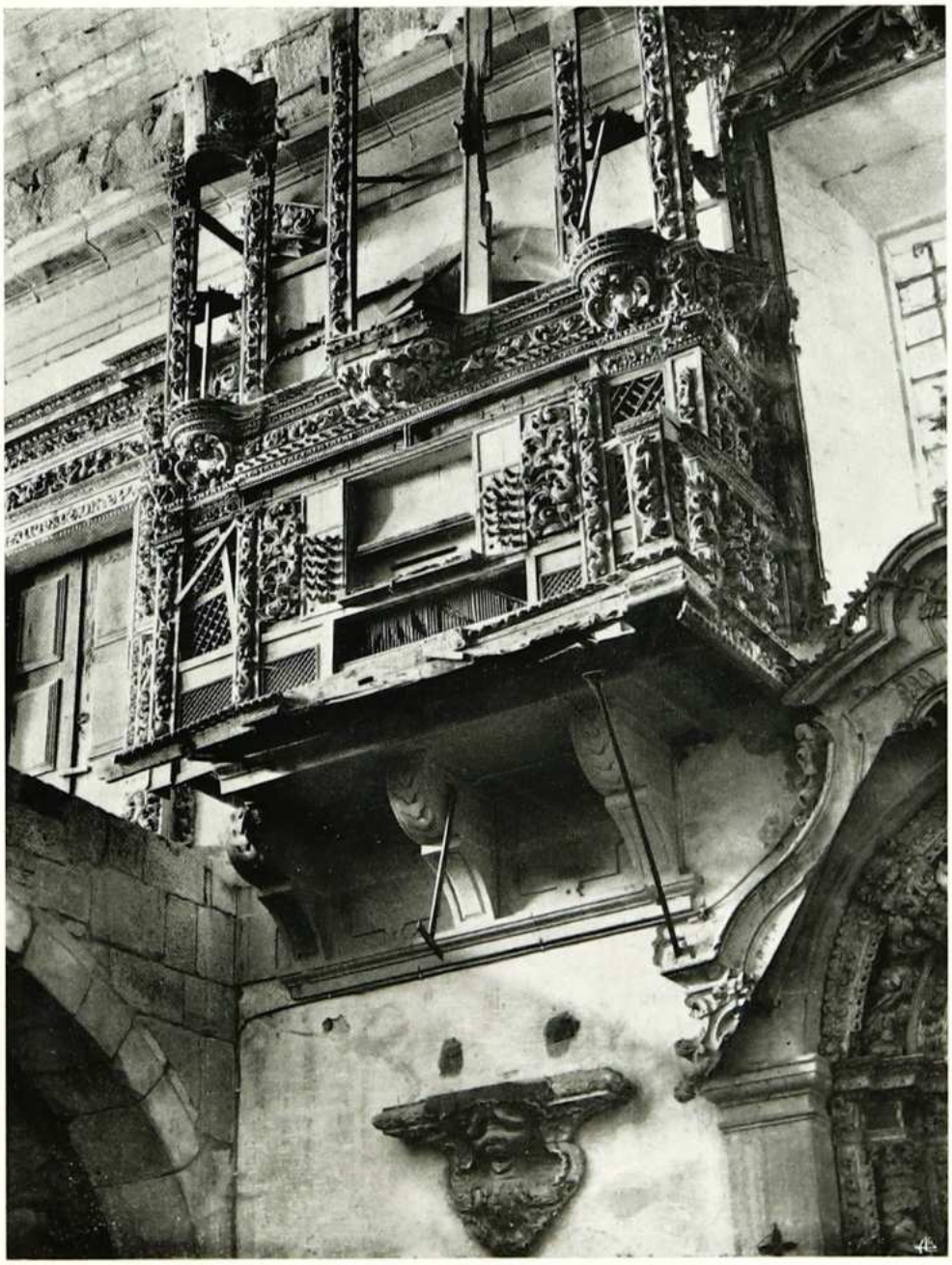
10 — Rendufe. S.to André. Pormenor do Retábulo da Capela-mor.



11 — Rendufe. S.to André. Pormenor do Retábulo da Capela-mor.



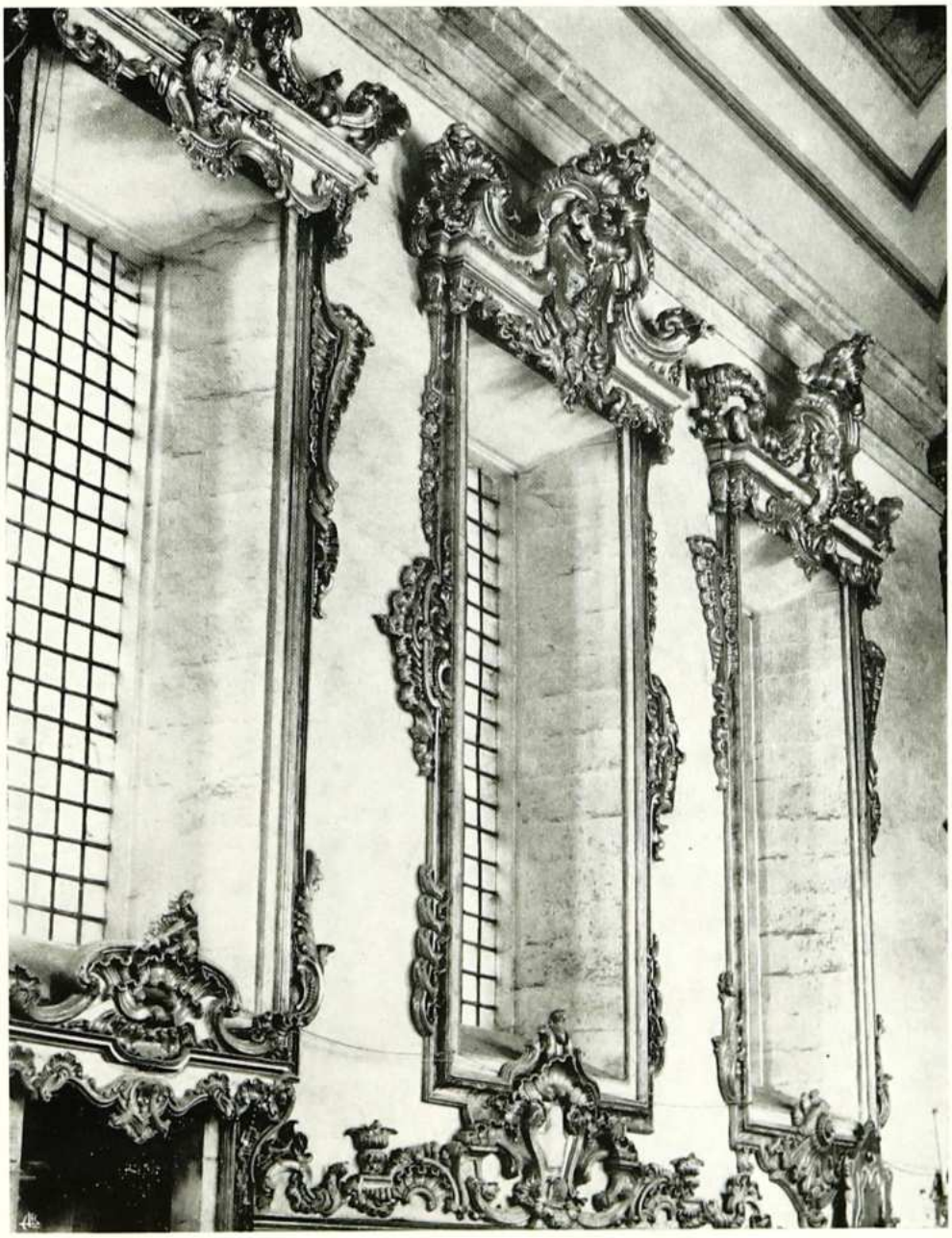
12 — Rendufe. S.to André. Espaldar do Cadeiral do Coro.



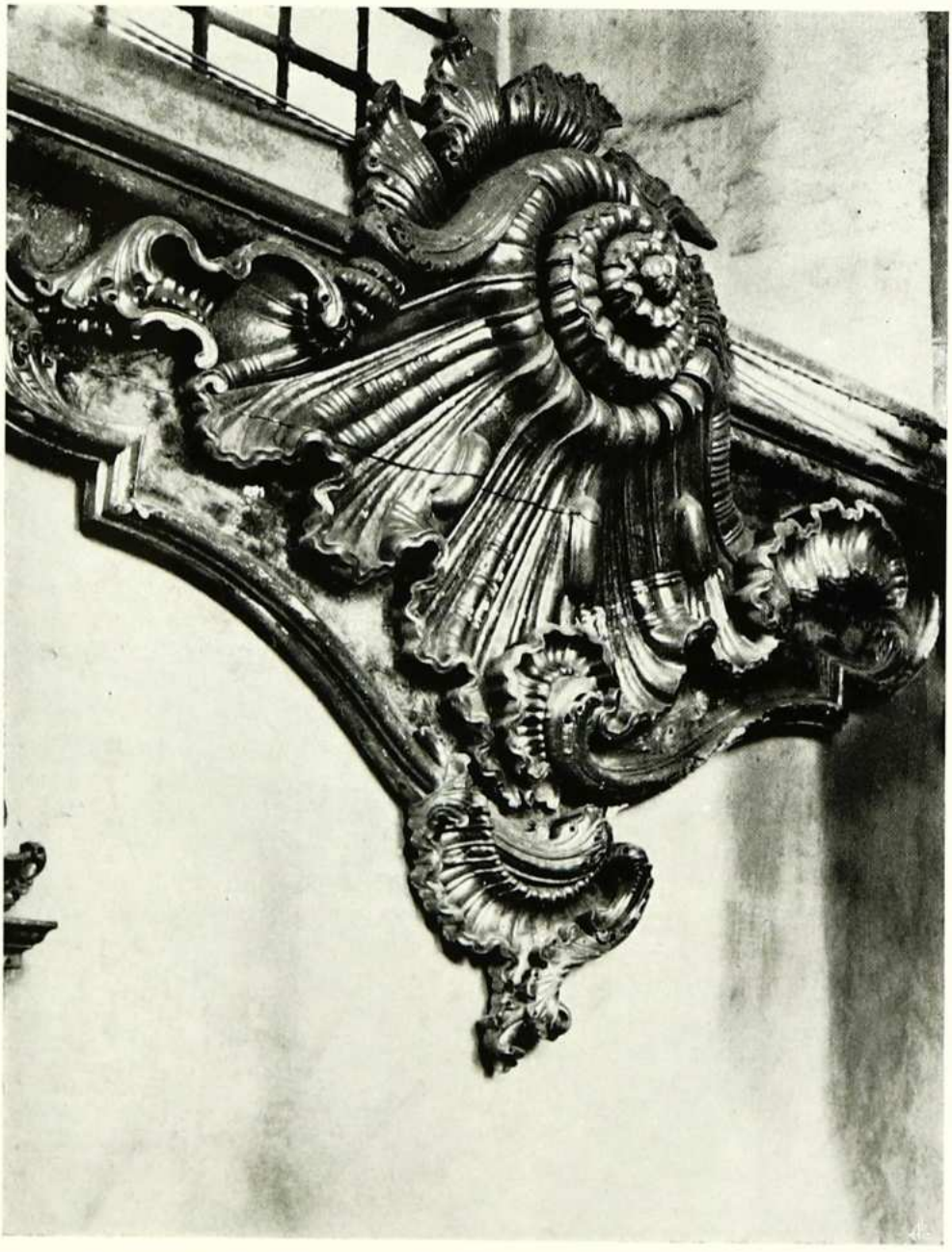
13 — Rendufe. S.to André. Caixa do Órgão do lado do Evangelho.



14 — Rendufe. S.to André. Capela-mor.



15 — Rendufe. S.to André. Janelas da Capela-mor.



16 — Rendufe. S.to André. Pormenor do Caixilho duma Janela da Capela-mor.

primitiva terminal das torres das igrejas de Rendufe e Tibães foi provàvelmente a piramidal, que ainda se vê nas de Santo Tirso ([32]), Bostelo ([33]) e Pendorada.

No interior da igreja de Rendufe os trabalhos de construção continuaram nos triénios posteriores a 1719, quando, segundo a inscrição da fachada, o edifício estava terminado. Foi sòmente em 1725-1728 que se tirou a velha abóbada da capela-mor «e se tornaram a fazer novamente formandose o arco da Tribuna (construída em 1716-1719) de novo e levantandose a Caza da mesma Tribuna emmadeyrandose de novo com boas madeyras e guardapos, pondoselhe quatro Thezouras de Ferno para Mayor Segurança». Continua o «Estado» relatando como «se estucou a mesma Cap.ª e se pintou à moderna com boas pinturas». Eram provàvelmente de grotescos, como as da capela-mor da Sé de Viseu, bem superiores às banalidades neoclássicas que agora aí se encontram (est. 41). Entretanto, «se pintou a toda a pedraria das seis frestas da m.ª Frizos, e Arco do Cruzeyro, pondoselhe filetes de Ouro...», que também se repetiram no coro e nas cornijas e frestas do corpo da igreja. Assim continuaram os monges uma tradição das igrejas de Braga de que temos várias notícias do fim do século XVII ([34]).

([32]) «Fizerão de abobeda os tetos das torres e se cobrirão de azulejo fino», azul e branco ainda existente («Estado» de Santo Tirso, de 1752-1755, ADB, *CSB*, vol. 110).

([33]) Foram acabadas pelo abade Fr. Matias de Lacerda (1701-1707), que «mandou desfazer o frontespicio da egreja, para emendar os defeitos que levava, e a poz na forma que hoje se vê, sem deitar abaixo as torres, que ja estavão em grande altura, e as acabou, e aperfeiçoou» (D. Leite de Castro, «Memorias de Bustello», *Revista de Guimarães*, vol. XIII, 1896, n.º 3, Julho, p. 135). Estas torres estavam «meyas levantadas» no triénio de 1695-1698 (*idem*, p. 134).

([34]) Em 1690 o conhecido pintor João Lopes da Maia (1665-1739), natural de Adaúfe, empreendeu a pintura e douramento na igreja da Misericórdia de Braga «das frestas, padieiras e pé do púlpito, gigantes e cachorros de pedra do coro, portas da sacristia e junto ao pulpito, escadas da Capela mayor, e pedras que fiquão por baixo dos assentos da Meza da Igr.ª» (ADB, *Arquivo da Santa Casa, Livro Para os Termos e Acordaons... 1678-1694*, fl. 188 v.). No mesmo ano João Lopes foi escolhido, em preferência aos pintores João de Afonseca, Francisco de Faria e Luís Barreto, para «dourar os meios arcos da igreja com o pulpito e escada dele» de Nossa Senhora-a-Branca, de Braga (arquivo da irmandade, *Livro de Termos, 1678-1741*, fls. 22 v.-23). Em 1735 o filho José (1695-1744), também pintor bracarense, contratou o quadro, ainda existente, que tapa a boca da tribuna do retábulo principal da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Braga (ADB, *Livro Para os Termos e Acordaos, 1734-1746*, fl. 58). Veja-se R. C. Smith, *Marceliano de Araújo*, Porto, 1970, est. 7.

Neste mesmo triénio há notícia da instalação de uma capela «de baixo da Torre, que se compos com seu retabollo». Corresponde ou à de Nosso Senhor dos Passos, que actualmente ocupa a torre do lado Sul, ou à do Senhor do Desterro, na torre do Norte. Modificou-se, durante o período de 1741-1743, a capela-mor. «Levantou-se o altar-mor sobre hum degrao», informa o «Estado» daqueles anos, «com q̃ fica mais espaçozo o ambito presbiterial, e deixa melhor os ministros paramentados. Puxeraose os presbiterios à face das escadas, ficando assim mais largos, e com bella serventia e dezafogados p.ª os Pontificaes».

No primeiro governo do abade Fr. António da Ressurreição, desde 1777 e 1780, se construiu, no transepto esquerdo da igreja, uma grandiosa capela do SS. Sacramento do Altar, segundo uma tendência bastante marcada na segunda metade de Setecentos de tirar a Eucaristia da capela-mor, colocando-a numa capela colateral. Assim os monges de Cabeceiras de Basto edificaram uma capela do SS. Sacramento no braço direito do transepto da sua nova igreja, em 1780-1789 ([35]), que é notável pela sua planta oitavada, como também pela talha e imagens de Fr. José de Santo António Vilaça, que a ornamentam ([36]).

«Fez-se a fundamentis na Igr.ª do Mostr.º», reza o relatório do triénio de 1777-1780 da abadia de Rendufe, «hua Capella nova, p.ª o S.mo Sacramento, toda de pedra, e feita com toda a perfeição, que continua e fica proxima a acabar-se. Ficão já os vidros p.ª as vidraças das frestas da d.ª Capella, tijollo p.ª a Cupula da mesma, toda a telha, e madeira p.ª a cobrir». Seguiu-se o triénio de Fr. Sebastião de S. José, em cujo fim os «Estadistas» de 1783 escreveram que «se acabou de pedraria, e madeiram.to Cupula e vidraças da Capella Nova p.ª o S.mo Sacramento no que gastou das rendas deste triennio para os gastos de q̃ se não faz menção, hum conto trezentos sessenta e hum mil trezentos cincoenta e cinco». «Lageou-se a Capella do S.mo Sacram.to de Marmore preto», continua o «Estado» de 1786, no fim do segundo governo de Fr. António da Ressurreição, «e p.ª a mesma se fizerão quatro anjos de pedra com suas peanhas. Pintou-se a oleo toda a Capella, e se dourarão todas as molduras e talha que tinha, a mordente... ([37]). No terceiro governo do mesmo abade (1789-1792), foram

([35]) «Estados» de Refóios de Basto, de 1783, 1786 e 1789 (ADB, *CSB*, vol. 133).

([36]) Veja-se o meu livro *Frei José de Santo António Vilaça*.

([37]) *Idem*, vols. 117 e 118. O «Estado» de 1786 também refere os «bicheiros dourados com suas aparadeiras de folha», postos no camarim do retábulo e, uma década depois, segundo os «Estadistas» de 1795, foi introduzido «hum Cortinado de Seda com galão interfino na boca da Capella do S.mo Sacramento, e ao Camarim deste se poz hum

acrescentadas mais seis imagens, também de granito, completando-se assim um conjunto de pedra quase sem par no Norte do País, pois não sòmente as paredes e imagens são de granito lavrado, como também as próprias grades e a urna do altar.

Estilìsticamente, a nova capela do SS. Sacramento (est. 5) representa, na zona de Braga, uma das primeiras manifestações do gosto chamado «pombalino», que distinguia, na época, as igrejas construídas em Lisboa depois do terramoto de 1755. Encontramos, no vestíbulo, coroado da cúpula, as mesmas curvas nas paredes do arco cruzeiro, que se encontram nos templos de Nossa Senhora da Graça e da Encarnação, da capital (38), e os mesmos painéis de complexos perfis, em que predominam curvas policêntricas em linhas ponteagudas. No santuário, que segue, levanta-se por cima do altar, um retábulo de forma estreitamente arquitectural, composto em forma de edículo, com duas colunas compósitas e um frontão segmentar.

Tudo aqui acusa o neoclassicismo excepto o desenho bizarro do friso, que ainda reflecte as formas arredondadas do rococó de André Soares (1720-1769). Coeva com os primeiros esforços na arquitectura de Carlos Luís Fereira Amarante (1748-1815) (39), que fazia, na altura de 1780, estudos para a nova igreja do Bom Jesus do Monte (40), a nova capela antecipa ligeiramente as primeiras expressões da fase classicizante da obra de Fr. José de Santo António Vilaça (1731-1809), entalhador e arquitecto amador da Ordem de S. Bento, que talvez fosse consultado no desenho deste pequeno monumento ainda anónimo, que constituiu um dos primeiros interiores eclesiásticos toda de pedra esculpida, fora de Lisboa, desde a capela quinhentista dos Reis Magos, de S. Marcos de Tentúgal (41).

Painel, e hua grande custodia de prata, de gosto moderno, sobre o Sacrario, e por sima deste se concertou, ou fez quazi de novo hum Docel grande de seda d'ouro». A esta categoria de ricos tecidos pertence também a descrição do «tumulo p.ª o enterro do Sr. forrado por dentro e fora de primavera de ouro, agualoado por ambas as partes de ouro e por fora, com franja tambem de ouro, e seu pano de cobrir de primavera com franjão de ouro» («Estado» de Rendufe, de 1722).

(38) R. C. Smith, *The art of Portugal*, Londres, 1968, est. 75.

(39) Alberto Feio, *Uma Figura Nacional, Carlos Amarante, Insigne Arquitecto-Engenheiro, 1748-1815*, Braga, 1930; José Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XIX*, Lisboa, 1967, vol. I, pp. 60-63; R. C. Smith, «Três Estudos Bracarenses», *Belas Artes*, 2.ª série, n.ºs 24-26, 1970, pp. 49-83.

(40) Os documentos essenciais vêm citados pela primeira vez em «Três Estudos Bracarenses».

(41) *The art of Portugal*, est. 125.

Esta foi a grande obra de arquitectura da segunda metade de Setecentos em Rendufe. O resto tem pouco interesse. Construiu-se, em 1777-1780, sobre o arco cruzeiro da igreja, «Hũ oculo p.ª dar mais Luz à Igreja, com q̃ fica mais alegre, e vistozo o Templo» (42). No triénio de 1783-1786, abriu-se outra «fresta na Igreja de fronte do Altar de N. Sra. do Rozario, e se lhe poz grade de ferro e vidraça» (43).

A Talha

A igreja de Rendufe, apesar dos estragos sofridos, possui ainda uma riqueza de talha setecentista, que a torna um dos monumentos mais importantes da região de Braga para o estudo do primeiro estilo barroco, assim como do estilo rococó. A maior parte desta talha é datável, graças às informações fornecidas pelos «Estados» de Tibães, provando que, quando a nova igreja foi construída, todos os retábulos antigos foram substituídos e todos parecem ser da mesma autoria.

Pertencem ao triénio de 1719-1722, do abade Fr. João de S. Bento, estes sete primorosos elementos, havendo, além do retábulo da capela-mor, quatro na nave e dois colaterais no cruzeiro. «Fesse hũ retabulo p.ª a Capella Mayor», informa o «Estado» respectivo, «com sua banqueta de pedra, e escada de tras da Tribuna p.ª as serventias, e se compos o sobrado do assento della, se forrou por sima a caza da d.ª tribuna de forro mourisco».

Parece derivar esta grandiosa obra de escultura em madeira do desenho do retábulo da capela-mor de S. Bento da Vitória, do Porto, executado no triénio de 1716-1719 (44), provàvelmente por Gabriel Rodrigues Álvares, identificado por documentos como autor dos dosséis dos dois púlpitos desta igreja beneditina (1716-1719), das caixas dos órgãos (um dos quais fingido), do enquadramento do cadeiral do coro, que são coevos, e do retábulo da sacristia, mencionado em 1713 (45). Como fez tantas coisas nesta igreja em redor à data do retábulo principal, é lógico supô-lo outra obra de Gabriel

(42) «Estado» de Rendufe, de 1780

(43) *Idem*, de 1786.

(44) Este nobre retábulo parece ter exercido influência na região. Deriva dele também o belo exemplar da capela-mor de Nossa Senhora Aparecida, de Balugães (Barcelos), contratado em 1721 pelo entalhador Francisco Pereira de Castro (ADB, *NTG*, vol. 561, fls. 50-51 e «A Casa da Câmara de Braga», apêndice II).

(45) «A Igreja de S. Bento da Vitória», ests. 5, 9, 10, 11 e 14.

Rodrigues, dadas as muitas semelhanças estilísticas como também o facto de ele ter sido especialmente ligado à Ordem beneditina.

Quando morreu em 1734, foi sepultado na igreja de Santa Maria do Couto de Landim, onde morava, com o corpo coberto pelo hábito de S. Bento (46). Foi um acto singular, porque Rodrigues era homem casado e com vários filhos (47), e não existia Ordem Terceira Beneditina a que pudesse pertencer. Esta honra concedida a Gabriel Rodrigues Álvares deve ter sido portanto ocasionada pelas tantas obras de entalha que ele executou para diversos mosteiros de S. Bento, no Minho. Entre elas é documentada a talha da capela-mor da igreja do convento de freiras do Salvador, de Braga, contratada em 1718, sob desenhos de um monge de Cister (48), e o retábulo da sala capitular de Tibães, hoje perdido, entalhado em 1733 (49), na véspera da morte do escultor. Há também várias obras importantes que lhe são atribuíveis, inclusive a talha das ilhargas da capela de Santa Gertrudes, do templo de Tibães, que data de 1710-1713 (50), a da actual capela do SS. Sacramento, da igreja de Santo Tirso, de 1725-1728 (51), assim como o belo púlpito das freiras beneditinas de Barcelos, que existia em 1730 (52).

---

(46) «Aos trinta e hum dias do mes de Mayo do anno de mil e sete centos e trinta e coatro faleceo da vida prezente com todos os sacramentos da Santa Madre Igreja Gabriel Rodrigues Alvares do lugar do Burgo desta freguezia de Santa Maria do Mosteyro de Landim foy sepultado dentro da Igreja donde era fregues junto ao Altar do Santo Cristo da parte de sima das grades em o Primeyro de Junho do dito anno foy amortalhado em hum Abitto de Sam Bento... não chegou a apurar o seu testamento suposto que lhe deu principio não se acabou e para melhor constar da verdade fis este accento que assigno o Padre Pedro Rodrigues Pereyra Parocho desta freguesia» (ADB, *Livro Mixto da Freguesia de Santa Maria de Landim, n.º 4, 1689-1755*, fl. 224).

Gabriel Rodrigues era filho de Francisco Álvares e de Francisca Rodrigues. Não se sabe onde nem quando nasceu.

(47) Casou com Maria Pereira, viúva de João Francisco Pereira, aos 26 de Novembro de 1700, em Landim (*idem*, fl. 124), que faleceu em 22 de Janeiro de 1741 (*idem*, fl. 248). Tiveram quatro filhos, a saber: Manuel (1703), Maria (1704), Pedro (1706) e António (1708) (*idem*, fls. 26, 28 v., 31 v. e 38).

(48) *Idem, NTG*, vol. 566, fls. 158-159 v. Esta talha foi dourada em 1724 pelo mesmo pintor João Lopes da Maia, mencionado na nota 34 (*idem*, vol. 601, fls. 40-41).

(49) *Idem, Tibães*, vol. 461, sem paginação.

(50) Obra encomendada pelo abade geral Fr. Antão de Faria (Marceliano da Ascensão, obra cit., fl. 519; P. Fr. Tomás de Aquino, *Elogios dos Reverendissimos Padres DD. Abbades Geraes da Congregação Beneditina do Reyno de Portugal*, Porto, 1767, p. 292).

(51) «Estado» de Santo Tirso, de 1728 (ADB, *CSB*, vol. 109).

(52) Quando foi citado pelo pintor Francisco Álvares Costa, natural de Barcelos então residente em Arcos de Valdevez, autor dos desenhos dos dois púlpitos da igreja

À luz das suas tantas relações estilísticas com todos estes grandes trabalhos contemporâneos, é muito possível que a talha dos retábulos de Rendufe também pertença à obra de Gabriel Rodrigues.

Se bem que de menor tamanho, o retábulo da capela-mor de Rendufe (est. 8) obedece, na sua composição, à fórmula exibida no da igreja beneditina do Porto, esquema que era, aliás, dos mais comuns nos maiores retábulos daquele estilo nacional que se praticava em Portugal durante o último quartel de Seiscentos e o primeiro do século XVIII. Entre os últimos exemplares deste feitio, os dois retábulos beneditinos do Porto e de Rendufe compõem-se de dois pares de imensas colunas de fuste espiral ornado de pâmpanos com uvas, entre os quais brincam meninos animados. Separados por fragmentos de pilares revestidos da mesma decoração, as duas colunas exteriores são ligeiramente avançadas numa composição que aumenta a impressão de movimento, que nasce na forma das colunas e continua nos dois arcos concêntricos do remate. Os pormenores desta parte dos dois retábulos são quase idênticos, como são também as massas da folhagem dos socos das colunas com seus vigorosos «atlantes» (est. 10), as secções do friso, com cabeças de anjos e a série de «raios», que como a armação de um leque, liga em radiação os dois arcos do remate.

Continua a semelhança na zona central dos dois retábulos, cada uma provida de dois registos de painéis de entalha, sendo os superiores, em forma de arcada com três nichos abrigando imagens de santos. Por cima do entablamento desta se abre a grande tribuna ocupada por um gigantesco «trono», de quase idêntico desenho, o que constitui outro argumento válido para a atribuição ao mesmo entalhador dos dois retábulos beneditinos do Porto e de Rendufe, sendo este dourado e estofado no triénio de 1722-1725 (53).

---

do Espírito Santo daquela povoação, entalhados por Manuel Gomes, em 1730 (R. C. Smith, «A Igreja do Espirito Santo, de Arcos de Val de Vez, e o Seu Recheio Artístico, Segundo os Documentos da Irmandade», *Notícias dos Arcos*, 14 Nov. 1965). O púlpito de Barcelos figura na estampa 110 de *The art of Portugal*.

(53) «Deu p.ª dourar, e estofar o Retabulo da Capella mor hum conto quatrocentos quarenta e tres mil seiscentos e trinta rs.». Este «Estado» e os subsequentes oferecem outras informações acerca do retábulo da capela-mor de Rendufe que não foram incluídas no texto deste artigo. Em 1722-1725 «acrescentoulhe na volta do teto hum arco tambem de talha e tudo se dourou» e os degraus da capela-mor e altar foram modificados. Também foram feitas «seis jarras e douraramse p.ª os ramos». No governo de 1730-1734, de Fr. Plácido de S. Bento, foram postos no altar-mor «seis ramos emtalhados, e no retabulo dez de pasta, e todos prateados». No triénio de 1740-1743, para uma nova banqueta, foram providos «hua cruz â Romana de sette palmos de alto

Este retábulo recebeu, no triénio de 1722-1725, o seu esplêndido frontal (est. 6), entalhado com cartelas opulentas acompanhadas de pares de meninos, que também evoca a mesma mão. Custou esta talha a soma de 31$300 rs. Típicos são os frisos de folhagem de acanto, a superior com cabeças de anjos, algumas colocadas diagonalmente, como no friso do retábulo da igreja do Salvador, de Braga. Repete-se no arco intermediário dos retábulos laterais e colaterais, cuja composição e perfis arrendados são iguais aos do retábulo da capela-mor (est. 9) (54). Para os quatro altares da nave da igreja foram feitos frontais de madeira pintados de «hua e outra parte», durante este triénio. Foi sòmente no de 1752-1755 que se douraram «os seis retabolos da Igreja primorozam.te luzidos, e no altar colateral se pos de novo hum sacrario bem feito, e dourado» (55). Marca talvez uma etapa na passagem da Eucaristia do seu lugar primitivo no altar-mor para a capela do SS. Sacramento, construída a partir de 1777-1780.

«Fesse hũ coro todo de talha com duas ordens de Cadeiras, e hũa estante grande p.ª o meyo delle». Assim foi recordado, no «Estado» de 1722, o cadeiral, infelizmente destruído, quando caiu, há anos, a abóbada do coro. No mesmo período do século XVIII foi instalada uma grande imagem de Cristo «de dez palmos de altura», e «se lhe fes hum Nicho de talha», que custou 36$120 rs. «Dourouse todo o choro», recorda o «Estado» de 1728, «e nos quadros delle se estamparam os passos da Vida do N. Padre S. Bento com boas e bem proporcionadas pinturas». Acrescenta o relatório que «Mais nas frestas do Mesmo se puzeram tres Sanefas de madeira a moderna q̃ tambem se douraram e se lhe puzeram Cortinas de Tafeta carmezim bem aparelhadas». Continua dizendo que «O Retabollo do Nixo do Santo Christo tambem se dourou», e, finalmente, que se pintaram «todas as Cadeyras,

---

ladeado de seis castiçais triangulares à proporção de obra primoroza e prateada tudo de prata em pô». Estes foram substituídos, aparentemente em 1770-1773, quando da introdução de outra banqueta, por «seis castiçais e cruz aparelhada», que não foram descritos no «Estado». Em 1777-1780 foram adquiridos «seis castiçais e huma cruz de bronze dourado para a banqueta». Comprou-se também uma «Lampada de prata para a capela do SS.». Em 1789-1792 «reformarão-se ao gosto moderno tres Alampadas, as duas da Capella Môr, e a do SS. Sacramento». Perderam-se todos.

(54) «Fizerão-se seis retábolos p.ª todos os mais altares da Igreja, e os altares se fizerão de madeira com seus taburnos».

(55) Em 1740-1743 «puzerão-se em todos os seis altares curtinas de ruão azul com suas franjas de seda, q̃ cobrem todos os retábulos. O ruão que nesta obra se gastou estava há muitos annos no deposito». Em 1725-1728 foram feitas «huas Cortinas de Ruão de Flandes p.ª a Capella mor» e, para as grades do coro «cortinas de xipte (chita?) fina forradas de roam vermelho».

grades e Portas do m.º choro...», pondo-se «huma Estante Nova de Pau Preto», que foi talvez aquela que os monges deram de presente ao mosteiro de S. Romão do Neiva, no ano de 1757 (56).

De todo este grande conjunto de talha e móveis resta no sítio apenas uma secção do revestimento parietal da porta do lado do Evangelho (57) com um trecho do espaldar adjacente (est. 12), estando guardadas, num depósito do mosteiro, algumas das cadeiras. Do que fica desta escultura, podemos logo reconhecer a sua semelhança com o desenho do grandioso cadeiral do coro de S. Bento da Vitória, do Porto, que data em grande parte de 1716-1719, sendo obra de Gabriel Rodrigues, que o descreveu (58), e Marceliano de Araújo, de Braga (fal. em 1769), que entalhou os trinta e seis relevos da vida de S. Bento e de santos beneditinos, que ocupam o lugar das pinturas dos mesmos assuntos no cadeiral de Rendufe (59). Estes quadros foram provàvelmente inspirados pelos do cadeiral do coro de S. Martinho de Tibães, que constituem um registo especial em cima do espaldar. (60).

De S. Bento da Vitória, porém, parecem derivar os frisos verticais, formados de meninos servindo de «atlantes» rodeados de folhagem, e os horizontais compostos de «plumas» de acanto em combinação com pequenas máscaras de rapazes, chamados «talha olandeza» no «Estado» portuense de 1719, porque recordam outros frisos característicos de armários importados dos Países-Baixos durante o século XVII. Tanto as máscaras como as atitudes dos meninos são parecidas, nos dois cadeirais do Porto e de Rendufe, criando-se assim o mesmo paralelo notado entre os dois retá-

---

(56) «Dei p.ª hum carro q̃ foi a Renduffe buscar o Estante p.ª o coro des tostões» (ADB, *Livro das Obras do Mosteiro de S. Romão, 1749-1761*, fl. 35).

(57) Este cadeiral foi estudado pela primeira vez em R. C. Smith, *Cadeirais de Portugal*, Lisboa, 1968, pp. 53-54, est. 63. O capítulo geral, celebrado em Tibães em 1755, autorizou que se dourasse, juntamente com o resto do coro e as caixas dos dois órgãos adjacentes (Bibl. Púb. Mun. do Porto, ms. n.º 1427, fls. 33 v.º-34).

(58) *Idem*, pp. 48-53, ests. 58-62.

(59) Deste grande escultor, que se chamou «bracarense», são os três retábulos conjugados da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Braga (1734-1739), as duas caixas dos órgãos da Sé (1733-1738) e o retábulo que em 1754 vendeu à irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres, de S. Paulo, de Braga. Obras atribuídas são os retábulos de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora das Dores, da igreja do Pópulo, de Braga, os dos transeptos de S. Francisco (S. Frutuoso), de Real, o púlpito de Nossa Senhora da Penha da França e o chafariz do Pelicano, da Praça Municipal, todos de Braga (*Marceliano de Araújo*, ests. 1-15, 17-30, 33, 39-40, 43-47).

(60) *Cadeirais de Portugal*, est. 53.



17 — Rendufe. S.to André. Bancos da Capela-mor.



18 — Rendufe. S.to André. Banco da Capela-mor.



19 — Rendufe. S.to André. Talha Parietal da Capela-mor.



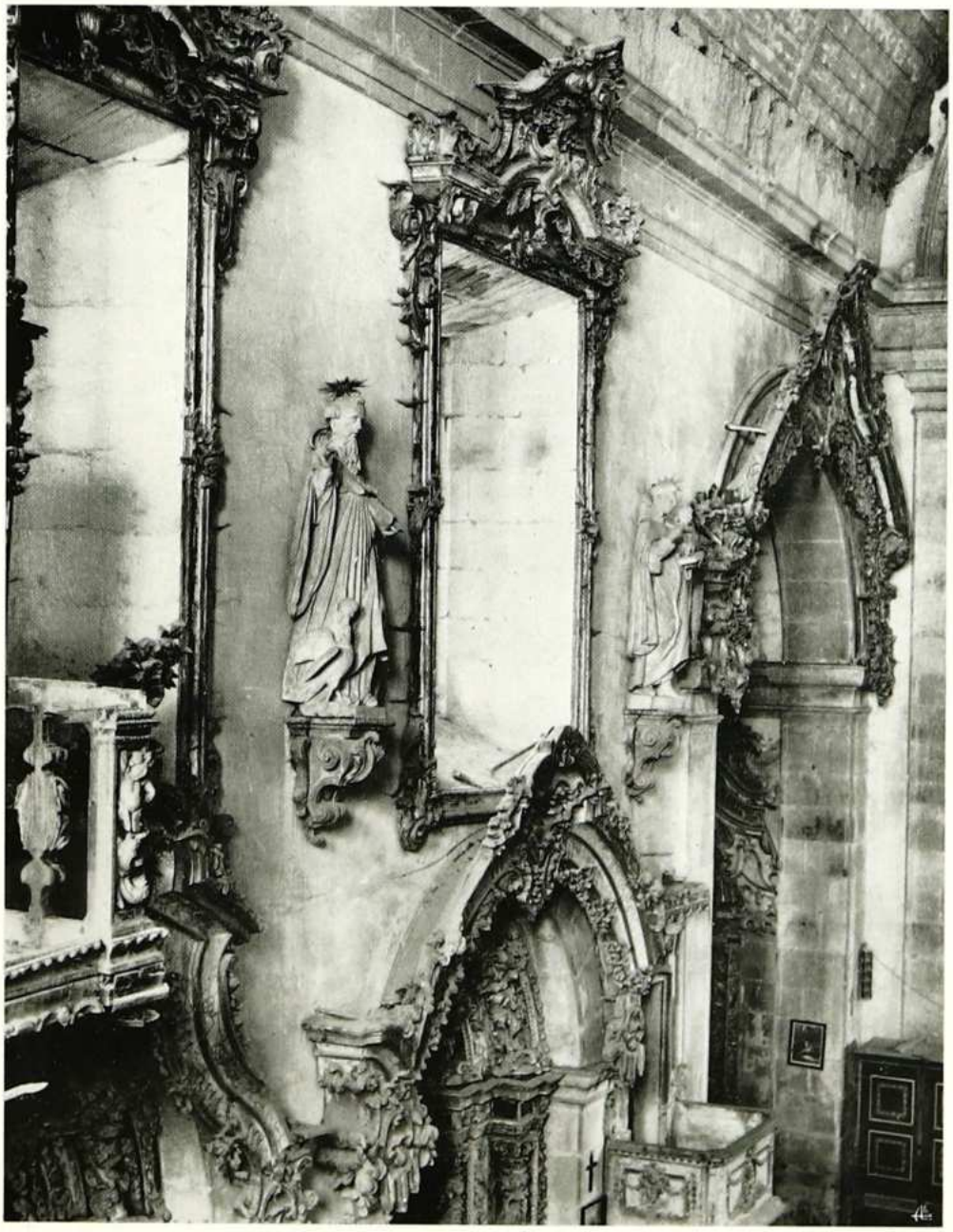
20 — Rendufe. S.to André. Talha Parietal da Capela-mor.



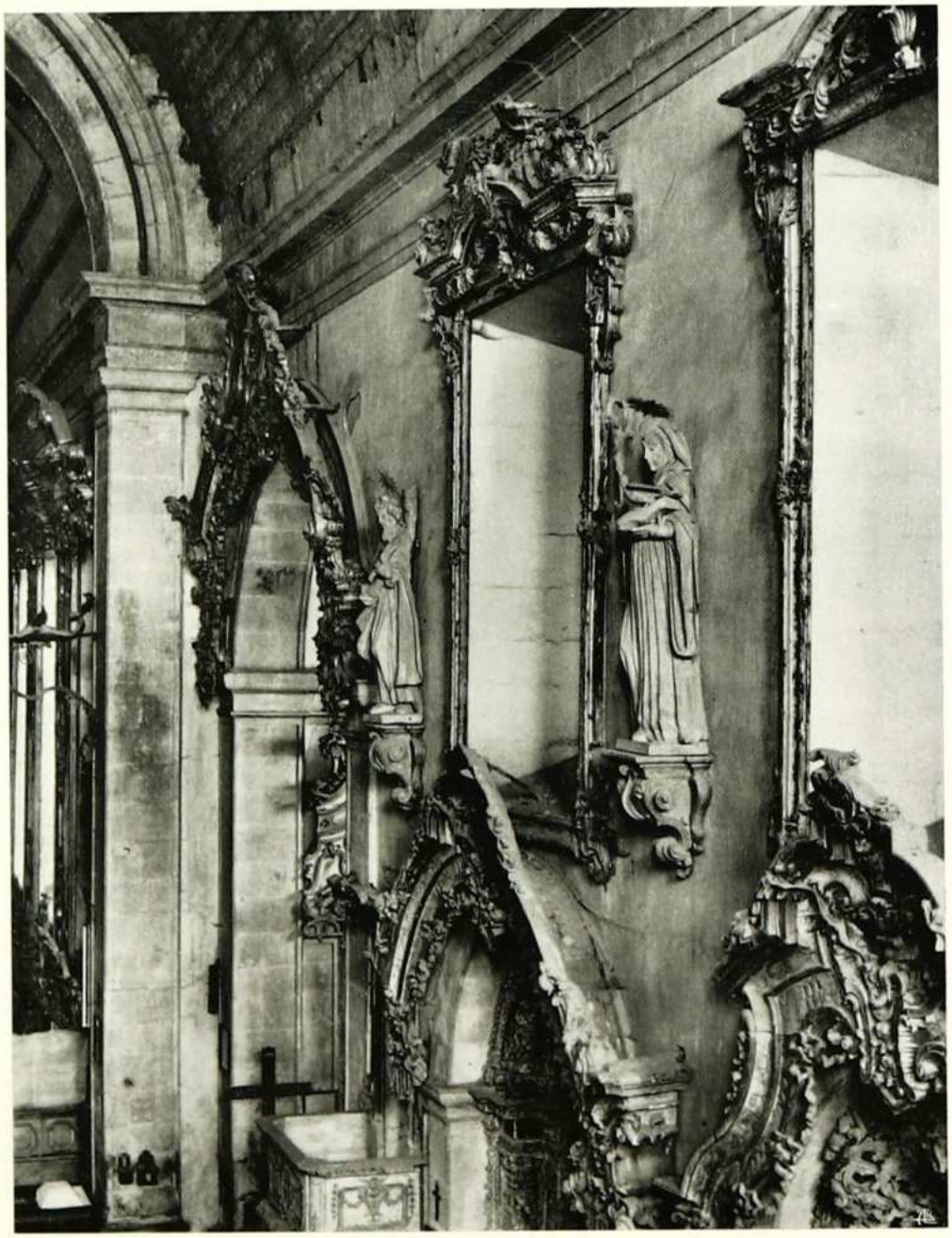
21 — Rendufe. S.to André. Sanefa da Capela-mor.



22 — Rendufe. S.to André. Sanefa da Capela-mor.



23 — Rendufe. S.to André. Parede da Nave.



24 — Rendufe. S.to André. Parede da Nave.

bulos das capelas-mores. Nos frisos horizontais também figuram as cabeças inclinadas diagonalmente e outras colocadas dentro de discos, empregadas na talha de Gabriel Rodrigues. Nos remates do cadeiral do coro de Rendufe há cartelas seguradas por meninos movimentados, exactamente como se vêem por cima das portas do cadeiral de S. Bento da Vitória, do Porto. Por estas tantas razões é lícito supor que o entalhador Rodrigues desempenhasse aí o mesmo papel preponderante que exerceu na igreja beneditina do Porto, fazendo não sòmente os retábulos e a talha do coro, como também as «cupulas» dos púlpitos, perdidas quando estes foram substituídos no fim do século XVIII (61).

Do mesmo estilo eram as caixas dos dois órgãos (um dos quais talvez fingido ou «órgão mudo», nas palavras dos documentos antigos), que ocupavam os lugares tradicionais contíguos às duas extremidades do coro, sustentadas por grandes mísulas de granito esculpido.

Há várias referências a estes órgãos nos «Estados» de Rendufe, que tomaram os lugares de outros citados já no de 1629 (62). Em 1719-1722 sabemos que se afinou um órgão, «compondo-se e consertando-se os folles delle». Mas logo depois, em 1722-1725, vem a notícia da construção de «hum orgam de doze (vozes) q̃ correspondem a vinte e quatro todo novo», para o qual e para a talha de outro pagou o tesoureiro a quantia de 629$860 rs. Deste sabemos apenas que, durante este triénio, foi «começado o acrescentamento ao segundo orgam p.ª o que fiqua o necessr.º p.ª se acabar».

Hoje em dia, restam ùnicamente alguns fragmentos da caixa do órgão do lado do Evangelho (est. 13), isoladas lâminas de madeira entalhada no estilo do primeiro barroco, com frisos e painéis correspondentes aos do coro adjacente, cartelas nas bases dos «castelos» dos tubos em projecção que desapareceram e, de um lado, alguns balaústres da varanda (est. 23). Todos estes elementos ligam a caixa com as dos dois órgãos de S. Bento da Vitória, de Gabriel Rodrigues, de cerca de 1716-1719, e dos dois da Santa Casa da Misericórdia, de Viana do Castelo, entalhadas por Pedro Salgado (63), outro escultor do Couto de Landim, e desenhadas pelo enge-

(61) «Fizerão-se dous pulpitos com seos guardapos de talha, e ambos se mandarão dourar» («Estado» de Rendufe, de 1719). Em 1722-1725 foi feito um anteparo, ou guarda-vento, para a porta da igreja, que custou 6$310 rs.

(62) «Consertarão-se as vidraças q̃ estavão quebradas, e os orgãos q̃ todos forão desfeitos («Estado de Rendufe», de 1629). Novamente, em 1719-1722, «afinouse o orgão e consertarão-se os folles delle, e compuzerão-se».

(63) José Rosa de Araújo, *Património Artístico de Viana do Castelo, A Igreja da*

nheiro militar Manuel Pinto de Vilalobos, de Viana do Castelo (64), que talvez ideasse também as de S. Bento, do Porto.

No seu estado actual, estão descobertas as mísulas de Rendufe, severamente ornadas no estilo de placas do revestimento da fachada deste templo. Elas eram antigamente tapadas por uma grande «bacia», cuja máscara terminal, rodeada de folhagens, ainda se mantém. Executadas aparentemente depois de 1779, como veremos, pelo entalhador bracarense Álvaro José Pereira de Faria, reflectiam o estilo de decoração aplicado às suas caixas de órgão por Fr. José de Santo António Vilaça, que culminaram na do imenso instrumento de Tibães, realizado entre 1782 e 1786.

Numa grande igreja como a de Santo André de Rendufe, construída no início de Setecentos, é natural que houvesse talha representativa das sucessivas fases estilísticas deste século. Como já vimos, a maior parte, inclusive todos os retábulos do templo, pertencem ao chamado estilo nacional, correspondente ao primeiro barroco, quando, além dos grandes revestimentos de acanto, floresceu o gosto pelas uvas e pâmpanos com pássaros

---

Santa Casa da Misericórdia, Viana do Castelo, 1963, pp. 69-72. O órgão foi feito pelo padre Lourenço da Conceição, do Porto.

Pedro Salgado, do lugar de Travessos do Couto de Landim, filho natural de Manuel Salgado e Maria Álvares, casou com Serafina Correia, em 23 de Abril de 1692 (ADB. *Livro Mixto da Freguesia de Santa Maria de Landim, 1689-1755*, fl. 95 v.). O casal teve duas filhas, Mariana que faleceu em 2 de Dezembro de 1736 (*idem*, fl. 233) e Rosa, que nasceu aos 30 de Dezembro de 1707 (*idem*, fl. 33). Depois da morte da primeira mulher, ocorrida em 13 de Setembro de 1711 (*idem*, fl. 153), Pedro Salgado casou em segundas núpcias com Marinha Francisca Gomes, filha de Sebastião Gomes e Páscoa Francisca, aos 8 de Janeiro de 1713 (*idem*, fl. 141) e tiveram os seguintes filhos: Custódia, nascida em 4 de Maio de 1714 (*idem*, fl. 66), Dionísia, nascida em 7 de Abril de 1716 (*idem*, fl. 77), Caetano, nascido em 5 de Agosto de 1718 (*idem*, fl. 89) e João, baptizado em 27 de Abril de 1726 (*idem, Livro Mixto da Freguesia de Santa Maria de Landim, 1722-1763*, fl. 21). Em 23 de Outubro de 1726, Salgado casou com Teresa da Silva, de Santiago de Areias (*idem, Livro Mixto, 1689-1755*, fl. 157) e, pela quarta vez, com Ana Maria de Figueiredo Veloso, em 11 de Setembro de 1741 (*idem*, fls. 172-172 v.). O entalhador Salgado faleceu aos 17 de Janeiro de 1750 «ab intestato, com o sacramento da confissão e extrema unção e não recebeo o sacro viatico por não estar em termos de o receber quando se lhe levou por se alienar de todas as potencias...» (*idem*, fl. 273).

Em 1733 Pedro Salgado contratou o retábulo da capela-mor da igreja do convento de Nossa Senhora da Conceição, da Rua dos Pelames, em Braga (*idem, NTG*, vol. 641, fls. 64 e 80).

(64) No seu livro *Os Engenheiros Vila-Lobos, Séculos XVII-XVIII* (Porto, 1953), Alberto Meira traçou ligeiramente a biografia da Manuel Pinto Vilalobos, o terceiro deste nome, que faleceu em 1734.

e meninos no meio de colunas de fuste torcido e arcos concêntricos, muitas vezes reunidas por lâminas de talha em forma de «raios».

Sucedeu-lhe, no segundo quartel do século XVIII, um estilo barroco mais avançado, chamado «joanino», dominado pelos baldaquinos, dosséis e cortinados fingidos, introduzidos nos retábulos das igrejas da corte de D. João V e acompanhados duma variedade de molduras, painéis e lambrequins derivados de modelos de escultura e ourivesaria romanos, como também de estampas decorativas de Jean Berain (1637-1711), de Paris (65).

Deste estilo, representado em Braga pelos trabalhos de Marceliano de Araújo e António Fernandes Palmeira (66), há pouca coisa no templo de Rendufe. Citaremos como típico o nicho do retábulo de Santa Escolástica (est. 9), oferecendo um remate serpentino coroado de um motivo de plumas e revestido de um lambrequim ornado de pequenos relevos de cascas vegetais, do qual depende um duplo cortinado característico da época, tudo em torno a um painel com pintura de folhagens imitando um tecido. Este estilo essencialmente grandiloquente e teatral atingiu o seu auge em Braga durante a década de 1730-1740. Como o retábulo de Santa Escolástica data de 1719-1722, é razoável considerar este pequeno nicho um acréscimo posterior.

A década de 1740-1750 foi, na talha bracarense, um período de transição do barroco italiano maduro de D. João V para o rococó de D. José. Iniciou-se, em Braga, o uso duma nova linguagem de duplas volutas que irrompem em folhagens acânticas chamadas, em França, *agrafes*, e sobretudo de concheados chamejantes de perfis irregulares, indispensáveis

---

(65) R. C. Smith, *A Talha em Portugal*, Lisboa, 1963, pp. 95-98.

(66) António Fernandes Palmeira, do lugar de Santa Maria de Palmeira, na zona suburbana de Braga, foi baptizado em 25 de Janeiro de 1699, sendo filho de André Fernandes e da sua mulher Jerónima Francisca, de Vilarinho (ADB, *Livro Mixto da Freguesia de Santa Maria de Palmeira*, n.° 5, fl. 9 v.). Faleceu aos 12 de Outubro de 1754 com testamento e foi sepultado na igreja de Palmeira (*idem*, *Livro de Defuntos da Freguesia de Santa Maria de Palmeira, 1741-1805*, fl. 37). Dois dias depois morreu a sua filha Josefa (*idem*).

António Fernandes contratou em 1737 fazer o retábulo da capela-mor de S. Francisco (S. Frutuoso), de Real (*NTG*, vol. 663, fl. 84 v.), o qual, acabado em 1739, é o melhor exemplo da zona de Braga do retábulo típico da corte joanina (*Marceliano de Araújo*, est. 16). No mesmo ano de 1737, contratou o retábulo da capela-mor e também os colaterais da igreja do Salvador, de Fonte Arcada (concelho de Lanhoso), que deviam seguir as linhas da talha da capela de Águas Santas (Lanhoso) (*idem*, vol. 660, fl. 228). Fez também, em 1739-1740, o retábulo e total revestimento de talha da capela do Descimento, da igreja de S. Martinho de Tibães (*idem*, *Tibães*, vol. 462, fl. 26).

no vocabulário do estilo *rocaille*. Raras são as manifestações datadas deste estilo de transição, como a talha da bacia do coro da igreja de Santa Cruz, realizada pelo escultor António Marques em 1742 ([67]), e do sacrário do retábulo da capela-mor de Nossa Senhora-a-Branca, de André Soares, de 1751 ([68]).

Por ser do começo desta década, é de interesse a «taboa talhada», que foi introduzida, no triénio de 1740-1743, no lugar da «banqueta», encimando o altar-mor, no lugar de onde foi tirado um sacrário, que passou depois para o retábulo de Nossa Senhora do Rosário, no transepto esquerdo da igreja de Rendufe ([69]). Fala o «Estado» de 1743 desta tábua como sendo entalhada e dourada «ao moderno com seus foscos»; ela, por seu turno, foi substituída por outra, em 1770-1773, quando, de novo, se fez «hua banqueta dourada, e pintada p.ª o altar mayor».

Este deve ser o actual (est. 6), cuja superfície arredondada finge mármore, segundo uma fórmula que distingue, nos relatórios beneditinos, a época do seu fabrico. Características são as tarjas ligeiramente convexas, parecidas com os painéis que desde a década de 1750 caracterizam muitas portas, gavetas e cartelas (est. 19) da escola de Braga, o ritmo das volutas dispostas em sentido alternativo, assim como os concheados assimétricos, que orlam a composição central. Estes ornatos, como os da grande bancada da Misericórdia, que data de 1774 ([69a]), representam o fim de um movimento, em Braga, que se lançou com os relevos decorativos dos plintos das imagens de Isaac e Isaías, do escadório do santuário do Bom Jesus do Monte ([70]), introduzidos à volta de 1750 e atribuíveis a André Soares, que inventou uma versão profundamente pessoal do estilo francês *rocaille*, baseando-se em gravuras decorativas feitas em Augsburgo, Alemanha meridional, durante a década de 1740-1750 ([71]).

([67]) *Marceliano de Araújo*, est. 31.

([68]) Arquivo da irmandade, *Livro de Termos*, 1744-1766, fls. 110-111.

([69]) «Collocouse no altar lateral do Rozario o Sacrario dourado q̃ estava na capella mor, e nelle para mayor decencia, se poz de novo hum pavilhão de galacê de ouro franjado e guarnecido de ouro, e forrado de tafetá branco, e com portada de lhama de duas palhetas de prata, guarnecida de ouro».

([69a]) R. C. Smith, «Portuguese church benches of the eighteenth century — a seconde look», *The Connoisseur*, vol. 161, n.º 647, 1966, p. 29, ests. 5 e 6.

([70]) São tratados e ilustrados no meu livro *André Soares*, como, aliás, o sacrário mencionado na nota 68.

([71]) R C. Smith, «A Verdadeira História do Retábulo de Nossa Senhora do Rosario, da Igreja de São Domingos, de Viana do Castelo», *Belas Artes*, n.º 23, 1968, est. 10.

Entre as expressões mais grandiosas deste estilo rococó, o único estilo que teve a sua origem em Braga durante o séc. XVIII, são as composições de talha laterais da capela-mor de Rendufe (ests. 14-22), constando cada uma dos caixilhos das três janelas tradicionais (est. 15) com suas sanefas (ests. 21 e 22), a sanefa de uma portada e duas filas de bancadas (est. 17), sendo a superior rematada de um vasto e sensacional «friso» assimétrico de elementos de estilo rococó, culminando numa alta cartela central, fazendo parte integral do caixilho da janela do meio.

Inteiramente sem documentação nos «Estados» de Rendufe, embora dourada no triénio de 1770-1773 (72), esta extravagante talha da capela-mor repete, de forma impressionante, o aspecto de dois majestosos conjuntos colocados na capela-mor de Tibães durante o período de 1755-1758, quanto aos caixilhos e sanefas das janelas, sendo os bancos de 1761 e 1762 (73). Do seu notável manuscrito *Livro de Rezam*, conservado no Arquivo Distrital de Braga (74), sabemos que as composições de talha parietais de Tibães foram ideadas e elaboradas por Fr. José de Santo António Vilaça, irmão leigo da Ordem de S. Bento e discípulo de André Soares, que durante a sua longa carreira encheu as igrejas beneditinas do Minho das suas dramáticas obras. Entre as mais espectaculares são as primeiras, todas de carácter profundamente plástico, cujos elementos decorativos vêm quase directamente das estampas de Augsburgo, filtradas, contudo, através do gosto decorativo soaresco. Abertos em alto relevo, estes motivos destacam-se com muita mais força do que os da nova «taboa» do altar-mor, repetindo, pelo contrário, certos maneirismos já expostos, como o pequeno concheado que serve de «auréola» das volutas duma *agrafe*, encontrado no perfil inferior das sanefas das portadas laterais.

Extremamente difícil seria determinar a verdadeira autoria destes caixilhos, sanefas e bancos, que são, sem dúvida, a obra prima da talha

---

(72) O documento diz apenas, «Acabou-se e completou-se o douram.to e pintura da Capella mor...». Estes bancos substituíram outros do triénio de 1725-1728, quando, segundo o respectivo relatório, se fizeram «huas grades p.ª a entrada da Capella mor e esta se goarneçeo de bancos de encosto, e se pintou tudo».

(73) R. C. Smith, «Portuguese church benches of the eighteenth century», *The Connoisseur*, vol. 157, n.º 632, Out. 1944, pp. 132-133, est. 7; «Frà Giuseppe di Sant'Antonio, mobiliere del settecento in Portogallo», *Antichità Viva*, n.os 5-6, 1965, pp. 47-48, est. 1; «Portuguese church benches of the eighteenth century — a second look», *The Connoisseur*, p. 29.

(74) Tem a cota «*Tibães*, vol. 728».

rendufense (75). Introduzidos talvez durante o governo de 1755-1758, cujo relatório não existe, estes elementos não figuram na lista das obras de Fr. José de Santo António contida no seu *Livro de Rezam*. Revelam, porém, tantas reminiscências das suas peças análogas de Tibães, Refóios de Basto, Santo Tirso, Pendorada e Paço de Sousa (76), que não é preciso buscar-lhes outro autor, sobretudo quando se comparam os pormenores dos bancos com os dos outros sítios mencionados no *Livro de Rezam*.

Todos os bancos são de castanho pintado em imitação do pau preto do Brasil. Nos remates há secções fingindo mármores e os enquadramentos são dourados. Seguiu-se um esquema comparável nos caixilhos e nas sanefas da capela-mor, onde as superfícies planas são pintadas de branco, com pequenas zonas marmoreadas, e os elementos em relevo são cobertos de ouro. Há certos elementos, como os motivos avolutados no meio do remate dos bancos superiores (est. 19), que sugerem a talha de André Soares, que podia ter dado, aqui em Rendufe, um modelo em que Fr. José de Santo António se inspirasse. O resto do remate é, porém, nìtidamente «vilaciano».

Nos extremos da capela-mor, entre os pilares do arco cruzeiro e as portadas laterais, há assentos curiosos para uma só pessoa que parecem fragmentos das bancadas, cujos dorsais, remates e pernas se repetem exactamente (est. 18). Estes móveis têm apenas três pernas, uma das quais, de forma reduzida, acomoda-se às molduras da base do pilar, segundo uma fórmula altamente original observada em obras de Fr. José de Santo António, como as cadeiras dos prelados da capela-mor de S. João de Pendorada.

Em comparação com estas de Rendufe, a cadeira do abade na mesma capela-mor, feita de castanho pintado e parcialmente dourado no triénio de 1783-1796 (77), é òbviamente inferior (est. 26). Mal trabalhado e propor-

---

(75) «Portuguese church benches of the eighteenth century — a second look», p. 29, est. 7.

(76) Toda esta mobília do monge entalhador, como também as peças referidas nas notas 73, 75 e 77 são tratadas pormenorizadamente no livro *Frei José de Santo António Vilaça*.

(77) «Fez-se e dourou-se no Coro da Capella Mor a Cadeyra p.ª o Perlado». Na sua superfície, pintada em imitação de pau preto com pormenores dourados, a cadeira aproxima-se ligeiramente à do abade geral, em Tibães, desenhada e executada por Fr. José de Santo António Vilaça, que data de 1761-1764 («Frà Giuseppe di Sant'Antonio», p. 48, est. 2).

cionado, pesado na sua forma, o móvel representa uma fraca e empobrecida versão do estilo *rocaille*, sem relação com o estilo predominante nos anos quando foi fabricado.

Na época do seu falecimento em 1769, André Soares tinha modificado o seu estilo plástico no sentido de superfícies mais simples e decoração mais linear, tendo introduzido alguns motivos sugestivos do neoclassicismo incipiente de Lisboa e do Porto. Revelou, na capela de Santa Teresa, de Braga, acabada em 1767, e na igreja de Nosso Senhor dos Santos Passos, em Guimarães, desenhada em 1769, assim como na sua talha coetânea, uma nova maneira de compor, que caracteriza a obra de Fr. José de Santo António, a partir de cerca de 1775. Este novo estilo, transitório para o classicismo, surge nas sanefas das janelas e dos retábulos da nave de Rendufe, contratadas em 1779 pelo entalhador Álvaro José Pereira de Faria, de Braga ([78]).

É conhecido como um dos rivais, nesta época, do mestre João Bernardo da Silva ([79]), cuja obra se encontra em tantas igrejas de Braga e sua

---

([78]) ADB, *NTG*, vol. 824, fl. 43 v. Quero agradecer profundamente ao ilustre amigo, Dr. Eugénio da Cunha e Freitas, que me revelou este documento.

([79]) Natural da freguesia de Santiago de Areas, do termo de Barcelos, aparece em Braga como executante do novo retábulo da capela-mor da igreja de Santa Cruz (*idem*, vol. 812, fls. 106 v.-107). Em 1778-1779 fez novos altares, em forma de urnas, para os seis retábulos laterais deste templo (arquivo da irmandade, *Livro 2 das Despesas*, fl. 388 v.) e em 1782 os púlpitos e sanefas da nave (*idem*). Em 1781 João Bernardo da Silva entrou de graça na confraria do Bom Jesus do Monte, depois de ter feito «sem estipendio algum» uma planta para a nova igreja (arquivo da irmandade, *Livro de Termos, 1770-1786*, fl. 108 v.). No mesmo ano, residente na Rua do Anjo, contratou entalhar o novo retábulo da capela-mor da igreja dos Terceiros de S. Francisco, em Braga, desenhado pelo Dr. José Calheiros de Magalhães (ADB, *NTG*, vol. 822, fls. 140-141; arquivo da irmandade, *Livro de Despesa, 1778-1801*, fls. 19 v. e 25 v.).

No ano seguinte de 1782 modernizou o retábulo da capela-mor de Nossa Senhora-a-Branca (arquivo da irmandade, *Livro de Termos, 1778-1787*, fls. 86 v.-87), que em 1783 foi pintado de branco e parcialmente dourado «na forma do dos Terceiros e S.ta Cruz» pelo mestre pintor de Lisboa, António José Amorim (*idem*, fls. 112-112 v.). Neste mesmo ano João Bernardo da Silva contratou os dois retábulos colaterais de Nossa Senhora-a-Branca «pelo mesmo risco dos da Ordem Terceira (desenhados por Carlos Luís Amarante, em 1781) só com a diferença de levarem os nossos os nixos dos S.tos Reis e Nascim.to e com o acrescimo mais de serem os Arcos vestidos por fora assim como os da Sê...» (idem, fls. 111-111 v.). Estes retábulos foram pintados em 1784 pelos pintores Rodrigo António Peixoto e João Baptista de Oliveira e o «Mestre António José o qual faria as pedras dos mármores» (*idem*, fls. 130 v.-131). Em 1784 José Bernardo da Silva recebeu 162$500 rs. pela caixa do novo órgão de Tibães, completado em 1786 (ADB, *Tibães*, n.° 466, fl. 99).

vizinhança. Contratou, Pereira de Faria, em 1775, o retábulo principal de Nossa Senhora das Necessidades, de S. João de Barqueiros (Fão), com quatro colunas levando «hũa atada de flores com mistura de talha bem medida e debuxada e figuras bem feitas por Escultor de boa Idea, as quaes serão bem trapejadas com boas acções e arremessos e todas bem lizas e lixadas...» ([80]). Perdeu Pereira de Faria, em Julho de 1781, a oportunidade de entalhar o novo retábulo da capela-mor da igreja da Venerável Ordem Terceira de Braga, contratado por João da Silva ([81]).

No contrato das sanefas de Rendufe, assinado, no dia 4 de Março de 1779, o abade Fr. António da Ressurreição declarou que determinara mandar fazer, pelo preço de 325$000 rs.,

> «13 sanefas de entalha para o dito seu mosteiro, a saber uma para o arco grande da capela mor, duas para os arcos que formam o cruzeiro, duas para os altares coleteraes, quatro para os altares do corpo da igreja, e outras quatro para as frestas do mesmo corpo, vestir as mesmas quatro frestas e reformar as duas caixas dos órgãos na forma dos riscos e plantas que para isso mandara obrar...».

Todas estas sanefas e caixilhos existem, menos a do arco da capela-mor. A sua história começa no «Estado» de 1777-1780, o qual informa que se fizeram «p.ª os Altares da Igreja arcos da mesma (talha), e frestas, sanefas de talha com bom gosto q̃ fazem o templo vistozo, as quaes ficão em p.te já postas, e as q̃ faltam que he por culpa do entalhador (porque) fica dinh.ro na mão do M.e das obras p.ª lhe fazer os ultimos pagamentos como se declara neste Estado». No relatório do triénio que acabou em 1783 lemos que se terminaram e instalaram «oito Sanefas nos arcos, e frestas da Igr.ª em q̃ gastou a maior p.te do dr.o aplicado do triennio antecedente». As quatro novas sanefas são as dos arcos dos transeptos e dos retábulos colaterais. Todas foram douradas no triénio de 1789-1792 com uma parte dos 654$975 rs. «applicados para se doirarem as Sanefas dos Altares Collate-

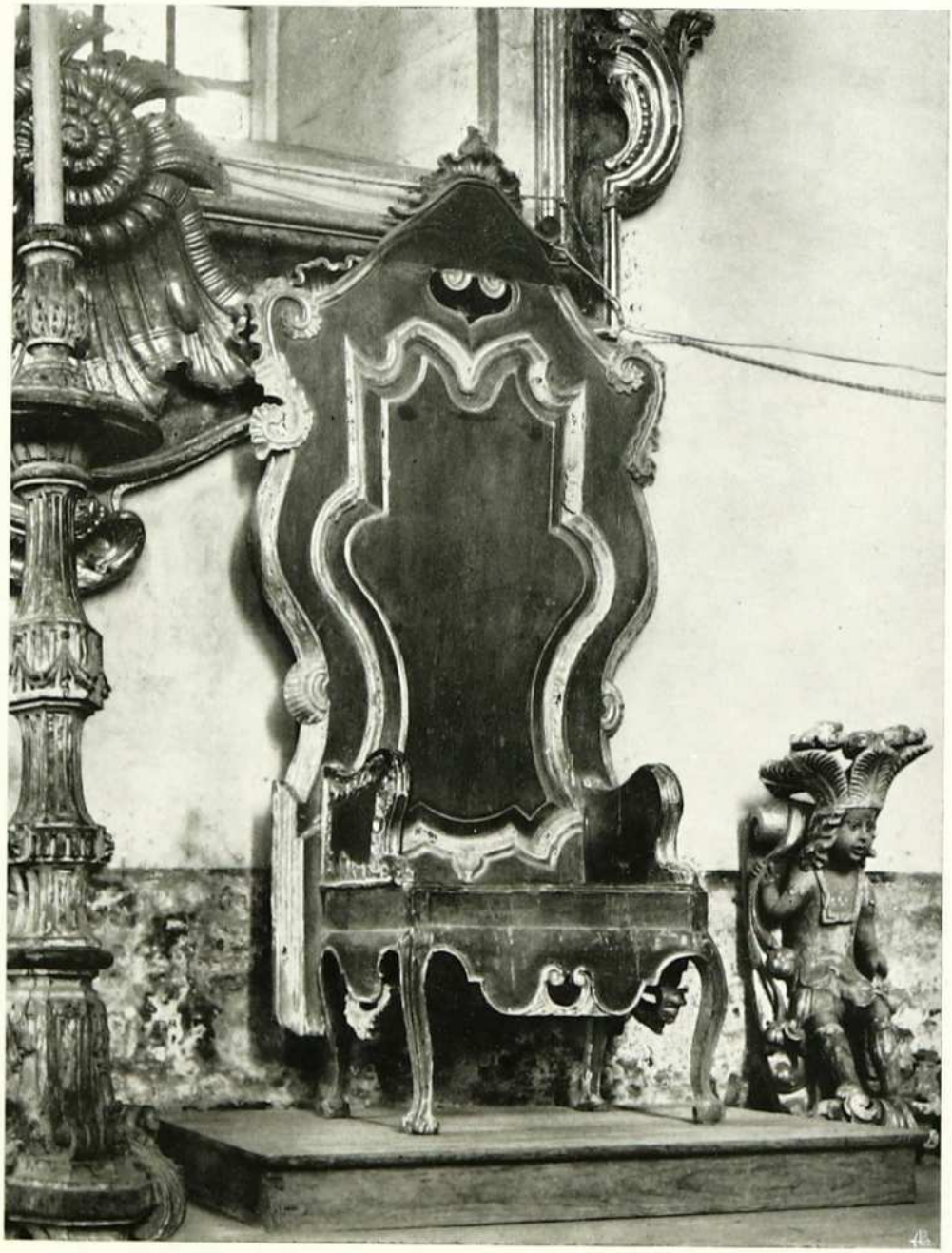
---

([80]) *Idem, NTG*, vol. 809, fls. 67-68.

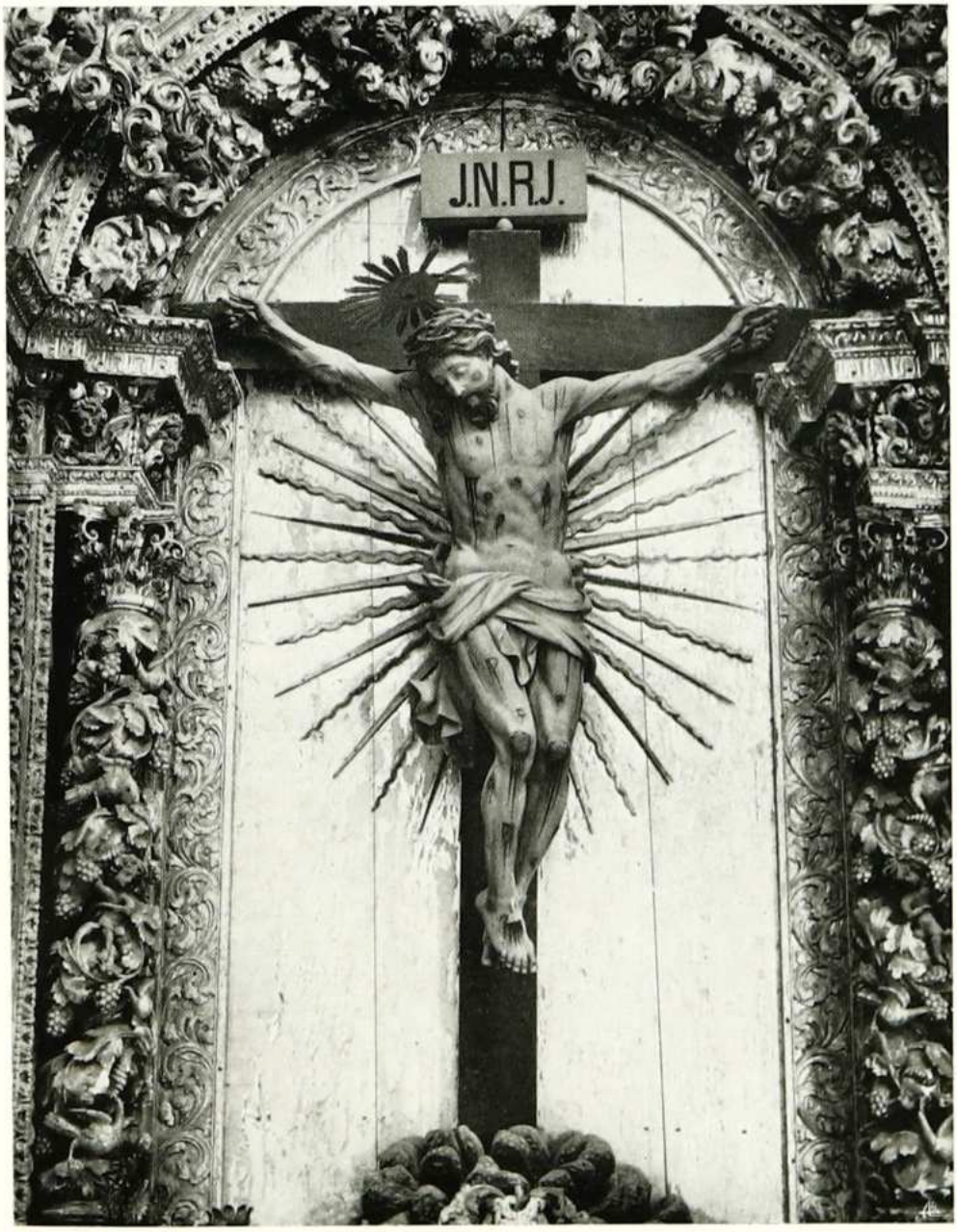
([81]) No dia 18 de Julho de 1781 foi notado que «se fes andar a lanços o Rettaballo da Capella mor da nossa Igr.ª e forão preferidos não so em atençam aos lanços seos por serem os melhores emtalhadores desta cid.ª como bem a ser João Bernardo da S.ª e Alvaro Jose Per.ª ambos desta cid.ª e andando ao escortinio sobre coal delles devia fazer o d.º Retaballo se venceo (o primeiro) p.ª 540$000» (arquivo da irmandade, *Livro de Termos, 1778-1792*, fls. 68 v.-69).



25 — Rendufe. S.to André. Sanefa do Cruzeiro (Lado do Evangelho)



26 — Rendufe. S.to André. Cadeira do Abade.



27 — Rendufe. S.to André. Cristo Crucificado.



28 — Rendufe. S.to André. Cristo Crucificado. Pormenor.



29 — Rendufe. S.to André. Santo André (do Retábulo da Capela-mor).



30 — Rendufe. S.to André. S. Bento (do Retábulo da Capela-mor).



31 — Rendufe. S.to André. Santa Escolástica.



32 — Rendufe. S.to André. Santa Gertrudes.

raes, reformar o Douramento das Bazes dos Orgãos ([82]), fazerem-se novos Pulpitos, pôr na bôca do Camarim da Capella do SS. Sacramento hũ Painel e na entrada da mesma hũ Cortinado, e nella e na Sãchristia reformar o que for necessario, feitas as mencionadas Obras».

Pouco atractivas são as novas obras de entalha do Mestre Álvaro José Pereira de Faria, de proporções pesadas e ornatos confusos. As sanefas dos retábulos constam de grandes arcos interrompidos, no auge, por medalhões vazados orlados de *agrafes*, em posições contrárias (est. 9). A superfície, quase inteiramente, lisa ostenta caneluras interrompidas em grupos de três por cima de uma banda de fitas em nós, sugestivas do estilo de Luís XVI da França, que, nesta mesma altura de 1780-1783, apareciam em caixilhos de quadros e espelhos portugueses, como parte essencial da nova estética classicizante de D. Maria I. No meio duma confusão de *agrafes* circulares, lambrequins, cascas e «atadas de flores», figuram os motivos de pétalas que surgem novamente entre os arcos e os remates avolutados das sanefas que coroam os caixilhos, bastante pobres, das quatro janelas da nave (ests. 23 e 24). Nestas, como nas dos arcos dos transeptos (est. 25) há reminiscências de sanefas desenhadas por Fr. José de Santo António Vilaça, a partir de 1775, na igreja beneditina de Santo Tirso e na franciscana de S. Frutuoso, de Real, ao pé de Braga, embora mal organizadas e de linhas fracas e sem convicção.

Mais classicizantes, na sua extrema sobriedade de painéis rectangulares e ovais ornados de festões e cascas vegetais, são as caixas dos dois púlpitos da nave de Rendufe (ests. 23 e 24). Estes, previstos no «Estado» de 1792, foram construídos e dourados durante o triénio sucessivo ([83]). Muito parecidos com os dois de S. Vicente, de Braga, devem pertencer à obra modesta do mesmo entalhador desconhecido.

Além da talha aqui tratada, possui a igreja de Rendufe várias peças de estilo neoclássico, como as grades (est. 14) e os tocheiros da capela-mor, todas inferiores aos retábulos de estilo nacional, do começo do século XVIII, e os grandiosos bancos «do coro da capela-mor» com os caixilhos das janelas e as sanefas que os acompanham.

([82]) Esta reforma foi feita talvez segundo os desenhos mencionados no contrato das sanefas de 1779.

([83]) «Dourarão-se e pintarão-se as Sanefas dos Altares Collateraes, reformarão-se e dourarão-se as Bazes dos Orgaos. Fizerão-se pulpitos novos, pintarão-se e doirarão-se os mesmos...»

As Imagens

Conserva a igreja de Rendufe uma valiosa congregação de estátuas de talha e de pedra, espalhada pelas várias capelas e retábulos, executadas em determinadas épocas do século XVIII e mencionadas, na maior parte, nos «Estados» da abadia.

Começa o elenco com «hũa Imagem de N. S.ra da Conceição de nove palmos de alto toda estofada com sua coroa de prata», feita no triénio de 1716-1719, tão importante para o templo actual de Rendufe. Esta é provàvelmente a figura de madeira policromada, que actualmente se encontra à entrada da capela do SS. Sacramento, repintada e sem a sua coroa (est.5). Alta e esbelta, de cabeça comprida, representa o novo ideal dos escultores joaninos, destinado a predominar na obra de Marceliano de Araújo, que nos deixou muitas versões deste tipo, nas figuras alegóricas dos seus órgãos da Sé e retábulos da Santa Casa da Misericórdia, de Braga. Existe uma outra figura muito semelhante de Nossa Senhora da Conceição, mas com a cabeça coberta, no seu retábulo da nave da igreja do antigo colégio de Nossa Senhora do Pópulo, de Braga, atribuível a Marceliano de Araújo, que tem guardado o seu primitivo estofado, baseado em primorosas harmonias de verdes, azuis e branco (84).

No mesmo «Estado» de 1719 vem notada a célebre «Imagem de hũ S.to Cristo de nove palmos de alto e hũa Cruz e resplendor p.a elle», colocada no retábulo do braço direito do transepto de Rendufe. Bela na sua anatomia e nobre de fisionomia (ests. 27 e 28), a figura representa uma expressão mais plácida dos Cristos do escultor beneditino Fr. Cipriano da Cruz Sousa. Sem dúvida o mais destacado «imaginário» bracarense do fim de Seiscentos e começo do século XVIII, este monge beneditino trabalhou sobretudo para o mosteiro de S. Martinho de Tibães, desde o seu ingresso na ordem, em 1676, até à sua morte, aí por 1716, enchendo a sacristia, as capelas da nave e a própria fachada da sua igreja com as suas cativantes imagens de talha, barro e granito. Exerceu uma profunda influência na escultura beneditina da primeira metade de Setecentos (85), estabelecendo convenções para a representação da figura e sua roupagem, que perdura-

---

(84) *Marceliano de Araújo*, est. 18.

(85) Em Tibães deixou as doze imagens das Virtudes e dos reis beneditinos, da sacristia, e as figuras de S. Martinho, S. Bento e Santa Escolástica, da fachada (todas de barro), o relevo da *Assunção*, grupos do *Desterro* e *Visão de Santa Lutgarda* e imagem de Santo Amaro (do corpo da igreja), todos de madeira, a estátua de Nossa Senhora

ram até o início da carreira monástica do grande artista Fr. José de Santo António Vilaça, em 1758 (86).

No livro em que tive o privilégio de «ressuscitar» a figura de Fr. Cipriano da Cruz, chamei ao autor desconhecido do *Cristo Crucificado* do templo de Rendufe, o «Mestre de Rendufe», por ter encontrado várias das suas obras nesta igreja (87). Entre elas destacam-se os três santos do próprio retábulo da capela-mor, que ocupam os nichos ao pé do camarim do trono (est. 8), ficando a estátua do padroeiro, Santo André (est. 29), no meio, flanqueada pelas dos patriarcas S. Bento (est. 30) e S. Bernardo. Empolgante na sua nobreza e no barroquismo da sua atitude, abraçando a sua cruz em forma de X, a figura revela a mesma cabeça do Cristo, que novamente se repete nas dos fundadores das Ordens de S. Bento e de Cister, que a ladeiam. Perderam os seus báculos de prata, mencionados no «Estado» de 1722, a cujo governo estas imagens pertencem, quando o respectivo relatório informa que «se estofarão de ouro» (88). Reconhecem-se ainda esta pintura e douramento aplicados aos hábitos esculpidos segundo uma fórmula associada com Fr. Cipriano, em que a roupa é estilizada num pregueado de linhas paralelas, interrompido apenas pela posição do pé esquerdo, ligeiramente avançado. Característico de Fr. Cipriano também é o tratamento das grandes mangas dos santos, cujos perfis de muitas curvas irregulares oferecem dramáticos contrastes com a simetria marcada dos pregueados.

Na figura de Santa Escolástica (est. 31), uma da série que o Mestre de Rendufe elaborou, no triénio de 1719-1722, para os retábulos do corpo da igreja, este contraste manifesta-se ainda mais, por causa da posição inteiramente estática do corpo da santa, outra peculiaridade do estilo de Fr. Cipriano da Cruz reservada às figuras de freiras, como se vê nas duas estátuas de Santa Gertrudes e Santa Francisca Romana, que ele entalhou

---

do Pilar (da portaria do convento), de granito. Há também imagens dos Santos Bernardo e Gregório Magno e o grupo da *Visitação*, transportadas, em 1755, para a igreja do mosteiro de S. Romão do Neiva (R. C. Smith, *Frei Cipriano da Cruz, Escultor de Tibães*, Porto, 1968, ests. VI-XVII, XXIX-XXXV e XXXVII).

(86) Foi profundamente influenciado pelo estilo do seu antecessor nas suas imagens de S. Bento e Santa Escolástica para o retábulo da capela-mor de Tibães.

(87) *Idem*, pp. 136-146, est. p. 132.

(88) «Fizeraõse seis imagens de Sanctos S. André, S. Bento, S. Bernardo, S. Escholastica, S. Mauro, e S. Placido q em todos se puzerão resplendores de prata, e em S. Bento, e S. Bernardo bacullos tambem de prata, e as imagens se estofarão de ouro».

para a igreja do colégio de S. Bento, de Coimbra (89). Estas duas imagens mostram as diferenças que separam as obras dos dois escultores, sendo as caras do Mestre de Rendufe mais finas e elegantes, enquanto a roupagem de Fr. Cipriano ostenta delicadezas mais sensíveis e rebuscadas.

Ocupa esta Santa Escolástica o lugar de honra do seu retábulo do lado da Epístola da igreja, elevada por cima de duas outras estátuas de monjas representando Santa Gertrudes Magna e a Beata Ida de Lovaina. A primeira (est. 32), que parece ser a mesma «primoroza Imagem de Santa Gertrudes de altura de cinco palmos, bem estofada com hum resplendor de prata na cabeça e outro no peito q̃ serve de relicario a hum Menino que tem no coração», mencionada no «Estado» de 1743, como recentemente colocada no retábulo de Nossa Senhora do Rosário.

Característico do Mestre de Rendufe é o rosto delicado da figura, embora o corpo se mostre mais modelado e a roupa mais naturalista. Exibem-se as mesmas tendências na estátua correspondente do outro lado do retábulo (est. 34), a qual, apesar de não figurar em nenhum dos relatórios trienais, é provàvelmente coetânea. Representa a Beata Ida, uma cisterciense do fim do século XIII, que, segundo a lenda, recebeu os estigmas, como S. Francisco. Segurando no seu braço a figura do Menino Jesus, que recebeu numa visão, relata-se pela expressão da boca e pela figura e chapéu setecentista do menino a outra imagem mais movimentada da mesma personagem, numa das capelas laterais da igreja de Tibães (90).

Independentes da obra do Mestre de Rendufe parecem os fragmentos que restam, agrupados na capela-mor, dos seis anjos entalhados para o adorno do retábulo principal (est. 33), durante o triénio de 1722-1725 (91). Marcados pela extrema sensualidade das caras, são extraordinários por causa dos diademas de plumas que coroam as suas cabeças.

Conclui-se o grupo de imagens de madeira de Rendufe com as quatro figuras «do Padroeiro, do Patriarcha (S. Bento), da Nossa madre S.ta Scolastica, e do Milagroso S. Antonio», todas feitas durante o terceiro governo de Fr. António da Ressurreição, entre 1789 e 1792, e colocadas «nos claros» por cima dos retábulos da nave (ests. 23 e 24). Vítimas já da banalidade neoclássica, sem a vida nem a personalidade das peças anteriores,

---

(89) Elaboradas para o retábulo da capela-mor da destruída igreja do colégio de S. Bento, de Coimbra, encontram-se agora na de Nossa Senhora da Graça, de Torres Vedras (*Frei Cipriano da Cruz*, ests. XXV e XXVI).

(90) *Idem*, est. XLIV.

(91) «Deu p.ª seis Anjos q̃ se fizeram p.ª a tribuna, e estofaram sesenta e quatro mil trezentos e quarenta».

são pintadas de branco em imitação de mármore, como os quatro evangelistas do cruzeiro de S. Paulo, de Braga (92), as duas figuras da Anunciação, da escadaria da Sé (museu do tesouro), ou os santos franciscanos da capela-mor da igreja dos Terceiros, da mesma cidade.

Numerosas são as imagens de granito da igreja de Rendufe, que aparecem na própria fachada. Aqui, como foi notado, as estátuas primitivas foram substituídas em 1783-1786 por outras novas, representando Santo André, S. Bento e Santa Escolástica. Apesar de serem de granito, respiram qualquer coisa da graça ligeira das imagens de barro pintado postas no frontispício de S. Bento da Vitória, do Porto, durante o triénio de 1773-1776. Ao mesmo tempo, o mestre desconhecido que as criou deve ter sido guiado, pelo menos na imagem central (est. 35), pelo padrão da figura de Santo André do retábulo da capela-mor (est. 29), tão parecidas parecem estas duas estátuas no tipo de cara, na posição do corpo e na disposição da roupagem. Elegantíssima é a imagem de Santa Escolástica (est. 36), irmã de S. Bento, as mangas de cujo hábito alcançam o efeito de qualquer vestido de fantasia. Parece uma dama do fim da idade média, que vai para a caça acompanhada do seu falcão, que é, na realidade, a meiga pomba, um dos atributos desta santa abadessa.

De todas as imagens de pedra de Rendufe, as mais curiosas são as dos anjos tocheiros da capela do SS. Sacramento, dos quais quatro foram esculpidos com suas peanhas, como vimos, durante o triénio de 1782-1786 (93). Notáveis pela força exuberante das formas (est. 38), cheias de personalidade alegre nos seus rostos gorduchos, exímios na fluidez técnica das suas superfícies movimentadas, estes anjos com suas belas peanhas, ornadas algumas de cabeças infantis e outras de flores, acusam a autoria de algum mestre anónimo de grande talento. Elementos quase indispensáveis nas principais capelas-mores setecentistas do Minho, estes anjos, geralmente chamados «serafins» nos documentos da época, de aspecto quase militar, segurando tochas e escudos, foram habitualmente executados em madeira policromada.

É portanto extraordinário achá-los feitos de pedra, neste interior completamente granítico da capela do transepto de Rendufe. Imitam, eviden-

(92) Dois deles foram esculpidos por António Pinto de Araújo em 1756 (ADB, *NTG*, vol. 737, fls. 124-125). Veja-se Reinaldo dos Santos, *A Escultura em Portugal*, Lisboa, 1950, vol. II, ests. CXLI-CXLIV.

(93) Neste mesmo triénio o «Estado» informa que se fez e dourou «o respaldo do S.to Christo do Coro, e na d.ª Imagem e na do Cap.º se puzerão coroas novas, e se lhe abrirão os sangues».

temente, os muitos anjos militantes com plumas na cabeça esculpidos de granito para figurarem, ao ar livre, sobre frontões e balaustradas de casas e igrejas por todo o Minho durante o século XVIII. Temos outros serafins de pedra (est. 37) no rico escadório do santuário de Nosso Senhor do Socorro, de Labruja, perto de Ponte de Lima, onde alternam com figuras alegóricas, numa repetição mais modesta do famoso conjunto do Bom Jesus do Monte, de Braga (94). Estes de Labruja, com trombetas de metal e caras mais maduras, são mais toscos do que as imagens de Rendufe, embora repitam certos pormenores de seu indumentário ainda joanino. Todos reflectem um gosto regional de Setecentos, que produziu, na talha, as conhecidas figuras alegóricas que rematam os dosséis de tantos púlpitos barrocos e que deram, no granito, as pitorescas mulheres armadas representando povoações, como a de Braga, que encima o arco da Porta Nova daquela cidade.

Satisfeitos evidentemente com os quatro primeiros anjos de 1782-1786, mandaram os monges de Rendufe fazer outro par, em 1789-1792, «dos quais pendem duas redomas com luzes perenaes e Cirios p.ª se accenderem q.do se administra a Sagrada Comunhão». Assiste toda esta companhia angélica, como a corte da nova padroeira da capela, Nossa Senhora de Fátima, juntamente com quatro outras imagens de granito, instaladas no mesmo triénio, nos ângulos arredondados do vestíbulo da capela (est. 5). Representam Cristo Ressuscitado, Nossa Senhora da Conceição e os dois apóstolos S. Pedro e S. Paulo. Citadas todas no «Estado» de 1792, constituem com os anjos uma notável assembleia para interior de igreja, comparável, na realidade, com o efeito de certas balaustradas de fachada e escadaria de santuários de romaria no Norte de Portugal (95).

---

(94) Não tenho documentação destas imagens, que parecem ser do fim do século XVIII. Agradeço ao Prof. José João Rigaud de Sousa as informações gentilmente concedidas em carta de 8 de Junho de 1970, de que «Os livros de despesas mais antigas da irmandade de N.º Sr. do Socorro (Labruja-Ponte de Lima) não referem despesas com respeito às estátuas da igreja e a obras dela só pequenos consertos. O mais antigo data de 1811». Estou também muito grato ao Rev. Sr. Con. Carlos F. M. Pinheiro, pelos seus esforços para obter informações.

Dentro da igreja de Labruja existe uma aguarela «das novas obras», projectadas em 1854, mas nunca realizadas, com um grande escadório baseado no do Bom Jesus, inclusive a secção final desenhada por Carlos Amarante.

(95) Na balaustrada do tecto da igreja velha do Bom Jesus do Monte, de Braga, reproduzida na vista executada em 1789 pelo arquitecto da igreja nova, Carlos Luís Amarante, actualmente no museu do santuário, havia seis anjos ostentando os símbolos da Paixão de Nosso Senhor.

Para terminar esta secção de imaginária, será talvez lícito incluir nela duas obras de ferro forjado (est. 41). São estas os «ferros em q̃ andão as alampadas» da capela-mor, referidos no «Estado» de 1719 de Rendufe. Representando, como parece, monstros marinhos, pertencem a outra categoria regional. que produziu os ferros mais ricos e tècnicamente avançados da nave da matriz de S. João Baptista, de Vila do Conde, ornados de dragões em combinação com homens alados. São produtos típicos de um último surto do gosto do maravilhoso medieval, tão evidente nos códices iluminados do começo de Setecentos, que deu uma das suas manifestações mais memoráveis nas serpentes de granito com cabeças caninas da balaustrada da entrada principal da catedral portuense, reformada no primeiro quartel do século XVIII (96).

Outras Obras em Rendufe

Maugrado os severos estragos que sofreu a igreja de Rendufe, desde a abolição das ordens monásticas em 1834, conserva-se em grande parte o seu rico recheio de imagens e talha, à luz do que nos informam os «Estados» trienais. Lamentável, em contrapartida, tem sido a destruição efectuada por vandalismo, incêndios e outras calamidades, na parte conventual de Rendufe. A perda aí sofrida foi quase tão completa com aquela que houve em Santa Maria de Pombeiro, outro mosteiro beneditino comparável em grandeza com o de Santo André de Rendufe (97).

(96) *Nicolau Nasoni*, est. 51.

(97) Para o mosteiro de Pombeiro, perto de Felgueiras, na zona de Guimarães, com uma população de 26 religiosos, o século XVIII foi um período brilhante de grandes construções e adornos. Logo no princípio o abade Fr. Lourenço Pereira (1701-1704) alteou o claustro, ao qual deu um grande chafariz, e enriqueceu a sacristia (Fr. António da Assunção Meireles, *Memórias do Mosteiro de Pombeiro*, Lisboa, 1942, p. 66). A fachada da igreja românico-gótica foi reconstruída pelo abade Fr. Bento da Ascensão (1719-1722) e a capela-mor foi ampliada pelo seu sucessor, Fr. Bartolomeu de S. Jerónimo (*idem*).

Em 1761-1764 Fr. José de S. Caetano iniciou uma grande campanha de modernização do exterior e interior da igreja, que, em 1785, Fr. Bernardo da Esperança Teles qualificou de «Magnífica» (C. Castelo Branco, *obra cit.*, p. 189). Durante o período desde 1770 até 1792, quando aí viveu, Fr. José de Santo António Vilaça, o eminente entalhador da Ordem de S. Bento, dirigiu a decoração com estuques e pinturas, que serviram de fundo para a sua vasta obra de talha, que inclui, além do retábulo principal e todo o *lambris* da capela-mor, com seus bancos e outros móveis, um riquíssimo arco do coro, caixas de órgãos, cadeiral, quatro retábulos laterais, muitas imagens e lâminas de talha

No seu governo de 1716-1719, o abade Fr. Manuel das Neves, que criou a nova igreja, mandou fazer também uma nova biblioteca. Esta «Casa da Livraria», desaparecida presumìvelmente no terrível incêndio de 1877, que durou vários dias, foi inteiramente construída durante este triénio. Informa o «Estado» de 1719 que «se solhou, e forrou de painéis, e nella se pozerão grades de ferrro, vidraças e redes (nas janelas) e hum bofete e seis tamboretes de sola do Brasil, com sua pregaria dourada, por cujo respeito se não deu satisfação aos trinta mil rs. de livros q̃ na junta passada se mandarão por nas Livrarias cada Triennio» (98).

Trabalhava-se também no claustro, situado no flanco meridional (lado da Epístola) da igreja de Rendufe. «Travajouse a mayor parte de um lanço das varandas do claustro», escreveram os «Estadistas», «e se solharão, e forrarão tres lanços do mesmo claustro». Existe hoje em ruínas (est. 39), com alguns vestígios dos seus azulejos «de albarela» lisboetas, adquiridos em 1725-1728 (99), este claustro de arcadas de ordem toscana, comparável na sua forma com o de Tibães, que lhe é coevo (100). Domina-o um gran-

---

decorativas. Quase todas estas obras sobreviveram. Em 1783 os pedreiros locais António Peixoto e José da Costa iniciaram um vasto edifício conventual, que nunca foi acabado (ADB, *CSB*, vol. 122).

Hoje está em ruínas, como o claustro adjacente, cujos azulejos polícromos, adquiridos em 1777-1780 (A. Meireles, *obra cit.*, p. 67) quase inteiramente desapareceram. Perderam-se todas as salas conventuais e também a sacristia e ante-sacristia.

(98) No próximo triénio de 1719-1722 houve um pagamento de 3000 cruzadas a Domingos da Costa, «livreiro da Cid.ª de Braga».

Na Biblioteca Pública Municipal do Porto há um manuscrito, de 131 fólios (n.º 391), que reflecte a actividade intelectual do mosteiro de Rendufe, no fim do século XVIII. Tem por título *Poezias Lyricas que em Testamento de Gratidão ao R.mo P.e M.e Doutor o Senhor Joze Joaquim de S.ta Thereza, Preclarissimo Exgeral da Cong.am Benedictina Offerecem Os Pastores d'Arcadia Tibanense*, Rendufe, 1790.

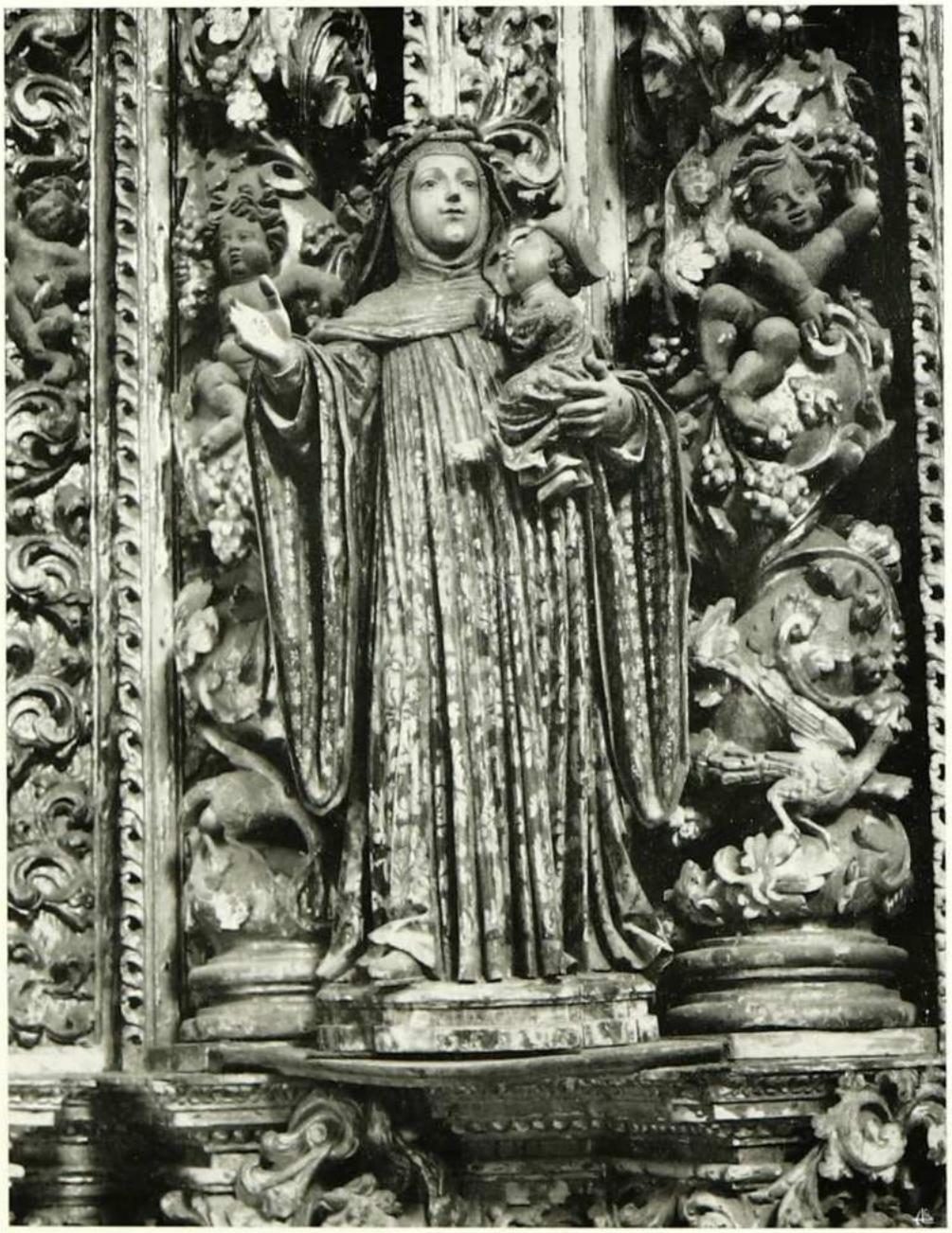
Este grupo literário constava de um «Corpo Arcaico», composto de oito monges, que usavam apelidos clássicos como Alceno, Fido Miceno, Menaldo, Sílvio, Almeno, Coredon e Délio. O documento contém um soneto ao Fr. José Joaquim de Santa Teresa, abade geral desde 1782 a 1789, grande bemfeitor da biblioteca de Tibães, e inaugurador da «arca literária», da qual se distribuía dinheiro para a publicação de trabalhos feitos pelos monges. Há outro soneto em honra do seu irmão, Fr. Manuel dos Prazeres, abade geral entre 1789 e 1792, e outro intitulado *Na Feliz Eleição do M. R. P. P. Frei Antonio da Ressurreição D. Abbade de Rendufe*, que ocupou este lugar nos triénios de 1777-1780, 1786-1789 e 1789-1792.

(99) «Lageou-se e fizerão sepulturas e canteiros de pedra no claustro. Forrouse, e se comprou e conduziu o azulejo p.ª elle».

(100) Foi construído pelo mestre pedreiro Miguel Fernandes, com forro do conhecido carpinteiro João Borges Gonçalves (ADB, *Tibães*, vol. 461).



33 — Rendufe. S.to André. Pormenor de um Anjo.



34 — Rendufe. S.to André. Beata Ida.



35 — Rendufe. S.to André. Santo André (da Fachada).



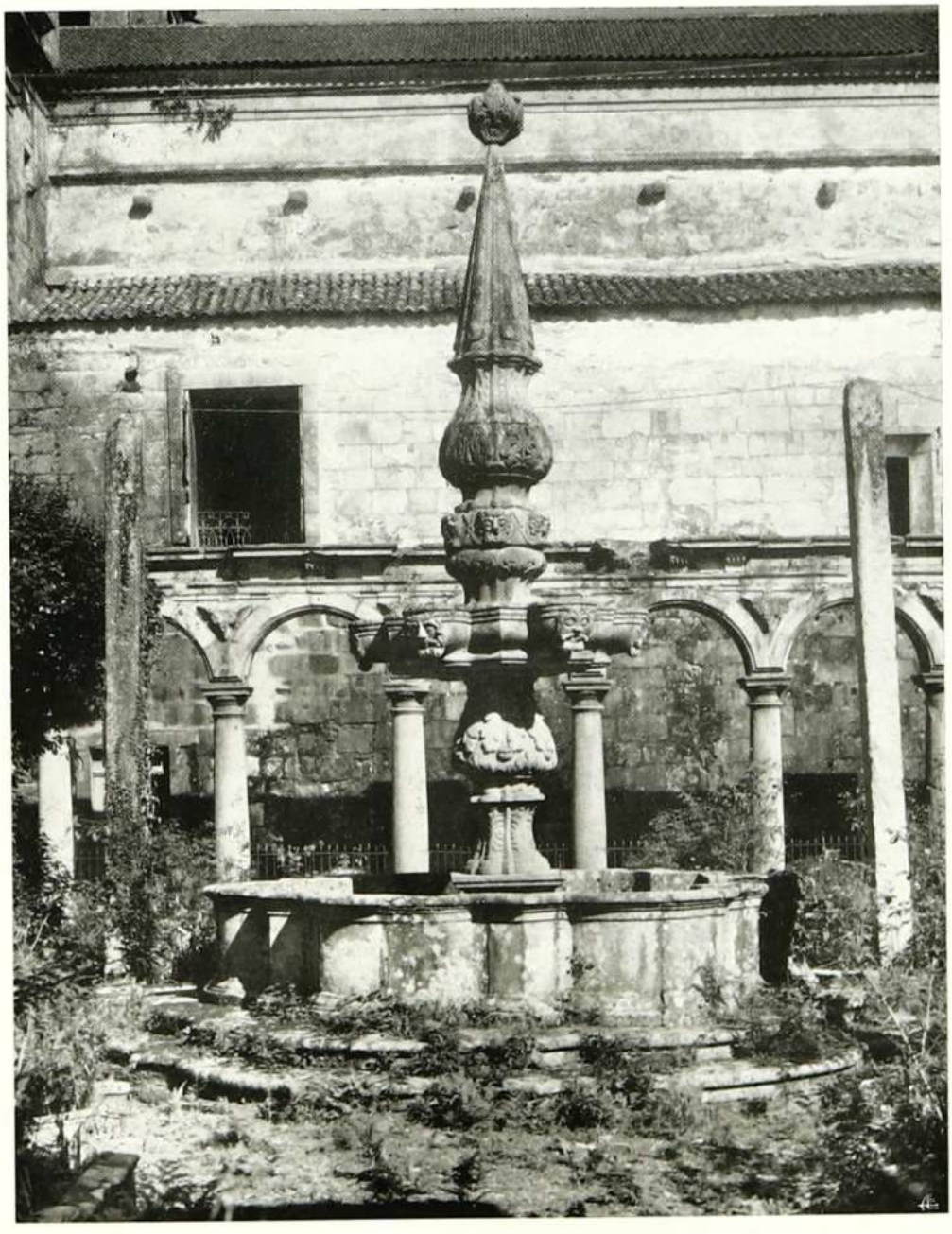
36 — Rendufe. S.to André. Santa Escolástica (da Fachada).



37 — Labruja. Nosso Senhor do Socorro. Anjo do Escadório.



38 — Rendufe. S.to André. Anjo Tocheiro.



39 — Rendufe. S.to André. Claustro.



40 — Rendufe. S.to André. Chafariz do Terreiro.



40 — Rendufe. S.to André. Chafariz do Terreiro (pormenor)



41 — Rendufe. S.to André. Ferro Forjado da Capela-mor.

dioso chafariz ornado de muitas carrancas típicas do período (101), que, na planta ondulante das suas bacias e supedâneos, exprime o barroquismo da primeira metade de Setecentos.

Manifesta-se esta mesma qualidade, em forma ainda mais expressiva, na bela «fontayna no terreyro da Igreja, toda de esquadria bem lavrada com hũa grande pedra no meyo com as armas da Religião, e rematada com hũa targe e pyramides modernas» (102). Bem conservada ainda (est. 40), esta fonte armorial e mural de 1740-1743 funciona perfeitamente, como outra de Santo António em Real, no meio de um ambiente inesquecível da época, tendo de um lado a alta fachada da igreja, do outro uma elegante casinha setecentista e, em frente, o que resta da solene entrada da portaria do convento.

---

(101) O «Estado» de 1795 revela que durante aquele triénio foram pintadas «as molduras do Chafariz, ficando assim mais formozo e agradavel á vista». O costume de pintar e dourar o granito dos enquadramentos e esculturas exteriores foi seguido durante todo o século XVIII. Já notámos que, no primeiro quartel de Setecentos, as novas imagens da fachada da igreja de Rendufe foram douradas. Em 1728 as «galantarias das hortas e as figuras das fontes» de Tibães, assim como as portadas do claustro, ainda novo, foram pintadas por pintores de Braga e de Palme (*idem*, vol. 460). Em 1754-1755 as imagens da fachada da igreja dos Clérigos, do Porto, foram cobertas de gesso e pintadas de diversas cores (B. Xavier Coutinho, *A Igreja e a Irmandade dos Clérigos*, Porto, 1965, pp. 282-284). No *Livro de Termos, 1764-1778* da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, de Braga, lemos sob data de 5 de Abril de 1767 «que se asseitava a esmolla de oitto mil reis, que hum devotto daua e aplicaua p.ª se mandar Pintar a Sagrada Imagem de Nossa Senhora da Conceição da frontaria da Igreja (obra do mestre pedreiro Pedro Nogueira, em 1713) como tambem as Armas do Nosso Padre Sam Franc.º de Branco com seos filetes de ouro» (fls. 94-94 v.). Em Ponte de Lima houve semelhante despesa, quando, em 1778, os Terceiros de S. Francisco pagaram 7$200 rs. a «Manuel de Abreu Pintor p.ª encarnar a Snr.ª de fora, pintar as Armaz da fronteira, e do guarda vento, e portaz» (*Livro de Despezas, 1741-1811*, fl. 125 v.) e, novamente, em 1801-1802, quando se pagaram 26$270 rs. «Com tintas e ouro para os Anjos das portas da igreja» (*idem*, fl. 214). O «Estado» de S. Bento da Vitória, do Porto, de 1783, notícia que «no meyo do tanque do claustro se pos hua figura de Hercules de pedra oleada de branco» («A Igreja da Vitória», p. 233), em imitação de mármore. Também, em 1798-1801, as três imagens dos «Santos que estão na frontaria da igreja» de Santo Tirso foram pintados de branco, provàvelmente pela mesma razão» («Estado» de Santo Tirso, de 1801). As três imagens, de granito, representam S. Bento, Santa Escolástica e Santo Tirso. Duas estão reproduzidas em *Frei Cipriano da Cruz* (ests. XXXVIII e XXXIX).

O actual chafariz de Rendufe substituiu outro «na claustra», citado por F. Leão de S. Tomás (obra cit., vol. II, p. 329).

(102) «Estado» do Rendufe, de 1743. Há outra fonte parietal com as armas de S. Bento na antiga cerca de Santo Tirso.

No triénio de 1728-1731, do abade Fr. Tomás do Sacramento, foram realizados, além do dormitório já citado, outros trabalhos que quase todos desapareceram. «Tapousse o Jerico (jardim) de tras da Igreja», informa o relatório trienal, «e nella se pos ô nicho q̃ sahio da Escada da portaria. Fesse hũa capella na orta aproveitando duas colunas q̃ sahirão da porta do carro. Fesse hũa grande fresta, na principal Escada com sua vidraça, e rede e puzeram aos lados dois nichos de Emtalha com o Nosso P.e Sam Bento, e Nossa Madre Santa Escolástica». Ficou a janela, mas perderam-se as imagens.

No governo de 1737-1740, de Fr. Jerónimo de S. Bento, foram reformadas outras estátuas de S. Bento e sua irmã abadessa, «que se pozerão no choro», e na horta atrás da igreja foram construídas três capelas «p.a inteyrar as sete dos pasos» (103). Estas também se perderam. O «Estado» de 1783 fala novamente da horta, na ocasião da abertura de «hua porta p.a a horta junto ao hospicio com escada de pedra p.a a d.a e corrimões de ferro». Continua o documento dizendo que «na mesma se pozerão colunas de pedra com seo alpendre».

No mesmo triénio de 1780-1783, quando se acabou a capela do SS. Sacramento, o abade Fr. Sebastião de S. José mandou fazer «a fundamentis a varanda q̃ fica p.a o Nascente, a qual não so afermozea o edificio, ou Mostr.o, mas também evitou a ruina do dormitório gr.de q̃ ameaçava. Puzerão-se na d.a pilares de pedra, e grades de ferro». Foi acabada apenas em 1786-1789, forrando-se-lhe assentos. Esta varanda, comparável com aquela que ainda se vê na mesma posição no mosteiro de S. Miguel de Refóios, foi outra vítima do incêndio de 1877.

Outra ainda parece ter sido a capelinha de Nossa Senhora do Pilar, «com o tecto em estuque... na qual com commodidade podem os Monges idozos e enfermos celebrar sem o incommodo de esperar tempo e ocasião». Foi construída no claustro por ordem do prelado Fr. Sebastião do Pilar, durante o seu triénio de 1792-1795 (104).

Antes da dissolução das ordens religiosas, tinham as grandes abadias beneditinas como a de Rendufe igrejas anexas dentro e fora do couto, de cuja manutenção eram, pelo menos em parte, responsáveis. Os «Estados» de Rendufe contêm umas poucas referências a obras realizadas nestas igrejas. Assim sabemos que, no triénio de 1716-1719, se executou um novo retábulo na igreja de Barreiros. Na actual igreja de Santa Marinha de Vilar

(103) *Idem* de 1740.
(104) *Idem* de 1795.

de Chamoim, que data de 1779, a capela-mor foi edificada «a fundamentis», à custa do mosteiro de Rendufe, durante o triénio de 1777-1780. No próximo governo foram feitos, neste templo, «hum retabolo na capella mor dourado e hum caixão na sacristia». No mesmo período a igreja de S. Pedro de Codeceda também recebeu «hum retabolo dourado na capella mor, e hum caixão novo na sacristia». Na capela de Santa Cruz, antigamente de Santa Helena, da freguesia do Souto, novamente lageada, foram postas portas novas e uma imagem do Santo Cristo.

O «Estado» de Rendufe preparado em 1786 indica outras obras na igreja de Santa Marinha de Vilar. «Reformou-se», ele declara, «a fresta da Capella mor, forrou-se, e solhou-se a Sachristia, e fez-se hum caixão com duas gavetas (o de 1783 ?), hum almario com seo repartimento: concertou-se a porta da mesma, e retabulo na p.te q̃ nos pertence».

★

Estas são as obras de construção e embelezamento mais importantes realizadas pelos monges de Rendufe, durante o século XVIII. Foi um período de grande actividade artística, que veio com o ouro do Brasil; foi também uma época de renovação, quando não sòmente o edifício da igreja, como também a sua talha foram substituídas. O fenómeno ocorrido em Rendufe foi repetido em outras casas da Ordem de S. Bento, em Refóios de Basto, em Pendorada e também em S. João de Cabanas, onde, entre 1725 e 1731, se criou um conjunto de edifícios inteiramente novo (105). Produtos de Setecentos, um dos maiores momentos na história da arte portuguesa, estas obras reflectem, na pureza da sua condição primitiva (pois ninguém tem mexido com o recheio de Rendufe), a série de estilos

(105) Fica perto de Viana do Castelo o pequeno mosteiro de Cabanas, onde em 1789, moravam apenas três religiosos. A reconstrução da igreja «a fundamentis» deve-se ao abade Fr. Manuel de Jesus, que, durante o seu triénio de 1725-1728 viu as obras correr «com tanto fervor que ja na Igr.ª e sanchristia ficão postos sinco retábulos novos e a Capella mor composta com o velho q̃ havia e nella se dis ja Missa...», como escreveram os «Estadistas» de 1728 (ADB, *CSB*, vol. 126). O claustro foi edificado e a fachada do templo terminado em 1728-1731. Os quatro retábulos da nave foram dourados em 1752-1755. Do triénio de 1777-1780 data o actual retábulo principal, dourado em 1792--1795, com as colunas pintadas em imitação de mármore.

que se sucederam durante este século, áureo do esplendor beneditino, na véspera da catástrofe de 1834.

De todos os mosteiros do Minho o de Rendufe destaca-se, pela nobreza da fachada da sua igreja e pelo belo quadro que esta forma com o chafariz e as casas setecentistas do terreiro que domina. Nada aqui destoa, nada interrompe ou ameaça o encanto da cena evocadora do passado bucólico minhoto e a bela tradição do seu granito. De dentro, a igreja guarda ainda tesouros de arte bracarense, desde o arcaz de Agostinho Marques, de 1697, até às raras imagens dos anjos tocheiros de pedra, de 1792. Aqui ainda se encontram agrupadas as peças do grande conjunto de talha de estilo barroco associável com a arte de Gabriel Rodrigues Álvares, o supremo entalhador beneditino da primeira metade do século XVIII. Aqui também se destacam as elegantes imagens douradas e estofadas de um grande discípulo do escultor beneditino Fr. Cipriano da Cruz. Neste mesmo templo de Santo André de Rendufe está ainda exposta uma das verdadeiras obras-primas do rococó bracarense, a dupla composição de bancos, caixilhos de janelas e sanefas aplicada às paredes da capela-mor, peças tão reminiscentes do opulento e dinâmico estilo de Fr. José de Santo António e seu insigne mestre, André Soares da Silva.

Existem todas estas maravilhas em Rendufe ainda, mas mal tratadas pelo tempo, vítimas de um século e meio de incúrias constantes. Hoje estão, como as relíquias semelhantes da igreja-irmã de Tibães, cada vez mais ameaçadas de ruína terminal. Existe um movimento para salvar Tibães, a casa-mãe dos beneditinos de Portugal e do Brasil. Até agora, contudo, ninguém se lembrou de estender o manto desta protecção até ao templo de Santo André de Rendufe, edificado em tão poucos anos pelo «indigno» Fr. Manuel das Neves e enriquecido, de forma espectacular, pelos seus sucessores, Fr. João de S. Bento, Fr. Manuel de Macedo, Fr. Jerónimo de S. Bento, Fr. Tomás do Sacramento, e também por Fr. António da Ressurreição, três vezes abade de Rendufe. Estes são os homens que mandaram fazer o património artístico do inolvidável lugar.

Quanto ao valor deste património não pode haver dúvidas. Justifica-se, e amplamente, pelo número e qualidade das obras conservadas e documentadas nesta monografia destinada a revelar, pela primeira vez e com as informações da própria época, o tesouro setecentista de Rendufe, e a fazer apelo sincero e urgente para a sua protecção.

O Mosteiro de Rendufe (1090-1570) *

Por J. MATTOSO

Não se recomenda muito aos investigadores o estudo de um mosteiro cuja documentação se perdeu totalmente, ou pouco menos. Mais vale consagrar os esforços a um terreno produtivo do que desperdiçá-los numa tarefa sumamente ingrata.

Convém, portanto, justificar a escolha deste mosteiro como tema de investigação, pois o cartório de Rendufe perdeu-se na sua quase totalidade.

O primeiro motivo que me levou a estudá-lo foi a necessidade de chamar a atenção para o edifício ainda hoje conservado, e apoiar o esforço de todas as pessoas que têm procurado lutar pela sua conservação, com um empenho bem justificado. O estudo do Prof. Robert Smith, neste mesmo número, é bastante eloquente a tal respeito. Completemo-lo com uma revisão sumária da história da comunidade que construiu tal edifício. Esta história explica-o e revela melhor toda a realidade que ele evoca.

Moveu-me ainda outra razão: mostrar que toda a instituição de uma certa importância deixa sempre bastantes vestígios da sua existência, ainda quando o núcleo fundamental da sua documentação desaparece. Neste caso tratava-se de recolher tais vestígios, e reconstituir com eles, melhor ou pior, a história dessa instituição. A tarefa não é inútil, pelo menos no domínio da história monástica, quando se dispõe de elementos de comparação mais sòlidamente documentados. Fica o trabalho como elemento para uma reconstituição mais completa; mas esta só se fará com a história de todos os mosteiros de uma determinada região.

Este trabalho pode ter, portanto, alguma utilidade. Em primeiro lugar, a de ser elemento para um futuro ou eventual *monasticon bracarense*. Segundo, a de fornecer exemplo de um estudo para casos semelhantes.

Esta última função leva-me a sublinhar ràpidamente as pistas seguidas para recolher a documentação apresentada em apêndice.

Verificada, no cartório de Rendufe, actualmente conservado no Arquivo Distrital de Braga, a penúria de documentos medievais, e na Torre

* Este artigo foi-me sugerido pelo Sr. José João Rigaud de Sousa, que me acompanhou a Rendufe, ajudou a copiar as inscrições e obteve a transcrição do doc. 20. A ele dedico estas páginas, como testemunho de grata amizade.

do Tombo a total inexistência de documentos dele procedentes, podia-se estar certo de que o seu conteúdo, a existir ainda, devia ter sido escondido em alguma casa particular. Só o acaso permitiria descobri-los. Já em tempos eu tinha feito no Minho uma sondagem acerca de arquivos particulares para neles encontrar documentos beneditinos. Nada descobri sobre Rendufe. Apesar de este género de pesquisas nunca revelar tudo, não valia a pena prolongá-las. Era mais proveitoso procurar vestígios seus em cartórios de instituições relacionadas com ele. Aqui no caso, a coroa real, a arquidiocese de Braga e a Santa Sé. De facto todos três conservavam alguns documentos importantes. Além disso era necessário procurar elementos a partir da família patronal. Também ela forneceu dados valiosos.

Os que se obtiveram por meio destas quatro pistas foram os mais importantes. Os outros apareceram por acaso ou tinha-os eu já recolhido em investigações mais ou menos sistemáticas para acumular material beneditino nos mais importantes arquivos e bibliotecas do País.

Finalmente, não se desprezou a documentação recolhida pelos eruditos do século XVIII, em particular pelos membros da Academia Real da História, Jerónimo Contador de Argote e Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, cujos apontamentos sobre a história local de Braga, de Guimarães e do Entre-Douro e Minho existem ainda na Biblioteca Nacional. Mas esta pista não deu resultado algum para o caso de Rendufe.

Vejamos, em pormenor, o resultado deste trabalho de heurística.

1. Do cartório de Rendufe restam as seguintes peças:

— No Arquivo Distrital de Braga, Rendufe: O índice dos documentos das gavetas, do século XVIII, no qual raramente se indicam as datas das peças sumariadas (n. 1); o inventário dos livros de prazos, posteriores à extinção do mosteiro (n. 2); livros de prazos dos séculos XVI a XIX (n. 3 a 64); dois maços de prazos (n. 65, 66); livros de vedorias de 1510 a 1832 (n. 67 a 98); maços de sentenças de 1570 a 1807 (n. 99, 100); notas dos tabeliães do concelho de 1575 a 1677 (n. 101 a 104); consentimentos de prazos, 1583 (n. 105); mostrador das propriedades, 1630 (n. 106 a 110); bens e rendimentos do mosteiro, 1770 (n. 111); livros da granaria e do recibo de 1807 a 1828 (n. 112 a 114); documentos avulsos de 1533 a 1823 (n. 115); livros do recibo de 1642 a 1828 (n. 116 a 145).

Como se vê, destes códices e maços, o n. 1 não pode, infelizmente, ser aproveitado, por não ter sumários datados; restam, para a época que nos interessa, o primeiro volume das vedorias, começado em 1510 (n. 67), e o maço de documentos vários (n. 115).

— No Arquivo do Mosteiro de Singeverga: cinco pergaminhos de Rendufe, todos eles com documentos falsos, e incorporados juntamente com o Cartório de Bustelo (1); livros do noviciado, de 1576 a 1740; livros das alfaias do mosteiro, de 1807 a 1831; livro primeiro das hipotecas e doações, de 1719 a 1780; livro da tomada de posse dos mosteiros da Congregação de S. Bento de Portugal, de 1569 a 1590 (2).

2. Foram copiados ou extratados directamente do cartório de Rendufe, antes da extinção do mosteiro, alguns documentos hoje desaparecidos, nos manuscritos seguintes:

— Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, ms. 8093 (3), f. 13r-17v, com a cópia de cinco documentos de 1191, 1193, 1202 e sem data, em letra do século XIX.

— Arquivo do Dr. António Correia Caldeira Coelho (Lisboa): Apontamentos de Fr. Luís dos Serafins Saraiva (4), 1796, f. 3-58v, com extractos de documentos de 1503 a 1618.

3. Documentos reais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

— Chancelarias:

De D. João I, livro I, f. 197v-198r, documento de 5 de Dezembro de 1389 (cf. livro III, f. 29 v; Leitura Nova, Além Douro, II 92 v). De D. Afonso V, livro XI, f. 90 r, documento de 24 de Julho de 1451.

— Inquirições:

De D. Afonso II, 1220: livro I (publicado nos *PMH, Inq.*); de de D. Afonso III, 1258: livro IX (publicado nos *PMH, Inq.*); de D. Dinis, 1288: livro I, f. 6 v-7 r (5).

---

(1) Estes documentos estavam na Casa do Outeiro em S. Cristóvão de Nogueira (c. Louzada) e foram oferecidos ao mosteiro de Singeverga pelo seu proprietário, Dr. Manuel de Sousa Guedes, em 1952.

(2) Alguns destes códices devem ter pertencido, em tempos, aos compradores do mosteiro de Rendufe, parentes dos que adquiriram também o de Tibães. O seu espólio parece ter sido recolhido, parcialmente, em Braga, por um coleccionador cujo herdeiro vendeu alguns códices ao antiquário Américo Marques (Lisboa). A este adquiriu o mosteiro de Singeverga os quatro códices mencionados no texto; o último não pertencia ao cartório de Rendufe, mas ao da Congregação de S. Bento de Portugal, guardado em Tibães.

(3) Segundo o ficheiro da Biblioteca Nacional, este manuscrito pertencia à colecção Figanière.

(4) Irmão de Fr. Francisco de S. Luís, cardeal Saraiva.

(5) Afim de evitar trabalhos escusados a outros investigadores, devo acrescentar que não encontrei nenhum documento relativo a Rendufe nos outros volumes das Chan-

4. Documentos do Arquivo Arquiepiscopal de Braga, hoje no Arquivo Distrital de Braga:

— Livro 1 dos testamentos, f. 8 r (= livro 2, f. 53 r), documento de 22 de Setembro de 1245; ibidem f. 30 r (= livro II f. 74 r), documento de 17 de Novembro de 1267; Gaveta de prazos do cabido, n. 26, documento de Fevereiro de 1253; Gaveta II de propriedades do Cabido, n. 3 e 5, documentos de 11 de Abril de 1391 e 12 de Fevereiro de 1393 (6); Gaveta dos Testamentos, n. 56, documento de 4 de Setembro de 1396; confirmações de D. Fernando da Guerra f. 142 r e 229 v, documentos de 5 de Novembro de 1447 e de 10 de Abril de 1463; Colecção Cronológica, caixa 20, f. 3-3 v, documento de 1 de Maio de 1402.

5. Documentos da Santa Sé (7):

— Archivio Segreto Vaticano, Reg. Lat. 93, f. 161v, 169r-170r de 18 e 10 de Julho de 1401; Id. 168, f. 98r-v de 4 de Maio de 1414. Id. 329, f. 147v, de 22 de Setembro de 1435; Id. 587, f. 44v-46r de 18 de Maio de 1463.

Obl. et Sol. 57, f. 69v (25v) de 28 de Setembro de 1401; Id., 56, f. 161r-v de 14 de Julho de 1414.

Obl. Communes, 1, f. 30 de 12 de Maio de 1409.

---

celarias nem das Inquirições. Também percorri os índices de outros fundos sem nada encontrar: Gavetas, Místicos, Padroados, Colecção Especial, Conventos diversos, Cartórios recolhidos em 1912 e Corpo Cronológico.

(6) Publicados por A. de J. da COSTA, *O bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga* II (Coimbra 1959) 471-475, doc. 119 e 120.

(7) Esta lista de documentos está, certamente, longe de ser completa. Na impossibilidade de realizar pesquizas directas nos Arquivos da Santa Sé, contentei-me com a consulta das principais colectâneas de documentos pontifícios relativos a Portugal e à Península Ibérica, não encontrando nelas referência alguma a Rendufe. É claro que estas colectâneas são o mais incompletas que se pode imaginar, para o período que vai de 1200 a 1500 como se vê através dos trabalhos do P. António Domingues de Sousa Costa. É da sua obra *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV* (Porto 1967), que provêm as cotas dos documentos indicados, exceptuando os dois últimos, cujo sumário me foi comunicado por D. Charles Martial de Witte. Eis as colectâneas consultadas: C. ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal* (Berlin 1927); J. dos Santos ABRANCHES, *Fontes de direito eclesiástico portuguez. I. Summa du bullario portuguez* (Coimbra 1895); D. MANSILLA, *La documentación pontificia hasta Inocencio III* (Roma 1955); J. RIUS SERRA, *Regesto iberico de Calixto III* (Barcelona 1948); L. A. Rebelo da SILVA e outros, *Corpo diplomático portuguez* (Lisboa 1862 e ss.); Visconde de SANTARÉM, *Quadro elementar das relações politicas e diplomáticas de Portugal* IX-XIII (Lisboa 1864-1876); A. D. de Sousa COSTA, *Monummenta Portugaliae Vaticana. I, Súplicas* (Porto 1968).

Reg. Supl., 244, f. 24r-25v, 69r-v de 26 de Julho e 8 de Agosto de 1429; 311, f. 275v-258r de 22 de Setembro de 1435.

Secret. Brev. 43, f. 41v-43v, breve de 15 de Janeiro de 1578.

— Archives Nationalles de Paris, Série L, cx. 61, n. 28 (= libr. 62 bull.), f. 167r-169v, bula de 7 de Março de 1578.

6. Quanto à família patronal, não se tratava tanto de descobrir nos seus arquivos, porventura existentes, alguns documentos sobre Rendufe, mas de averiguar quais as relações de parentesco entre os seus representantes que interferem na história do mosteiro. O *Nobiliário* do Conde D. Pedro forneceu algumas indicações preciosas e mostrou que o padroado do mosteiro viera a parar nas mãos dos Vasconcelos. Tínhamos a sorte de esta família ter sido estudado por dois dos nossos melhores eruditos, Pedro de Azevedo e Anselmo Braamcamp Freire (8). Não se desprezou, porém, a obra genealógica de Cristóvão Alão de Morais (9). Os Vasconcelos estavam relacionados com os Machados, que no século XVI foram senhores de Entre Homem e Cávado. Pois também para estes havia material importante nas obras do Marquês de Montebelo (10).

7. A esta documentação é preciso acrescentar ainda algumas peças encontradas inteiramente por acaso:

— TT, CR, Pendorada, maço XIII doc. 11, sem data, de c. 1140-1142, publicado por J. P. Ribeiro, *Dissertações chronologicas e criticas* III-II, p. 51-52, doc. 12; ibid. maço XIII doc. 29, sem data do fin. séc. XII.

— Livro de D. João de Portel (ed. Pedro de Azevedo no «*Arquivo Histórico Portuguez*» 5, 1907, 70), doc. 53, de Agosto de 1255.

— Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, ms. 730, *in finem*, carta régia de 10 de Junho de 1554 (juntamente com papéis e documentos pertencentes outrora a José Caldas).

---

(8) Pedro de AZEVEDO, *Os de Vasconcelos*, no «*Arquivo histórico portuguez*» 2 (1904) 362-380; A. Braamcamp FREIRE, *Brazões da Sala de Sintra* I (Coimbra 1921) 333 e ss.; cf. H. de Oliveira MOUTA, *Dos Barros e Vasconcelos* (Porto 1955).

(9) Cristovão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana* I-IV (Porto 1942-1946).

(10) Marquês de MONTEBELO (Felix Machado da Silva Castro e Vasconcelos), *Memorial* (s. l. 1642); Id., *Vida de Manuel Machado de Azevedo, señor de las casas de Castro, Vasconcelos y Barros* (s. l. 1660); Id., *Notas del Marques de Montebelo al Nobiliario del Conde D. Pedro* (s. l. n. d.: vem geralmente em apêndice à edição do *Nobiliário* de J. B. LAVAÑA, Roma 1640). Ver também em D. A. da SILVA, *Machados de Castro de Carrazedo* (Amares, s. d.) extractos de alguns documentos dos arquivos do Solar de Carrazedo, da família dos Machados.

8. Feita esta busca, compreende-se que a bibliografia publicada acerca de Rendufe fornecesse muito poucos elementos novos e pouco ajudasse para a interpretação dos aqui enumerados. Apenas Fr. Leão de Santo Tomás merece ser citado (11). Basta isto para dizer que a história de Rendufe está inteiramente por fazer. Tanto melhor, escusamos de nos preocupar com teorias e interpretações anteriores.

1. *Fundação.*

Deixemos aos especialistas o cuidado de determinar, por meio da toponímia e da arqueologia, a época em que o lugar de Rendufe começou a ser habitado. Basta referir que o seu nome deriva de um *possessor* chamado Randulfus que ali estabeleceu, sem dúvida, o centro de um domínio agrícola. Talvez fosse seu descendente o fundador do mosteiro que, segundo os livros de linhagens, se chamava Egas Pais de Penegate (12).

Embora o *Livro Velho 1* o mencione como um dos ricos-homens ou infanções que viviam no tempo de «D. Affonso o que ganhou Toledo» (13), não fala depois expressamente na sua descendência. Cita-o apenas em quatro ocasiões a propósito de outras famílias. A primeira, falando de uma filha do conde D. Gomes de Pombeiro, com quem teria casado seu filho Godinho Viegas «Mouro» (14). A segunda, referindo-se à mulher de Egas Lourenço, filho ilegítimo de Lourenço Viegas o «Espadeiro» (15). A terceira, ao citar sua filha Froulhe Viegas que casou com o governador de Lanhoso Fafes Luz (16). Por último, a geração atribuída a seu filho Gomes Viegas

(11) Fr. Leão de Santo Tomás, *Benedictina lusitana* II (Coimbra 1651) 328-331. Fazem ainda referências a Rendufe: A. Carvalho da COSTA, *Corografia portugueza* I (Braga ²1868) 223-224; Pinho LEAL, *Portugal antigo e moderno* VIII (Lisboa 1878) 127-140; Américo COSTA, *Diccionario chorographico de Portugal continental e insular* X (Porto 1948) 163-164; *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira* XVIII 31; XXV 102; Domingos M. da SILVA, *Entre Homem e Cávado.* II. *Monografia do Concelho de Amares* (Amares 1959) 331-352. Não encontrámos referências de interesse em J. CARDOSO, *Agiológio lusitano I-IV* (Lisboa 1650 e ss.); J. Contador de ARGOTE, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga* I-IV (Lisboa 1732-1747).

(12) *LL 1* (= *Livro velho 1*, ed. do Gabinente de Estudos Heráldicos e Genealógicos, Lisboa 1961) 34, 75, 106; *LL 4* (= *Nobiliário* ou *Livro das linhagens do Conde D. Pedro*, ed. *PMH, SS*) 324, 329, 373.

(13) *LL 1* 32.

(14) *LL 1* 34.

(15) *LL 1* 75.

(16) *LL 1* 106 declara-o alferes do Conde D. Henrique, mas os documentos hoje existentes não conservam memória desta função.

de Penagate é apenas um pretexto para indicar a ascendência feminina de Martim Esteves de Teixeira (17).

O *Livro Velho 2* traz algumas variantes nos nomes das mulheres de Godinho Fafes e de Egas Fafes, mas não contradiz o *Livro Velho 1* (18). O *Nobiliário* do Conde D. Pedro está nas mesmas circunstâncias (19).

Que valor têm estas afirmações dos livros de linhagens acerca da fundação de Rendufe? Não se pode encontrar para ela um apoio expresso. Todavia, existem argumentos para o confirmar indirectamente. Em primeiro lugar, o facto de o fundador ser nomeado juntamente com o lugar donde era senhor, Penegate, embora se possa duvidar que ele o usasse efectivamente, é um dado que deve ter ajudado a guardar fidelidade à tradição e a individuar a pessoa com exactidão.

Em segundo lugar Egas Pais vivia de facto em tempo do Conde D. Henrique, na região situada entre Homem e Cávado. Em 1082 confirma uma venda de Pedro Galindes à Sé de Braga (20). Em 1094 está na corte do conde D. Raimundo (*DC* 813). Em 1100 ou 1101 confirma a doação do mosteiro de Santo Antonino de Moure, mesmo junto da torre de Penegate, a S. Geraldo, juntamente com o conde D. Henrique (21). Enfim, em 1110 confirma, como governador do castelo de Bouro, a carta de couto feita pelo mesmo conde ao mosteiro de Tibães (22).

Ainda hoje existe uma carta de couto feita pelo conde D. Henrique a Egas Pais (*DR* I 4 bis) e a transmissão do mesmo couto por Egas Pais ao mosteiro de Rendufe (Apêndice, doc. 1 e 2), mas ambos os documentos são falsificações tardias.

Da primeira carta de couto há duas cópias, onde se verifica a preocupação que o calígrafo teve de imitar a escrita visigótica. Pelo escatocolo nota-se imediatamente que tratou de copiar alguns dados da carta de couto de Santo Tirso e outros da de Tibães (23). A transmissão do couto a Rendufe, por Egas Pais, é parcialmente inspirada na transmissão do couto de

---

(17) *LL 1* 49.

(18) *LL 2* (= *Livro velho 2*, ed. do Gabinete de Estudos Heráldicos e Genealógicos, Lisboa 1962) 34, 32.

(19) Ver os lugares citados na nota 12. O *LL 3* (= *Livro velho 3*, ed. do mesmo Gabinete, Lisboa 1962) não fala nesta família.

(20) *LF* (= *Liber fidei*, ed. de A. de J. da COSTA, Braga 1965) 113.

(21) *LF* 231 (= *DP* III 21).

(22) *DR* I 17. O seu nome aparece também a confirmar uma doação falsa de D. Teresa ao mosteiro de Lorvão, datada de 1116 (*DR* I 44).

(23) *DR* I 4 bis; cf. *DR* I 4 e 17.

Santo Tirso ao mesmo mosteiro por Soeiro Mendes (*DC* 871), donde o falsário tirou uma parte do escatocolo ([24]).

O Prof. Rui de Azevedo ([25]) atribui estas falsificações ao século XV, baseando-se num acto notarial de 1463 que se conserva juntamente com os mesmos actos falsos ([26]) e que reproduz uma parte da doação de Egas Pais. Mas este acto notarial não pode ser tomado em consideração porque é também falso. O escriba procurou imitar a caligrafia da época, apoiado, talvez nalgum documento coevo. A certa altura precisou de apagar uma linha, e não acabou mais a sua obra. Deixou o resto do pergaminho em branco. Todas estas falsificações devem ser posteriores a meados do século XVII, porque se os documentos já existissem no tempo de Fr. Leão de Santo Tomás, ele não deixaria de lhes fazer referência na *Benedictina Lusitana* ([27]). Ora não se fala aí de nenhuma delas, mas apenas da liberal dotação de Rendufe, que ele teria feito no ano 1107 e não em 1098, que é o ano da doação falsa.

O mais curioso é que o índice dos documentos das gavetas ([28]) também não menciona nenhum destes documentos. Ou foram fabricados no fim do século XVIII ou nem sequer mereciam figurar no referido livro.

Sendo assim, não podemos aproveitar nenhuma destas fontes para conhecer em que circunstâncias o mosteiro de Rendufe recebeu a sua carta de couto. Os limites também é muito provável que não sejam autên-

---

([24]) Todavia o falsário deve ter-se servido também de outro ou outros documentos autênticos, porque o resto é diferente, com excepção de algumas palavras da invocação e da descrição das terras e bens móveis. As cominações da *sanctio* têm todo o aspecto de proceder de um diploma autêntico.

([25]) *DR* I p. XLII, nota 36.

([26]) Arquivo de Singeverga, Documentos de Rendufe, n. 5.

([27]) *Benedictina lusitana* II 328-329. Os cinco documentos do Arquivo de Singeverga, apesar de imitarem caligrafias diferentes, parecem todos da mesma mão. Estavam juntos com um maço de documentos de Arnoia, que também não merecem muita confiança e talvez tivessem sido escritos pela mesma pessoa. Pergunta-se se não serão o resultado de um trabalho semelhante ao daquele converso cisterciense de Arouca, de que fala J. P. RIBEIRO: «Com tudo não devo deixar em silêncio que no anno de 1794 me referio um Religioso sincero, que tendo os seus cartorios sofrido alguns incêndios, teria a sua Religião perdido muito, se hum converso habil lhe não tivesse fabricado, com a maior destreza os títulos que lhe faltavão, e lhe erão necessarios» (*Observações historicas e criticas* 60, nota 1). Sabemos que o dito religioso pertencia ao mosteiro de Arouca através de uma carta de Ribeiro a Fr. Bento de Santa Gertrudes, s. d. na sua *Correspondência diplomática*, in «*Lusitania sacra*» 3 (1958) 272-273.

([28]) ADB (= Arquivo Distrital de Braga) Rendufe, cód. 1, f. 5r-8v (Gaveta do Couto), 12r-13v (Gaveta da jurisdição), etc.

ticos. Eram, decerto, os limites da jurisdição efectiva ou pretendida tal no momento da falsificação.

A partir da *Benedictina Lusitana*, os autores que tratam de Rendufe identificam Egas Pais de Penegate com o *miles* Egas Pelagii, cujo casamento «incestuoso» foi verberado por S. Geraldo. A revolta deste «cavaleiro» contra o Santo explodiu durante um solene pontifical em Guimarães, a que assistiam o conde D. Henrique e D. Teresa. Diz o biógrafo de S. Geraldo que o violento proceder do culpado foi castigado com a possessão diabólica, mas a intercessão do Santo o libertou à saída da igreja (*SS* 55).

Como vimos Egas Pais de Penegate vivia efectivamente nesta época. Mas a designação de *miles* com que o biógrafo de S. Geraldo o distingue, traz dificuldades. Não é provável que o fidalgo que assina em lugar de destaque os diplomas de D. Raimundo e de D. Henrique, o governador do castelo de Bouro, fosse um simples cavaleiro. O patrono de um mosteiro tão rico como Rendufe devia ser um infanção ou mesmo rico homem. Portanto, ou não se trata da mesma pssoa, ou o hagiógrafo, sendo, como é provável, francês, conhecia mal a terminologia que designava a nobreza astur-leonesa e designou um infanção por *miles*. Também podia ter querido evitar a palavra bárbara *infancion* e preferisse substituí-la por outras mais clássica. De qualquer modo ficamos sem poder averiguar ao certo se este curioso episódio se passou realmente com Egas Pais de Penegate.

Também não sabemos em que ano foi fundado o mosteiro. Se as indicações dos livros de linhagens estão certas, como é provável, deve ter sido pouco antes de 1090. Em Dezembro deste ano, o seu abade, Sisnando, aparece já, em Arouca, juntamente com os de Pendorada, Freixo, Airães, Arouca e o prior de Paço de Sousa, para assistir a um julgamento em que estavam implicados o mosteiro do mesmo lugar e D. Gontinha Eriz (*DC* 746). Não é provável que esta reunião de abades fosse determinada apenas pelo julgamento. O mais natural é que, havendo um julgamento solene em Arouca, pela mesma ocasião, os abades assistissem também a ele. Só assim se explica que tivessem comparecido abades de mosteiros tão distantes uns dos outros. Sendo assim não é muito temerário admitir que nela se falasse acerca da observância monástica, assunto que por então preocupava a maioria dos monges portucalenses.

Desde 1080 que o ambiente religioso dos reinos de Leão e Castela se transformava, com a adopção oficial da liturgia romana e com a introdução dos costumes monásticos de tipo cluniacense nos mosteiros que até então seguiam a observância hispânica. Entre 1081 e 1090 várias casas por-

tucalenses tinham já adoptado, com grande probabilidade, os novos costumes: Lorvão, Arouca, Vacariça, Pendorada, São Romão do Neiva, Paço de Sousa. Depois, de 1090 até 1120 ou 1125, seguiram-se-lhe a maioria dos outros mosteiros do condado, excepto quando adoptaram uma observância de tipo canonical (29).

Ora, entre os abades que se encontraram em 1090 em Arouca, estavam os de Pendorada e Arouca e o prior de Paço de Sousa, que, com toda a probabilidade seguiam já as novas correntes monásticas. Certamente se falou delas na reunião e tomaram contacto com elas os superiores que as não conheciam ainda. O de Rendufe tanto podia tê-las conhecido neste momento, como ser já um dos seus adeptos. Com efeito, uma vez que a fundação de Rendufe era recente, é possível que se tivesse feito já sob a Regra de S. Bento, tal como acontecera com S. Romão do Neiva (*DC* 680). Custa a imaginar um mosteiro fundado neste momento sem o incluir na corrente monástica que então animava as comunidades mais florescentes.

No estado actual da documentação não se pode saber com que base económica começou a viver o novo mosteiro. De qualquer modo, Egas Pais parece ter sido um senhor bastante poderoso, o que lhe garantia uma prosperidade suficiente. A imunidade territorial oferecida, talvez, pelo Conde D. Henrique, garantiu-lhe novos recursos, sobretudo se Egas Pais a transferiu aos monges, como declaram os documentos falsos que examinámos.

A dotação foi, em todo o caso, suficiente para os monges construírem desde logo uma igreja com decoração bastante abundante nos capitéis e nos frisos. Alguns deles podem ainda hoje ver-se entre os escombros existentes na sacristia arruinada. A igreja devia estar pronta antes de 1151 (E. M C LXXX VIIII), data de uma inscrição que hoje se encontra na base do arco cruzeiro da capela-mor, ao lado direito.

Também é impossível dizer qual o volume de doações que os benfeitores ofereciam ao mosteiro. Seria muito importante, para avaliar a evolução da comunidade, saber em que momento atingiram a sua quantidade máxima. Na falta de documentos mais abundantes, ficamos a saber apenas que no fim do século XII ainda alguns benfeitores lhe davam propriedades sem condição alguma, e pedindo apenas os ofícios divinos por suas almas. Assim acontece com as doações de Maior Miguéis em 1191, de Ermesenda Moniz em 1193 e de Oveco Peres no mesmo ano (Documentos 6, 7 e 8).

(29) Sobre este assunto, ver J. MATTOSO, *Le monachisme ibérique et Cluny* (Louvain 1968) 120-129.

Dada a proximidades destes documentos no tempo, penso que são significativos de uma certa vitalidade ainda nesta época. No mesmo momento Paço de Sousa, Pendorada e Pedroso já recebiam muito poucas doações gratuitas ([30]).

Além destes benfeitores, que não sabemos se pertenciam ou não à família patronal, devemos acrescentar ainda Egas Mendes e Gomes Viegas. O primeiro deixou-lhe em testamento, em meados do século XII, um terço das suas herdades em Codesseda, Vilela, Vilar e *Reuertanes* ([31]). O segundo deu-lhe, no fim do mesmo século, um casal *in Sauto*, e, depois da sua morte, um escravo mouro ([32]). Não é provável que este Gomes Viegas se identifique com o único filho varão que os livros de linhagens atribuem a Egas Pais de Penegate (*LL 1* 49), porque a época do documento é demasiado tardia para tal: vivendo Egas Pais por volta de 1082-1110, é pouco provável que ainda tivesse um filho vivo em 1190 ou 1200. Mas como os nomes se repetem frequentemente na mesma família, podemos supor que este Gomes Viegas fosse parente de outro personagem de mesmo nome, filho de Egas Pais.

Finalmente, utilizando o testemunho dos livros de linhagens, pode-se acrescentar a estes outro benfeitor de Rendufe, Egas Fafes. O *Livro Velho 1* caracteriza-o como «o que fez muito bem a Randufe» (p. 86). Este genro de Egas Pais casou com sua filha Froile Viegas. Era neto de Godinho Fafes, fundador do mosteiro de Fonte Arcada ([33]) e filho de Fafes Luz, governador do castelo de Lanhoso no princípio do século XII ([34]). Além de beneficiar Rendufe, não deixou de favorecer também o seu mosteiro de Fonte Arcada, porque lhe ofereceu em 1191 uma propriedade mesmo junto de Rendufe, na freguesia de Carrazedo ([35]). Deve ter-se fixado na região de Entre Homem e Cávado, porque D. Afonso Henriques confirmou-lhe como honras dois territórios seus, em S. Paio de Sequeiros (c. Amares) e em S. Vicente da Ponte (c. Vila Verde) ([36]).

([30]) Ver *ibidem* 345-355.

([31]) TT Pendorada XIII 11, publicado por J. P. RIBEIRO, *Dissertações* III-II, doc. 12.

([32]) TT Pendorada XIII 29, sem data.

([33]) J. MATTOSO, artigo *Fonte Arcada*, in *Dictionnaire d'histoire et géographie ecclésiastique*.

([34]) *DR* I 17 de 1110 e *DR* I 39 de [1113-1117].

([35]) Bibl. Nacional de Lisboa, col. Pombalina, ms. 494 p. 7.

([36]) *DR* p. 531-532, ref. 86 e 87. Egas Fafes aparece também a confirmar outros documentos régios entre 1146 e 1160: *DR* I 214, 228, 244, 252, 257, 260, 269, 272, 273, 275.

Protegido, assim, por senhores poderosos, favorecido pelas autoridades civis, mantendo uma certa vitalidade religiosa até ao fim do séc. XII, não admira que o mosteiro de Rendufe tivesse adquirido um domínio bastante vasto. Podemos conhecê-lo com exactidão no ano de 1220, graças às Inquirições de D. Afonso II.

2. *O domínio de Rendufe no século XIII.*

Não merece muito a pena descrever em pormenor o domínio do mosteiro no tempo das inquirições de 1220. O mapa que apresentamos em apêndice é mais eloquente do que qualquer enumeração. Sublinhem-se apenas alguns aspectos.

A região onde a quantidade de casais de Rendufe é mais densa, situa-se, evidentemente, Entre Homem e Cávado, mas apenas até à freguesia de Santa Marta de Bouro ([37]). Para leste, dominava, nas margens do rio Cávado, o mosteiro cisterciense de Bouro. Junto ao rio Homem, as terras de Rendufe estendiam-se até Santiago de Chamoim.

Do outro lado do Homem, na margem direita, os monges beneditinos possuíam ainda bastantes casais, sobretudo em S. Paio de Vila Chã (*Inq.* 223) e em Santa Maria de Barbudo (*Inq.* 224). Ambas as freguesias ficavam perto da torre de Penegate. Um pouco mais para nordeste havia ainda bons grupos de casais em Santa Eulália de Regalados, S. Mamede de Vilarinho e S. João de Atães (*Inq.* 222, 224).

O resto do domínio estava disperso. Ao norte do rio Neiva havia grupos de casais em S. Pedro de Codesseda (*Inq.* 235), Santa Maria de Panascal (ibid.), S. Vicente Fornelos (*Inq.* 225) e S. Pedro de Calvelo (*Inq.* 226). Ao sul do Cávado, Rendufe tinha pouquíssimas propriedades ([38]). Sinal evidente de que nessa região já outros mosteiros, geralmente mais antigos, tinham fixado as suas posições: Fonte Arcada, S. João de Vieira, Adaúfe, Vimieiro, Tibães, Vilar de Frades, S. Bento da Várzea e outros. A oeste de Braga e de Santo Antonino de Moure, dominavam Manhente, Ginzo, Palme, Banho, Gaifar, Carvoeiro, Capareiros, S. Romão do Neiva e Vitorinho das Donas.

([37]) Mais para montante do rio, Rendufe possuía ainda dois casais e meio, isolados, na freguesia de S. João do Rio Caldo (*Inq.* 223).

([38]) Exceptuam-se dois casais em S. Pedro de Ajude, dois em Santo Estêvão de Geraz e em Santiago de Paredes e outros dois em S. Martinho de Gondomar (*Inq.* 247, 246, 217). Há também, completamente isolados, oito casais em S. Salvador de Fonte Boa, perto da foz do rio Cávado.

No litoral, onde todas as comunidades gostavam de ter o seu ponto de apoio para obterem sal, Rendufe possuía apenas meio casal em S. Miguel de Marinhas (*Inq.* 228) e um e meio em S. Martinho da Gândara (*Inq.* 229). Talvez fossem suficientes para garantirem o abastecimento do sal de que necessitavam.

Rendufe não reservava, provàvelmente, a administração directa sobre a maioria dos seus casais. Os monges tinham, porém, que arrecadar as respectivas rendas. Devia ser essa, sem dúvida, a principal função das três granjas que possuíam em S. Salvador do Souto, Santiago de Goães e S. Tomé de Ansede (39). É possível que elas fossem, além disso, centros de administração directa. A proximidade de Bouro deve ter levado os monges de Rendufe a copiar o tipo de administração cisterciense (40).

Os beneditinos também tiravam bons rendimentos do exercício dos direitos fiscais e judiciários nos coutos de Rendufe, Sabariz, Codesseda e Paredes Secas. O primeiro foi talvez demarcado pelo Conde D. Henrique, apesar de a carta hoje existente ser falsa. Os de Sabariz e de Paredes Secas são já mencionados nas inquirições de 1258, mas não se sabe qual rei os coutou (41). Não consegui encontrar referência alguma nem ao couto nem à freguesia de S. Pedro de Codesseda nas mesmas inquirições. Ainda em 1618 o mosteiro de Rendufe guardava todos os seus direitos sobre os mesmos territórios. Nesse ano perdeu o de Paredes Secas por sentença do corregedor do Porto, confirmada na relação do Porto (42).

---

(39) *Inq.* 223, 222. Fr. Leão de Santo Tomás, *Benedictina lusitana*, II, 329, fala em seis granjas: Ponte, Rio Tinto, Ansede, *Samlario*, São Jorge e *Santar*.

(40) A granja era típica da administração dominial cisterciense. Ver Iria GONÇALVES, artigo *Granja* in *Verbo, Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, IX (1969) 927-928.

(41) O primeiro é indicado em 1258 como couto pertencente a Rendufe (*Inq.* 430). Do segundo diz-se apenas que é couto, sem referir o proprietário (*Inq.* 426). Não se encontra nas inquirições de 1220 a freguesia de Santiago de Sabariz. Como entre aquelas onde Rendufe possuía bens, se não pôde identificar S. Miguel de Vilar com nenhuma das indicadas por A. de J. da COSTA, *O bispo D. Pedro*, II, é caso para perguntar se não seria justamente a de Sabariz, porque em 960 e 1059 se chamava ao lugar *Vilar Savarizi* (ibid. 188-189). Todavia, também é possível se identifique com S. Miguel de Carreiras ou de Penegate, cujo correspondente também não encontrei nas Inquirições de 1220 (ibid 158-159).

(42) «Tinha este Mosteiro o couto de Paredes Secas, Savariz e Rendufe. 1618. Se perdeu o de Paredes Secas por sentença do Corregedor de Viana confirmada na Relação do Porto na causa que contendemos com o Procurador da Coroa da Comarca de Viana em que se julgou não nos pertencer a jurisdição do dito couto». Fr. Luís dos Serafins, *Apontamentos* cit. 41 r.

Enfim, os monges possuíam algumas igrejas e ermidas, no todo ou em parte. Apresentavam, portanto, os respectivos párocos de cada vez que vagavam, ou alternadamente com os outros proprietários, e recebiam uma parte dos seus rendimentos. Eram as de S. Miguel de Vilar, S. Pedro de Triava, S. Tomé de Ansede, da freguesia de Rendufe, e parte da igreja de Santa Maria de Chorense, além da ermida de Santiago de Vilela.

Todos estes rendimentos permitiam a qualquer comunidade, mesmo muito numerosa, uma vida folgada. Por outro lado, os encargos não eram muitos, se exceptuarmos os direitos pagos aos padroeiros, impossíveis de calcular em qualquer época. Mesmo quando D. Afonso III veio a determinar que a pousadia se pagasse só aos filhos legítimos e nunca mais de uma vez por ano, o encargo dependia, essencialmente, do número de membros da família. Além disso os abusos eram enormes e os pretextos para extorquir do mosteiro mais subsídios, muito frequentes. Ainda que não tenham ficado, na documentação de Rendufe que hoje resta, vestígios de questões graves entre os monges e os seus padroeiros, só por rara excepção se pode imaginar que não tenham sucedido. Foi essa a sorte comum dos mosteiros beneditinos e dos cabidos agostinianos no norte do País até meados do século XV (43).

Além disso Rendufe devia pagar ao bispo, além dos impostos sobre as igrejas dependentes, o *jantar* uma vez ao ano (44). Este imposto deixou de ser pago durante algum tempo, mas em 1391 os monges ficaram de novo obrigados a ele por sentença judicial. Fixou-se então o seu quantitativo em 43 morabitinos da moeda antiga, como preço correspondente ao jantar (45). Dois anos depois uma nova sentença obrigava os monges a pagarem mais 4 morabitinos velhos pelas ermidas de Santa Eufêmia e de Santa Cruz (46). Ainda em 1749 Rendufe pagava 44 maravedis, que nesse ano se calculava valerem 2612 réis (47).

Em 1220 não se pagavam impostos ao rei (48). Mas trinta e cinco anos mais tarde já os monges lhe tinham de dar a *colheita*. Encontrando-se em

---

(43) Lei de 1261 in *Leges*, I 202. Ver, a este respeito, as informações muito objectivas de H. de Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV* (Lisboa ²1945) 257-265.

(44) *Censual de Braga*, publicado por A. de J. da COSTA, *O bispo D. Pedro*, II 213.

(45) ADB, Arquivo arquiepiscopal, Gav. 2 de propriedades do Cabido, doc 3, publicado por A. de J. da COSTA, *O bispo D. Pedro*, II 471-472.

(46) *Ibid.*, doc. 5, publicado *ibid.* II 473-475.

(47) *Index das colheitas, jantares, dízimos e votos*, publicado, *ibid.* II 214.

(48) *Inq.* 22, 97, 179, 223.

dificuldades para arranjarem dinheiro em moeda, recorreram a D. João de Aboim para o conseguirem, cedendo-lhe temporàriamente dois casais (Documento 12). Em 1258 os inquiridores reais afirmam, efectivamente, que o mosteiro tinha de pagar ao rei «meya collecta» (49). Não durou, porém, muito tempo, esta obrigação. Em 1288 já os funcionários régios voltam a declarar a total isenção do mosteiro relativamente ao fisco (Documento 14).

Os impostos para a cúria romana vieram mais tarde, decerto nos fins do século XIII ou já durante o século XIV. Em 1371 tinham de dar aos colectores pontifícios 15 libras durante o primeiro triénio de cada abade (50).

Graças às preciosas indicações do Catálogo das igrejas feito em tempo de D. Dinis, em 1320, e do Doutor João de Barros por volta de 1549, podemos também calcular o volume total das rendas de Rendufe nestas duas épocas. A sua comparação permite tirar conclusões importantes. Em 1320 calculava-se que a mesa abacial rendia 1200 libras e a mesa conventual 600 (51). João de Barros atribui 300 000 reis ao abade (52). Supondo que a proporção se mantinha, a comunidade devia receber uns 150 000 reis. Para se ter uma ideia da evolução que estes simples números revelam observe-se que os rendimentos de Tibães foram avaliados nas mesmas datas em 1000 libras e 500 000 reis (mesa conventual e mesa abacial); os de S. Romão do Neiva em 440 libras e 300 000 reis; os de Carvoeiro, em 600 libras e 200 000 reis; os de Adaúfe em 600 libras e 350 000 reis (53). Isto mostra claramente que as rendas do mosteiro de Rendufe foram gravemente desbaratadas durante os séculos XIV e XV. Um dos mosteiros mais ricos da arquidiocese de Braga passava a ter um rendimento semelhante ao de outros então existentes. Isto devia ser, em grande parte, o resultado da administração ruinosa dos comendatários que durante os séculos XV e XVI o exploraram escandalosamente.

3. *Os abades vitalícios dos séculos XIII e XIV.*

A partir de meados do século XIII a documentação acerca de Rendufe torna-se de tal modo dispersa, que mal podemos imaginar como se reper-

(49) *Inq.* 428.

(50) *Rationes decimarum lusitaniae*, publicado por A. de J. da COSTA, o. c., II 213.

(51) *Catálogo das igrejas*, public. *ibid.* II 213.

(52) *Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes* (Porto 1919) 80-81.

(53) A. de J. da COSTA, o. c., II, 85, 124, 125, 89; J. de BARROS, o. c., 70, 52, 82, 70.

cutem nele os problemas sociais e religiosos da época. Não se sabe como é que a comunidade enfrentou as relações com a família patronal, sempre difíceis nesses tempos. Não se conhece a atitude dos monges perante as lutas entre o poder real e os bispos, que entrecortaram todo o século XIII. Ignora-se até que ponto foram atingidos pelas crises económicas do século XIV e em particular pela peste de 1348. Nada se pode descobrir acerca de possíveis tentativas de renovação comunitária inspiradas nos movimentos medicantes, nem das repercussões do desenvolvimento da economia monetária sobre a organização do domínio rural. Desconhece-se o grau de cultura atingido pelos monges e os recursos de que dispunham para se instruírem.

Dos magros vestígios ainda existentes parece apenas poder-se supor que até meados do século XIV os monges eram ainda suficientemente observantes para que a documentação hoje existente se refira sobretudo aos bens concedidos ao mosteiro e raramente a questões com o bispo ou os padroeiros. Examinando a lista dos documentos que damos em apêndice, verificamos que, entre 1245 e 1319, a comunidade atrai o favor de alguns benfeitores, aqui no caso, por sinal, todos pertencentes ao clero de Braga: o cónego Martinho Gonçalves em 1245, o arcediago Estêvão Anes em 1267 e o arcebispo D. João de Soalhães em 1319 (Docs. 10, 13, 15). Coincidindo esta época com o período de expansão das ordens medicantes, pode talvez concluir-se daí que a decadência do mosteiro, se a havia, não seria grande, ao menos em comparação com outras instituições semelhantes. O grande rendimento que o mosteiro recebia ainda em 1320, como vimos, é indício de boa administração até à mesma data. Pela mesma época ou pouco mais tarde, os monges tratavam ainda de copiar ou comprar obras para a sua biblioteca, como aquela obra jurídica castelhana, em letra do século XIV de que ainda existe um fragmento (54).

A decadência das ordens religiosas em geral e das monásticas em particular acentuou-se a partir de meados do século XIV. Rendufe sofreu também, sem dúvida alguma, da crise geral que atingiu a Igreja e o País nessa mesma época. Para o fim do século começam a notar-se nos documentos do mosteiro os sintomas dela. Assim, por exemplo, as sentenças pronunciadas por Rodrigo Álvares, arcediago da terra de Neiva, em 1391 e 1393 contra o mosteiro de Rendufe por não ter em dia o pagamento dos impostos devidos ao arcebispo (Docs. 17, 18). Da segunda verifica-se que as difi-

(54) Nas capas das notas dos prazos dos tabeliães do concelho (1641), hoje o cód. 102 de Rendufe no ADB.

culdades de pagamento já vinham desde 1378. Mas a questão não devia provir só de dificuldades económicas. O abade de Rendufe era nessa altura Afonso Martins, capelão do rei D. João I. A protecção que o soberano lhe garantiu em 1389 (Doc. 16) e o poder que a família patronal, os Vasconcelos, possuía nessa mesma época, davam ao mosteiro força suficiente para resistir ao arcebispo. Efectivamente o procurador de Rendufe apressa-se a declarar, depois de ambas as sentenças, que recorre da sentença para a Cúria Romana. Mas o arcebispo mostrou ter mais força.

Em 10 de Julho de 1401 consegue obter do papa Bonifácio IX a supressão do mosteiro, reduzindo-o a colegiada de quatro cónegos e capelão para cura de almas, dirigida por um deão. Alegava os graves desmandos cometidos pelos monges, entre eles o assassinato de dois abades e de um capelão. Dos dez monges então existentes, dois andariam fora da comunidade, outros estariam presos por causa dos crimes cometidos (Doc. 21).

Moveram-se então influências estranhas aos interessados. Oito dias mais tarde, o mesmo papa, alegando ter sido mal informado acerca desta questão, anula bula anterior e propõe-se nomear novo abade, sem lhe mencionar o nome (Doc. 22). É muito provável que este documento tivesse sido obtido por Mestre André Dias, dominicano, que em 1393 se formara em Teologia em Viena de Áustria, ensinava a mesma disciplina em Roma e ocupava cargos na cúria pontifícia. Mestre André devia pretender algum mosteiro de cónegos regulares, porque obtivera em 1399 a licença para passar a esta ordem (54bis). Tendo aparecido uma ocasião de obter outro mosteiro, embora beneditino, quis decerto, aproveitá-la. Com efeito, em 28 de Setembro seguinte, tendo já professado na Ordem de S. Bento e sido nomeado abade de Rendufe, compromete-se pessoalmente a pagar a taxa devida à cúria pela sua nomeação e pela de seu antecessor, Afonso Martins (Doc. 23).

A nomeação ficou-lhe cara. Além de pagar estas taxas em atraso, teve também de dar uma indemnização de 200 florins ao Arcebispo de Braga pelos gastos feitos em Roma pelo seu procurador, cónego Pedro Lourenço. Em 1402, quando Mestre André veio a Portugal tomar posse do cargo, encontrou-se com o Arcebispo no mosteiro de Freixo e comprometeu-se a pagar-lhe aquela soma (Doc. 24).

É possível que os anos seguintes fossem mais pacíficos, para o Mosteiro de Rendufe. Convinha, porém, antes de falarmos desta nova fase da

---

(54 bis) A. D. de Sousa COSTA, *Mestre André Dias de Escobar*, doc. 2, p. 239.

sua vida, tentarmos descobrir as causas da crise. Os documentos não são suficientemente claros para nos darem qualquer resposta. Mas talvez se possa pôr a hipótese de algum conflito com a família patronal, activado pelo ambiente perturbado do País a partir de 1383, dado que os Vasconcelos entraram directamente nas questões políticas de então e que à roda deles se moviam fortes interesses contraditórios.

Com efeito, os Vasconcelos atingiam nesta altura o auge do seu prestígio. O pai de Mor Mendes de Vasconcelos, que em 1396 deixou uma parte dos seus bens a Rendufe (Doc. 20), era Mem Rodrigues de Vasconcelos, que em 1322 obtivera de D. Dinis o raro privilégio de poder construir uma torre forte no couto de Penegate, para se poder defender dos seus inimigos ([55]). Tendo falecido por volta de 1343, deixou vários filhos, entre eles João Mendes de Vasconcelos, alcaide-mor de Estremoz e fronteiro do Alentejo. Este João Mendes era avô materno da rainha D. Leonor Teles. Outro filho de Mem Rodrigues foi Gonçalo Mendes de Vasconcelos († 1407), meirinho-mor de Além-Douro durante o reinado de D. Fernando, Senhor de Soalhães e de Lousã e alcaide-mor de Coimbra. Gonçalo Mendes parece ter hesitado um pouco no partido a tomar durante a crise nacional de 1385, mas tomou parte nas Cortes de Coimbra. Um dos seus filhos, Mem Rodrigues, comandou a Ala dos Namorados na batalha de Aljubarrota ([56]).

Na família havia, portanto, tendências contraditórias. Os conflitos aparecidos no mosteiro foram, decerto, reflexo dessas mesmas contradições. O próprio rei D. João I tomou um papel na questão, ao conceder ao mosteiro de Rendufe, em 1389, o privilégio de isenção de pousadia, de certo em atenção ao abade, Afonso Martins, que era seu capelão (Doc. 16). Os patronos eram directamente prejudicados com isso e com certeza que não hesitariam em se vingar, provocando o assassinato de Afonso Martins.

De resto, Gonçalo de Vasconcelos mostrou, pouco depois, a sua própria falta de escrúpulos, ao desbaratar os bens de seu neto Rui Vasques Ribeiro, de quem era tutor. Se o rei tinha algumas queixas contra Gonçalo Mendes por causa da sua atitude em 1383-1385, ou desconfiava dele por causa do parentesco com D. Leonor Teles, não deixou de aproveitar a ocasião de reduzir o seu poder e, porventura, de vingar a memória do seu

---

([55]) TT Chancelaria de D. Dinis, III, 146 v, cit. por Pedro de AZEVEDO, *Os de Vasconcelos*, in «*Arquivo histórico portuguez*» 2 (1904) 372.

([56]) Ver a documentação apresentada por A. Braamcamp FREIRE, *Brazões da da Sala de Sintra*, I (Coimbra ²1921) 342-345.

capelão. A fazenda real pagou as dívidas, mas confiscou a maior parte das propriedades, entre as quais a torre de Penegate. Foram depois parcialmente resgatadas por João Mendes de Vasconcelos, sobrinho do alcaide-mor de Estremoz, em 1413 (57).

Estes factos explicam também que Mor Mendes de Vasconcelos não tenha deixado herança alguma aos irmãos. Oferecia todos os seus bens para obras pias e em sufrágio de sua alma e das de seus filhos e marido, já falecidos, assim como de sua irmã Maria e do cunhado Vasco Martins (58).

Pelo testamento de Mor Mendes verifica-se não ser exacta a informação dada pelo Marquês de Montebelo, segundo a qual esta senhora teria casado com Gonçalo Machado, alcaide do castelo de Lanhoso em 1410. Por intermédio de Mor Mendes, teriam os bens dos Vasconcelos situados entre Homem e Cávado passado à casa de Castro, solar dos Machados (59). Já Braamcamp Freire suspeitava que as coisas não se tivessem passado assim, porque o morgado dos Vasconcelos tinha sido instituído em 1308 por Estêvão Rodrigues, que designara como primeiro administrador, depois da sua morte, seu irmão Mem Rodrigues, a quem se seguiriam sua mulher e seu sobrinho Gonçalo Mendes. Não devia, portanto, ter passado às mãos de Mor Mendes (60). Efectivamente não é mencionado no seu testamento. Além disso Mor Mendes não casou com Gonçalo Machado, mas com João Coelho, e seu filho não se chamava Vasco, mas Pedro. Portanto, se os bens dos Vasconcelos passaram à casa de Castro por intermédio de alguma Mor Mendes, era pessoa diferente. Podia ser, por exemplo, uma filha de João Mendes de Vasconcelos, que, como vimos, resgatou os bens desbaratados por Gonçalo Mendes. Assim o entendia o terceiro avô do Marquês de Montebelo, cuja opinião ele também refere (61). Com os bens dos Vasconcelos, os Machados receberam também o mosteiro de Rendufe. Em 1463 uma bula de Pio II indica como seu patrono a Pedro Machado (Doc. 35).

---

(57) *Ibidem* 346-347.

(58) Maria Mendes ou Rodrigues casou com Vasco Martins Zote e morreu antes de 1375: P. de AZEVEDO, *Os de Vasconcelos*, cit., 369. Cf. Doc. 20.

(59) Marquês de MONTEBELO, *Memorial*, 172, 178-180; Id., *Notas al Nobiliario*, 15 (nota à p. 305 de Lavaña).

(60) A. Braamcamp FREIRE, o. c., 340-341.

(61) Marquês de MONTEBELO, *Notas al Nobiliario*, l. c., que todavia identifica este João Mendes de Vasconcelos com seu tio, de igual nome, chamando-lhe alcaide-mor de Estremoz.

Seja como for, verifica-se que nos séculos XIV e XV o mosteiro de Rendufe andava ainda nas mãos dos descendentes de Egas Pais. Mor Mendes de Vasconcelos recebera o seu quinhão do pai, Mem Rodrigues, sexto neto de Egas Fafes e oitavo de Egas Pais, a acreditar nos livros de linhagens (62). Não só dele, porém, porque o bisavô de Mor Mendes, João Pires Tenreiro, era casado com Maria Soares, filha de Soeiro Viegas Coelho, que devia ter herdado também a sua ração em Rendufe por parte da mãe, cujo nome não sabemos, mas que era neta do senhor de Penegate (*LL 1* 75). Quanto ao marido de Mor Mendes, João Coelho, também se compreende que tivesse sido enterrado em Rendufe, ainda antes da morte da mulher, porque pertencia igualmente à família patronal. Não se pode identificar com muita clareza a partir das linhagens estabelecidas pelos genealogistas. Mas, pertencendo à família dos Coelhos, devia ser descendente, por linha varonil, de João Coelho o Trovador, irmão de Maria Soares (casada com João Pires Tenreiro, da família dos Vasconcelos, de quem já falámos), e por linha feminina, de Margarida Esteves, filha de Estêvão Ermiges de Teixeira, que herdara os bens de Gomes Viegas de Penegate (63). Também ele era, portanto, membro da família patronal de Rendufe por linha materna e paterna.

Com a decadência dos Vasconcelos, a morte de Mor Mendes, e a isenção da pousadia, não terminou completamente o domínio da família sobre o mosteiro. Como havemos de ver depois, tudo leva a crer que a maior parte dos abades comentários do século XVI fosse descendente de Gonçalo Mendes de Vasconcelos.

Convém ainda sublinhar um pormenor do testamento de Mor Mendes que parece demonstrar, se bem o interpretamos, a decadência da vida monástica em Rendufe no fim do século XIV. Com efeito a viúva de João Coelho, apesar de tão ligada ao mosteiro, nomeou como seus testamenteiros o guardião do convento de S. Francisco em Guimarães e o prior do convento de S. Domingos da mesma cidade. De Rendufe ninguém intervém no testamento, nem para receber, a título pessoal, qualquer benefício, nem como «ajudador» dos testamenteiros, nem como testemunha. Mais significativo ainda é o facto de a capelania instituída em Rendufe para sufrágios

---

(62) Ver a árvore genealógica em apêndice. Foi estabelecida à base das indicações do *LL 1; LL 4;* P. de AZEVEDO, *Os de Vasconcelos*, cit.; A. Braamcamp FREIRE, o. c.; e Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura lusitana*, l. c. As datas indicadas para os personagens mais recentes e para os do século XII resultam da documentação apresentada neste mesmo artigo.

(63) *LL 1* 49. Ver também C. Alão de MORAIS, o. c. III-I (Porto 1945) 13-17.

eternos por alma da benfeitora, ser confiada a um «clérico de missa» nomeado por Mendes, e depois a nomear pelo arcebispo de Braga, com exclusão expressa de qualquer religioso (64). Esta cláusula não é muito lisonjeira para os monges de Rendufe. Ou Mor Mendes os considerava já suficientemente bem providos com suas *ovenças* (65) ou não depositava neles demasiada confiança. Preferia os franciscanos e dominicanos de Guimarães.

Tinha razões para isso. Além das desordens a que se referia o Arcebispo de Braga ao pedir, pouco tempo depois, a supressão do mosteiro, podemos apontar, muito antes, em 1346, o pedido que um clérigo de Braga, Gonçalo Esteves, fez à Santa Sé para ser dispensado do defeito de ilegitimidade, dizendo-se filho de um monge de Rendufe e de uma mulher solteira (66). As faltas deste género continuaram. Em 1428, outro monge do mosteiro, Rodrigo Anes, pediu uma dispensa semelhante, declarando-se também nascido nas mesmas circunstâncias (67). Devia, portanto, ter vindo ao mundo nos últimos anos do século XIV ou nos primeiros do seguinte, por altura da crise a que se refere a bula de 1401.

4. *Tentativas de reforma e abades comendatários.*

Conhecemos melhor a sucessão dos abades durante o século XV, graças aos documentos pontifícios publicados pelo P. António D. de Sousa Costa. Já vimos que o mosteiro de Rendufe passou a ser governado por Mestre André Dias, que veio a Portugal para tomar posse da abadia, em 1402. Tendo antes vivido em contacto com os meios de tendências reformistas da Itália, é muito possível que tivesse também tentado melhorar a observância dos seus monges. Infelizmente não se demorou em Portugal o tempo suficiente para enraizar a obra, se é que chegou a começá-la. Em 1408, ou pouco antes viajou de novo para a corte pontifícia. Aí redigiu o seu primeiro livro, *Colles reflexi*, acerca do grave problema que afligia toda a Cristandade, o Cisma do Ocidente. Embora partidário do papa de

(64) «Item mando que non seia cantada a dita capella senom per clerigo de missa e nom per ffrade nenhum, e mando que o primeiro clerigo [...] seia Diogo Lourenço meu criado» (Doc. 20).

(65) As propriedades do domínio monástico atribuídas à administração dos monges que desempenhavam certos cargos na comunidade. Cf. J. MATTOSO, *Le monachisme ibérique*, 224-227, 259-260.

(66) A. D. de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana, Súplicas* I n. 203.

(67) A. D. de Sousa COSTA, *Mestre André Dias de Escobar*, doc. 82, p. 302.

Roma, propunha que ele e o de Avinhão renunciassem ao cargo como único meio de acabar com o Cisma. Tendo caído nas boas graças do papa Gregório XII, foi em 1408 nomeado bispo de Ciudad Rodrigo. Passou então de abade conventual para abade comendatário (68). Também desempenhou papel activo em todos os acontecimentos que se relacionaram com o Cisma, desde esse ano até ao Concílio de Constança (1414).

Ausente de Portugal, não deve, portanto, ter podido aplicar ao mosteiro de Rendufe as suas ideias reformistas. Quando muito podia ter nomeado um prior zeloso da observância regular. Também é possível, mas não certo, que a protecção real, prometida no privilégio de 1389, se tivesse tornado efectiva e assegurasse, de facto, a comunidade, contra os abusos da família patronal, agora em decadência.

Mas esta melhoria de condições, se a houve, não pode ter durado muito tempo. Explorado antes pela nobreza local, o mosteiro passou, desde 1414, a ser dirigido por abades comendatários igualmente mais interessados na cobrança das rendas do que na observância regular. Com efeito, nesse ano, Mestre André foi substituído por Lopo Vaz da Cunha (Doc. 26, 27), que administrou os bens da mesa abacial até 1429, ano em que lhe sucedeu Rodrigo Dias, deão de Braga (Docs. 28, 29). Em data que ignoramos, sucedeu-lhe D. Antão Martins de Chaves, bispo do Porto, que vivia em Roma desde que foi criado cardial, em 1439, e recebeu as rendas de Rendufe até à morte, em 11 de Julho de 1447 (69).

Neste momento governava a diocese de Braga o bispo de tendências reformadoras D. Fernando da Guerra. Conhece-se ainda mal a sua obra (70). Mas de certo faria alguma coisa por melhorar a vida monástica de Rendufe se pudesse. Visitou o mosteiro mais de uma vez (71). E além disso apressou-se a confirmar a eleição de um abade escolhido pela comunidade depois da morte de D. Antão Martins de Chaves. A escolha recaiu sobre um monge

(68) Doc. 25; para a data da nomeação ver A. D. de Sousa COSTA, *Mestre André Dias de Escobar*, p. 88-89.

(69) Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal* I (Porto ²1967) 485. Que a comenda pertenceu ao cardeal, prova-o o livro de *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, 117 r: «O mosteiro de Rranduffe e suas anexas que ouue ho cardeal do Porto». No mesmo livro vem a confirmação da eleição de novo abade depois da sua morte. Ver o seu texto no Doc. 21.

(70) J. A. FERREIRA, *Fastos episcopais da Igreja primacial de Braga*, II (Braga, 1931), 249-298; J. S. da Silva DIAS, *Correntes do sentimento religioso em Portugal*, I (Coimbra, 1960), 67-70.

(71) ADB, *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, 3 v; *Livro 1 de mostras*, 7 r, 119 r-v.

de Pombeiro, Fr. Afonso, que em 5 de Novembro de 1447 foi confirmado no seu cargo (72). Isto mostra, provàvelmente, o propósito de remediar de algum modo os malefícios que trazia à comunidade o regime dos comendatários. Pouco tempo depois, porém, as rendas do mosteiro foram confiadas a um administrador perpétuo, João Gomes, que é citado pela primeira vez num documento do mosteiro de 25 de Novembro de 1450 (73). Os monges ou o mesmo João Gomes trataram, no ano seguinte, de obter de D. Afonso V a confirmação de todas as «graças, privilégios, liberdades e mercês» que tinham (Doc. 22), o que revela, da parte dos responsáveis, um certo interesse pela vida da comunidade, ao menos do ponto de vista material.

João Gomes administrou o mosteiro de Rendufe até 1463. Nesse ano os monges voltaram a fazer uma eleição e escolheram para abade a Fr. Diogo, monge professo não sabemos de que mosteiro. Foi confirmado por D. Fernando da Guerra em 10 de Abril de 1463 (74).

De novo se frustraram, porém, os desejos da comunidade. Em 18 de Maio de 1463, o papa Pio II nomeou condicionalmente para abade o reitor da igreja paroquial de Tropeço, Gonçalo Anes, totalmente estranho à comunidade. O candidato declarava, porém, que desejava professar na Ordem de S. Bento, e portanto propunha-se ser abade conventual e não comendatário (Doc. 35). Ignoramos se de facto tomou posse do cargo. Mas, por melhores que fossem as suas intenções, isso de nada aproveitou aos monges. Os interesses de pessoas estranhas à comunidade prevaleceram em breve, e sucedeu-lhe, segundo parece, o célebre cardeal D. Jorge da Costa, cuja perícia em acumular benefícios eclesiásticos não deve ter sido nunca igualada (75). Sinal evidente de que a situação piorava, de novo, para os monges de Rendufe.

A partir de então o cargo abacial transmite-se entre parentes, com desprezo da mais elementar decência. D. Jorge da Costa, falecido em 1508, deve ter renunciado, antes da morte, em favor de D. Gonçalo de Barros, tio de Filipa de Alvim, com quem vivia ilegalmente Simão Fernandes da Costa, sobrinho do Cardeal de Alpedrinha, e sucessor de Gonçalo de Barros na comenda. Este Gonçalo de Barros era provàvelmente descendente dos

(72) *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, 142 r (Doc. 21).

(73) ADB Rendufe, maço 115, doc. não numerado.

(74) Apêndice, Documento 23.

(75) F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, I (Porto, ²1967), 486. A nossa dúvida provém do facto de não sabermos onde colheu F. de Almeida a notícia que dá. Entre as obras que cita a este respeito, apenas pudemos verificar que a informação não lhe foi dada por Fr. Leão de Santo Tomás.

Vasconcelos, por intermédio de sua mãe Isabel de Castro de Vasconcelos, filha ou neta de Gonçalo Mendes de Vasconcelos († 1407), a quem nos referimos já várias vezes (76). Não obstante a sua condição de abade, Gonçalo de Barros deixou, segundo parece, vários filhos bastardos. A partir de 1510, pelo menos, a comenda passa às mãos do protonotário apostólico Simão Fernandes da Costa ou Simão Preto, que, como dissemos, devia ser sobrinho de D. Jorge da Costa, e que vivia com a sobrinha do seu antecessor (77).

Simão Fernandes administrou o mosteiro até 1545. Dois anos antes já seu filho bastardo, D. Henrique de Sousa, o substituía durante uma ausência (78). Deve ter querido renunciar a favor deste filho. Todavia, o Papa Paulo III nomeou, em sua vez, a Francisco Lopes, clérigo de Coimbra (Docs. 42, 43, 44). Moveram-se, sem dúvida, fortes influências em Roma, ou deu-se a Francisco Lopes uma boa quantia, e este desistiu em favor de D. Henrique, ainda no mesmo ano de 1545 (79). Simão Fernandes continuou a receber as rendas até à sua morte, pouco depois de 1547 (80).

---

(76) Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura lusitana*, I-II (Porto 1944) 310-311, diz que Isabel de Castro de Vasconcelos era filha de Gonçalo Mendes de Vasconcelos, senhor da Lousã. Todavia, como ele morreu em 1407, e Gonçalo de Barros era comendatário de Rendufe entre 1503 e 1506, ou Gonçalo de Barros era nessa altura de muita idade (se tivesse 90 anos em 1506, teria nascido em 1416; se sua mãe contasse nessa altura 40 anos, teria nascido em 1376. Ora já existe documentação acerca de Gonçalo Mendes em 1329: cf. A. Braamcamp FREIRE, *Brazões da sala de Sintra* I 340), ou teremos de o considerar bisneto e não neto de Gonçalo Mendes. Efectivamente a ascendência deste comendatário de Rendufe está um tanto embrulhada pelos genealogistas. Cf. H. de Oliveira MOUTA, *Dos Barros e Vasconcelos* (Porto 1955) 17-20.

(77) C. Alão de MORAIS, o. c. I-II (Porto 1943) 310-311.

(78) C. Alão de MORAIS, o. c. IV-I (Porto 1946) 492-493. A filiação de D. Henrique de Sousa é certa: «1545. 16 Febr. Papeis varios. Bulla de Paulo Papa por onde consta que rezignando a comenda deste mosteiro D. Simão Fernandes, fora encomendada por o dito Papa a Francisco Lopes [...] o qual tambem cedeu desta concessão e por isso fora dado em comenda a Henrique de Souza, que então tinha 25 anos, dispensado do impedimento ex defectu natalium por ser filho do dito D. Simão Fernandes e huma mulher solteira cometendo-lhe a cura e regimento do dito Mosteiro»: Fr. Luís dos Serafins, *Apontamentos* cit. 14 r. Cf. outro documento citado por Fr. Luís dos Serafins, *ibid.*, 16 r: «1543. 15 de Março. Rendufe. Capella. Anrique de Souza fidalgo da Caza de ElRey em auzencia de D. Simon [...]».

(79) Fr. Luís dos Serafins, o. c., 14 r (texto na nota anterior). Ver também ADB Rendufe, maço 115, doc. 32, a petição feita por Simão Fernandes.

(80) «1547. 14 de Dezembro (?) Gaveta de Marrancos. Prazo do casal da Junqueira... Gregório Lopes, escudeiro e procurador abastante de Dom Simão Preto... Abbade»: Fr. Luís dos Serafins, o. c., 22 r.

O abaciado de D. Henrique de Sousa é relativamente bem conhecido. A primeira notícia que dele temos é dada por uma inscrição que escapou às obras feitas em 1716-1719 e que está na parede da igreja voltada para o claustro. Diz ela:

ESTE M. MĀNDOV REEDIFI
CAR DŌ ĀRIQ. DE SOVSA
COMĒDAT.º DELE POR ĪR
TODO POR T'RA. ĀNO 1551

Parece, portanto, que o comendatário começou bem o seu abaciado. Mas uma carta do arcebispo de Braga, D. Fr. Baltazar Limpo para ele, resumida por Fr. Luís dos Serafins e datada, segundo parece, de 1554, mostra que o zelo de D. Henrique não devia ser excessivo. Tinha o arcebispo visitado o mosteiro em tempo de Simão Fernandes, e achou-o em ruínas. Ordenou lhe fizessem as obras indispensáveis. Não se tendo cumprido tais ordens, exige a D. Henrique as acabe dentro de quinze dias sob pena de lhe mandar sequestrar os bens (Doc. 49).

Não se pode deixar de notar a relação entre a lápide e a carta de D. Fr. Baltazar Limpo. Se o mosteiro foi reedificado em 1551, porque escreve o arcebispo em tais termos, três anos depois? É caso para perguntar se Fr. Luís dos Serafins não se enganou na data. As obras de que fala a lápide não serão justamente as mandadas fazer pela visita canónica? Em todo o caso, o mosteiro foi bem construído. Ainda suscitava a admiração de Fr. Leão de Santo Tomás por meados do século XVII ([81]).

D. Henrique de Sousa preocupava-se também com a defesa da jurisdição monástica sobre as terras coutadas. O juiz de Ponte da Barca, Manuel de Magalhães, tentou apoderar-se da administração do couto de Codesseda e para isso até apelou para a autoridade real. O soberano mandou averiguar de que lado estava a razão (Doc. 50), mas não sabemos como veio a terminar a contenda. Na defesa das propriedades, D. Henrique também foi zeloso. Diz Fr. Leão de Santo Tomás que Simão Fernandes tinha dado a quintã e casais de Ansede, pertencentes ao mosteiro, a sua filha Briolanja, como dote de casamento. O comendatário contestou judicialmente a doação, dizendo «que não podia sofrer com boa consciência, que o património de S. Bento andasse alienado» ([82]).

([81]) *Benedictina lusitana*, II, 329.
([82]) *Ibidem*, II, 330.

Este comendatário teve um fim trágico. A sua morte violenta é relatada uns oitenta anos depois, com todos os pormenores pelo Marquês de Montebelo, neto do assassino. Sigamos de perto a sua narrativa.

A comenda de Rendufe era pretendida por um protegido de Martim Coelho, cunhado de D. Henrique e por Jerónimo de Sá. Todavia o abade preferiu resignar em favor de Francisco de Sousa, irmão de D. Maria da Silva, casada com Francisco Machado, senhor de Entre Homem e Cávado, patrono e vizinho do mosteiro de Rendufe. Martim Coelho e Jerónimo de Sá procuraram então convencer a Francisco Machado que o comendatário cortejava sua mulher e por isso protegia Francisco de Sousa. Numa noite em que Francisco Machado se ausentou de sua casa, em Castro, trouxeram para junto dela a mula de D. Henrique. Depois chamaram Francisco Machado para o persuadirem do adultério da mulher. Ele, porém, indo ao seu quarto, encontrou a esposa sòzinha. Os acusadores conseguiram convencê-lo de que o abade tinha fugido. D. Maria, avisada da intriga, não quis abandonar o lar. O comendatário, por sua vez, também avisado de que não aparecesse no solar de Francisco Machado, com quem costumava ir jogar, não acreditou. Visitou-o como de costume e começou a jogar com ele quando foi morto por um escravo que lhe despedaçou a cabeça com uma barra de ferro. Acudiram as criadas e D. Maria da Silva. Seu marido voltou-se contra ela, mas a espada que empunhava partiu-se. Jerónimo de Sá deu-lhe outra, e com ela assassinou a esposa. Não contentes com tal violência, quiseram mutilar o cadáver do abade, «y mandaron a un esclavo, que le cortasse el instrumento de aquel crimen que le avia costado la vida, y al querer executar aquella orden, le hallò sin él, y luego le hallaron en la fraldiquera un cañudo de plata, de que se servia para expeler el excremento que por aquella parte se expele». Vendo o seu erro Francisco Machado voltou-se contra Jerónimo de Sá, mas este conseguiu escapar à sua ira. Como todos os oficiais de justiça do julgado eram criados de Francisco Machado, enterraram em segredo o cadáver de D. Henrique no mosteiro de Rendufe. D. Maria, foi a sepultar em Ponte de Lima no solar de seus pais.

Depois disto o Marquês de Montebelo conta a terrível morte de Jerónimo de Sá e os prodígios que atestavam, segundo lhe parecia, a inocência de D. Maria da Silva. Francisco Machado veio depois a transformar em capela dedicada ao Espírito Santo o quarto onde assassinou a esposa ([83]).

([83]) *Notas del Marques de Montebelo al Nobiliario* 8.

Não diz o Marquês de Montebelo quando isto se passou, mas supomos ter sido em 3 de Fevereiro de 1567. Com efeito, em 10 de Julho de 1566, ainda o rei ordenava a D. Henrique cumprisse as determinações do visitador do mosteiro, Fr. Afonso de Zorrilla. Em 5 de Março de 1567, já o reformador beneditino Fr. Pedro de Basto tomava posse de Rendufe, por morte do comendatário ([84]). A data gravada na lápide sepulcral de D. Henrique, 3 de Fevereiro de 1551, está, portanto, errada no ano. Merece, porém, mais confiança no dia e mês, porque estes figuravam, decerto, nalgum obituário e eram assinalados por sufrágios anuais que ainda se celebravam em tempo de Fr. Leão de Santo Tomás ([85]).

5. *A reforma.*

A tomada de posse do mosteiro por Fr. Pedro de Basto mostra que a reforma monástica de Rendufe começou imediatamente depois da morte do último comendatário.

Nesse momento já Fr. Pedro de Chaves e Fr. Plácido de Vilalobos tinham completado a reforma do mosteiro de Santo Tirso e tratavam de a estender a outros mosteiros. Para isso obtiveram a nomeação de um visitador da Congregação de Valladolid, para percorrer todos os mosteiros beneditinos do País e sobre eles fazer um relatório e tomar as decisões mais urgentes. Este visitador, Fr. Afonso de Zorrilla, passou efectivamente em Rendufe em 1566. As suas determinações foram mandadas cumprir nesse mesmo ano pelo próprio rei. No ano seguinte, o soberano voltava a insistir pormenorizadamente no cumprimento da mesma visita, em carta

---

([84]) «1566. 10 de Julho. Provizão Real recomendando a D. Henrique de Souza para cumprir o mandado pelo visitador Fr. Afonso de Corrilha»: Fr. Luís dos Serafins, o. c., 46 r; «1567. 5 de Março. Posse que tomou Fr. Pedro de Basto do Mosteiro de Rendufe por morte do último comendatario D. Henrique de Sousa, em virtude de um provisão do arcebispo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, que lhe encomendava o mosteiro por 6 meses. Presentes, Fr. Gonçalo prior, Fr. Martinho, Fr. João, Fr. António, Fr. Gonçalo sacristão, monges da ordem e conventuaes»: *ibid.*, 47 r. Distinguir esta tomada de posse da que fez Fr. Pedro de Chaves como abade geral da Congregação de S. Bento de Portugal em 11 de Setembro de 1568 (Doc. 57).

([85]) A inscrição sepulcral diz o seguinte: «S.ª DO COMEN / DATARIO D. / HENRIQUE DE / SOUZA FIDº DA / CAZA DE S. MA / G.DE GR.DE BEMFEI / TOR DESTE MOS / TRº O MANDOU REEDIFICAR / O P. P. FR. M.EL DOS / ANIOS D. ABB.E / DESTA CAZA / FALECEO O DI / TO FIDº. A 3 DE FVRO DE 1551». Está no pavimento da nave à altura do cruzamento com o transepto. Cf. *Benedictina lusitana*, II, 330-331.

dirigida ao arcebispo de Braga (86). No mesmo ano de 1567, foi expedida a bula de reforma que mandava tomar posse de todos os mosteiros governados por comendatários e os erigia em Congregação sob a autoridade do abade de Tibães, Fr. Pedro de Chaves. À morte dos comendatários, os monges passariam a receber todos os frutos. Foi o que aconteceu em Rendufe, com a tomada de posse de Fr. Pedro de Basto em 5 de Março de 1567 e depois com a do Abade Geral Fr. Pedro de Chaves em 11 de Setembro de 1569 (Doc. 57).

A mudança de observâncias não se fez, porém, sem complicações. A mais grave de todas foi a pressão exercida em Roma para se subtraírem as rendas aos monges, no todo ou em parte. Fernando de Menezes, embaixador em Roma, conseguiu obter em 1566 um *motu proprio* de S. Pio V, atribuindo-lhe um terço das rendas. Não se deve ter contentado com isso, porque os monges beneditinos, protegidos pelo cardeal D. Henrique, obtiveram outro *motu proprio* que declarava a pensão de Fernando de Menezes isenta de qualquer encargo (87). Alguns anos depois, porém, as intrigas continuavam. Em 15 de Janeiro de 1578, Diogo de Menezes, clérigo de Lisboa, talvez parente de Fernando de Menezes, obteve por meio de um breve pontifício a faculdade de conservar um terço dos rendimentos de Rendufe, juntamente com o hábito de Cristo (88). Passados dois meses, a 7 de Março de 1578, o Papa expedia uma bula acerca da pensão concedida a Paulo Afonso sobre as rendas do mosteiro de Rendufe (89). Não sabemos como é que os monges acabaram por se libertar destes parasitas que lhes levavam uma parte dos seus bens.

A família de D. Henrique de Sousa também incomodou os beneditinos. Em 1568, provàvelmente, Fr. Pedro de Basto, abade do mosteiro, teve de se obrigar perante a abadessa beneditina de Vitorinho das Donas, D. Isabel de Sousa, a prioreza D. Filipa da Silva e as monjas Catarina de Sousa e

---

(86) Fr. Luís dos Serafins, o. c., 46 r (transcrito na nota 84); «1567. 4 de Abril [...] Copia de outra carta [do cardial D. Henrique] ao arcebispo de Braga: soube que a visita de fr. Afonso Corrilha não tinha sido cumprida, portanto que desse as ordens necessarias para se cumprir e para se arrecadar toda a fazenda dos cazeiros do mosteiro e se reparasse a que fosse necessaria para se fazerem officinas, celas, livros e sua parede, etc. Lisboa 7. de Abril de 1567»: *Ibid.*, 52 r.

(87) «1566. Motu proprio de Pio... concedendo a Fernando de Menezes a 3.ª parte dos frutos do mosteiro, por estar vaga a comenda por morte de D. Henrique de Sousa. 1568. Motu proprio em que se declara esta pensão livre de qualquer encargo»: *Ibid.*, 45 r.

(88) Arq. do Vaticano, *Secret. Brev.* t. 43, f. 41 v-43 v.

(89) Arch. Nat. de Paris, Série L, cx. 61, n. 28 (= lib. 62 bull.), f. 167 r-169 v.

Isabel de Magalhães, a compensá-las por certo fato que o comendatário deixara em Rendufe e que pertencia a sua irmã D. Filipa (90).

Os próprios monges de Rendufe causaram também as suas dificuldades. Em 1567, na tomada de posse de Fr. Pedro de Basto, estavam presentes cinco, Fr. Gonçalo, prior, Fr. Martinho, Fr. João, Fr. António e Fr. Gonçalo, sacristão. Um destes Gonçalos, o prior ou o sacristão, ainda era vivo em 1587 e, como não se queria sujeitar à reforma, habitava fora dos mosteiros. Os monges eram obrigados a sustentá-lo. Vivia na igreja de S. Cláudio de Geme, anexa ao mosteiro de Rendufe. Como não conseguiam tirá-lo de lá, acabaram por apresentá-lo como vigário perpétuo da igreja de S. Pedro de Triava, situada dentro do couto, com direito a receber o terço dos dízimos e outros rendimentos eclesiásticos, além de todo o pé de altar (91).

Em Setembro de 1569 já os monges observantes eram oito, Fr. Domingos Teixeira, Fr. Gonçalo de S. Paio, Fr. Plácido de Coimbra, Fr. Martinho, Fr. António, Fr. Gonçalo, Fr. Ambrósio, e Fr. António Carvalho. Da antiga observância tinham portanto saído, Fr. Gonçalo e Fr. João. A nova comunidade não levantou objecção alguma à autoridade do Geral Fr. Pedro de Chaves (Doc. 57). Os reformadores foram vencendo, a pouco e pouco, todas as dificuldades e impuseram a nova observância. Restauraram a vida conventual e os ofícios divinos, reorganizaram a administração económica e foram renovando os edifícios. Rendufe começava a viver uma vida nova e ia tomando a fisionomia que ainda hoje conserva, apesar de todas as destruições que foram mutilando o mosteiro.

---

(90) «1568 ou 1578. 26 de Julho. [Fr. Pedro de Basto, abade de Rendufe] obriga-se perante a abadessa de Vitorinho das Donas D. Izabel de Sousa, [da prioreza D. Filipa da Silva e das freiras Catarina de Sousa e D. Isabel de Magalhães] a dar uma compensação por 'serto fato' que D. Henrique de Sousa, comendatario, deixara em Rendufe, sendo de sua irmã, D. Filipa de Sousa»: *Ibid.*, 44 r. C. Alão de MORAIS, *Pedatura lusitana*, IV-I (Porto, 1946), 494 não fala desta irmã de D. Henrique de Sousa.

(91) «1587. Gav. de Geme. Sentença apostolica sobre a demanda com o P. Fr. Gonçalo monge procurador do mosteiro sobre ele ter impetrado esta igreja e se levantar com ela. Apresentou um treslado da união e anexação dessa igreja (S. Cláudio de Geme) e das de S. Pedro de Triava e S. Pedro de Codeceda ao mosteiro por D. João arcebispo de Braga em 1319, Dezembro, 19 (anno de X°); auto de posse do superior de Rendufe, Fr. Bento Lobato, em virtude da anexação de 15. Julho 1573. Resultado: como o tal Fr. Gonçalo era monge da Ordem e não estava sugeito à reforma, por viver fora e o dito mosteiro era obrigado a sustentá-lo, o mosteiro de Rendufe apresentava-o na tal igreja por vigario perpetuo de S. Pedro de Triava, e lhe daria o 3.° dos dizimos e frutos e mais direitos e direituras, todo o pe de altar para se sustentar. Ele Fr. Gonçalo largaria a igreja de Geme»: Fr. Luís dos Serafins, *Apontamentos* cit. 42r-v.

APÊNDICE

1. OS ABADES DE RENDUFE

Sisnando, 7 de Dezembro de 1090: *DC* 746.

Gonçalo Vasques, 20 Outubro de 1107: *DP* III 259 (1).

Mido, 1132: *LF* 741, cit. por A. de J. da Costa, *O bispo D. Pedro* II, 213.

Lourenço Martins, 1170: *Benedictina Lusitana* II, 329.

Afonso Anes, Agosto de 1255 a 1258: Doc. 12; *Inq.* 428.

Paio Correia, 29 de Janeiro de 1289 a 1290: ADB Rendufe, maço 115; *Benedictina Lusitana* II 329.

Vasco Rodrigues, 14 de Maio de 1386: Doc. publ. por A. de J. da Costa, o. c. II 462, n. 114.

Afonso Martins, 5 de Dezembro de 1389 a 10 de Fevereiro de 1400, assassinado (?) antes de 18 de Julho de 1401: Docs. 16, 22, 23; Documentos de 20 de Dezembro de 1391, 26 de Abril de 1395 e 10 de Fevereiro de 1400 sumariados in ADB, Rendufe maço 115.

Mestre André Dias, 28 de Setembro de 1401 a Março ou Abril de 1409: Docs. 23, 24, 25.

Mestre André Dias, abade comendatário: 12 de Maio de 1409 a 4 de Maio de 1414: Docs. 25, 26, 35.

Lopo Vaz da Cunha, abade comendatário: 4 de Maio de 1414 a 26 de Julho de 1429: Doc. 26, 27, 28.

Rodrigo Dias, abade comendatário: 26 de Julho de 1429 até depois de 22 de Setembro de 1455: Doc. 28, 29, 31.

D. Antão Martins de Chaves, abade comendatário, até à morte, em 11 de Julho de 1447: ADB, *Confirmações de D. Fernando da Guerra* 117 r, 142 r; Doc. 35.

Fr. Afonso, monge de Pombeiro, abade conventual, confirmado a 5 de Novembro de 1447: ADB, l. c. 14 r.

João Gomes, administrador perpétuo, 25 de Novembro de 1450 até à morte, em 1463: Documentos de 25 de Novembro de 1450, e 18 de Julho de 1457 in ADB Rendufe maço 115; *Confirmações de D. Fernando da Guerra* 229 v; Doc. 35.

Fr. Diogo, abade conventual, confirmado em 10 de Abril de 1463: ADB, *Confirmações de D. Fernando da Guerra* 229 v.

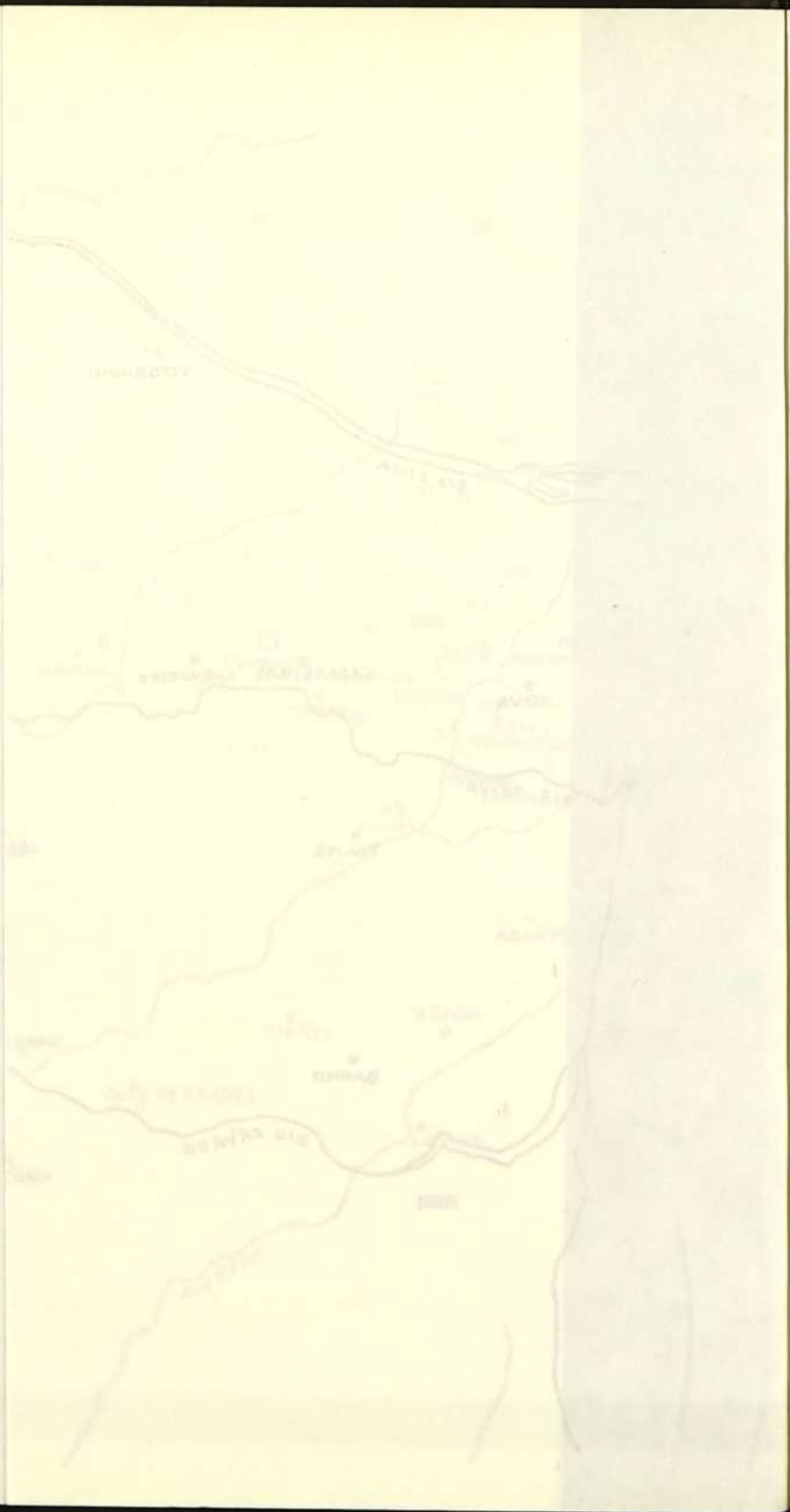
---

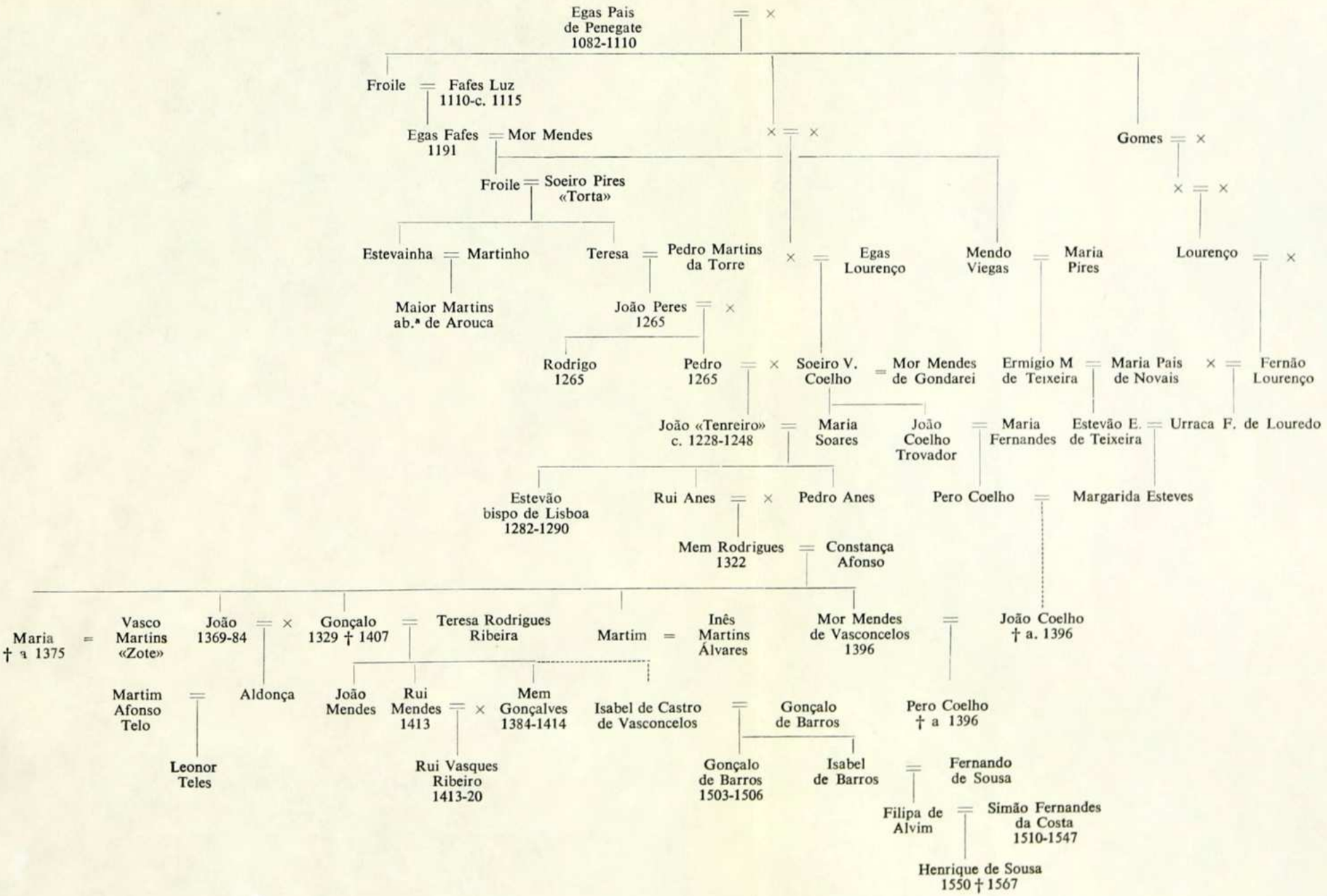
(1) Com o título de «prior», que nesta época é, muitas vezes, usado por abades beneditinos.

DOMÍNIO DE RENDUFE EM 1220

RIO LIMA
VITORINHO
NEIVA
CAPAREIROS
CARVOEIRO
GAIFAR
PENEGATE
MOURE
RENDUFE
LALIM
VALDREU
RIO HOMEM
BOURO
VIEIRA
RIO NEIVA
PALME
GINZO
ADAÚFE
FONTE ARCADA
ROÇAS
BANHO
MANHENTE
TIBÃES
BRAGA
VILAR DE FRADES
RIO CÁVADO
VARZEA
LOMAR
RIO AVE
RIO ESTE

I CASAL
G GRANJA
IGREJA
OUTROS RENDIMENTOS
PARTE DE IGREJA
ERMIDA
MOSTEIRO
COUTO




Egas Pais de Penegate 1082-1110
Froile
Fafes Luz 1110-c. 1115
Egas Fafes 1191
Mor Mendes
Froile
Soeiro Pires «Torta»
Gomes
Estevainha
Martinho
Maior Martins ab.ª de Arouca
Teresa
Pedro Martins da Torre
João Peres 1265
Rodrigo 1265
Pedro 1265
Egas Lourenço
Mendo Viegas
Maria Pires
Lourenço
Soeiro V. Coelho
Mor Mendes de Gondarei
Ermígio M de Teixeira
Maria Pais de Novais
Fernão Lourenço
João «Tenreiro» c. 1228-1248
Maria Soares
João Coelho Trovador
Maria Fernandes
Estevão E. de Teixeira
Urraca F. de Louredo
Estevão bispo de Lisboa 1282-1290
Rui Anes
Pedro Anes
Pero Coelho
Margarida Esteves
Mem Rodrigues 1322
Constança Afonso
Maria † a 1375
Vasco Martins «Zote»
João 1369-84
Gonçalo 1329 † 1407
Teresa Rodrigues Ribeira
Martim
Inês Martins Álvares
Mor Mendes de Vasconcelos 1396
João Coelho † a. 1396
Martim Afonso Telo
Leonor Teles
Aldonça
João Mendes
Rui Mendes 1413
Rui Vasques Ribeiro 1413-20
Mem Gonçalves 1384-1414
Isabel de Castro de Vasconcelos
Gonçalo de Barros
Gonçalo de Barros 1503-1506
Isabel de Barros
Pero Coelho † a 1396
Fernando de Sousa
Filipa de Alvim
Simão Fernandes da Costa 1510-1547
Henrique de Sousa 1550 † 1567

Gonçalo Anes, abade conventual, nomeado condicionalmente em 18 de Maio de 1465: Doc. 35.

D. Jorge da Costa, abade comendatário: F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal* I (Porto ²1967) 486.

D. Gonçalo de Barros, abade comendatário, 1503 a 1506: Fr. Luís dos Serafins, *Apontamentos* 3 r; *Benedictina Lusitana* II 329.

Simão Fernandes da Costa, ou Simão Preto, abade comendatário, 3 de Abril de 1510 a 1547: ADB Rendufe 67, f. 1 r, etc:; ibid maço 115; Fr. Luís dos Serafins, *Apontamentos* 8 r, 16 r, 7 r, 13 r, 13 v, 14 r, 22 r.

D. Henrique de Sousa, abade comendatário, 1550, até à morte, em 3 de Fevereiro (?) de 1567: *Benedictina Lusitana* II 329; Inscrição no claustro do mosteiro. Fr. Luís dos Serafins, o. c., f. 28 r, 40 r, 45 r, 46 r, 16 r; Bibliot. da Ac. das Ciências de Lisboa, ms. 730, doc. sem número.

2. DOCUMENTOS

Esta colectânea não recolhe todos os documentos de Rendufe ou a ele relativos. Seleccionaram-se os mais importantes. Omitiram-se, em particular, os que diziam respeito apenas à administração do domínio, ou que fazem uma referência passageira a Rendufe. Publicam-se na íntegra os inéditos e os que são de acesso mais difícil. Dos outros dão-se apenas os sumários e remete-se para a publicação que os editou. Também nos limitamos a dar o sumário quando o documento desapareceu, quando só uma pequena parte diz respeito a Rendufe, quando não podemos recorrer a pessoa especializada que garantisse a leitura (caso dos documentos pontifícios sumariados nos n.ºs 38, 43, 46 e 47) e quando não tivemos acesso ao original inédito (caso dos outros dois documentos pontifícios sumariados nos n.ºs 58 e 59). A leitura foi feita por mim sobre os originais, excepto para o testamento de Mor Mendes (n. 20), lido pela Dr.ª Maria Teresa Monteiro (a quem apresentamos os nossos maiores agradecimentos, porque a decifração é difícil) e verificada por mim nalguns pontos. Os extractos tirados de Fr. Luís dos Serafins foram por mim copiados dos seus apontamentos em Julho de 1962. Agradecemos ao Sr. Dr. António Correia Caldeira Coelho ter-nos facultado a consulta do seu arquivo.

1

1097, NOVEMBRO, 24 — *O Conde D. Henrique e D. Teresa coutam a Egas Pais de Penegate e sua esposa Sancha Mendes todas as herdades e direitos que tinham dentro dos termos de Rendufe.* (Falsificação moderna).

Arquivo do Mosteiro de Singeverga, Documentos de Rendufe, n. 1 e 2. Publicado por R. de Azevedo in *DR* I 4 bis.

2

1098, FEVEREIRO, 26 — *Egas Pais de Penegate dá ao mosteiro de Rendufe os direitos que possui sobre o couto do mesmo lugar, a capela de S. Salvador com sua seara e sua granja e os direitos que tem sobre igreja de Fiscal* (Falsificação moderna).

Arquivo do Mosteiro de Singeverga, Documentos de Rendufe, n. 4 e 5.

In nomine Domini qui cum eterno Patre manet cum Spiritu Sancto in Trinitate, semper unus idemque Deus. Nulli sit dubium sed omnibus maneat manifestum quod ego domnus Egas Prolis Pelagii de Penagate, domnus de Codeseda, Sauaris et Rendufe, tenens (1) totam terram de Burio, insimul cum coniuge (2) mea Sancha prolis Menendi et cum filijs meis facimus testamentum ob honorem Sancte et indiuidue Trinitatis, sanctorum Apostolorum (3) Petri et Pauli ad aulam Sancti Andree, in cuius honorem fecimus construere monasterium nostrum de Rendufe pro remedium anime nostre quatinus in die iudicij efugere possimus eterna suplicia damnatorum. Ideo ex nostra potestate e uolumtate absque ullo suadentis imperio oferimus ad aulam dicti nostri monasterij ubi iam multorum reliquie sanctorum a nobis posi (?) ad uenerandum totam nostram terram de Rendufe cum omni dominatione nostre in ea ut monachi qui ibi iam sunt et fuerint (4) et in uita sancta perseuerauerint cotidie pro nobis et cum eleemosinis sucurant (5) pauperibus, ibidem damus et concedimus eidem nostro monasterio omnes nostras quintanas et cazalia in eadem terra de Rendufe cum omnibus suis pertinentiis cultis et incultis, ruptis et irruptis, cum montibus et fontibus, saltibus, deuesas, pascuamenta, arbores, molinarios, domos extrinsecus et intrinsecus (6) cum ingresus et regresus, aquis decurrentibus ad pluuia Cadauo et Homem et omnia iura nostra regalia cum omnibus suis pertinentis (7) seruis et ancilis cum tributa uetigalia (8) cum omnibus calumnis (9) negotijs cum totas focadurias et karatere (10) sicut ab antiquo reges nostri imperabant et nos habemus et possidemus tam ab auibus nostris quam de comparato et doatione cautata sicut (11) domnus meus comes Henricus cum coniuge sua infanta domna Tarasia, magni Adfonsi imperatoris filia nobis cautauit per terminos antiquos (12) nostre possessionis ab ipso de nouo terminatos et cautatos et ipse domnus rex Adfonsus cum tota domo regia eumdem cautum et dominationem (13) confirmauit et corroborauit. Sed non damus dicto nostro monasterio tria cazalia in Triaua et Lagos quia iam temporius retro auus

et pater meus obtulerunt monasterijs de Varzea et (14) de Vilar. Adiicio quia (15) damus etiam dicto monasterio de Rendufe nostram capellam de Sancto Saluatore cum senaria et grangia sua et ecclesia nostri patronatus in ipsa terra scilicet Sanctorum Vincentij (16) Petri et Martini et partem quam habemus in patronatu ecclesie de Fiscal cum senarijs quas ipsis auus et pater meus assignarunt et maneant ad ipsas ecclesias (17) et ad rectores quos abbas et monachi ipsius monasterij ad illas nominauerint. Omnia damus sicut in hoc testamento sursum resonat quod hodie die sint de iure nostro abrasa et in dominio dicti monasterij sint posita et ipsas res ad partes alienas non transire sed in eo loco deseruiant iure perpetuo dicto monasterio et monachis qui ibidem cum suo abbate in uita sancta perseuerauerint sicut per terminos suos est cautatum. Ad inde finit Seuaris in transitu fluuij Homem ad cimam (18) montis Ladarij in Fiscal, deinde uadit in directum ad aquam de Trauasellas (?) deinde ascendit per cumieriam (19) ad cimam (18) in monte Guioi (?) ad marcum ubi strada antiqua ad Carazedo incipit descendere per uiam de Sauaris (20) in transitu Homem iam nominato, deinde descendit per ipsam stradam ad Petram Nigram in dicta strata et uadit per illam usque ad ecclesiam de Carrazedo et quomodo ibi transiens per senarias ipsius ecclesie diuidit cum Castro, deinde per uiam et congustas de Carrazedo uadit in directum ad Cadauum in transitu illius ad Ancede et descendit per medium aluei Cadaui ad iuncturam cum fluuio Homem et ascendit per totum et ambas ripas istius cum suis piscariis et Petram de Sauaris (20) in transitu ad Fiscal unde inchoauimus. Omnia habeat dictum nostrum monasterium cautata sicut per terminos nominatos (21) a domno meo comite domno Henricho fuit cautatum et terminatum, neque pareant de isto quod sursum resonat in testamento neque a rege neque a comite neque ab episcopo neque ad nullo homine nec donent nec uendant. Si quis autem tam de nostris quam de extraneis uel qualibet forma hominis qui hoc factum series testamenti irrumpere uoluerit, in primis sedeat excomunicatus et in perpetua confusione terra eum absorbeat ut Choreb, Dathan et Abiron uel sint de filijs nostris uel de extraneis, quisquis ille fuerit, auferat Dominus memoriam illius de terra et cum iustis non scribatur in conspectu Domini et sanctorum, et carnes eius insanabili (22) pena tubescant a capite usque ad utraque pedum neque accipiat corpus Domini sed cum Iuda traditore habeat participio et comprehensus coram iudice uel comite terre tantum componat in duplo ad ipsum monasterium quantum quesierit et insuper pareat CC^{a} talenta auri ad ipsum monasterium et aliud tantum ad regem uel comitem, et hoc factum nostrum obtineat firmitatem in cunctis temporibus seculorum. Facta

scriptura testamenti temporibus Adfonsi piissimi imperatoris totius Spanie principis et uxore eius regina Berta et gener eius comes domnus Henrichus totius prouincie Portugalensis domnus cum coniuge sua infanta nomine Tarasia prolis ipsius Adfonsi regis et ecclesie Bracharensis episcopus domnus Geraldus (23) presidente. IIII kalendas martij Era C XXXVI (24) transacta iam T. Ego Egas prolis Pelagij in Penagate quod sponte Domino Deo promisi gratanter opere compleui et propriis manibus meis roboraui (*sinal*) et confirmaui. Et ego Sancha prolis Menendi quod uir meus testauit et confirmauit etiam testor et confirmo. Et nos Gomes Venegas, Godinho Venegas, Egas Venegas, Froille (25) Venegas quod patres nostri facto et scripto testarunt et confirmarunt etiam nos confirmamus (26) et robo+++++ramus.

Qui uiderunt et confirmarunt:

Menendus Peres cf. Fafes Lus cf. Pelagius Suares cf. Rodericus Garcia cf. Nunus abbas Tibianis cf.

Ego abbas ipsius monasterij domnus Iohannes cf. (27) Petrus monachus cf. Sisnandus monachus cf. Pelagius presbiter et capelanus domi Egas Pelagij cf. Ordonius monacus (28) cf.

Adefonsus (29) diaconus scripsit (*sinal*)

Pro testes Iohannes ts. Martinus ts. Menendus ts. Gosendus ts.

Variantes da cópia n. 5:

(1) aut continens; (2) uxore; (3) Appostolorum; (4) o *n. 4 tem* fuerin; (5) sucurrant; (6) *emend.* de itrinsecus; (7) pertinentijs; (8) *acrescenta* et; (9) calumnijs; (10) caracteres; (11) o *n. 4 tem* sicu; (12) o *n. 4 tem* antiq; (13) *falta* et dominationem; (14) *acrescenta* de; (15) quod; (16) *falta* Vincentij; (17) o *n. 4 tem* eccleas; (18) simam; (19) comieiram; (20) Seuaris; (21) o *n. 4 repete* nominatos; (22) o *n. 4 tem* isanabili; (23) Giraldus; (24) *Não se vê claramente se a data do n. 4 é* C XXX VI *ou* C XXX VII; (25) Froili; (26) testamus; (27) Ego domno Iohannes abbas ipsius monasterii cf.; (28) monachus; (29) Adfonsus.

3

S. D. [meados do séc. XII]. — *Egas Mendes e sua mulher* Hamisu *fazem testamento deixando os seus bens aos mosteiros de Pendorada, Bustelo e Rendufe. Deixam a este último as suas herdades de Codesseda, Vilela, Vilar e* Revertunes.

TT, CR, Pendorada maço XIII n. 11.

Publicado por J. P. RIBEIRO, *Dissertações*, III-II, doc. 12

4

S. D. [final do séc. XII] — *Gomes Viegas faz testamento, deixando os seus bens ao mosteiro de Pendorada e a outras instituições. Ao mosteiro de Rendufe deixa um casal* in Sauto *e, depois da sua morte, um escravo mouro.*

TT, CR, Pendorada maço XIII n. 29.

5

S. D. [século XII] — *Notícia das propriedades que o mosteiro de Rendufe possui junto do rio Homem e que tinham pertencido a Soeiro Lalim.*

BNL, F. G., ms. 8093, f. 16 v-17 v.

Notum sit tam presentibus quam futuris ad quoscumque litere isto pervenerint, quod est hereditas que fuit de Suario Lalin, quam habet monasterio de Randufi et debet habere usque in perpetuum. In primo unum agrum ubi dicitur Pelagum Nigrum et aliam multam que divitur per Penam Antiquam et inde per cautum de Vilela et vadit per encrusiladas deinde ad rivulum Hominis De toto isto termino est inde sextam partem de Randufi. Et alia que remanet in termino ipso, de undecima terciam partem / de Randufi dico / ad monasterium et alia hereditas que dicitur Pena Donizu est inde sextam partem de Randufi. Et alium agrum de Lagona quod fuit de Suario Borona est inde quartam partem de Randufi et alia leira in a Lagoa que fuit de domno Ramiriz et alia leira in as vales et alias duas in Quodesoso et alia leira in Marrogoos et alia est in o Barreiro et alia in o Pedragal et alia in o Pedragal et alia in o Estremadoiru et alia cabu de Octeiro et alia aa Pena da Vinea et alia super illam et alia que vadit per a presa de Soctuloo et alia a rradice de agro de Barral et alia in o Ameal a rradice de o ..... et ..... de Agrela que fuit de Pelagio Afonso et a quarta et media quarta de hereditate que fuit de domno Ramiz de toto Porraes. Et in Maceeira IIII^{or}. passus que fuit de Pelagio Altonio minus unum cubitum et duos passos in o Espineiro subtus agro regalengo que fuit de Pelagio Afonso, et tres passus a fonte de Goncida super regalengo, et duas leiras subtus regalengo super Portu das Lamas et alia leira aaquen de .....

(Em nota: «Gaveta Geral do Mosteiro, Pergaminho N.° 2. Letra Franceza do Seculo 12. Perdeu-se o resto da tira de pergaminho em que continuava esta Noticia»).

6

1191. — *Maior Miguéis dá ao mosteiro de Rendufe um casal na* villa *de Sabariz e a porção que lhe pertence do reguengo de Vila Verde, com a condição de rezarem por sua alma no aniversário da morte.*

BNL, F. G., ms. 8093, f. 13r-v.

In Dei nomine. Hec est karta testamenti quam jussi facere ego Maior Michaeliz ad aulam Sancti Andree de Randufi pro remedio anime mee scilicet de uno kasale in villa de Savaris. Do istum kasale tali pacto ut in die anniversarii mei ex fructu que inde exierit fratribus dent et me in mentem habeant. Do etiam in Villa Viride quantum que habeo de regaengo ad monasterium Sancti Andree per ubi illam potueritis invenire cum quantum in se obtinet et aprestitum hominis est. Si aliquis homo venerit qui hanc kartam testamenti rumpere voluerit, sit maledicus et excomunicatus et quantum quesierit tantum duplet, et insuper quingentos solidos. Facta karta testamenti in Eª Mª CCª XX. Vª IIIJ. Jstum regaengo quod superius nominavimus incipit in Lampada et vadit usque in Leiras Covas. Ego Maior Michaeliz qui hanc kartam facere jussi eam propriis manibus robor — o.

Ts. Petrus ts. Gomizo ts. Nunus ts.

Gundisalvus nt.

(Em nota: «Gav. da Freg.ª de S. Thiago de Savariz. Pergaminho N.º 3. Letra Franceza. Original»).

7

1193, JUNHO, 5 — *Ermesenda Moniz dá ao mosteiro de Rendufe um casal na* villa *de Crespos* (c. de Braga).

BNL, F. G., ms. 8093, f. 13v-14r.

In Dei nomine. Hec est karta testamenti quam jussi facere ego Ermesenda Moniz ad aulam Sancti Andree m .... Randufi pro remedio anime mee Do ibi atque concedo unum casalem in ipsa villa que vocitant Crespos, ipsum casalem pernominatum de Subtus Lameiru cum quantum in se obtinet et ad profectum hominis est, et est aquis discurrentibus ad flumen Cadavo, teritorio Bracharensi. Habeat monasterium istum casale cunctis temporibus seculorum. Si aliquis homo venerit tam ex parte mea quam ex

aliena qui hanc kartam testamenti rumpere voluerit, sit maledictus et excommunicatus et cum Juda traditore .... inferno dampnatus, et insuper pariat ipsam hereditatem monasterio duplatam vel triplatam, et insuper quingentos solidos. Facta karta .... quotum quod est nonas Junii E.ª M.ª CC.ª XXX.ª I.ª Ego Ermesenda Moniz qui hanc kartam testamenti facere jussi ..... neis testibus manus meas proprias r——o bor——o.

Ts. Petro ts. Johanes ts. Pelagius ts G....

(Em nota: «Gaveta Freg.ª da Sm.ª Trindade da Capella. Pergaminho N.º 1 — Letra Franceza. Original»).

8

1193. — *Oveco Peres dá ao mosteiro de Rendufe um casal e outras herdades em Quartas* (c. Vila Verde), e outro casal em *Prunedelos* (cfr. Valões, c. Vila Verde).

BNL, F. G., ms. 8093, f. 14v-15r.

In Dei nomine. Hec est karta testamenti quam jussi facere ego Ovecus Petri ad aulam Sancti Andree monasterio de Randufi pro remedio anime mee. In primis do unum kasalem in Regalados, in loco ubi vocitant Quartas, et habui eum de monasterio de Bravaes pro cambia que dedi eis alium casal in Lavoradas et insuper XVII morabitinos pro mellora. Do etiam in ipsa villa de Quartas aliam hereditatem que comparavi de Gutterri Suariz du Condadu, mediam de illa vessada du Perral, et de totam vessadam medietatem da nona. Et in Pomedelos alium casal que conparavi de Gundisalvo Venegas, do monasterium. Si aliquis homo venerit tam de propinquis meis quam de extraneis qui hunc testamentum meum frangere voluerit, in primis sit maledictus et excomunicatus et cum Juda traditore in inferno dampnatus Facta karta testamenti in E.ª M.ª CC.ª XXX.ª Ego Ovecus Petri qui hunc testamentum facere jussi, eum propriis manibus r——obor——o.

Ts. Petrus ts., Martinus ts., Menendus ts. Gundisalvus Nt.

Hec est noticia de hereditate de pignores quam etiam monasterio mando. In villa de Quartas super illa hereditatem du condadu de Bona Suariz et suo filio Suario Ovequiz mater VII^{em} morabitinos, et filium VIIII^{em} morabitinos. Filios de Godino Ladron super Perral, IIII^{or} morabitinos veteros.

(Em nota: «Gaveta da Freg.ª de St.ª Ovaya de Sande. Perg.º N.º 1. Letra Franceza. Original»).

9

1202. — *Sentença pela qual se determina que a herdade de* Pural, *cuja posse era contestada por Maria Bela, pertence ao mosteiro de Rendufe.*

BNL, F. G., ms. 8093, f. 15v-16r.

Notum sit omnibus hominibus quod orta fuit intencio inter abbatem de Randufi et suos monachos et inter illam mulierem que dicitur Maria Bela super hereditatem que est in Pural, quam hereditatem dicebat ipsa mulier evenire sibi ex parte patris sui. Et ipsa hereditas posita fuit in inquisitione inter bonos homines et in juditio de Gundisalvo Menendiz, judice de Nevia, cum Godino Petri qui erat superjudex, et talem invenerunt inquisitionem quod ipsa hereditas fuit semper de Randufi et debebat esse per directum. Et istud judicium datum fuit coram rege Sancio et dixerunt firmiter quod erat de Randufi. Sed quia ipsa mulier erat miserrima, placuit domno regi Sancio et ipsis judicibus ut darent pro suo labore quatuor morabitinos et quinque taegas de milio. Et placuit istud pactum ipsi mulieri et domno abbati et omnibus fratribus. Si vero ex parte ipsius mulieris aliquis venerit vel ipsa qui hoc pactum frangere voluerit, pectet quingentos solidos et duplet hereditatem. Ego Maria Bela cum omnibus filiis meis qui hanc kartam jussimus facere coram bonis hominibus in ea manus nostras roboramus. Qui presentes fuerunt et viderunt. Petrus, Gundisalvus, Johanes Ts. Era M.ª CC.ª X.'ª.

(Em nota: «Gaveta Geral do Mostr. Pergam.° N.° 1. Letra Franceza. Original»).

10

1245, SETEMBRO, 22 — *Testamento de Martinho Gonçalves, cónego da Sé de Braga, pelo qual deixa os seus bens a várias instituições, entre elas o mosteiro de Rendufe, ao qual lega um casal em Amares. Este será cultivado por João Viegas, que dará anualmente ao mosteiro um maravedi e os monges celebrar-lhe-ão todos os anos os sufrágios por sua alma e pela de seu pai no dia de S. Vicente.*

ADB, Arquivo arquiepiscopal, *Livro 1 dos testamentos* 8r (= *Livro 2.°* 53r).

11

1253, FEVEREIRO — *O cabido da Sé de Braga empraza a Facundo Domingues e sua mulher Sancha Mendes um casal em Lalim, determinando, entre outras condições, que devem pagar os* iura regalia *ao mosteiro de Rendufe.*

ADB, Arquivo arquiepiscopal, Gaveta de prazos do Cabido, doc. 26.

12

1255, AGOSTO — *Afonso, abade do mosteiro de Rendufe e a sua comunidade cedem a D. João Peres de Aboim dois casais em* Picon *e em* Zeureiro, *para o compensarem pelo empréstimo de 60 maravedis, de que tinham precisado para pagarem a «colheita» real. D. João possuí-los-á em sua vida e pagará anualmente ao mosteiro a renda de 5 soldos portugueses.*

TT, *Livro de D. João de Portel*, doc. 53.
Publicado por Pedro de AZEVEDO no «*Arquivo histórico portuguez*» 5 (1907) 70.

In Dei nomine et eius gratia. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris presentem paginam inspecturis quod ego Alfonsus Albas de Randufe una cum conuentu eiusdem loci damus et concedimus uobis domno Johanj Petri de Auoyno duo casalia que habemus in terra de Anofrica scilicet unum casale in loco qui dicitur Picon et aliud in loco qui dicitur Zeureiro pro multo seruicio et pro auxilio quod predicto Monasterio et nobis fecistis et faciatis et pro sexaginta morabitinos quod nobis dedistis quale nos dedimus in Collectam domni regis. Damus et concedimus uobis predicta casalia tali conditione ut illa habeatis et possideatis in omnibus diebus uite uestra et teneaminj predicto Monasterio quinque solidos Portugaliae persoluere annuatim. Et post mortem uestram debet predicta casalia predicto Monasterio remanere intregua [!] libere et quiete. In cujus rei testimonium fecimus inde duo plaza per Alfabetum in Mense Augusti E.ª M.ª CC.ª LX'ª. IIJª. Testes uero qui presentes fuerunt:

Gonsaluus Egee Prior Hospitalis
Johanes Suerii dictus Conelius
Albas et Prior monasterii
Petrus Petri et Pelagius Petri uestiarius
Petrus Iohanis monacus eiusdem monasterii
P. Vincentij notuit.

13

1267, NOVEMBRO, 17 — *Testamento de Estêvão Anes, arcediago da Sé de Braga, pelo qual deixa os seus bens a vários herdeiros, entre eles o mosteiro de Rendufe, que receberá certas casas situadas em Braga. Estas casas tinham sido compradas a Rendufe* «propter quintanam meam de Togial pro anniuersario meo et patris et matris mee»

ADB, Arquivo Arquiepiscopal, *Livro 1.º dos testamentos* 30r (= *Livro 2.º* 74r).

14

[1288] — *Inquirição mandada fazer por D. Dinis sobre o couto do mosteiro de Rendufe.*

TT, Inquirições de D. Dinis, 1.º 1, 6v-7r.

[G]onçalo Paez clerigo e juiz jurado perguntado sse na ffreguesya de Lago he cassa de caualeyro ou de dona que se deffenda per honrra disse que ouue hy Gonçalo Godijz huũa quyntaã que chamã de Lago. E disse que foy muyto honrrada de longe. E disse que ouyou dizer que a ouerom ante que o que fosse couto. E disse que pois morreo Gonçalo Godjz que ficarom hj seus filhos e fezerom huũa cassa en ssa herdade propria a par de ssa quyntaã. Item disse que Sancha Gonçalves ssua filha fez outra quintaã en ssa herdade que lhe ficou de seu padre. Item disse que Steuam Gonçalves fez hij outra quyntaã outrosy em sseu herdamento que lhe ficou de sseu padre outrosy e estas cassas disse que forom ffectas des tempo delrey dom Sancho tyo deste rey. Item perguntado sse na ffreguesya de Triauaa ha cassa de caualeyro ou de dona que sse deffenda per honrra disse que nom. Item perguntado sse em Sam Saluador de Cacauelos ha cassa de caualeiro ou de dona que sse deffenda per honrra disse que ha hi duas quyntaãs que chamam Cacauelos e huũa he de Gil Bariga e outra de Esteuam A... (?) Tiçom e de seus irmaãos. E disse que forom honrradas de longe. Item disse que este couto he coutado per padroões e disse que o foy de longe. Perguntado per qual rey foy coutado disse que o nom ssabya. Perguntado sse forom ende a elrey anadoua (?) disse que nom.

Domingos Mygeiz de Triauaa, Johaam Dominguez, Domingos Perez de Lago, Domingos Dominguez de Rendufy, Steuam Dominguez, Domingos Dominguez de Ssam Vicente, Pero Siluestre, todos jurados e perguntados diserom em todo com Gonçalo Paez de susso dicto.

15

1319, DEZEMBRO, 19 — *D. João [de Soalhães], arcebispo de Braga, une e anexa ao mosteiro de Rendufe as igrejas de S. Cláudio de Geme, S. Pedro de Triava e S. Pedro de Codesseda.* (Documento perdido).

Arquivo Dr. António Correia Caldeira Coelho (Lisboa), Fr. Luís dos Serafins, *Apontamentos* 42r.

16

1389, DEZEMBRO, 5 — *Privilégios concedidos por D. João I ao mosteiro de Rendufe.*

TT, Chancelaria de D. João I, l.º 1, f. 197v-198r.

Dom Joham pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarue, a quantos esta carta virem, fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Afonso Martjns abade do mosteiro de Randufe, nosso capellam e ao dicto seu moesteiro e conuento heemos por bem e recebemos el e o dicto moesteiro e seu conuento e seus coutos e lauradores e caseiros em nossa guarda e encomenda. Porem mandamos e defendemos que nom seia nehuũ atam ousado assy ricos homens, iffantes, caualleiros, scudeiros nem outros nehuũs fidalgos e pessoas de qualquer condiçam e stado que seiam por poderosos que seiam que pousem no dicto seu moesteiro nem em os dictos seus coutos nem em suas casas e adegas e celeyros nem com os dictos seus lauradores e caseiros nem lhes tomem nem mandem tomar pam nem vinho, gaados, galinhas e palha, lenha nem roupas nem outras nehũas cousas do seu per força contra suas vontadees. E se alguem contra esto for em parte ou em todo ou lhe tomaa algũa das dictas cousas mandamos aos jujzes dos julgados onde o dicto mosteiro e coutos stam e onde os dictos lauradores e caseiros moram e ao nosso corregedor da comarca e a todallas outras nossas justiças a que esta carta for mostrada que lho nom consentam e lhe alcem dello força e os ponham fora do dicto moesteiro e coutos e de suas casas e adegas e celleiros e dos dictos lauradores e caseiros. E se lhe algũas cousas tomarem que lhas façam logo tornar e entregar. E se auudas nom poderem sser que lhas façam contar e pagar em tres dobro e de mais que os penhorem pollos nossos encoutos de seis mil soldos pera nos que mandamos que pague o que lhe assy contra esto for e os entregue ao nosso (1) almoxarife dessa comarca pera os recadar pera nos. Em caso que o dicto

corregedor, jujzes e justiças esto nom possam fazer ou se nom atreuam a ello com receo das dictas pesoas, mandamos a qualquer tabaliam dos (2) nossos regnos a que esta carta for mostrada que empraze aquel que lhe contra esto for que do dia que o emprazar a XV dias pareça per pesoa perante nos a dizer qual he a rrazam por que vaão contra ello e nos enujem o dia do aparecer per stromento pubrico facto e asignado per sua maao pera o nos veermos e fazermos sobre ello o que acharmos que he derecto. Se nom seede certos que se o contrairo dello fizerdes que vollo stranharemos grauemente nos corpos e aueres como aaquelles que nom comprem mandado de seu rey e senhor e al non façades. Dante em Bragaa V de Dezembro. ElRey o mandou per Joham Afonso scollar em leis seu vassallo (3) do seu desenbargo. Steuam Dominguez a fez era de mil iiij^{c} XXV annos.

(1) nosso *entrelinhado.*
(2) *Segue-se uma palavra raspada.*
(3) seu vassallo *entrelinhado.*

17

1391, ABRIL, 11 — *Sentença condenando o mosteiro de Rendufe a pagar anualmente ao Cabido da Sé de Braga quarenta e três morabitinos da moeda antiga pelo jantar que lhe era devido*

ADB, Arquivo arquiepiscopal, Gaveta 2.ª das propriedades do Cabido, doc. 3. Publicado por A. de J. da COSTA, *O bispo D. Pedro* II 471-472, doc. 119.

18

1393, FEVEREIRO, 12 — *Sentença condenando o mosteiro de Rendufe a pagar anualmente ao Cabido da Sé de Braga o censo de quatro morabitinos velhos pelas ermidas de Santa Eufêmia e de Santa Cruz.*

ADB, Arquivo arquiepiscopal, Gaveta 2.ª das propriedades do Cabido, doc. 5. Publicado por A. de J. da COSTA, *O bispo D. Pedro* II 473-475, doc. 120.

19

1395, ABRIL, 26 — *Sentença do Vigário Geral do arcebispado de Braga sobre a propriedade de Firvida, pertencente ao mosteiro de Rendufe.*

ADB, Rendufe, maço 115 doc. 1.

20

1396, SETEMBRO, 4 — *Testamento de Mor Mendes de Vasconcelos.*

ADB, Arquivo arquiepiscopal, Gaveta dos testamentos, doc. 56.

Em nome de Deus. Sabham quantos este presente publico estromento de manda e testamento virem que eu Moor Menendy de Vasconcellos, estando sãa y com saude y com todo meu syso y entendimento comprido qual mho Deus deu, ffaço minha manda e meu testamento per esta guisa que se adiante segue.

Primeiramente mando a minha alma a Deus Padre verdadeiro e ao seu Filho e aa sua madre Santa Maria. Rogo aa Virgem Santa Maria e a todolos santos e santas da corte do çeeo e a Sam Pedro e a Sam Paulo com todollos apostolos e a Sam Vicente a a Sam Lourenço (?) com todollos martires e a Sam Christovãao e a Sam Ffrancisco com todos os conffessores e a Santa Catalina e a Santa Margarida com todallas virgens que roguem por mim a Deus Padre e ao seu Filho Jesus Christo que me queira perdoar os meus pecados e me queira chegar a verdadeira reedençam por tal guisa que quando me a minha alma vaa perante essa ffaçe e sem vergonça.

Item mando ho meu corpo seer soterrado e sepultado no mosteiro de Rendufe do Bico no muimento que see antre meu marido e meu filho.

Item mando hir comigo huma cama com roupa, conuem a saber hum almadiaque de penas e dous lençoees e huma colcha boa e hum chumaço.

Item mando aos frades do dito mosteiro no dia da minha sepultaçam dez libras da moeda antiga ou como ElRei mandar que se pague por ella e que me digam uma missa oficiada e que os outros frades todos digam senhas missas baixas e me façam honrra em aquelle dia e lhes dem os dinheiros por as missas baixas.

Item mando que o aniversario que eu mandei dizer por Joham Coelho que o digam por mim e por el depos minha morte.

Item mando que levem antre mim por obrada huma duzia de peixotas, quarenta soldos de pam da moeda antiga e dez almudes de vinho per esta guisa que seiam seis canistees e em hada hum manistel, cinco cinco soldos de pam e duas peixotas e hum alqueire de vinho.

Item mando que chamem quantos clerigos poderem aver no dito dia da minha sepultação e me digam senhas missas e penssem mui bem delles e lhes paguem seus dinheiros e me façam honra e todos offiçiem huma missa.

Item leixo a renda que eu hei em Alfena per huma minha herdade ao Cabido de Braga pera sempre que me diga huma missa officiada pera mim em cada hum anno ffaçam aniversario ante o altar da Trindade por minha alma em outro dia da Trindade.

Item mando aos ffrades de Sam Francisco e de Sam Domingos de Guimarães vinte vinte libras da moeda antiga ou a conta que ElRei mandar pagar e que me digam senhas missas officiadas em cada hum moesteiro no dia da minha sepultasam e que me metam em oração.

Item mando ao terceiro (?) dia que me digam hum trintario no mosteiro de Rendufe e que officiem a missa officiada e que estes clerigos que cantarem este trintario officiem huma missa.

Item mando que aos trinta dias que me cantem dous trintarios por minha alma e offertem as missas officiadas assi como no dia da minha sepultasam.

Item mando que me cantem dous trintaarios no anal e que offertem as missas officiadas assi como no dia da minha sepultasam.

Item mando aa egreja de Santa Cezília ho calez da minha capella pera que cantem e que sse nom possa del fazer al senon pera servir na dita egreja e por esto nom possa a egreja de Santa Cezilia poer em lugar aa que eu mando a Rendufe.

Item mando a Pero (?) Mendes meu criado cem libras da moeda antiga e lhas paguem com ElRei mandar pagar.

Item mando a Vasco Stevez por serviço que me ffez trimta libras da moeda antiga ou como ElRey mandar pagar e sse antes morrer que eu mando que as nom aja.

Item mando a Aldonça, filha de Joham dOrnelas e de Johana Perez çinquenta libras da dita moeda pera vistir ou sse paguem como Elrey mandar e morrendo primeiro que eu, mando que as nom aja.

Item mando a Santa Maria de Tedim hum calez de prata dhum marco pera que cantem na dita egreja por minha alma pera sempre e mando que sse nom possa del fazer al senom servir sempre no altar de Santa Maria.

Item mando aos conffrades de Sam Pedro de Sequeeiros dez libras da moeda antiga ou como ElRei mandar pagar e mando que dem aos conffrades della ho mantimento em aquel dia em que me sepultarem.

Item mando aa conffraria pequena que lhe paguem o seu dinheiro e que lhes dem o mantimento em aquel dia em que me sepultarem.

Item mando aa conffraria de Sam Bento cinquo libras por minha alma da dita moeda ou como ElRey mandar.

Item mando aa conffraria de Santa Maria de Tedim cinquo libras da

dita moeda ou como ElRey mandar e esto mando aas ditas conffrarias sse fforem na minha sepultasam e per outra guisa nom.

Item mando aos gaffos de Braga vinte soldos da dita moeda e outrossj vinte soldos aas gaffas da dita moeda.

Item vinte soldos aas gaffas de Barcellos.

Item mando aas albergarias de Braga que som mantheudas vinte vinte soldos da dita moeda ou como ElRey mandar.

Item mando aos ffrades e convento do mosteiro de Mondim por m'ha alma e de Maria Menendiz m'ha irmaã e de Vasco Martins e de seus ffilhos ho meu casal de Vilar de Fermil per esta guisa que elles digam em cada hum anno por mim e por os sobreditos huma missa officiada por dia da Trindade e virãao (?) sobre elles com hum responso alhy hajam Vasco Mendez e Maria Menendez e os metam em oração e mim com elles e que digam outra missa por dia de Santa Maria de Março pella dita guisa e outra missa por dia de Santa Maria dAgosto pella dita guisa e esto seia pera todo sempre segundo Deus e suas almas dos ffrades.

Item mando a minha vestimenta da m'ha capella ao mosteiro de Renduffe que ssirva em aquel altar que este alhy hu jaz Joham Coelho e meu filho Pero Coelho e seu.

Item mando que se algums da m'ha casa por mim cassarem doo que o tolham a cada hum como ho merecer assy aos homens com aas molheres.

Item mando que os meus testamenteiros paguem as sodadas aos que me servirem todo anno, que iurarem aos Avangelhos que lhes devem e que os ditos meus testamenteiros poderem saber por verdade que lhes devem.

Item mando a Aldonça, filha de Rodrigo Affonso de Trallerio (?), minha criada quoarenta (?) libras da moeda antiga ou como as Elrey mandar pagar y se morrer antes que eu mando que as nom aja.

Item mando a Lionor Meendez minha sobrinha ho meu Años Dey (!).

Item lhe mando tres mil libras desta moeda que agora corre e sse antes morrer que eu mando que as nom aja desta nada y sse tornem aa minha alma.

Item mando as minhas reliquias que tragem a pedra çaffira que som de uirtude que as ponham no mosteiro de Rendufe per aas poerem aaquelas pessoas que comprirem.

Item mando as reliquias que fforom de minha irmãa Maria Menendez quem som de vertude que as ponham no thesouro do mosteiro de Mondim e que as ponham a quem nas ouver mercee pera saude.

Item mando a Beringeria Airas minha parenta seis albas de biffa pera pelote.

Item mando a Lionor Affonso irmaã de Gonçalo Vilguho (?) seis albas de biffa pera pelote.

Item mando a Johanna Mendez ssa irmaã seis albas de biffa pera pelote y se antes ellas morrerem que eu mando que as nom ajam.

Item mando que se cante huma capella por minha alma y de Maria Meendez minha irmaã y de Vasco Martins seu marido y de seus filhos y de Joham Coelho que ffoy meu marido y de Pero Coelho nosso filho dambos y por todollos outros por que soo theuda y obligada e que sse cante esta capella pera sempre no mosteiro de Rendufe.

Item mando aa capella pera se cantar de cada dia ao capelam que a cantar estas rendas que se seguem por a minha quintaa que chamam de Barrossas com todas suas rendas y perteenças assy y pela guisa que ela hey.

Item mando mays aa dita capella ha minha quintaa de Terreiros que jaz em Campo com todas suas rendas y perteenças.

Item mando mays aa dita capella todallas rendas que el hey no meu couto de ..... (1) e as que eu hey no casal da Corredoura y em Amares.

Item mando aa dita capella ho casal que trage Joham da Quintaa na ffreguesia de Sam Godeynho (?) e a herdade de Carreço, termho de Viana que jaz na ffreguesia de Carreço.

Item mando que nom seia cantada a dita capella senom per clerigo de missa e nom per ffrade nenhum e mando que o primeiro clerigo que cantar a dita capella se mais viver que eu que seia Diogo Lourenço meu criado que a cante em sa vida e que aja as rendas y quintaas y logares seham bentos e acontecendo que morra primeiro que eu mando que aquel a quem eu leixo a manutençom da dita capella convem a saber a qual um (?) arcebispo de Braga que pellos tempos fforem ponha na dita capella pera a cantar clerigo idoneo y morrendo aquel que ponha hy outro e assy sempre cante a dita capella pera todo sempre y pollas ditas rendas y quintaas.

Item mando aa dita capella ho meu bryviario pera que rezem as oras pera sempre os capellaes que pellos tempos y annos fforem della e peço por merçee a qualquer arcebispo y rogo que seja da egreja a quem tenha por bem y que tome encarrego para mim y visyte a dita capella e o capelam della que pellos tempos fforem y veia como sse canta y como esta per ffeyçam y que cantaram pera sua visitaçam assy na capella como no capellam aquello que acham desffalecendo e esto seia em cada hum anno e mando que aja o dito arcebispo que a visitar pello trabalho que tomar em

cada hum anno quando por el ffor visitada pelos beens y rendas da dita capella dez libras da moeda antiga ou como ElRey mandar que sse pague e nom na visitando mando que os nom aja.

Item mando que dem aa dita capella hum calez com os meus signaances dhum marco de prata pera que cante o dito meu capellam y huma vestimenta para a dita capella.

Item mando a Martinho (?) Lourenço que me serve vinte libras da dita moeda antiga ou como ElRey mandar e sse morrer antes que eu mando que as nom aja.

Item mando a Migueel, filho de Johana de Vila e de Domingos Perez vinte libras da moeda antiga se o eu antes nom cassar ou lhe ffezer outro bem e sse antes morrer que eu mando que as nom aja e arredo y aparto de todollos meus beens moveis y de raiz todollos do meu divedo (?) que de direito poderam herdar meus beens sse eu morrer sem testamento ou ab intestada e ffaço herdeira em todos meus beens moveis e de raiz ha minha alma e esto mando que valha por minha manda e sse nom valer por manda mando que valha por testamento e se nom valer por testamento mando que valha por codicillo e se nom valer por codicillo mando e outorgo que valha por minha pustrimeira voontade e para comprir todo esto que eu mando.

Mando aos meus testamenteiros contheudos em este meu testamento que mandem vender todallas minhas quintaas e casaees e herdades que eu hey e de direito devo daver e outrosy os beens moveis affora aqueelles beens moveis y de raiz que eu mando em este meu testamento aaquellas pessoas a que as mando, assy aa minha capella como aos mosteiros contheudos no dito testamento com em elle he contheudo. E mando que os beens de raiz andem em prego de pos minha morte hum anno e hum dia, e acabado aquel tempo que o rematassem a quem por elles mais der e comprido e acabado o dito meu testamento assy com em elle he contheudo, o que fficar dos meus beens des que os venderem mando que os dem todos por minha alma e de minha irmaa Maria Menendiz e de Vasco Martins seu marido e de seus filhos e dalgumas pessoas por que soo theuda. E esto seia em missa cantar e em proves envergonçados y em anaães e em trintairos e em proves e pera casar algumas pessoas alhy hu virem que compre os meus testamenteiros que he mais serviço de Deus e prol da minha alma e daquelles que ditos hey.

E pera todo esto comprir ffaço y leixo por meus testamenteiros e comprideiros deste meu testamento ffrey Lourenço guardiam de Sam Francisco de Guimaraes y ffrei Lourenço priol de Sam Domingos de Guimaraes sse fforem vivos quando eu morrer sejom os outros que forem pellos tempos

de pos elles aos quaes eu rogo e mando que compram e ffaçam comprir esta minha manda e testamento assy com eu mando do dia da minha sepultasam o mais breve tempo que lles ffazer poderem y rogo lhes que ffaçam y mandem ffazer por minha alma como Deus destinga (?) que ffaça por elles. E mando aaquelles que compram e ajudem a comprir a dita minha manda e testamento convem a saber aos sobreditos çem çem libras da moeda antiga dos meus beens ou que se entregue como El Rey mandar.

Item mando que se Joham Gonçalviz (?) abbade que he de Sam Godoynho de Sequeira ffor vivo depois da minha morte que seia aiudador de comprir esta minha manda e testamento com os sobreditos meus testamenteiros que aja por seu assim que tomar um marco de prata. E outrosy mando que os meus testamenteiros possam adeir (?) e correger e declarar no dito meu testamento quaisquer cousas que virem e entenderem que he prol e saude de minha alma e peço por merce, amen.

Seibom Elrey e as ssas justiças que sse algumas pessoas que forem ffazer aos ditos meus testamenteiros fforça e lhes nom leixarem comprir o dito meu testamento que lhos alçem fora de quaisquer pessoas que os fforçem que forem e lhes leixem comprir o dito meu testamento. E esto hey por ffeito e firmado e outorgado com em el he contheudo ca esta he minha pustrimeira voontade e rogo e mando a Affonso Perez (?) o tabaliom da cidade de Braga por dom Lourenço Arcebispo dessa mesma que a quem esta presente que desto der aos ditos meus testamenteiros hum estromento e dous e mais se lhys comprirem.

Ffecto foi e outorgado na dita cidade nas pousadas da dita Moor Menendiz quatro dias do mes de Setembro da Era de mil e quatrocentos e trinta e quatro annos. E que pera esto espiçialmente fforom chamadas e rogadas pela dita testadora Sancho Perez cooneguo de Braga, Gonçalo Dias abbade dOleiros, terçanario na See de Braga e Joham Martins abbade de Sam Paayo de Arcos do couto da dita cidade e Giral Perez Maça e Gonçalo Vicente mercador e Alvaro de Oliveira e Antonio Martins morador na ffreguesia de Santiago de Ffigueiroo, terra de Fferreira e outros e eu Affonso Perez tabaliom da cidade de Braga e de seus coutos por dom Lourenço Arcebispo dessa mesma que a esto presente e rogado ffuy com as ditas testemunhas e este estromento de manda e testamento screvy e todo ffigy per mandado e outorgamento da dita Moor Menendiz no qual pugy meu signal em testemunho de verdade que tal he

Sit nomen (*sinal*) Domini benedictus.

---

(1) *Palavra ilegível.*

21

1401, JULHO, 10 — *A pedido de D. Martinho Afonso, arcebispo de Braga, Bonifácio IX suprime o mosteiro de Rendufe, reduzindo-o a colegiada com um deão à frente, cabido de quatro cónegos e capelão para cura de almas.*

ASV, Reg. Lat. 93, f. 169r-170r.
Publicado por A. D. de Sousa COSTA, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV* (Porto 1967) doc. 3, pp. 241-243.

22

1401, JULHO, 18 — *Bonifácio IX, alegando ter sido mal informado, anula as precedentes disposições relativas à redução do mosteiro de Rendufe em colegiada, declarando, ao mesmo tempo, querer nomear abade para o mosteiro, nesse mesmo dia, visto estar vago pela morte de Fr. Afonso.*

ASV, Reg. Lat. 93, f. 161v.
Publicado *ibidem*, doc. 4, pp. 243-244.

23

1401, SETEMBRO, 28 — *Mestre André Dias, abade do mosteiro de Rendufe, compromete-se pessoalmente a pagar a taxa de 200 florins devida pela sua nomeação e do seu antecessor Fr. Afonso Martins.*

ASV, Obl. et Sol. 57, f. 69v (25v).
Publicado *ibidem*, doc. 6, p. 245.

24

1402, MAIO, 1 — *Mestre André Dias, abade do mosteiro de Rendufe, compromete-se a reembolsar o arcebispo de Braga dos gastos feitos pelo cónego Pedro Lourenço em Roma, com as bulas, que depois foram anuladas, da redução do seu mosteiro em colegiada.*

ADB, Colecção cronológica, caixa 20, f. 3-3v.
Publicado *ibidem*, doc. 11, pp. 247-248.

25

1409, MAIO, 12 — *Mestre André Dias, bispo eleito de Ciudad Rodrigo, promete pagar a taxa devida pela comenda do mosteiro de Rendufe, que lhe foi facultada pelo Papa.*

ASV, Obl. Communes 1, f. 30r.
Publicado *ibidem*, doc. 14, pp. 250-251.

26

1414, MAIO, 4 — *O papa João XXIII revoga a comenda do mosteiro de Rendufe, pertencente a Fr. André Dias, bispo de Ciudad Rodrigo, em favor de Lopo Vaz da Cunha, clérigo da diocese de Braga e familiar pontifício.*

ASV, Reg. Lat. 168, f. 98r-v.
Publicado *ibidem*, doc. 23, pp. 258-259.

27

1414, JULHO, 14 — *Lopo Vaz da Cunha, acólito do papa João XXIII, compromete-se a pagar a taxa devida pela comenda do mosteiro de Rendufe.*

ASV, Obl. et Sol., 56, f. 161r-v.
Publicado *ibidem*, doc. 24, p. 259.

28

1429, JULHO, 26 — *Motu proprio do papa Martinho V, pelo qual concede a Lopo Vaz da Cunha, administrador perpétuo do mosteiro de Rendufe e prior da igreja da Lourinhã, o priorado da igreja de S. Miguel de Soza, dependente do mosteiro de Rocamador. Outro, pelo qual concede ao mesmo os bens da igreja de Beja, possuídos por João Rodrigues, com a condição de resignar ao mosteiro de Rendufe e ao arcediago do Barroso. Outro, pelo qual concede a comenda do mosteiro de Rendufe a Rodrigo Dias, deão de Braga.*

ASV, Reg. Suppl. 244, f. 24r-25v.
Publicado *ibidem*, doc. 99, pp. 317-319.

29

1429, AGOSTO, 8 — *Lopo Vaz da Cunha e Rodrigo Dias pedem ao papa Martinho V que renove a concessão de alguns benefícios e comendas, anteriormente feita, por temerem que alguém levante obstáculos, devido a certas penas.*

ASV, Reg. Suppl. 244, f. 69r-v.
Publicado *ibidem*, doc. 101, pp. 321-322.

30

1435, SETEMBRO, 22 — *D. Fr. André Dias pede ao papa Eugénio IV confirme a doação aprovada pelo arcebispo de Braga D. Fernando, que lhe fizera o administrador do mosteiro de Rendufe, dos rendimentos da capela pertencente à paróquia de S. Martinho do Lago, anexa à mesa abacial do mosteiro.*

ASV, Reg. Suppl. 311, f. 275v-258r.
Publicado *ibidem*, doc. 134, p. 347.

31

1435, SETEMBRO, 22 — *A pedido de D. Fr. André Dias, o papa Eugénio IV confirma a concessão feita pelo deão de Braga, administrador do mosteiro de Rendufe, sobre os rendimentos da capela sita na paróquia de S. Martinho do Lago.*

ASV, Reg. Lat. 329, f. 147v.
Publicado *ibidem*, doc. 135, pp. 347-348.

32

1447, NOVEMBRO, 5 — *O arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra confirma a eleição de Fr. Afonso, monge de Pombeiro, postulado pelos monges de Rendufe para seu abade.*

ADB, Arquivo da Mitra, *Livro das Confirmações de D. Fernando da Guerra* 142r.

Item aos cinquo dias do dicto mes do dicto anno [Novembro de 1447] na dicta cidade do Porto ho dicto Senhor confirmou em dom abbade do mosteiro de Rrendufe du Bico Frey Afonso ffrade de Poombeiro per virtude

de hũa postulaçom que lhy foe presentada por parte do prioll crasteiro e monges do dicto mosteiro segundo se contynha em huũ estromento fectio per Joham Afonso tabaliam entre Homem e Cadauo ho qual vagou per morte do Cardeal et c.ª.

33

1451, JULHO, 24 — *D. Afonso V confirma todos os privilégios do mosteiro de Rendufe.*

TT, Chancelaria de D. Afonso V, XII, f. 90r.

Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee ao mosteiro dArendufe do Bico, terra dantre Homem e Cadauo, lhe confirmamos todallas graças, preujlegios e liberdades e mercees que lhe forom dadas e outorgadas e confirmadas pellos reis que ante nos forom e mandamos que hussem dellas como sempre hussarom ate morte delRey meu senhor e padre cuja alma Deus aja em sua glorya. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta. Dante em a cidade de Lisboa e a XXIIII dias do mes de Julho. El Rey o mandou per o doutor Ruj Gomes dAluarenga do sseu conselho e per o doutor Lopo Vaaz de Braga (?) sseu vasallo anbos de sseu desenbarguo e das petiç... (?) Afonso (?) Ano do Senhor de mil e IIIIc L I.

34

1463, ABRIL, 10 — *O arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra confirma a eleição de Fr. Diogo para abade do mosteiro de Rendufe.*

ADB, Arquivo da Mitra, *Livro das Confirmações de D. Fernando da Guerra* 229v.

No dia [10 de Abril de 1463] confirmou o S. [?] huũa enliçom fecta per o conuento do moesteiro de Rrandufe a frey Diogo monge professo do moesteiro de [*espaço em branco*], o qual vagou per morte de Joham Gomez ultimo administrador delle et c.ª.

35

1463, MAIO, 18 — *Bula do Papa Pio II, dirigida ao prior da Colegiada de Guimarães, pela qual o encarrega de conceder o abaciado do mosteiro de*

Rendufe a Gonçalo Anes, reitor da igreja paroquial de Santa Marinha de Tropeço, na diocese de Lamego, o qual deseja professor na ordem beneditina, com a condição de o candidato ser digno de tal cargo.

ASV, Reg. Lat. 587, f. 44v-46r.
Publicado por A. D. de Sousa COSTA, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV* (Porto 1967), doc. 220, pp. 414-415.

36

1503, ABRIL, 1 — *Prazo de dois casais feito pelo abade de Rendufe, D. Gonçalo de Barros* (cota antiga: Gaveta de Arcuzelo).

Fr. Luís dos Serafins, o. c. 3r.

37

1523, JUNHO, 5 — *Carta do provisor do arcebispado de Braga, João de Coimbra, sobre a capela de Mor Mendes, no mosteiro de Rendufe.*

ADB, Rendufe, maço 115, doc. 2.

38

[1526-1547] — *Petição de Simão Fernandes acerca da capela de Mor Mendes, erecta no mosteiro de Rendufe.*

ADB, Rendufe, maço 115, doc. 33.

39

1527 — *Prazo do casal do Outeiro feito por D. Simão Preto, abade de Rendufe* (cota antiga: Gaveta de Fiscal).

Fr. Luís dos Serafins, o. c. 18r.

40

1528 — *Prazo do casal do Ribeiro feito por Simão Fernandes, abade de Rendufe* (cota antiga: Gaveta de Santa Maria da Torre).

Fr. Luís dos Serafins, o. c. 7r.

41

1543, DEZEMBRO (?), 21 — *Prazo do casal da Ponte, na freguesia de S. Salvador da Gandara, feito por D. Simão protonotário da Santa Sé Apostólica* (cota antiga: Gaveta da Capela).

Fr. Luís dos Serafins, o. c. 16r.

42

1545 — *Bula do Papa Paulo III, dirigida a Simão Fernandes, pela qual, tendo ele renunciado ao padroado e comenda sobre as igrejas de S. Maria de Serra, S. Maria de Caires e S. Maria de Turiz e o mosteiro de S. André de Rendufe, os concede a Francisco Lopes, clérigo de Coimbra, reservando os respectivos rendimentos para o mesmo Simão Fernandes* (cota antiga: Gaveta geral).

Fr. Luís dos Serafins, o. c., f. 13r-v.

Simoni Ferdinandi Rectori Ecclesiae Sanctae Mariae de Serra Olixbonensis Diocesis, salutem & c^{a}. Cum itaque hodie tu qui Monasterium Sancti Andreae de Rendufe in commendam ac Sanctae Mariae de Serra et qui de jure patronatus laicorum existunt ejusdem Sanctae Mariae de Quaires et dictae Sanctae Mariae de Turris in destrictu Larim — parrochiales Ecclesias in titulum ex concessione et dispensatione apostolica nuper obtinebas commendae hiusmodi cesseris nec non Ecclesias praedictas resignaveris in manibus nostris sponte nosque cessionem — admitentes Monasterium ad huc eoque ante commendam hujusmodi vacabat modo dilecto etc. Francisco Lopes clerico Colimbr. per eum quoad viveret tenendum — et governandum commendaverimus ac Ecclesias — per eandem resignationem tunc vacantes eidem Francisco contulerimus — Nos tibi etc., conhecendo que havia de ter detrimento por causa destas renuncias lhe concede por modo de pensão anua os rendimentos de todas estas igrejas, todos para os conter em seus uzos enquanto vivo, e isto com consentimento do dito Francisco clerigo, etc. —

43

1545 (?) — *Petição dirigida por Simão Fernandes à Santa Sé acerca dos frutos do mosteiro de Rendufe, atribuídos a Francisco Lopes.*

ADB, Rendufe, maço 115, doc. 32.

44

1545, FEVEREIRO, 16 — *Bula do papa Paulo III, pela qual nomeia Henrique de Sousa, filho ilegítimo de Simão Fernandes, como comendatário do mosteiro de Rendufe, tendo ele resignado em favor do filho, e o administrador nomeado anteriormente, pelo papa, Francisco Lopes, cedido dos seus direitos em favor do mesmo Henrique de Sousa* (cota antiga: Gaveta de Papéis vários).

Fr. Luís dos Serafins, o. c. 14r.

45

1547, DEZEMBRO, 14 — *Prazo do casal da Junqueira feito por Gregório Lopes, como procurador de D. Simão Preto, abade de Rendufe.* (cota antiga: Gaveta de Marrancos).

Fr. Luís dos Serafins, o. c. 22r.

46

1551, JUNHO, 1 — *Petição de D. Henrique de Sousa à Santa Sé acerca da igreja de S. Salvador de Parada, anexa ao mosteiro de Rendufe.*

ADB, Rendufe, maço 115, doc. 7.

47

1551, JUNHO, 9 — *Breve do cardeal Próspero de Santa Cruz acerca da igreja de S. Salvador de Parada, anexa ao mosteiro de Rendufe.*

ADB, Rendufe, maço 115, doc. 6.

48

1553 — *Prazo do casal de Alampada, feito por D. Henrique de Sousa, abade de Rendufe* (cota antiga: Gaveta de Vila Verde).

Fr. Luís dos Serafins, o. c. 3r.

49

1554 (?) — *D. Baltazar Limpo, arcebispo de Braga, ordena a D. Henrique de Sousa, comendatário de Rendufe, que faça obras de reparação no mesmo mosteiro* (cota antiga: Gaveta geral e vária).

Fr. Luís dos Serafins, o. c., 28r.

Carta ou provizão de D. Baltezar Limpo, arcebispo de Braga.

A vós D. Henrique de Souza comendatayro do mosteiro de Rendufe, saude, etc. Considerando nos que — nos incumbe o carrego — de proveermos sobre o estado ecclesiastico das igrejas e culto divino e entre outros mosteiros de que tomamos informação foi esse de Rendufe em que — estava mandado por vezitacoens ao vosso antecessor D. Simão Frz que esse mosteiro estar ruinozo no cham e concertase e refezese e puzese huma custodia pera o Sacramento e outras obras; e como somos informados que o dito vosso antecessor as não cumprio e por isso nas penas estabelecidas nas vezitacoens etc.ª manda que a fazenda que estava na sua mão do dito antecessor fique como em sequestro pera por elle se pagarem as ditas penas e se a não tiver, manda a elle D. Henrique as acabe dentro em 15 dias, e manda ao Prior do dito mosteiro que lhe notefique isto mesmo e as vezitacoens sob pena de excomunhão.

50

1554, JUNHO, 10 — *D. João III escreve a Manuel de Magalhães acerca da jurisdição sobre a freguesia de S. Pedro de Codesseda, que Henrique de Sousa, abade comendatário de Rendufe, afirmava pertencer ao couto do seu mosteiro.*

Lisboa, Bibl. da Academia das Ciências, ms. 730, doc. não numerado.

Manuel de Magalhães, eu ElRey vos emuyo muito saudar. Vy a carta que me screuestes em que dizes que o juiz e veradores do comcelho da Ponte da Barca que de mym temdes per doação vos diseram que Amrique de Sousa abade do Mosteiro de Remdufe os mandara cytar os dias pasados pera Bragua e aguora peramte o prior de Guimaraes como juiz apostolico dizemdo que hũa freguesya de Sam Pedro de Codeseda que he dese comcelho era cooto do dito seu mosteiro e que queria em elle poer juiz e oficiães não os avemdo numqua em ele, amtes fora sempre da jurdicam do dito comcelho de Ponte da Barca e que por yso vexaua os moradores delle. E me pedis aja por bem e mamde que o dito Amrique de Sousa mostre sua doação a mynhas justiças a que o conhecymemto de caso pertemce e vos a que de mym temdes, e vystas detreminem no caso o que for justiça e não de vexação ao dito pouo. E auemdo respeito ao que asy dizes e ao que o juiz e oficiães da camara do dito comcelho por outra carta me emuiaram pedir, escreuo ao coregedor desa comarqua que se emforme se ouue em

alguum tempo o dito couto jurdiçam sobre sy e por que causa se deixou de usar della e quamto tempo ha, e que notefique ao dito abade que lhe mostre o titolo ou a doação que tem pera o fazer, e que de todo faça auto e mo emvye com o trelado do titolo ou doação que lhe mostrar pera o mamdar ver e acerqua diso prouer como for justiça. Vos podees tambem mostrar vosa doação ao dito coregedor e requerer o que comprir a vosa justiça. E tambem escreuo ao chamtre de Guimarães peramte quem depos fuy emformado que os ditos oficiaẽs da Pomte da Barca foram cytados que não proceda comtra os moradores do dito comcelho por o dito caso e sobreestee em todos os procedimentos que acerqua diso se requerem ate se verem os autos que pelo dito coregedor mamdo fazer. E ao juiz e vereadores que lhe dem mynha carta e não queremdo ele deixar de proceder, que tirem estromento dagrauo pera o juiz de meus feytos na casa da supricaçam e o emuiem pera se dele ver e detreminar no dito caso o que for justiça. Bastiam Ramalho a ffez em Lix.ª aos des de Junho de Iᵐ Vᶜ L IIIJ.º Fernão da Costa a fez.

(*assin.*)Rey

51

1566 — *Motu proprio da Papa Pio V, pelo qual concede a Fernando de Meneses a terça parte do frutos do mosteiro de Rendufe.*

Fr. Luís dos Serafins, o. c. 45r.

52

1566, JULHO, 10 — *Provisão real recomendando a D. Henrique de Sousa que cumpra o mandado pelo visitador do mosteiro de Rendufe, Fr. Afonso de Zorilla.*

Fr. Luís dos Serafins, o. c. 46r.

53

1567, MARÇO, 5 — *Fr. Pedro de Basto, depois da morte do abade comendatário D. Henrique de Sousa, toma posse do mosteiro de Rendufe em nome da Congregação de S. Bento de Portugal.*

Fr. Luís dos Serafins, o. c. 47r.

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

54

1567, ABRIL, 4 — *O cardeal D. Henrique escreve ao arcebispo de Braga para que faça cumprir as determinações do visitador Fr. Afonso Zorrilla acerca do mosteiro de Rendufe.*

Fr. Luís dos Serafins, o. c. 52r.

55

1568 — *Motu proprio do Papa Pio V, pelo qual declara livre de quaisquer encargos a pensão paga pelo mosteiro de Rendufe a Fernando de Meneses.*

Fr. Luís dos Serafins, o. c. 45r.

56

1568 (?), JULHO, 26 — *Fr. Pedro de Basto obriga-se perante a abadessa de Vitorinho das Donas, D. Isabel de Sousa, a dar uma compensação pelo fato da monja do mesmo mosteiro, D. Filipa de Sousa, deixado por seu irmão D. Henrique de Sousa no mosteiro de Rendufe.*

Fr. Luís dos Serafins, o. c. 44r.

57

1569, SETEMBRO, 11 — *Acto pelo qual Fr. Pedro de Chaves toma posse do mosteiro de Rendufe, em nome da Congregação de S. Bento de Portugal.*

Arquivo do Mosteiro de Singeverga, *Livro dos instrumentos das posses que se tomarão dos mosteiros da ordem de S. Bento deste reino de Portugal*, f. 11r-12v.

In nomine Domine. Amen. Saibam quanto este presente e publico instrumento de posse uirem como no anno do nacimento de nosso Senhor Iesu Christo de mil, e quinhentos, e sesenta, e noue annos aos onze dias do mes de Septembro do dito anno em a sacristia do mosteiro de S. Andre de Rendufe deste arcebispado estando hi o muyto magᶜᵒ. e Reuerendo Padre frey Pedro de Chaues professo da ordem do benauenturado S. Bento, Abbade do mosteiro de S. Martinho de Tibães do mesmo arcebispado, e geral reformador, e uisitador de toda a dita ordem de São Bento em estes reinos, e

senhorios de Portugal, deputado, e nomeado pollo excellentissimo Principe e Serenissimo Senhor o Senhor dom Anrrique Cardeal Infante e legado apostolico em estes reinos e senhorios de Portugal especial e expressamente per uirtude de hũas letras apostolicas de Sua Sanctidade cometidas a Sua Alteza, e bem asi os Reuerendos Padres frey Placido de Villalobos, nomeado por abbade do dito mosteiro de Rendufe e os muyto reuerendos senhores o doctor Bertholomeu Fernandez Prouisor, e o doctor Antonio Francisco de Vareião desembargador, e uigario geral no spiritual, e temporal em esta corte, e arcebispado de Braga pello Reuerendo e muyto illustre senhor, o Senhor dom Frey Bertholomeu dos Martires, por merce de Deos, e da Sancta Se Apostolica, Arcebispo e Senhor de Braga, Primas das Espanhas, etc., iuizes subexecutores apostolicos das ditas bullas, e letras apostolicas per Sua Alteza outrosi expressamente nomeados pera este caso, pello dito Reuerendo Padre Geral foy dito, e requerido perante mim, notario e testemunhas abaixo nomeadas, aos ditos senhores Iuizes Apostolicos, per uirtude das ditas letras, e prouisões, que porquanto elle era Geral Reformador, e Visitador da dita ordem de S. Bento, de que ia tinha tomado posse no dito mosteiro de S. Martinho de Tibães, como cabeça da Congregação e Ordem de S. Bento dos ditos reynos, e senhorios de Portugal, pello que requeria a elles, senhores Iuizes Subexecutores Apostolicos, lhe mandasse dar a mesma obediencia, e posse no dito mosteiro de S. Andre de Rendufe, o que, uisto pellos ditos senhores Prouisor e Vigario Iuizes Apostolicos, mandarão ao Padre frey Pedro de Basto, prior do dito mosteiro de S. Andre de Rendufe mandasse tanger a capitulo, e mandasse aiuntar todos os padres e monges estantes no dito mosteiro. E sendo a isso satisfeito pello dito prior na forma acostumada, forão iuntos capitularmente na casa do capitulo o dito Padre frey Pedro do Basto, prior, frey Domingos Teixeira, frey Gonçalo de São Payo, frey Placido de Coimbra, frey Martinho, frey Antonio, frey Gonçalo, frey Ambrosio, e frey Antonio Carualho. E estando assi congregados pellos ditos senhores Prouisor e Vigairo foy mandado a mim notairo que perante os ditos prior, padres, e conuento, em alta intelligiuel uoz lesse a pruissão de Sua Alteza, cujo treslado fica atraz na uolta das noue folhas ate o meio das dez. E lida a dita prouisão, elles ditos senhores Prouisor e Vigairo fizerão pergunta aos ditos prior, padres e conuento se consentiam em todo e per todo na dita prouisão, e no conteudo nella, a qual lhes foi lida em alta e intelligiuel uoz per mim notairo de modo que todos bem podião entender. E per elles foi dito que consentião e obedecião em tudo e por tudo inteiramente, sem nenhũa contradição nem discrepancia na dita prouisão e letras apostolicas, e querião em todo e per todo estar

a dita obediencia e reformação, como de feito obedeceram segundo a continencia das ditas bullas e prouisões, o que assi disserão cada hũ per si em especial, e todos em geral. E logo, estando o dito Reuerendo Padre Geral assentado em seu lugar eminente acostumado no dito capitulo, pello dito prior e padres e monges lhes foi dada a obediencia com humildade na forma deuida, beijandolhe cada hũ por si a mão e habitu com acatamento deuido, e o dito Reuerendo Padre os recebeo e abraçou com charidade e amor paternal, conforme a sua regra, pello qual auto de obediencia, e pellos mais acostumados, e necessarios, fazendolhe suas praticas e amoestações espirituaes, lhe derão e ouuerão por dada toda a posse, e superioridade de offiçio de geral reformador e uisitador da dita ordem. E os ditos senhores Pruisor e Vigairo pellos ditos autos o ouueraão por metido na dita posse, e o dito Padre Geral açeitou e reçebeu em seu nome e de todos seus successores o dito cargo e officio, e assi mesmo requereo aos ditos senhores Prouisor e Vigairos e aos ditos Prior e padres e conuento que porquanto nas bullas do Santo Padre se continha que os mosteiros da Ordem de S. Bento deste reino ficassem unidos e emcorporados em hũa Congregação da dita ordem e reformação, que portanto lhe requeria a elles senhores Prouisor e Vigairo Iuizes Apostolicos lhe mandasse dar a dita posse do dito mosteiro de S. Andre de Rendufe asi no espiritual como no temporal, com todas suas annexas e propriedades e cousas a elle pertençentes e que pertençer lhe possam, pera que desagora pera todo sempre, sem mais outro auto de posse, fique unido, annexado e emcorporado com todas suas annexas e pertenças e com todas suas iurdições e coutos espirituaes e temporaes e honrras e com todo o mais que sempre foi annexo ao dito mosteiro, fique annexo a dita Ordem e Congregação de S. Bento e reformação della. E logo pelos ditos senhores Iuizes Apostolicos lhe foi dada a posse do dito mosteiro, e uniam, incorporação e annexão delle como membro da dita Congregação e Reformação de S. Bento ao dito Reuerendo Padre Geral, e todos os sobreditos que presentes estauão lha derão e ouuerão por dada conforme a continençia das bullas de Sua Sanctidade e prouisões de Sua Alteza. E estando asentado o dito Reuerendo Padre Geral em seu lugar eminente no dito capitulo, onde outra uez o dito Prior e padres e Geral e cada hum em especial lhe derão e ouuerão por dada a dita posse e obediencia na forma sobredita e acostumada, e nella consentirão liure e paçificamente, sem contradição de pesoa algũa. E logo do mesmo capitulo foi leuado o dito Reuerendo Padre Geral em procissão pellos ditos senhores Prouisor e Vigairo Iuizes Apostolicos e pello Prior, padres e conuento, cantando o Te Deum laudamus ate o choro do dito mosteiro, onde o dito Reue-

rendo Padre Geral foi assentado pelos ditos senhores Iuizes Apostolicos na cadeira e lugar mais eminente do dito choro onde acabado o dito cantico pellos ditos Prior e Padres iuntamente e per cada hũ in solidum lhe foi dada outra obediençia no dito choro uindo cada hum per si a dala no modo sobredito, asi e da maneira que se deu em capitulo. Pello qual auto elles ditos senhores Iuizes Subexecutores lha deram e ouuerão por dadas as ditas posses asi de Geral reformador como do dito mosteiro, ao que satisfeito foi leuado o dito Reuerendo Padre Geral pellos sobreditos em procissão des o dito choro ate a capella mor, e altar mor do dito mosteiro e eigreia delle, onde pellos ditos senhores Iuizes Subexecutores em presença do dito Prior e padres foi dada a posse real, corporal e actual no dito mosteiro com todas suas annexas e cousas a elle pertencentes ao dito Reuerendo Padre Geral, em nome da dita Congregação e união e incorporação a elle feita deste dia pera todo o sempre, por não ter dom Abbade nem commendatario, e ser uago per morte de dom Anrrique de Sousa, ultimo comendatario, que delle conforme as ditas bullas apostolicas e prouisões de Sua Alteza e asi de todas suas iurdiçoões spirituaes e temporaes e honrras, priuilegios, prerrogatiuas, isto per uestimenta, calez, corporaes, pedra d ara, cruz, missal, castiçaes, sacra, galhetas, caldeira d agoa benta, e per todos os mais ornamentos que com sua mão tocou e per pedra, terra, telha, madeira, e per poimento de peis, e uista d olhos, tangendo os sinos do dito mosteiro, e asi lhe forão entregues as chaues do dito mosteiro em presença de todos pello sacristão delle, e elle as tomou em sua mão, abrindo e fechando as portas do dito mosteiro, e grades da capella, e per todos os mais autos e termos necessarios e pertencentes e acostumados em semelhantes posses, pellos quaes os ditos senhores Iuizes Subexecutores polla dita prouisão de Sua Alteza e bullas de Sua Santidade ouuerão por empossado e por metido de posse real, corporal e actual do dito mosteiro ao dito Reuerendo Padre frey Pedro de Chaues, asi do officio de Geral Reformador da dita Ordem como do dito mosteiro e de suas annexas e pertenças, iurdições e preeminencias da maneira sobredita. A qual posse o dito Reuerendo Padre Geral aceitou, asi de hũa cousa como da outra em seu nome, e da dita Congregação e Ordem, e em nome de todos seus successores na dita Religiam e Ordem de São Bento deste dia pera todo sempre, conforme a bulla e prouisões, por ia serem uistas e aprouadas pello muyto Reuerendo Padre frey Ioão de Leirea, logo tente e gouernador deste arcebispado pello dito senhor Arcebispo Primas etc., segundo logo ahi constou per hũa prouisão patente per elle passada e asignada e selada, cuio treslado fica na uolta das dez folhas. As quaes posses e todos as autos sobreditos foram feitos

e tomados pacificamente, sem contradição algũa, e o dito Reuerendo Padre Geral as aceitou do modo sobredito en seu nome e da dita Ordem e Congregação e de todos seus successores do modo sobredito, e com a dita protestação do Procurador da mesa arcebispal, estando a todo presentes por testemunhas os ditos Reuerendos Padres frey Placido de Villalobos, nomeado por abbade do dito mosteiro, e secretario do dito officio de Geral e os ditos senhores Prouisor e Vigairo Iuizes Subexecutores Apostolicos, e os ditos frey Pedro de Basto, prior, frei Domingos Teixeira, frey Gonçalo de S. Paio, frey Placido de Coimbra, frey Martinho, frey Antonio, frey Gonçalo, frey Ambrosio e frey Antonio Carualho e Marcos de Segura, familiar do dito Padre Geral, Iusto Cardoso, familiar do dito Padre frey Placido, e outros muitos. E eu Ambrosio Nauio, notario apostolico, escriuão das cousas apostolicas cometidas ao Ordinario de Braga, que aas ditas posses dos mosteiros de Tibães e Renduffe fuy presente e tudo vy e ouvy e de tudo fiz autos dos quais fiz tirar os instrumentos atras e tudo concertey com ho notario infrascripto juntamente com as duas bullas do Papa Pio quinto e a prouisão do Reverendo Padre frey Antonio Corilla, geral da Congregação de São Bento de Castella pera o Padre frey Pedro de Chaues, hũa do Geral de toda esta Congregação e outra da abbadia de Tibães e outra prouisão do Senhor Arcebispo per que mandou comprir as ditas bullas e prouisões, e tudo concorda com os rascados que dizião «Prefatae, Et, Muy, Abba, frey Ambrosio, em» e o margem que diz «acabado», e per uerdade asyney aqui de meu publico synal, in fide promissorum rogatus.

Concertado com migo e concorda. (*assinado*) Paiua.

(Sinal do notário).

58

1578, JANEIRO, 15 — *Breve do Papa Gregório XIII pelo qual concede a Diogo de Meneses, clérigo de Lisboa, a faculdade de conservar um terço dos rendimentos do mosteiro de Rendufe, com o hábito de Cristo.*

ASV, Secr. Brev. 43, f. 41v-43v.

59

1578, MARÇO, 7 — *Bula do papa Gregório XIII sobre a pensão que o mosteiro de Rendufe paga a Paulo Afonso.*

Paris, Archives Nationaux, Sér. L, cx 61, n. 28 (= lib. 62 bull.), f. 167r-169v.

Panorama da Literatura Romena

Pelo Dr. Fernando Venâncio Peixoto da FONSECA

Apesar de todas as vicissitudes da história, os Romenos mantêm bem vivo o facho da sua latinidade, que defendem intransigentemente, talvez pelo facto de se encontrarem separados geogràficamente dos restantes povos de civilização romana e mais que todos terem sofrido as agruras das invasões.

A literatura romena tem uma existência de cerca de quatrocentos e cinquenta anos. Neste intervalo de tempo, ela percorreu um caminho notável, elevando-se das tentativas canhestras e tímidas dos livros religiosos, que empregavam pela primeira vez a língua romena com um fim literário, até aos cumes a que se ergueu a reflexão filosófica de Eminescu.

Considerada nas perspectivas largas do seu inteiro desenvolvimento, a literatura romena aparece, cresce e atinge o desabrochar, sob a força do seu contacto com o Ocidente animador. Separada do tronco latino, com a vinda e a instalação dos Eslavos na Península Balcânica a nação romena ficou na esfera do eslavismo, que, com uma literatura reduzida a certo número de livros sagrados, não lhe podia estimular em nada as aspirações literárias. Todas as vezes que todavia o espírito romeno conseguiu viver, duma maneira ou doutra, em ligação com o Ocidente, e em particular com o Ocidente latino, ao qual estava ligado pela alma, registou-se o despertar do génio nacional dos Romenos. A nação atinge deste modo, pouco a pouco, a plena consciência de si mesma e afirma a sua própria individualidade, em manifestações literárias originais.

Os primeiros textos em romeno foram escritos no fim do século XV, sob a influência do movimento ocidental do hussitismo, que pregava a palavra do Senhor na língua do povo.

No século XVI, a propaganda luterana e calvinista deu os primeiros livros impressos em romeno. A actividade desenvolvida em Brasov pelo diácono Coresi é de importância eminente para o desenvolvimento da literatura romena. Lançou as bases da língua romena literária, fixou definiti-

vamente a ortografia cirílica romena, tal como se usou até há pouco mais de cem anos, e despertou, com a propagação dos livros impressos, a consciência da unidade da nação romena de toda a parte, pela palavra romena, que fazia todos os Romenos, embora separados politicamente, darem por que eram da mesma nação.

Paralelamente com esta actividade literária, a língua romena principia a aparecer nas notas, cartas e actos particulares, para depois penetrar também na chancelaria principesca.

O século XVI traz-nos, no seu último ano, o primeiro acto emanado da chancelaria principesca, escrito em língua romena, o qual, datado portanto de 1600, por Miguel o Bravo, como senhor da Transilvânia, adquire importância verdadeiramente simbólica.

Continuando a actividade desenvolvida no século anterior, que despertara a consciência da unidade étnica romena, pela divulgação dos livros impressos por Coresi, o século XVII apresenta-se-nos com uma fraternização cultural dos eruditos e dos seus protectores de todas as terras habitadas por Romenos, no terreno da literatura religiosa, à qual se acrescenta então também uma rica manifestação historiográfica.

Um romeno para lá das fronteiras étnicas da romenidade, o filho do fidalgo moldavo Pedro Movila, que chegou a metropolita de Kiev e grande defensor da ortodoxia, envia tipos e prelos tanto a Basílio Lupu, como também a Mateus Basarab, e este imprime livros para a Transilvânia e envia artífices tipógrafos à cidade de Alba Iulia, para as necessidades espirituais dos Romenos de além Cárpatos. Letrados moldavos como Varlaam tomam contacto com os Valacos, e os bispos de ambas as regiões reunem-se em sínodo e começam a luta para a defesa da ortodoxia transilvana, ameaçada pela propaganda calvinista, que se encarniça com a publicação do catecismo de Alba Iulia (1642). Tão poderosa é esta consciência da unidade étnica romena, que ela aparece na própria literatura religiosa, inacessível, pela sua essência, aos elementos de ordem profana. Assim, por exemplo: no prefácio do *Livro Romeno* (1643), Varlaam dirige-se «a toda a família romena»; o metropolita Simão Estêvão da Transilvânia preocupa-se com a criação duma língua literária única, comum a todos os Romenos; Dosofteiu traduz para romeno os livros de serviço religioso, dando à literatura romena os primeiros versos cultos num trabalho mais extenso; e o metropolita Teodósio acentua que por romenos compreende também os Moldavos, «porque correm inteiramente duma fonte única».

Graças à actividade destes prelados, imprimem-se em romeno todos os livros de leitura religiosa e de ritual, coroados pela imponente *Bíblia de*

Serban (1688), que, pela sua clareza perfeita, é um modelo de língua romena e que impõe definitivamente a fala valaca como língua literária. Ao mesmo tempo, a língua nacional, tìmidamente penetrada na igreja no fim do governo de Mateus Basarab, primeiro só nas indicações do ritual, chega também a língua litúrgica na época de Constantino Brâncoveau e portanto a língua de todo o serviço religioso.

O fim do século XVII cai precisamente no meio da frutuosa actividade do metropolita Antim, que domina também os primeiros dois decénios do século XVIII. Além de numerosos livros religiosos, ele dá à literatura romena os primeiros livros populares impressos (*A Flor das Dádivas*, aliás *Floarea darurilor*, e *Exemplos Filosóficos*, em romeno *Pilde filosoficesti*) e a primeira colecção de prédicas escritas.

Paralelamente com esta manifestação no terreno da literatura religiosa, o século XVII traz uma brilhante actividade no domínio da historiografia. Ela é o resultado do primeiro contacto romeno com Ocidente latino. Os jovens boiardos romenos penetram até ele pelas escolas latinas jesuítas da Polónia, em que fazem os estudos, e pelo contacto directo com a Itália, onde aprende um grande erudito valaco, o Stolnic Const. Cantacuzino.

A cultura latina, de que chegaram deste modo a ter a sua parte os letrados, é o ponto de partida duma actividade da maior importância para o desenvolvimento da literatura romena. Nascida em meados do século XVII na Moldávia, e pela segunda metade do mesmo na Valáquia, a historiografia romena evoluciona num contínuo florescimento até meados do século XVIII e dá à literatura romena as primeiras obras originais. Além da narração dos acontecimentos históricos, sucedidos em toda a extensão das terras romenos, as crónicas reflectem o espírito do tempo, tanto do ponto de vista da concepção histórica dos letrados, como também do das grandes ideias com carácter nacional, de que estão penetrados os seus trabalhos. A ideia da latinidade da nação romena, verificada por Gr. Ureche, esclarecida por um Miron Costin e pelo Stolnic Constantino Cantacuzino e retomada com mais autoridade pela pena erudita de Cantemiro; a ideia da unidade dos Romenos de toda a parte, afirmada convictamente por Ureche, Miron Costin e pelo Stolnic Constantino Cantacuzino e aplicada por Cantemiro, na *Crónica dos Romeno-Moldo-Valacos*, que não se limita à narrativa dos acontecimentos dum só principado, mas se ocupa da história de todo o povo romeno; a ideia da continuidade dos Romanos na Dácia, afirmada de novo pelo Stolnic Constantino Cantacuzino e por D. Cantemiro; e, por fim, o papel histórico de barreira frente às invasões turcas, que teve o povo romeno no Danúbio, afirmado sempre por Cantemiro no prefácio da

sua crónica, — são o resultado do florescimento da historiografia que desabrochou no século XVII e no começo do seguinte.

Preparada deste modo, a literatura histórica romena manifesta-se, nos primeiros decénios do século XVII, por meio das crónicas de grande valor literário de Ion (ou João) Neculce e Radu Popescu, que criaram, com o seu talento de narradores, uma língua romena original, maleável e pitoresca.

Está, assim, aberto o caminho para a corrente transilvana, para o nascimento da poesia culta. Depois de um período de estagnação, determinado pela época dos senhores fanariotas nos principados, a literatura romena toma novo ímpeto, no fim do século XVIII, desta vez na Transilvânia, que se torna agora no centro irradiador da luz e da orientação da cultura da nação romena. Este ímpeto deve-se a novo contacto com o Ocidente latino, cuja influência benfazeja toma agora as proporções duma verdadeira transformação da vida espiritual romena, provocando o movimento literário da escola transilvana, penetrada pela regeneradora ideia latina. A actividade dos corifeus transilvanos S. Micu, Gh. Sincai e P. Maior manifesta-se por meio de estudos históricos e filológicos, cuja ideia central é a latinidade da nação romena. Esta ideia, a que tinham chegado, como vimos, também os letrados do século XVII, adquire nos representantes da escola transilvana um carácter militante, pela oposição que encontra da parte dos inimigos históricos. No aceso da luta, eles chegam a sustentar também a pureza étnica latina dos Romenos, tal como a sustentara também D. Cantemiro, por causa de os colonizadores romanos não se misturarem com o elemento autóctone, que teria sido exterminado pelos conquistadores. Eles retomam por fim a ideia da persistência romana na Dácia, apoiando-a em novos argumentos, e afirmam a unidade dos Romenos de toda a parte, que, como também D. Cantemiro, ilustram nas suas obras históricas, ocupando-se de todos os Romenos.

Ao lado das obras históricas, aparecem agora, pela primeira vez, na literatura romena, também os estudos filológicos. A mesma ideia central da latinidade da língua romena predomina igualmente nestes estudos, em que ela se une com a da pureza. Segundo eles, a língua romena é puro latim e, mesmo tendo, acrescentavam, elementos estranhos, estes são pouco numerosos e podem ser fàcilmente substituídos pelos outros latinos.

No seu desejo de dar à língua romena também uma vestimenta latina, eles propugnam a substituição do alfabeto cirílico pelo latino e preconizam uma ortografia etimológica, em virtude da qual as palavras passavam a escrever-se não segundo se pronunciam, mas tendo-se em vista a sua origem.

Com todos os seus exageros, a escola latinista teve influência esmagadora na promoção da cultura e da literatura romenas. Graças à actividade desenvolvida, a latinidade romena foi reconhecida pelos estrangeiros, e o alfabeto cirílico substituído pelo latino. É ela que inaugura a história documental da Roménia e que lança as bases da filologia romena, uma das mais progressivas do século XX. O regresso ao passado latino deu à literatura romena também uma vigorosa obra poética, de escolhida inspiração clássica: *A Ciganíada*, poema épico de Ion Budai Deleanu. Enfim, a ela se deve totalmente o despertar da consciência nacional romena à luz da nobre descendência romana.

Esta consciência, passada depois da Transilvânia por meio de Gh. Lazar para a Terra Romena e por meio de Gh. Asachi para a Moldávia, desencadeia a luta contra a corrente grega dos senhores nos Principados e acarreta as grandes transformações da ressurreição nacional.

Extinguindo-se Gh. Lazar ràpidamente depois de começar a sua frutuosa actividade, a obra dele é continuada pelo seu aluno I. Eliade Radulescu, que leva mais longe o movimento regenerador na Terra Romena, ao lado do continuado por Gh. Asachi na Moldávia. Dando-se conta da necessidade de uma acção que se dirigisse não só à jovem geração, por meio da escola, mas também ao grande público, eles empreendem a preparação deste pela imprensa, pelo teatro e pela literatura. Deste modo nasce a imprensa romena (*O Correio Romeno*, na Valáquia, e a *Abelha Romena*, na Moldávia), funda-se um teatro nacional e provoca-se um movimento literário.

A poesia lírica culta romena, nascida nos Principados, pelo final do século XVIII, sob a influência da literatura popular e da poesia neogrega, está representada por intermédio dos poetas Vacarescu na Terra Romena e de C. Conachi na Moldávia. De natureza quase só erótica, ela tem carácter frívolo, sendo o amor concebido como passatempo. Com Iancu Vacarescu, em quem se verifica também a influência da literatura francesa — portanto o efeito de novo contacto com o Ocidente, — a poesia romena adquire mais variedade, tanto como fundo, pela nota patriótica e pelo sentimento do amor da natureza, como também como forma, que é mais viva.

Perante esta literatura tão modesta, Gh. Asachi e I. Eliade Radulescu lançam um movimento literário determinado principalmente com o pensamento de formar o gosto do público, por meio da tradução das obras-primas estrangeiras, o que era uma necessidade do tempo. Eles porém aproximam-se da literatura popular romena, inspirando-se das crenças e

tradições rústicas e, sem que se tenha dado alguma direcção neste sentido da literatura culta romena, escrevem mesmo assim poesias I. Eliade Radulescu, *O Silfo;* Gh. Asachi, *Dochia de Trajano*), que mostram darem-se conta da importância do contacto entre a literatura popular romena e a culta.

O primeiro poeta romeno moderno, que se impõe pela sinceridade e intensidade da emoção, como também pela forma nova em que escreve, é Basílio Cârlova. Formado sob a influência do romantismo, que se afirma agora pela primeira vez na literatura romena, ele canta com ternura as ruínas do passado glorioso e dá voz às aspirações nacionais do presente.

O lirismo patriótico adquire um imponente vigor com Gh. Alexandrescu, que é ao mesmo tempo o primeiro representante sério da poesia filosófica romena. Poderoso evocador do passado militar, de que procura absorver a crença no futuro da sua nação, ele é animado ao mesmo tempo por um ilimitado amor pela humanidade inteira, oprimida pelo despotismo do tempo, e exprime em acentos inflamados o sentimento da solidariedade humana. O temperamento poético, que também analisou com tanta sagacidade na *Epístola a Iancu Vacarescu*, deu-lhe o poder de observar e de surpreender, nas suas epístolas, sátiras e fábulas, admiráveis imagens da sociedade do tempo, com todos os seus defeitos e pecados, criando ao mesmo tempo almas e caracteres que levam o timbre do eterno humano.

Um lugar importantíssimo no desenvolvimento da literatura romena ocupa-o a poderosa personalidade de Miguel Kogalniceau. Partindo da convicção de que a imitação na literatura «mata o espírito nacional» e de que as as reformas filológicas falsificam a língua do povo, aniquilando-lhe o poder expressivo e o sabor poético, ele pretende uma literatura romena original, que exprima a alma romena, numa vestimenta nacional. Neste intuito, Miguel Kogalniceanu encaminha os poetas para a literatura popular e para a das velhas crónicas romenas e faz ao mesmo tempo o plano grandioso de agrupar num feixe os escritores de todo o território habitado pelos Romenos, para que, conservando-se cada personalidade, se dê por meio das suas obras uma literatura com carácter unitário e nacional romeno, numa língua literária única, em estreita ligação com a fala popular. O mesmo espírito domina também nas suas obras históricas. Além da nova concepção de que estão penetradas, como as que se ocupam em particular da vida social do passado, estas obras compreendem a afirmação da unidade de toda a nação romena, em ligação com um poderoso sentimento de solidariedade nacional. As ideias históricas de Miguel Kogalni-

ceanu tiveram poderosa influência em N. Balcescu, e a sua direcção literária progrediu a *pari passu* com a actividade de Alecu Russo e determinou a obra de Costache Negruzzi e a de B. Alecsandri.

Entendendo, como Miguel Kogalniceanu, abranger nas suas preocupações históricas todos os Romenos e escrever a sua história com espírito moderno, pelo estudo das instituições do passado, N. Balcescu aduz na sua obra histórica reais qualidades de poeta e de artista. Ele é dotado de vigoroso poder de observação, o que lhe dá a capacidade de nos fazer não só compreender, mas também sentir a grandeza dos acontecimentos passados no tempo de Miguel o Bravo, cujos feitos aparecem como uma fonte inesgotável de força e de fé.

Irmanado no mesmo credo que Miguel Kogalniceanu, relativamente à direcção que se devia dar à literatura e à língua romena literária, Alecu Russo tem o mérito de ter chamado entre os primeiros a atenção para a importância das produções populares e de as ter coligido. Aplicando depois ele próprio os princípios literários do espírito nacional, apresentou as convulsões e as aspirações de séculos da nação romena, no *Cântico da Roménia*, obra de alto valor literário, em que o pranto da *doina* (ou endecha) e os acentos da velha balada se unem com a voz profética do poeta num estilo bíblico, penetrado pelo aroma do passado e pela vigorosa harmonia da fala popular.

Aqueles que põem em prática os princípios directivos de M. Kogalniceanu, ilustrando-os de maneira brilhante, são Costache Negruzzi e B. Alecsandri.

O primeiro deu-nos a mais acabada novela histórica da literatura romena. A penetrante intuição do escritor, que conseguiu descer até à alma do tempo que descreve e a sua grande força de dramatização evocaram, numa visão assombrosa, a crueldade selvagem de Alex. Lapusneanu, criando verdadeiros carecteres, em que vibra o eterno humano. Ele não aprofundou só as almas dos seus heróis, mas também a das multidões, apresentando-nos, em linhas magistrais, a psicologia das massas, o que aparece agora pela primeira vez na literatura romena. O poderoso colorido do tempo e o estilo de clássica concisão caracterizam ainda esta pérola da novelística romena.

Inspirando-se da poesia popular, como Negruzzi se inspirara da das crónicas, B. Alecsandri abre de par em par as portas da literatura romena perante a corrente popular, que iria fazer mais tarde da poesia romena a expressão da sua alma em tudo o que tem de mais original.

Nas primeiras produções, ele dá voz ao sentir popular e às crenças

rústicas, passa depois para o seu próprio sentir, canta todas as aspirações da nação e as formosuras da terra, analisa em comédias a sociedade do tempo, nos seus diferentes aspectos, e evoca em dramas o passado histórico nacional e os dos antepassados romanos. B. Alecsandri vem a ser assim o mais representativo poeta da Roménia, e, segundo a justa caracterização de M. Eminescu, é na verdade o rei da poesia romena.

Em estreita ligação com a ideologia do movimento moldavo do «espírito nacional» apresenta-se-nos também o vulto literário do valaco Ion Ghica, de cuja amizade com Basílio Alecsandri saíram as suas maravilhosas *Cartas*, dominadas, tanto no fundo como na forma, pelas convicções histórico-tradicionalistas da Dácia literária.

★

Depois que a direcção dada à literatura romena por M. Kogalniceanu, que a conduziu pela senda saudável da inspiração de fontes romenas, deu frutos, produzindo um C. Negruzzi e um B. Alecsandri, — começou a aparecer toda uma literatura sem nenhum valor, resultante do exagero e da interpretação errada dos princípios do grande guia. Com o pretexto da inspiração nacional e dum patriotismo mal entendido, esta literatura infantil, produzida por escritores medíocres mas pretensiosos, tornara-se num meio de propaganda política. Cheia de vulgaridade e de exageros ou falha de qualquer sentido como fundo, ela era expressa numa forma abstracta, insípida e carregada com diminutivos melífluos. Sentia-se a necessidade duma acção regenerativa, que veio a dar-se pela aparição da Sociedade denominada «Juventude».

Fundada em 1864, por alguns jovens que tinham feito os estudos no estrangeiro — T. Maiorescu, V. Pogor e P. P. Carp — ela tinha de começo a finalidade restrita de fazer conferências, com vista à elevação do nível intelectual público. Em breve, o número dos sócios aumentou e — facto digno de registo — ela conta representantes de todas as terras romenas: Moldávia, Valáquia, Transilvânia, Bucóvina, Bessarábia e até Macedónia. Tito Maiorescu, impondo-se pela autoridade da sua preparação filosófica superior, foi reconhecido como chefe da sociedade.

Formados quase todos nas escolas do Ocidente, os membros da Juventude representavam uma geração moça, que tivera o ensejo de assimilar sòlidamente a cultura ocidental. Por isso, impressionados pelo ridículo da superficialidade dos antecessores, os quais se tinham contentado com uma caiadela de civilização, — eles propõem-se desde o princípio lutar

contra a imitação, para fazer os seus concidadãos apropriar-se do fundo da cultura ocidental.

Cria-se neste instante uma nova corrente literária, cujo lema era a luta contra os trabalhos medíocres e a sua substituição por obras duradouras. Nas sessões da sociedade lê-se tudo o que aparece na literatura romena, discute-se o fundo e a forma de cada obra, põem-se de lado as fracas, corrigem-se os erros das que tinham qualidades e impõem-se as superiores. Deste modo passam pelas sessões da Juventude importantes obras literárias como os pastéis de B. Alecsandri e as poesias de M. Eminescu, ao lado de outras de filosofia pura, como as teorias metafísicas de Conta.

Estas discussões e apreciações deram origem à crítica literária romena, que, batendo em obras sem valor, exigia fundo sério em forma escolhida. No que se refere aos meios de expresão, os sócios da Juventude lutaram contra os latinistas, dirigindo os escritores para a língua do povo.

Para o movimento inaugural da Juventude se impor e exercer maior influência, os seus membros sentiram a necessidade dum órgão em que se publicassem as obras de valor e que desse ao mesmo tempo à literatura uma directiva no sentido das suas ideias. Assim nasceram, em 1867, as *Conversações literárias*, predestinadas a inaugurar uma era nova, de seriedade no pensamento, sinceridade no sentimento e moderação na forma.

O seu objectivo era múltiplo. Além da publicação de obras literárias de real valor, elas propunham-se recolher a literatura popular, estimular as investigações acerca da história nacional e do velho direito romeno, ocupar-se do estado económico e social do país, encorajar os estudos de geologia e geografia, bem como as investigações sobre a fauna e a flora da Roménia e introduzir em todos estes trabalhos espírito científico. Mas a principal razão da sua aparição era a de dar, na nova revista, lugar proeminente à crítica, cuja falta se sentia no movimento literário.

O programa publicado no primeiro número das *Conversações* (1 de Março de 1867) insiste na necessidade de fiscalização séria de todas as manifestações literárias e científicas.

Recebendo, pouco tempo depois disto, também o credo estético que Tito Maiorescu lhe leva, esta revista desempenhou papel primacial no desenvolvimento da literatura romena. Ela lutou, durante quase sete decénios, pela entronização do verdadeiro e do belo na literatura romena, sendo sustentada pela colaboração dos maiores escritores romenos: M. Eminescu, B. Alecsandri, I. Ghica, M. Odobescu, I. Creanga, I. Caragiale, G. Cosbuc, I. Slavici, I. Al. Bratescu-Voinesti e outros.

Começando a luta contra os desvios latinistas, a Juventude continuou

a velha corrente nacional inaugurada por M. Kogalniceanu, que, juntamente com Al. Russo, lutara pela defesa da língua e da literatura romenas contra os que ameaçavam torná-la artificial. A nova corrente continua, em parte, a velha igualmente na luta que leva a efeito contra a imitação das literaturas ocidentais.

Aqui todavia começa a diferença entre as directrizes das duas escolas. Enquanto a direcção de Kogalniceanu condenara qualquer imitação, recomendando inspiração puramente nacional, — a Juventude luta pela libertação da literatura romena da imitação servil e exige aos escritores que aprofundem o fundo de ideias e de sentimentos das obras-primas estrangeiras e se apropriem deles, a fim de encontrarem novas sugestões para criações originais. A Juventude traz portanto como nota original o alargamento do horizonte da inspiração poética dos escritores romenos e impõe, pela primeira vez na história da literatura romena, uma doutrina crítica baseada nos princípios estéticos.

★

É nesta literatura verdadeiramente notável que irão salientar-se, além dos já citados e entre muitos outros, os nomes de Alexandre Vlahuta, Duiliu Zanfirescu, Barbu Stefanescu Delavrancea, ST. O. Iosif, Panait Cerna e, mais recentemente, Lívio Rebreanu, Eugénio Botez, Panait Istrati, G. Calinescu, Miguel Sadoveanu, Zaharia Stancu, Tudor Arghezi, Miguel Sebastian, Verónica Porumbacu, etc., etc.

★

★ ★

Todas as obras pertencentes a uma literatura nacional apresentam afinidades pelo facto de terem sido escritas na mesma língua. A unidade do instrumento linguístico empregado, as virtudes artísticas ligadas às particularidades fonéticas da língua respectiva, ao seu léxico e à sua estrutura gramatical, às suas locuções e provérbios, criam certa afinidade entre todas as obras duma literatura nacional; daí a unidade desta.

O instrumento linguístico românico pelo qual se exprimem os poetas e os contistas romenos, dos autores populares das *Doinas*, das baladas e dos contos, aos escritores mais notáveis dos séculos XIX e XX, não pode contudo justificar, por si só, a classificação da literatura romena entre as litraturas românicas. As relações entre a literatura romena e as outras literaturas criadas pelos povos românicos são muito mais complexas.

As literaturas francesa, italiana espanhola e portuguesa tinham já sofrido longa evolução, antes de os Romenos criarem uma literatura na sua própria língua, fenómeno que, como vimos, só se deu no século XVI, sob a forma de traduções religiosas, e, no século XVII, sob a dos escritos dos cronistas moldavos e valáquios. Os Romenos ficaram, durante uma longa época, longe do movimento literário do mundo românico e esta circunstância não pôde deixar de ter efeitos na evolução ulterior da literatura romena.

Será preciso esperar o século XVII para que se produza pouco a pouco a aproximação da literatura romena da esfera das literaturas românicas, sem que por isso a literatura romena seja arrancada ao seu contexto histórico, isto é, à influência cultural dos países vizinhos, nomeadamente à influência bizantina e eslava, e, na época contemporânea, muito particularmente à acção exercida pela literatura russa.

A Roménia é uma terra de confluências. Não se podem estudar a produção folclórica e os livros populares romenos sem lá ir encontrar alguns dos grandes temas literários transmitidos por Bizâncio. Certos motivos das velhas baladas romenas encontram-se na literatura dos países balcânicos, como a figura de mestre Manole (o pedreiro lendário que teve de emparedar a mulher para poder erigir o mosteiro de Curtea de Arges), figura que se encontra também no folclore dos outros países balcânicos.

A influência das literaturas românicas começa pelos cronistas moldavos que foram beber nas luzes das escolas superiores da Polónia, como assinalámos. Devemos dizer que o século XVII é a época em que a cultura antiga penetra na literatura romena. Vêem-se aparecer então, pela primeira vez, espíritos versados no conhecimento das literaturas grega e latina, com estudos feitos não só na Polónia, mas também nas escolas gregas de Constantinopla, alguns mesmo nos colégios latinos que as congregações tinham fundado no território romeno, outros ainda que se abriam às luzes clássicas nas universidades do Ocidente. Esta corrente ganha em intensidade no século seguinte, e propaga-se igualmente entre o povo, por intermédio da colectânea de máximas de fontes diversas, gregas e latinas entre outras, a já citada *Floarea darurilor*, tradução do célebre florilégio italiano do fim da Idade Média *Fiore di virtù*, e também por intermédio da colectânea *Pilde filosoficesti*, traduzida do grego, à qual também já nos referimos.

O humanismo romeno dos séculos XVII e XVIII é uma corrente histórica, a expressão da aspiração do povo romeno à liberdade nacional e social, a expressão duma vontade geral de se arrancar ao jugo da opressão otomana e feudal, uma manifestação do patriotismo romeno.

O acesso à cultura antiga não foi todavia seguido na Roménia da eclosão duma literatura original do tipo renascentista e humanista, como se tinha produzido no Ocidente alguns séculos mais cedo. A recepção da herança cultural da antiguidade não passou para os Romenos de um movimento de liberdade espiritual sem outras consequências além do nascimento duma corrente de traduções e adaptações, corrente que, a partir do século XVII e sobretudo com o XVIII, tende a integrar-se na unidade literária românica. Desta vez ainda, os tradutores estão atrasados relativamente à época em que as obras literárias respectivas circulavam no Ocidente. Assim, quando os Franceses já tinham deixado de ler *O romance de Alexandre* e *O romance de Tróia, Pedro de Provença e a bela Magalona, Paris e Viena*, os Romenos descobrem o mundo aliciante dessas obras em traduções eslavas ou gregas e traduzem-nas na sua própria língua, em livros populares de larga circulação, que exerceram certa influência na criação literária autóctone, nomeadamente na criação folclórica. A corrente de traduções e de adaptações continua na primeira metade do século XIX.

Esta mesma corrente de traduções vai iniciar, no século XVIII, o leitor romeno nas literaturas românicas da época, e sobretudo na literatura francesa. Mas desta vez por meio de traduções em grego, a língua culta de muitos intelectuais romenos da época fanariota. O ensino superior em língua grega, dado nas academias principescas de Bucareste e de Iasi, introduz os intelectuais romenos dos Principados na esfera da cultura grega, onde se encontram traduzidas todas as obras notáveis do século. Sempre na mesma época, vêem-se penetrar nos Principados publicações francesas: o *Journal Encyclopédique* e o *Journal de Francfort, le Spectateur du Nord*, o *Journal littéraire, le Mercure de France, l'Almanach des dames*, bem como as publicações *Notizie del mondo, Il redattore italiano* e outras ainda. Assim, pois, todo o romeno culto do fim do século XVIII se encontrava ao corrente de toda a produção literária do Ocidente românico e especialmente da literatura francesa, embora na maioria das vezes isso se fizesse por intermédio do grego. Quanto à criação literária autóctone, era mais tímida, não tendo ainda descoberto a via pela qual, algumas dezenas de anos mais tarde, no princípio do século XIX, ia dar, em breve lapso de tempo, notáveis resultados.

Podemos nesta altura assentar ideias e dizer que no início do séc. XIX a situação da literatura romena, em confronto com as outras literaturas românicas, era a seguinte: a literatura romena tinha passado por uma época de iniciação nas luzes da antiguidade, sem por esse facto ter ainda desabrochado numa produção literária autóctone do tipo do Renasci-

mento. Pelo facto de o Renascimento, como movimento literário, ter faltado no processamento da literatura romena, esta não perdeu, em instante algum, o contacto com as fontes populares, e, mesmo quando veio a produzir criações artísticas autóctones de grande mérito, a literatura romena nem por isso deixou de conservar o seu carácter popular. Esta é a primeira característica surpreendente da sua evolução ao longo dos séculos XIX e XX.

O cheiro fresco e lavado da terra penetra a literatura da Roménia que como um todo é uma elaboração da substância popular original. O seu principal herói é o camponês: tem sido exaltado, estudado, examinado por várias gerações de contistas e poetas que fizeram uso das suas tradições e folclore. A linguagem literária conserva, mesmo nas obras mais elaboradas, um sabor rústico penetrante: aqui encontramos misturados todos os perfumes do solo, e todas as suas harmonias. É a estas fontes primitivas que todos os escritores tornam, mesmo os de formação ocidental e filosófica, de Eminescu a Blaga e Barbu.

O carácter popular da literatura romena transparece, em primeiro lugar, na língua. A língua dos escritores romenos é popular, bebe amplamente nos tesouros do léxico, das formas, das locuções populares. Graças ao triunfo da corrente popular na evolução da língua literária artística, os Romenos não conheceram a divisão entre o escritor e o público. As grandes obras da literatura romena dirigiram-se a todo o povo romeno, e este compreendeu-as e reconheceu-se nelas, porque aí se reencontrou na sua maneira de falar.

Outro rasgo surpreendente da língua literária dos escritores romenos, rasgo que não é de facto mais que outro aspecto do seu carácter popular, é o grande número de locuções e provérbios empregados sobretudo nas obras narrativas.

O recurso à língua do povo desenvolveu grandemente, nos escritores romenos, o sentido da língua falada. As formas orais predominam no estilo dos escritores romenos. A divergência entre a língua escrita e a falada é geralmente bastante reduzida nos mais representativos escritores romenos. A obra de Caragiale pode com justiça ser considerada a mais vasta e, pela autenticidade e finura da observação, a mais espantosa investigação linguística jamais empreendida por um escrito romeno. Quase todos os escritos de Caragiale (as suas comédias e os *Momentos*) fazem uso do diálogo. O exemplo de Caragiale correspondia a uma tendência geral, de modo que uma das qualidades mais surpreendentes dos prosadores romenos, em fins do século passado e até nos dias de hoje, é a destreza em transmitir

a língua falada e o diálogo espontâneo. Eis aí outro aspecto linguístico do carácter popular da literatura romena.

O folclore foi em todos os tempos uma fonte de inspiração preciosa para os escritores romenos. A obra-prima da poesia lírica romena do século XIX, o poema *Luceafarul* de Eminescu, inspira-se num conto popular recolhido na Valáquia. Poemas que abraçam temas épicos ou líricos tirados do folclore, Eliade-Radulescu, Alecsandri, Eminescu, Cosbuc, Stefan O. Iosif e muitos outros escritores os compuseram. A inspiração folclórica é uma das fontes mais fecundas da nova literatura romena.

A literatura romena não se fixa normalmente na sociedade. O carácter romeno, aberto e generoso, não contraiu durante os séculos o gosto da sociabilidade, que permanece o apanágio de civilizações urbanas e maneiras policiadas. A vida social, confinada às classes superiores e muitas vezes meio estrangeiras, raramente fornece esta literatura com temas. Mesmo recentemente, os melhores romancistas se sentem estranhos na alta sociedade e sistemàticamente falham ao retratar os refinamentos sociais e a elegância suprema. O próprio estilo lhes falha nestas circunstâncias: a fala que atribuem à sua gente da sociedade abunda em notas estridentes e falsas.

A literatura romena fixa-se normalmente na própria natureza. A terra com a sua configuração e os seus múltiplos *habitats* de planície e floresta, a natureza com os seus dramas e festas, todos os fenómenos das estações e dias invadem-na e vivem nela, oferecendo-lhe aqueles temas elementares que são muito mais que temas descritivos. A natureza, bem pode dizer-se, forma muito mais do que a moldura desta literatura: é a sua própria alma. Não é a natureza considerada ùnicamente como paisagem, mas também natureza cósmica, com as suas profundas perspectivas, onde a terra encontra o céu, onde forças escondidas se manifestam ìntimamente, onde o infinitamente pequeno e o grande são vizinhos e tocam um no outro. Nesta visão totalitária, tudo recebe e revela novo significado, tudo parece perto de ser um milagre.

Antes de mais nada, o próprio homem. O ser humano representado por grande parte da literatura romena não é o ser social ,mas o próprio homem, como parte integrante da criação. Este ser tenta muito menos definir-se ele próprio em termos das suas implicações colectivas que nas suas implicações particularmente humanas, metafísicas e naturais. A sociedade nada significa para ele a não ser incómodos e malogros, e a maioria dos conflitos sociais imaginados pelos romancistas resolve-se em queixas e anátemas. O homem na literatura romena, popular ou erudita, escreve

Basílio Munteanu, não se sente livre senão sòzinho, confrontado apenas por si e pelo céu, rodeado por mistérios, situado no meio da imensidade da natureza, tentando explicar-se através dela e tornar-se parte dela.

O carácter militante, nacional e social, é, no entanto, para Tudor Vianu o segundo distintivo da literatura romena, em todo o decurso da época que se abre nas primeiras décadas do século XIX.

A característica mais surpreendente dos escritores romenos, afirma ele, é a sua atitude combativa. O homem solitário, entregue apenas aos seus problemas interiores, ou o contemplativo, que se isola da sociedade, passa a ser exemplar raríssimo no mundo das letras romenas. Muito mais frequente é o tipo do homem social, aberto à realidade da sociedade, característica particularmente impressionante nos poetas da primeira metade do século passado, aqueles mesmos que prepararam os acontecimentos revolucionários de 1848, como Radulescu, Grigore Alexandrescu, Basílio Cârlova, Dimitrie Bolintineanu, Basílio Alecsandri e tantos outros. O tema das ruínas, na pena de Alexandrescu, por exemplo, reveste um carácter cívico e nacional.

A literatura romena conservou o seu carácter nacionalista no decurso da sua evolução histórica. Eminescu, Caragiale e Creanga, embora grandes estetas, não interromperam esta linha. Pouco depois da morte de Eminescu, jovens autores como Vlahuta e Delavrancea, o primeiro dos quais passara pela escola da revista *Contemporanul* e pela do seu inspirador, o crítico Dobrogeanu-Gherea, fazem prevalecer por longo período as preocupações nacionais e sociais.

A importância do sentimento da natureza para todos os poetas e contistas romenos foi precedida pela sua manifestação no folclore. A natureza ficou como um dos temas mais frequentemente abordados pelos escritores romenos, de Ienachita Vacarescu, em fins do século XVIII, a Alecsandri, Eminescu e Miguel Sadoveanu. A literatura romena ocupa uma posição intermédia entre as literaturas românticas do Norte e as literaturas clássicas do Sul. O *templo*, símbolo do tema central das clássicas, define o carácter eminentemente social da literatura romena. *A floresta*, que simboliza as literaturas românticas, foi muitas vezes cantada pelo povo, que diz ser ela *frate cu românul* ou seja, irmão do romeno. Assim, o culto dos antepassados e as aspirações nacionais e sociais comuns equilibram-se, entre os Romenos, com o sentimento e a adoração da natureza. Em vão se procuraria na literatura romena a visão da impassibilidade da natureza. A natureza e o homem fundem-se nos poetas romenos a tal ponto que o homem encontra na natureza os seus próprios sentimentos e aspirações.

O encontro de Eminescu e da natureza é o rever um velho e fiel amigo, um porto seguro no termo de longos e vãos errores. Este encontro reveste formas inpregnadas de ternura.

O equilíbrio desta atitude para com a natureza parece ser um rasgo característico de toda a literatura romena. O subjectivismo levado ao extremo, a inspiração extravagante, barroca, são estranhos à literatura romena. Um classicismo realista, um pendor para a ironia e o humor, corrigindo-lhe os defeitos da realidade e vingando-lhe os insultos, eis outros tantos rasgos da literatura romena, tais como se encontram igualmente nas outras literaturas românicas. A busca da verdade na arte é característica para grande número de escritores romenos. Os escritores de bom gosto, fiéis à realidade, comedidos, como Gregório Alecsandrescu, Constantino Negruzzi, Basílio Alecsandri, Alexandrus Odobescu, poetas e narradores oriundos do romantismo, pela ponderação da sua subjectividade e pelo equilíbrio da expressão, fazem antes figura de clássicos. O leitor romeno não gosta de ver violentar a sua sensibilidade, aprecia pelo contrário a expressão comedida da verdade da vida, que nenhum dos grandes escritores romenos jamais ultrapassou.

Afinar a forma interior constituída no espírito do leitor com a do artista tal é um dos objectivos da crítica literária, aplicável não sòmente às obras dum artista, mas também à suma das obras de arte dum povo inteiro.

A complexa alma romena exprime-se, pois, numa literatura rica de contrastes. Através do prisma simplificador da abstracção, imagina-se distinguir uma disciplina latina refreando a impetuosidade do Eslavo. O exemplo mais convincente com relação a isto é fornecido pela poesia popular. Aqui sente-se a personalidade do poeta exercer uma restrição nas saudades caóticas do coração. Nas melhores *doinas*, o sentido trágico da vida, o gosto pelas evasões selvagens e voos entre as estrelas, exprime-se com uma força tornada ainda mais patética pela sua sujeição às necessidades duma moderação interna.

Se as imprecações e lamentos nestes poemas às vezes alcançam o irracional e o nada, ainda assim nunca caem em um deles, porquanto, nos seus piores momentos de desespero, o camponês é capaz de evitar o paroxismo destrutivo tão familar ao Eslavo. O sentimento dominante do lirismo popular, essa inefável *dor*, termo que corresponde exactamente à *saudade* portuguesa, cujo rico aroma só imperfeitamente é dado pelo inglês *longing* e o alemão *Sehnsucht*, extrai o seu profundo encanto de todo um conjunto de matizes antinómicos, irreconciliáveis com a mente, mas que o fogo das paixões intenta caldear.

A *dor* é um desejo colorido pela tristeza, uma resignação fundada em energia latente, um grito do coração com ressonância metafísica. O consciente nunca perderá o seu direito de fiscalizar a espontaneidade intuitiva dos sentimentos.

Contrastes similares aparecem quase em toda a parte na literatura romena, onde o idílio anda ombro a ombro com a inspiração poética, onde o cheiro do solo se destila em perfumes de extrema delicadeza; tendências divergentes cujas origens seria impossível indicar precisamente sem risco de erro. Mas o próprio facto da sua coexistência assegura-nos que o povo dos Cárpatos possui tesouros internos cuja exploração pode reservar algumas belas surpresas.

Portadores duma pesada herança de combates, os Romenos adquiriram um gosto muito vivo pelo criticismo. Sarcástico e nunca desarmado, o seu criticismo aplica-se a todos os domínios da vida e do pensamento: muitas vezes não tem outro objecto além de si próprio. O século passado ressoou com os ecos duma batalha de ideias e de partidos que apenas morriam para nascer de novo para a vida. Os Romenos estavam então a lutar pela ideia nacional, moral, ou social; pela sua língua, vocabulário a até ortografia.

Tratava-se de decidir até que ponto língua e raça eram latinas ou eslavas, em que condições imitar um exemplo estrangeiro; e que estrangeiro devia servir de guia, se Paris, Roma, ou Berlim, e como filtrar e adaptar os elementos pedidos emprestados...

Por detrás dos seus limites étnicos, tinham cessado desde a guerra de se apaixonar pelo problema da sua latinidade. Tinham fancamente substituído a noção da sua romanidade pela da sua romenidade, e aceitado finalmente pôr a casa em ordem e trabalhar dentro das suas fronteiras geográficas e espirituais.

A luta não cessou por tão pouco. Mas, sem mudar de métodos, mudou de terreno. Quase saldado, o problema das relações espirituais com o estrangeiro recua perante o único problema apreciável duma nova literatura; a saber, o das possibilidades criadoras duma tradição que é primeiro necessário definir, que mais não fosse por intuição. Levantado durante o século passado, esse problema ganhou em profundidade e foi enriquecido por mil diferentes matizes. A tradição nacional, reforçada e definida por vários séculos de realizações, penetra as grandes literaturas, não se sente a necessidade de referências a ela a cada momento. No caso duma literatura no estádio de formação a coisa é completamente diferente, porque tal literatura tem a obrigação de se tornar nela própria e de verificar a direc-

ção do seu progresso. Característico do período após-guerra, um vasto debate desempenhou o ofício de guia, um debate entre tendências antinómicas que desde tempos imemoriais têm dividido a humanidade, mas que raramente entraram em conflito com tal veemência em tão breve período de tempo. E era claramente este patético debate que ainda há pouco dominava a vida espiritual da Roménia. Os programas e as réplicas neste assunto frequentemente tomam a forma do ensaio, dum ensaio voluntàriamente vaticinante, recheado de abstracções, colorido com metafísica e cheio de complacência pelas predilecções íntimas e pelos temperamentos individuais. O resultado é um certo desdém pelos mais substanciais argumentos que a história, a ciência ou a comparação podem fornecer. Certos episódios desta vasta querela traem a impaciência duma juventude ávida de pensar e de saber, mas que intenta pensar depressa e saber sem esforço. Outra tendência visível em tudo isto é o desejo agudo de atingir verdades por descobrir, mágicas no seu carácter único, portadoras da mensagem dos impenetráveis.

Grandes literaturas atravessam lentos períodos orgânicos que uma experiência pessoal ratifica e pouco a pouco adapta. A literatura romena, pelo contrário, foi obrigada a sofrer todos os choques e entregou-se a mil caprichosos saltos. Sem grande preparação humanística ou clássica, tropeçou num modernismo que era tão precário como audacioso.

Recém-chegados à cultura europeia, os Romenos não herdaram qualquer daqueles valores experimentados pelos acontecimentos, que formam a base duma cultura e duma literatura. Durante um século, frente ao tempo e a despeito dele, aplicaram-se febrilmente à criação daqueles valores que o tempo não tinha criado para eles, num esforço para ajustá-los às necessidades locais.

Expressão dum povo longamente ameaçado na sua existência, a literatura romena desempenhou nos três séculos passados um papel nacional de primeira ordem. Através dela, antes de aspirar a ganhar um lugar belo na ordem das coisas, a nação tem procurado agarrar-se a si própria e compreender-se.

Como no passado, os escritores hodiernos continuam a afinar a lira harmoniosa da língua romena, cultivam a inspiração nacional e social, aproximando-se sempre mais do povo e das formas da sua linguagem e da sua arte. Mantêm estreitamente o contacto com a vida na expressão, numa palavra as características essenciais que se elaboraram no decurso da evolução da literatura romena. Esta fidelidade para com o génio nacional é a marca distintiva das obras actuais.

Quem habitou o Palacete do Raio?

Pelo Dr. M. Braga da CRUZ

Dispensando-me de quaisquer considerações sobre a arte e os artistas ligados ao chamado Palacete do Raio, motivo de orgulho da nossa cidade de Braga, proponho-me fazer uma resenha relativa à identificação das pessoas que o habitaram, nomeadamente enquanto foi propriedade particular. Trata-se de elementos obtidos em diversas buscas colhidas no nosso rico Arquivo Distrital, e em outras fontes, elementos ainda incompletos, mas que permitem apresentar um esboço do assunto, que outros poderão completar e aperfeiçoar.

A primeira notícia sobre aquele imóvel é-nos dada por M. J. da Silva Tadim, no seu precioso manuscrito DIÁRIO BRACARENSE, a p. 166, quando nos diz: «Atrás de S. Marcos faz João Duarte de Faria, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Familiar do Santo Ofício, e Tendeiro que havia sido na Porta do Souto, umas belíssimas casas de pedra bem lavrada». Isto na parte final dos anais de 1754.

João Duarte de Faria habitou o Palacete, com a família, até ao seu falecimento em 30-IX-1767. Este primeiro proprietário do Palacete era natural da cidade de Guimarães, onde nascera, na freguesia de S. Sebastião, em 23-VI-1693 (1), sendo filho de Manuel Duarte e de Jerónima de Faria. Casara em Braga, na freguesia de S. João do Souto, em 8-IX-1734, com Maria Joana dos Santos, filha de André Fernandes e de Adriana de Almeida.

Deste casamento houve numerosa descendência, tendo eu encontrado o registo de nove filhos, entre os anos de 1735 e 1750, que na sua maior parte devem ter tomado o estado religioso, pois que Inácio José Peixoto nos diz «a casa de João Duarte de Faria acabou sem filhos seculares» (2).

Sem que tenha encontrado o instrumento de qualquer transacção havida, sabe-se que em 1799 o Palacete era propriedade do Padre António

---

(1) Informação do investigador Vaz Osório da Nóbrega.

(2) Manuscrito 857 da Biblioteca Pública de Braga, p. 115.

José Gomes Duarte, que nele habitava. Este Padre Gomes Duarte, abade reservatário de S. Miguel de Prado (onde fez registos entre os anos de 1779 a 1790), era filho de Manuel de Araújo Mota e de Adriana de Almeida Duarte e havia nascido em Braga, na freguesia de S. João do Souto, em 1741.

Manuel de Araújo Mota era pessoa muito ligada a João Duarte de Faria, primeiro proprietário do Palacete, pois testemunhou nada menos de cinco baptizados de filhos deste seu amigo. É de admitir, mesmo, que fosse padrasto de sua mulher, pois a sogra de João Duarte, Adriana de Almeida, deve identificar-se com Adriana de Almeida Duarte, mulher de Manuel de Araújo Mota. A ser assim, esta Adriana teria casado duas vezes; a primeira com André Fernandes e a segunda com Manuel de Araújo Mota. Do primeiro matrimónio teria nascido Maria Joana dos Santos, esposa de João Duarte de Faria; e do segundo o Padre António Duarte e seus irmãos: Lucas José de Araújo Mota, Helena Maria dos Santos (viúva de Luís Gomes de Sousa), Joana Teresa Constantino e Francisco José de Araújo Mota (casado com Josefa da Rocha). É na descendência deste Francisco que, como vamos ver, se continuará a posse do Palacete do Raio.

Há que referir agora uma circunstância que deve ter tido influência na aquisição do Palacete, feita pelo Padre António José Gomes Duarte. É que este havia ficado herdeiro dum tio, o Padre Domingos Machado, natural de S. Pedro de Esqueiros (Vila Verde), falecido em Congonhas do Campo, no Brasil; isto por alturas de 1792 (3).

Em 16-III-1799 é feita em Braga, no tabelião José Joaquim da Graça, uma escritura de contrato antenupcial (4) pela qual o Padre António José Gomes Duarte cede a raiz dos seus bens, alguns com reserva de usufruto, a sua sobrinha Ana Josefa das Dores (filha de seu irmão Francisco, então já falecido) para casar com o Doutor João Manuel Peixoto de Araújo, da Casa das Pedras em Palmeira (Braga), ex Juiz de Fora em Braga e Desembargador no Porto, que faleceu em 1806. Este casal ficou logo a viver no Palacete simultâneamente com o doador, enquanto vivo, e em plena posse depois do seu falecimento, cuja data não encontrei.

Três filhos houve deste casal, proprietário do Palacete, que não tinha ainda a designação «do Raio», a saber: José Maria Duarte Peixoto, D. Antónia Josefa Duarte Peixoto e D. Maria Joana Duarte Peixoto. Por escri-

---

(3) O testamento do Padre Domingos Machado encontra-se no livro de Notas n.º 147, que fez parte do arquivo do notário B. da Cruz, na p. 101.

(4) Nota Geral, livro 152, a folhas 147 v.º e seguintes.

tura de 6-III-1835 (5) D. Ana Josefa, já viúva, fez doação do Palacete a seu filho José Maria, com obrigação de indemnizar suas irmãs: Antónia Josefa (casada com António de Sá Malheiro, da Casa dos Casais em Cendufe, nos Arcos de Valdevez) e Maria Joana (casada com Joaquim da Rocha Couto) (6).

Não foi feliz na administração de sua casa este novo proprietário do Palacete, José Maria Duarte Peixoto. Em 23-IV-1844 hipotecava os seus bens a Luís do Amaral Ferreira, morador na Fonte da Cárcova, pelo empréstimo de um conto de reis, a juro de 5 %; e em 21-III-1853 vendeu, ao Abade de Turiz, vários foros relativos a prédios na Veiga da Arca, junto ao ribeiro que vai para a Senhora do Alívio.

Pouco depois, em 25-IV-1853, por escritura do tabelião Agostinho Monteiro da Silva (7), vende o Palacete a Miguel José Raio, o futuro Visconde de S. Lázaro, pela quantia de dez contos de reis. Esta escritura mostra-nos a situação desesperada em que se encontrava o vendedor que, além da dívida a Luís do Amaral Ferreira, atrás referida, tinha várias outras, uma das quais do montante de três contos quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e três reis à Santa Casa da Misericórdia, como «fiador» de Joaquim Gomes da Silva e de suas irmãs D. Teresa e D. Laura; e não tinha liquidado, ainda, a indemnização a sua irmã Antónia Josefa, fixada na doação de sua mãe.

José Maria Duarte Peixoto, que havia nascido no Palacete em 10-IV-1803 e que recebera, de sua mãe, esta casa em 1835, pagou as suas dívidas, ficando arruinado e abandonado. Conta-se (8) que o Visconde do Raio, ao ter conhecimento da sua situação, o chamou para a sua casa e o tratou com toda a consideração até falecer, em 2-I-1870.

Miguel José Raio, nascido em Braga na Rua da Cruz de Pedra em 10-V-1814 e falecido em 14-VIII-1875, foi figura de grande destaque nesta cidade, como benemérito e como homem de acção (8). Tinha na sua companhia, enquanto solteiras, as filhas Gabriela, que casou com seu tio Manuel José Raio, Angélica Maria, casada com Eduardo Leite de Magalhães, do Porto, e Adelaide, que casou em primeiras núpcias com António Gaspar Rodrigues de Carvalho e, em segundas núpcias, com João de Paiva Leite Brandão. Do primeiro casamento houve um filho, o Barão de S. Lázaro,

(5) Escritura do tabelião V. Paraízo, liv.º 193, folhas 69 v.º.

(6) Dr. José Machado, «Linhagem de Entre Douro e Minho» (manuscrito), III parte, p. 321.

(7) Livro 219, a folhas 68 v.º.

(8) B. Xavier Coutinho, em «Distrito de Braga», IV vol., p. 303.

figura bem conhecida em Braga, há anos falecido; do segundo casamento, o venerável ancião Comandante João de Paiva Brandão, o falecido Coronel Alexandre de Paiva Brandão, e mais duas irmãs, D. Maria do Céu e D. Maria Eugénia, também já falecidas.

Depois de ter sido feito Visconde de S. Lázaro, em 3-XII-1870, Miguel Raio pôs no alto da fachada do Palacete o seu brasão, que ainda lá se encontra, em substituição do brasão do fundador, João Duarte de Faria, mandando colocar este numa parede do rés-do-chão nas traseiras da casa, onde também ainda se encontra.

A situação económica do Visconde de S. Lázaro deteriorou-se na parte final da sua vida pela queda da sua importante casa comercial do Pará (Brasil), ficando limitado aos seus haveres em Braga, bens de certo valor mas de pouco rendimento. Os empréstimos pedidos ao Banco do Minho, primeiramente pelo Visconde e, depois, pelos seus herdeiros, levaram estes a entregar a maior parte dos seus bens, incluindo o Palacete, àquele Banco, por escritura de 28-XII-1882 (9).

Finalmente, por escritura de 1-X-1884 (10), o Banco do Minho representado pela sua Direcção (Domingos José Soares, João Marques da Silva, e José António Veloso) vendeu o Palacete à Santa Casa da Misericórdia de Braga, actual proprietária, representada pela sua Mesa, a que presidia o Dr. Nicolau Barata e em que eram mesários, entre outros, o Dr. Francisco de Vieira e Brito, depois Bispo de Angra do Heroísmo, e Bernardo José Fernandes Carneiro, fundador da importante Casa Carneiro, da Rua do Souto, e avô do seu actual proprietário.

O Palacete do Raio, noutros tempos conhecido também por Casa Grande dos Granjinhos e, modernamente, por Casa do Mexicano (li isto, que nunca ouvira, em 1951, num artigo do Dr. Reinaldo dos Santos, publicado na revista «Belas Artes» no n.º 3 a páginas 17), é hoje uma dependência do Hospital de S. Marcos. Ali funcionam os serviços de Radiologia e de Oftalmologia, dirigidos, respectivamente, pelos Drs. Felicíssimo Campos e António Alvim. Estes, se é certo que não são moradores no Palacete, por lá... demoram.

---

(9) Tabelião Cunha Viana, livro 264, folhas 67.

(10) Tabelião João Marcos de Araújo Ribeiro, nota 345, fol. 60.

Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo

Por Domingos de Araújo AFFONSO

XVII

ALVES
primitiva varonia dos Vasconcelos da Casa do Tanque

§ 1.º

I ÁLVARO ANES, natural do lugar do Ribeiro, no termo de Braga, como se diz numa escritura de emprazamento da Câmara secular de Braga (1), feito a seu filho Sebastião, e ainda noutra escritura de venda, de 7.2.1566, na qual figura como comprador seu filho João (2). Nesta última escritura se menciona o nome de sua mulher BRANCA ANES.

Foram pais de:

1(II) JOÃO ALVES, que segue.

2(II) SEBASTIÃO ALVES, que segue no § 2.º.

II JOÃO ALVES, sapateiro na rua dos Chãos, freguesia de São João do Souto, como se refere na supra citada escritura de 1566.

x com MARIA ALVES.

Foram pais de:

1(III) FILIPA ALVES, que segue.

2(III) OUTROS. S. m. n.

III FILIPA ALVES, *a Maia* de alcunha.

x com ANTÓNIO ALVES, sapateiro na rua dos Chãos * a

(1) Arquivo da Câmara Municipal de Braga.

(2) NOTA GERAL — Arquivo Distrital de Braga.

23.8.1537 ([3]) † na freguesia de São João do Souto a 3.12.1616, filho de Gregório Alves, sapateiro, e de sua mulher Margarida Dias.

Foram pais de:

1(IV) TOMÉ ALVES, sapateiro.

x precedendo escritura de dote de 25.10.1589 ([4]) com MARTA FERNANDES, filha de João Gonçalves e de sua mulher Gracia Fernandes.

2(IV) ANTÓNIA, baptizada em São João do Souto a 5.1.1567. S. m. n.

3(IV) ANA ALVES, que segue.

4(IV) SEBASTIÃO ALVES DA MAIA, baptizado na mesma freguesia a 11.9.1570.

De DOMINGAS DE SOUSA, solteira, da freguesia do Salvador de Dornelas (Amares).

Teve bastarda:

V AGOSTINHA DA MAIA † em Dornelas, sem testamento, a 13.11.1664.

x na mesma freguesia, a 28.7.1658, com FRANCISCO DE SOUSA TEIXEIRA, senhor da quinta da Torre do Outeiro em Dornelas, * nesta freguesia e baptizado a 29.1.1640, filho de António de Sousa e mulher Maria Tinoco ([5]).

Foram pais de:

1(VI) MARIANA DE SOUSA TEIXEIRA, baptizada em Dornelas a 29.6.1659 † solteira a 29.11.1695.

2(VI) JOANA DE SOUSA TEIXEIRA, baptizada a 21.2.1661 † solteira a 7.9.1697.

([3]) Padre André Gonçalves, *Livro das couzas memoráveis do seu tempo*, fls. 49 v.

([4]) NOTA GERAL — Arquivo Distrital de Braga.

([5]) António de Sousa e Maria Tinoco casaram em Dornelas a 15.5.1633, ele filho de António de Sousa e mulher Margarida Dias, do lugar de Dornas, freguesia de Santa Marta de Bouro e ela filha de Manuel Teixeira e mulher Isabel Lopes, de Dornelas. Seu filho Francisco de Sousa Teixeira, viúvo de Agostinha da Maia, casou segunda vez, a 6.8.1667, com dispensa dos 3.° e 4.° graus de afinidade, com Isabel Velha de Oliveira, que † a 26.12.1693 com testamento e s. g. e era filha de Gonçalo de Oliveira e mulher Ana Alves, da freguesia de Vila Nova de Famalicão. Francisco de Sousa Teixeira teve de Catarina Vieira de Queirós um filho bastardo o Dr. Francisco de Sousa Teixeira, que herdou a casa paterna e foi baptizado em Dornelas a 18.4.1665 (Vid. MARQUES DA VEIGA, de Braga). — C. g.



CASA DO TANQUE
(actualmente Paço Arquiepiscopal)

3(VI) Dom ANTÓNIO, frade crúzio, baptizado a 20.4.1664.

5(IV) LUÍS ÁLVARES, baptizado em São João do Souto a 5.8.1574. Parece que foi casado com MARIA FRANCISCA e moraram na rua de São Marcos e depois atrás de São Marcos. Tiveram vários filhos e deles descendiam Agostinho de Sousa e Alvim e os Tinocos da rua de São João.

6(IV) MARIA DA MAIA, baptizada na mesma freguesia a 15.7.1575. — S. m. n.

7(IV) GASPAR ÁLVARES, baptizado a 1.6.1577.

8(IV) BALTAZAR ÁLVARES, gémeo com o anterior. — S. m. n.

IV ANA ALVES, baptizada na freguesia de São João do Souto a 27.1.1569.

x na mesma freguesia, a 1.11.1590, com FERNÃO ÁLVARES, contratador, que juntou grossos cabedais, morador na rua dos Chãos (já viúvo, c. g., de Joana Ribeiro).

Foram pais de:

1(V) ANTÓNIO ÁLVARES DA MAIA, baptizado na freguesia de São João do Souto a 7.9.1591. — S. m. n.

2(V) MARIA DA MAIA, baptizada a 8.8.1592. — S. m. n.

3(V) FILIPA DA MAIA, que segue.

4(V) ANDRÉ ÁLVARES, baptizado a 21.7.1602. — S. m. n.

5(V) D. JOANA DA FRAGA DA MAIA, baptizada a 22.7.1604 (afilhada de sua tia Maria da Maia).

x precedendo escritura de dote de 23.10.1629 (*) com BERNARDO DA SILVA, 2.º administrador do vínculo da Torre de Passos (Vid. SILVAS § 4.º). — C. g.

V FILIPA DA MAIA, baptizada na freguesia de São João do Souto a 4.10.1595 † ib. a 22.6.1658.

x na mesma freguesia, a 31.10.1616, com ANTÓNIO DA FRAGA, senhor do Casal de Infias, cidadão de Braga (Vid. FRAGAS § 2.º) — C. g.

(*) Sua mãe dotou-a com 550$000 reis em dinheiro e enxoval, casas na rua dos Chãos e dois vestidos, um para ela outro para o noivo — NOTA GERAL, Arquivo Distrital de Braga.

§ 2.º

II SEBASTIÃO ALVES, filho de Álvaro Anes, n.º I do § 1.º e de sua mulher Branca Anes. Também usou o nome de Sebastião Alves Ribeiro.

Era ferrador e morava no Campo das Freiras dos Remédios, conforme consta duma escritura de 27.8.1590 (7) e duma provisão do arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, de 21.10.1574, em que é nomeado alveitar-mor de Braga (8), † na sua casa do Campo das Freiras dos Remédios, freguesia de São João do Souto, a 1.1.1603.

x com BEATRIZ GONÇALVES DE VILAS BOAS, senhora de parte do Casal do Lagarto (9), filha de Pedro Gonçalves, ferrador, e de sua mulher Beatriz Gonçalves. Beatriz Gonçalves de Vilas Boas tinha sepultura na capela do Hospital de São Marcos e lá foi sepultada. Os seus descendentes pretendiam que ela era filha de Pedro Gonçalves de Vilas Boas, o Cavaleiro, e de sua mulher Teresa de Aguiar, mas Felgueiras Gayo, no § 82 n. 10 do seu tt.º de VILAS BOAS, afirma ser tudo pura invenção.

Foram pais de:

III Mestre JOÃO DE VILAS BOAS, cidadão de Braga, médico, senhor de parte do Casal do Lagarto, que seus pais lhe doaram por escritura de 27.8.1590 (10), escritura na qual se refere a sua filiação (11). Também foi procurador do concelho em 1584 e possuiu a quinta de S. Vicente, † na freguesia de São João do Souto a 19.2.1615.

Quando grassou a peste em Braga, tratou, nas partes pudendas, a D. CATARINA DE MAGALHÃES MACHADO, com quem casou. D. Catarina era filha de João de Magalhães Machado e de sua

(7) Nota de Manuel de Lemos — Arquivo Distrital de Braga.

(8) Livro dos Acórdãos da Câmara de Braga, ano de 1575, fls. 91 v. — Arquivo da Câmara Municipal de Braga.

(9) Em 1556 possuía este prazo, na freguesia de S. Vítor, Pedro Gonçalves, ferrador e sua mulher Beatriz Gonçalves, e o dividiram por suas filhas: Beatriz Gonçalves, mulher de Sebastião Alves, ferrador; e Helena Fernandes, mulher de Belchior Pires, também ferrador. — Prazos do cabido — Arquivo Distrital de Braga.

(10) Nota de Manuel de Lemos — Arquivo Distrital de Braga.

(11) Mestre João de Vilas Boas dava-se por filho de António Fernandes de Vilas Boas, senhor da quinta de S. Vicente, irmão mais velho de Baltazar de Vilas Boas Caminha.

mulher D. Ana de Barros da Costa (Vid. MAGALHÃES MACHADOS § 3.º).

Tiveram:

1(IV) MARIA, baptizada na freguesia de São João do Souto a 21.1.1577. — S. m. n.

2(IV) ANA DE MAGALHÃES, que † solteira na casa do Campo das Freiras dos Remédios a 25.2.1607.

3(IV) O Licenciado COSME DE MAGALHÃES, que recebeu ordens menores em Braga em 1588 (12) e † solteiro na mesma casa a 18.12.1599.

4(IV) CATARINA DE MAGALHÃES, de quem se fala numa escritura de 3.5.1614 (13) † na freguesia de São João do Souto a 3.8.1605.

x na mesma freguesia, a 27.2.1603, com LEONARDO BORGES DE AZEVEDO. — S. g.

5(IV) VIOLANTE, baptizada em São João do Souto a 12.4.1589. — S. m. n.

6(IV) BEATRIZ, baptizada a 16.3.1592. — S. m. n.

7(IV) DAMIÃO, baptizado a 20.9.1954. — S. m. n.

8(IV) DIOGO DE MAGALHÃES DE BARROS, que segue.

IV DIOGO DE MAGALHÃES DE BARROS, cidadão de Braga, Escrivão da Câmara eclesiástica, Familiar do Santo Ofício, a quem sua mãe doou, por escritura de 2.4.1621 (14), a quinta do Lagarto, etc.

Baptizado na freguesia de São João do Souto a 19.7.1597 † na sua casa do Campo das Freiras dos Remédios a 12.12.1659.

x clandestinamente em São João do Souto, a 21.8.1622 (15) com CATARINA DE ANDRADE, Senhora da quinta de Mouquim em Dume, a quem seus pais fizeram escritura de dote a 21.9.1622 (16), baptizada em São João do Souto a 4.1.1600, filha de Gonçalo Rodrigues Bouro, instituidor do vínculo de São Lázaro e vereador em

---

(12) Livro da matrícula dos ordinandos — Arquivo Distrital de Braga.

(13) NOTA GERAL — Arquivo Distrital de Braga.

(14) *Idem*.

(15) Aos 25.9.1622 foram dadas as bênçãos a Diogo de Magalhães e Catarina de Andrade, os quais foram castigados e penitenciados pelo casamento clandestino e julgados casados.

(16) NOTA GERAL. — Arquivo Distrital de Braga. — O dote compreendia 7000 cruzados, a quinta de Mouquim em Dume, etc.

Braga, por influência de seus genros (este Diogo de Magalhães e Diogo de Paiva Brandão), etc., e de sua mulher Margarida André (Vid. BOUROS § 1.º).

Tiveram:

1(V) O Reverendo SIMÃO DE MAGALHÃES DE BARROS, que segue no § 3.º.

2(V) D. MARIANA DE ANDRADE, baptizada na freguesia de S. Vítor a 13.9.1625.

3(V) D. MARTA DE ANDRADE, baptizada em São João do Souto a 22.5.1627.

4(V) D. MARGARIDA DE MAGALHÃES que, de sua mãe, herdou a quinta de Mouquim, em Dume, baptizada em S. João do Souto a 8.8.1628.

x na mesma freguesia, a 20.9.1651, com o Dr. ANTÓNIO DA SILVA GAYO, desembargador, senhor da Casa de Curutelo, etc., que † na freguesia de São João do Souto a 6.5.1658, filho de João Jácome do Lago e de sua mulher D. Catarina Pimenta da Silva (Vid. SILVAS GAYOS). — C. g.

5(V) O Reverendo JOSÉ DE MAGALHÃES MACHADO, Arcediago de Braga, etc., baptizado em São João do Souto a 15.10.1630.

De MARIA DA LUZ, solteira, que depois foi mulher de Pedro Francisco, da rua dos Chãos de Cima.

Teve bastarda:

VI D. CATARINA DE MAGALHÃES MACHADO.

x na freguesia de São Vítor, a 10.1.1701, com FRANCISCO PEREIRA PACHECO, da rua das Águas, filho de Domingos Gonçalves e de sua mulher Isabel Pereira, da freguesia de Santa Maria de Palmeira. —C. g.?

6(V) ANTÓNIO DE MAGALHÃES MACHADO, que segue.

7(V) D. LUÍSA DE MAGALHÃES MACHADO, baptizada em São João do Souto a 13.8.1633.

x na mesma freguesia, a 25.5.1659, com MANUEL DE SOUSA DE MENEZES, Alcaide-mor de Lindoso, Fidalgo cavaleiro da C. R., administrador do vínculo de Britelo, filho de Baltazar de Sousa de Menezes, Alcaide-mor de Lin-

doso, etc., e de sua mulher D. Paula de Araújo Botelho. — — C. g.

8(V) D. CATARINA DE ANDRADE DE MAGALHÃES, a quem seus irmãos os Reverendos Simão e José fizeram dote por escritura de 28.3.1667 ([17]) † na Casa do Avelar a 6.9.1682.

x com ANDRÉ JÁCOME DE SOUSA, 7.º senhor do prazo do Avelar (Vid. JÁCOMES). — C. g.

V ANTÓNIO DE MAGALHÃES MACHADO, cidadão de Braga, Escrivão da Câmara eclesiástica; senhor da quinta de S. Vicente, etc.

x na freguesia de São João do Souto, a 25.5.1659, com D. CATARINA DE SOUSA DE MENEZES, que † na quinta de S. Vicente, freguesia de S. Vítor, a 30.12. 1698, irmã de seu cunhado Manuel de Sousa de Menezes (vid. supra).

Tiveram:

1(VI) O Reverendo JOÃO DE MAGALHÃES, beneficiado na Sé Primaz, baptizado em São João do Souto a 26.6.1661. — S. m. n.

2(VI) DIOGO DE SOUSA DE MENEZES, que segue.

3(VI) D. FILIPA DE MENEZES, baptizada na freguesia de S. Vítor a 6.5.1668.

4(VI) D. CATARINA DE MENEZES, baptizada na freguesia de S. Vítor a 9.9.1669.

VI DIOGO DE SOUSA DE MENEZES, cidadão de Braga, Cavaleiro professo na ordem de Cristo, senhor da quinta de S. Vicente. Por terem falecido sem descendência os filhos de seu parente Diogo de Sousa de Menezes, sucedeu nos vínculos de Montijo e de Cadafais, de que foi, respectivamente, 7.º e 3.º administrador.

Baptizado em Braga, na freguesia de S. Vítor, a 7.5.1666 † solteiro, na sua quinta de S. Vicente, a 18.4.1720.

De MARIA DA FRAGA, solteira.

Teve bastardo:

VII BALTAZAR DE SOUSA DE MENEZES, cidadão de Braga, 8.º administrador do vínculo de Montijo e 4.º do de Cadafais, senhor da quinta de S. Vicente onde † a 26.9.1738.

([17]) *Idem.*

x na freguesia de S. Vítor, a 3.10.1728, com D. MARIA JOANA OSÓRIO DE VASCONCELOS MACHADO DE AZEVEDO (18), filha herdeira de Manuel Machado de Azevedo e Gois, Fidalgo da C. R., senhor da Casa do Assento em Ferreiros de Amares, e morador nas Quintães em Santa Maria de Caires (Amares), e de sua mulher D. Jacinta Luísa Osório de Vasconcelos (*x em Refoios de Bastio a 18.12.1708*).

Tiveram:

1(VIII) PAULO MACHADO DE SOUSA E MENEZES.

2(VIII) D. MARIA JOANA DE VASCONCELOS.

3(VIII) Madre FRANCISCA ROSA DE VASCONCELOS, freira no Convento dos Remédios de Braga.

4(VIII) Madre ISABEL DE VASCONCELOS, idem.

5(VIII) Madre BERNARDA DE VASCONCELOS, idem.

6(VIII) DIOGO MANUEL DE SOUSA DE MENEZES, que segue.

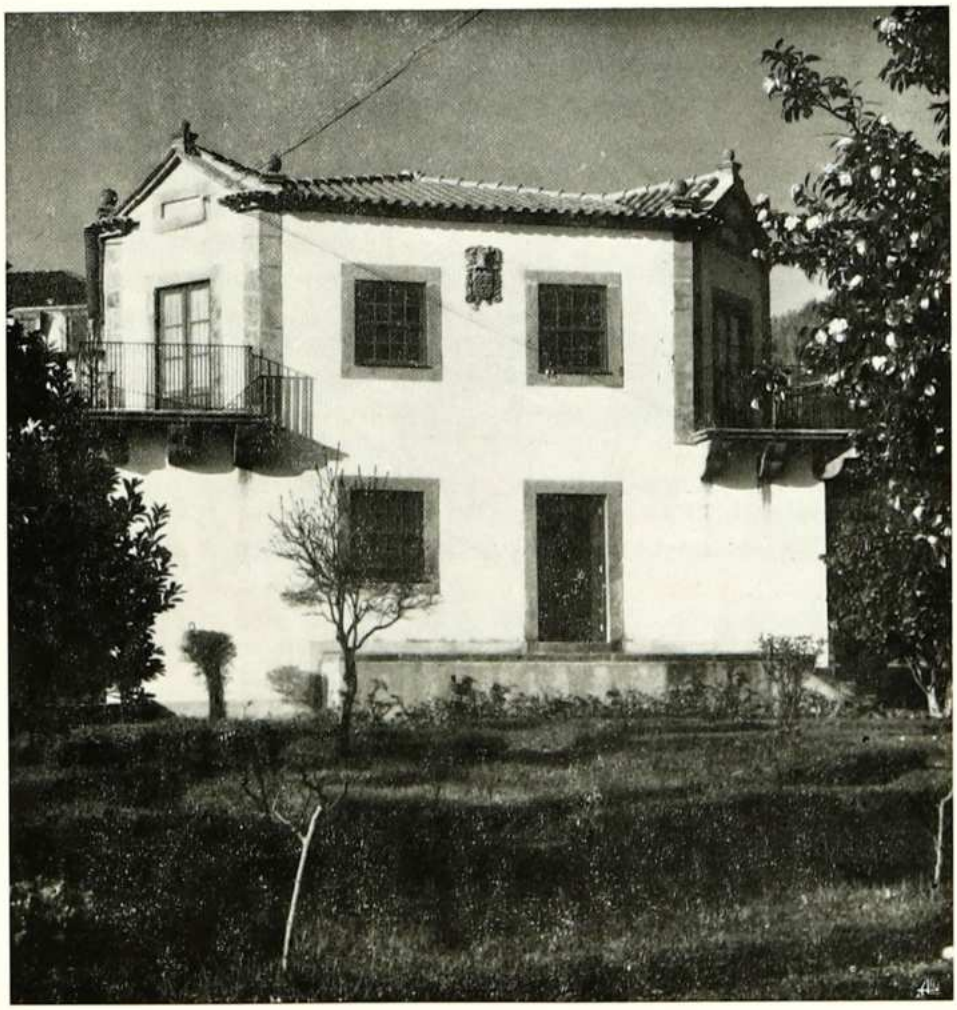
7(VIII) MANUEL DE SOUSA DE MENEZES * na quinta do Assento em Ferreiros de Amares a 19.9.1737. — S. m. n.

VIII DIOGO MANUEL DE SOUSA DE MENEZES DE MAGALHÃES MACHADO, 9.º administrador do vínculo de Montijo e 5.º do de Cadafais, sucedeu na restante casa de seu pai em Braga e na de sua mãe em Amares.

* em Braga na freguesia da Sé Primaz a 30.6.1736.

x em Lisboa, na freguesia da Encarnação, a 8.9.1763, com D. MARIA JOSEFA DA ENCARNAÇÃO DE OLIVEIRA E CUNHA * a 25.3.1731, filha de Domingos de Oliveira Braga, da freguesia de S. Pedro de Escudeiros (Braga) e de sua mulher D. Margarida Teresa Soares. — C. g.

(18. D. Maria Joana Osório de Vasconcelos Machado de Azevedo casou em segundas núpcias na freguesia de S. Vítor, a 4.9.1756, com o Dr. Vicente da Silva Brandão, filho de Inácio Brandão de Sousa e de sua mulher Vitória da Silva e Costa, de Valença.



ACTUAL CÂMARA ECLESIÁSTICA
(com certeza a primeira Casa do Tanque)

§ 3.º

Quinta do Tanque, em Braga

V O Reverendo SIMÃO DE MAGALHÃES DE BARROS, filho de Diogo de Magalhães de Barros n.º IV do § 2.º, e de sua mulher Catarina de Andrade.

Foi Cónego da Sé Primaz e senhor da quinta do Tanque no, então, denominado Monte de Santa Margarida (actual Paço Arquiepiscopal).

Baptizado na freguesia de São João do Souto, a 14.1.1624 † na quinta do Tanque, freguesia de S. Vítor, a 8.4.1692.

De D. MARIA ANA DA CUNHA COUTINHO OSÓRIO, que † a 30.9.1685, filha de Tomé da Cunha Coutinho, senhor da quinta de Penela, na freguesia de S. Vítor, e de sua mulher Antónia Nogueira (Vid. CUNHAS OSÓRIOS COUTINHOS).

Teve bastardos, perfilhados por escritura de 26.10.1656 (19):

1(VI) D. FELÍCIA DE MAGALHÃES DA CUNHA, que segue.

2(VI) ALEXANDRE, baptizado na freguesia de S. Vítor a 13.11.1652. — S. m. n.

3(VI) D. MARGARIDA, baptizada a 18.9.1654. — S. m. n.

4(VI) JACINTO MACHADO DE MAGALHÃES DA CUNHA, Correio-mor de Barcelos, proprietário da vara de Meirinho do eclesiástico na comarca de Valença, etc. Viveu em Barcelos. Baptizado em Braga na freguesia de S. Vítor a 19.3.1656.

x I. na freguesia de Santa Maria de Ferreiros, do termo de Braga, a 2.11.1677, com D. HELENA DE ARAÚJO, filha de Inácio Francisco e de sua mulher Madalena Álvares de Araújo, moradores atrás de S. Marcos. — S. g.

x II. em Barcelos, a 22.1.1720, com D. TERESA MARIA DA GRÃ SOUTO, filha de Amaro da Grã e de sua mulher Isabel de Araújo, natural de Braga — S. g.

5(VI) D. PÁSCOA, baptizada em S. Vítor a 2.5.1658. — S. m. n.

6(VI) O Reverendo FRANCISCO DE MAGALHÃES, a quem sua irmã D. Felícia e seu cunhado Lopo Gomes de Abreu

(19) NOTA GERAL — Arquivo Distrital de Braga.

fizeram doação de 15$000 reis por ano impostos em quatro moradas de casas no Campo de Nossa Senhora-a--Branca, para seu património enquanto não tivesse o legado da missa ([20]), baptizado na freguesia de S. Vítor a 1.1.1661.

7(VI) D. MARIA ANA DA CUNHA COUTINHO, baptizada na mesma freguesia a 21.5.1662 † na freguesia de Vila Verde (Ponte da Barca) a 21.1.1735.

x na freguesia de S. Vítor, a 17.10.1688, precedendo escritura de dote de 14 do mesmo mês e ano ([21]), com FRANCISCO DE SOUSA DE MENEZES, administrador do vínculo de Vila Verde (Ponte da Barca), etc., filho de Paulo de Beça Coelho e de sua mulher D. Francisca de Sousa de Menezes (Vid. COSTAS, Alcaides-mores de Braga § 1.º). — C. g.

8(VI) D. ANA, baptizada em S. Vítor a 8.2.1664. — S. m. n.

9(VI) O Reverendo JOÃO PEREIRA DE MAGALHÃES, da Congregação da Oliveira do Porto.

10(VI) JOSÉ DE MAGALHÃES MACHADO, Escudeiro e Cavaleiro Fidalgo com a condição de servir na Índia (alvará de 30.3.1680). — S. m. n.

11(VI) ANTÓNIO DE MAGALHÃES MACHADO, que teve o mesmo foro na mesma data e com a mesma condição. Baptizado na freguesia de S. Vítor a 22.11.1667.—S. m. n.

VI D. FELÍCIA DE MAGALHÃES DA CUNHA, senhora das quintas do Tanque e de Penela. Baptizada na freguesia de S. Vítor a 12.10.1651 † na quinta do Tanque a 26.7.1703.

x em S. Vítor, a 30.6.1681, precedendo escritura de dote de 27 do mesmo mês e ano ([22]), com LOPO GOMES DE ABREU E LIMA, Fidalgo da C. R., cidadão de Braga, onde foi vereador em 1691, 1695, 1699, 1703 e 1710, o qual † na quinta do Tanque a 21.7.1712, filho bastardo do Reverendo António de Abreu e Lima, Abade de Moreira do Lima e de sua sobrinha D. Catarina de Abreu e Lima.

([20]) *Idem.*
([21]) *Idem.*
([22]) *Idem.*



CÂMARA ECLESIÁSTICA

Escudo esquartelado de *Magalhães*, *Cunha* (dos Senhores de Tábua, modernos), *Barros* e *Coutinho*. Timbre de *Barros*.
Mandado esculpir por D. Felícia de Magalhães da Cunha (N.° VI do § 3.°)

Tiveram:

1(VII) Madre CECÍLIA DE ABREU E LIMA, freira em Barcelos * na quinta do Tanque a 30.11.1683.

2(VII) D. FELÍCIA JOANA QUITÉRIA DE ABREU E LIMA, que segue.

3(VII) Madre MARIA JOSEFA DE NORONHA, freira no Convento de São Bento de Barcelos, baptizada em S. Vítor a 28.1.1685.

4(VII) O Reverendo ANTÓNIO DE ABREU E LIMA, Abade de Rossas, que fez inquirição «de genere» em 1702 ([23]). Baptizado na freguesia de S. Vítor a 21.4.1687.

5(VII) D. ISABEL MARIA, baptizada na mesma freguesia a 29.11.1689.

6(VII) O Reverendo LEONEL DE ABREU E LIMA, Abade de Rossas em que sucedeu a seu irmão António, baptizado na mesma freguesia a 16.12.1692 † a 26.2.1770.

De MARIA TERESA, solteira.

Teve bastardo:

VIII ANTÓNIO JOSÉ DE ABREU E LIMA.

x a 9.9.1743, com D. JOSEFA DA ROCHA PINTO COELHO. — C. g.

VII D. FELÍCIA JOANA QUITÉRIA DE ABREU E LIMA, herdeira, baptizada na freguesia de S. Vítor em 1684 † na quinta do Tanque a 25.10.1733.

x na freguesia de S. Vítor, a 25.8.1708, com JOÃO MENDES DE VASCONCELOS PEREIRA, Fidalgo da C. R., Cavaleiro professo na ordem de Cristo, Vereador em Braga em 1725 e 1746, administrador do vínculo do Barrosão na freguesia de S. Miguel de Refoios (Cabeceiras de Basto), etc., que † na quinta do Tanque a 1.8.1740, filho e sucessor de António Leite Pereira, Fidalgo da C. R. Coronel de infantaria, Cavaleiro professo e Comendador da ordem de Cristo, administrador do referido vínculo, e de sua mulher D. Maria Joana Osório de Vasconcelos e Alvim, senhora do Paço da Oliveira no antigo concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega.

Tiveram:

1(VIII) O Reverendo ANTÓNIO CARLOS DE VASCONCELOS

([23]) Inquirições «de genere», Maço 19 — Arquivo Distrital de Braga.

PEREIRA DE ABREU E LIMA, Abade de Rossas por renúncia de seu tio Leonel de Abreu e Lima (vid. supra), Fidalgo Cavaleiro da C. R. (alvará de 3.6.1766).

2(VIII) LOPO ANTÓNIO DE VASCONCELOS PEREIRA DE ABREU E LIMA, que segue.

3(VIII) D. MARIA FRANCISCA * na casa do Tanque a 16.2.1714. — S. m. n.

4(VIII) D. MARIA ROSA DE VASCONCELOS PEREIRA DE ABREU E LIMA † na casa do Tanque a 24.4.1806, solteira.

5(VIII) JOÃO MARCOS DE VASCONCELOS PEREIRA DE ABREU E LIMA * na casa do Tanque a 27.4.1721 e † solteiro a 5.9.1742. Jaz no Convento dos Remédios.

VIII LOPO ANTÓNIO DE VASCONCELOS PEREIRA DE ABREU E LIMA, cidadão de Braga, onde foi Vereador, senhor da quinta do Tanque e administrador do vínculo do Barrosão em Cabeceiras de Basto e do Paço da Oliveira em Santa Cruz de Riba Tâmega, etc. * na casa do Tanque a 21.7.1712 † na mesma casa a 17.4.1803. x a 24.12.1772 com Doña LÚCIA RAMONA DE AZEVEDO YEBRA ABRALDES Y OCA, que † em casa de seu genro Manuel de Abreu e Lima a 27.3.1819, filha de Don António Luis de Azevedo Abraldes de Mendoza, senhor de Ramiranes na Galiza, etc., e de sua mulher Doña Ana Francisca de Yebra Pimentel y Ulloa.

Tiveram:

1(IX) JOÃO ANTÓNIO DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA, senhor da quinta do Tanque e administrador do vínculo do Barrosão, etc. * na casa do Tanque a 23.1.1773 e † ib. solteiro, a 14.10.1809.

2(IX) ANTÓNIO LUÍS DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA, que sucedeu na casa a seu irmão João, Vereador em Braga, Coronel do batalhão dos Voluntários realistas de Braga (1829), etc.

* na casa do Tanque a 2.1.1774 † em Salvaterra de Magos, ao serviço d'El-Rei D. Miguel I, em 1833.

x com sua prima D. MARIA JOSÉ DE BARBOSA AZEVEDO E VASCONCELOS, senhora da grande casa de Aborim, que † em Braga a 31.12.1848, filha de Francisco Machado de Azevedo Leite Pereira da Silva Araújo,

senhor do vínculo das Eiras em Pedralva, etc., e de sua primeira mulher D. Ana Joaquina Barbosa de Vasconcelos, da casa de Aborim (Vid. MACHADOS DE AZEVEDO e BARBOSAS, de Aborim). — S. g.

Teve bastarda:

X D. RITA DA GRAÇA DE VASCONCELOS, que viveu sempre com seu pai e foi educada na casa do Tanque.

† com 76 anos na rua da Ponte, freguesia de S. José de S. Lázaro, a 15.9.1880.

x na freguesia de S. Vítor, a 14.10.1830, com SEBASTIÃO JOSÉ DE MAGALHÃES ARAÚJO E COSTA DE AZEVEDO COUTINHO, senhor da Casa Grande da Senhora-a-Branca (Vid. MAGALHÃES ARAÚJOS COSTAS e AZEVEDOS COUTINHOS, da Casa Grande). — C. g.

3(IX) D. MARIA TERESA DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA DE AZEVEDO ABRALDES DE MENDOZA * na casa do Tanque a 20.3.1775 e † na mesma casa «estando a tomar ares» a 31.10.1830. Jaz na igreja do Carmo.

4(IX) JOSÉ MARIA DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA DE ABREU E LIMA, que sucedeu na casa a seu irmão António Luís, foi Tenente-coronel do batalhão de Voluntários Realistas de Braga (1829), oficial de cavalaria durante a Guerra Peninsular, etc.

* na casa do Tanque a 9.6.1777 e † de apoplexia, na mesma casa. a 23.5.1860. Jaz na igreja do Carmo.

x com D. ANA AUGUSTA MONTEIRO GUEDES DE MOURÃO, filha e herdeira de José Monteiro de Vasconcelos Mourão, senhor da casa de Lordelo, no termo de Vila Real, e da casa da Quintã em Canavezes, etc., Fidalgo da C. R., e de sua mulher D. Ana Joana Monteiro da Cunha, senhora da casa do Marco e dos prazos de Paredes e Viadores.

Tiveram:

1(X) JOSÉ MARIA DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA MOURÃO, último senhor da casa do Tanque, administrador do vínculo do Barrosão em Basto e herdeiro de sua tia D. Felícia Joana

de Vasconcelos (cf. infra), etc. Arruinado, por escritura de 27.4.1881 (24) constituiu, em comissão, seus procuradores o Dr. António Lopes de Figueiredo, cónego da Sé Primaz, Domingos José Soares, director do Banco do Minho, Manuel Luís Ferreira Braga, director do Banco Mercantil, José Ferreira de Magalhães, director da Companhia Geral Bracarense, e Manuel António da Silva Pereira Guimarães, concedendo-lhes todos os poderes em direito necessários para liquidarem a sua casa e haveres, pelo modo que melhor julgassem e conviesse aos seus interesses, e, por esse modo, satisfazerem, primeiro as suas dívidas hipotecárias, devidamente registadas, e, depois, dividirem o resto pelos credores comuns, preferindo aqueles a quem, ou por penhoras ou arrestos registados, devesse competir preferência (25). Vivia então no Campo dos Remédios.

* na freguesia de Santa Marinha de Fornos (Marco de Caneveses) em 1812 e † em Braga, na rua dos Granjinhos, freguesia de S. José de S. Lázaro, a 14.12.1890, solteiro e s. g.

2(X) D. HENRIQUETA JÚLIA DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA MOURÃO * em Santa Marinha de Fornos em 1813 † demente em Braga a 10.5.1886.

3(X) ANTÓNIO DE VASCONCELOS MOURÃO, senhor da quinta de Condominho em Santa Marta de Portuzelo (Viana do Castelo) onde † a 11.5.1887. — S. g.

---

(24) Nota de José Luís de Oliveira Pessa — Arquivo Distrital de Braga.

(25) A quinta do Tanque, com suas casas nobres, lojas, adega, celeiro, eira, pomar, terras lavradias e águas, cujo valor venal foi calculado em 6 contos de reis com o rendimento líquido de 150$000 reis, foi vendida pela comissão liquidatária ao Comendador Domingos José Ferreira Braga (o Estrada), por escritura lavrada na nota de José Luís de Oliveira Pessa, a 12.6.1882. — Arquivo Distrital de Braga.

A casa do Tanque é hoje o Paço Arquiepiscopal.

4(X) D. LUÍSA DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA MOURÃO, chefe desta família por morte de seu irmão José Maria * em Santa Marinha de Fornos em 1817 e † em Braga, solteira, na Praça Nova, n.º 24, a 1.6.1894.

5(IX) FRANCISCO ANTÓNIO DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA DE ABREU E LIMA, que segue.

6(IX) D. FELÍCIA JOANA DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA DE AZEVEDO ABRALDES DE MENDOZA * na casa do Tanque a 1.12.1780. Herdou de seu marido a quinta de Mouquim e a casa do Campo dos Remédios, que deixou a seu sobrinho José Maria de Vasconcelos (cf. supra).

x com MANUEL DE ABREU E LIMA PAIS DE ARAÚJO DE SOUSA E ALVIM, senhor da casa de Juste em Monção, da quinta de Mouquim em São Martinho de Dume (Braga), e da casa do Campo dos Remédios, em Braga, Vereador em Braga (Vid. SIIVAS GAYOS, de Braga). — S. g.

7(IX) LOPO * na casa do Tanque a 1.4.1783 e † menino.

8(IX) LOPO DE VASCONCELOS, major de cavalaria no Brasil * na casa do Tanque a 12.10.1787. — S. m. n.

9(IX) JOÃO DE VASCONCELOS * na casa do Tanque a 12.10.1790 e † novo em vida de sua mãe.

IX FRANCISCO ANTÓNIO DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA DE ABREU E LIMA, Tenente de cavalaria * na casa do Tanque a 4.10.1779 † na quinta de Valinhas em Dume a 23.1.1850.

x na freguesia de São Martinho de Dume. a 16.3.1820, com D. DELFINA LEONOR ÁLVARES JÁCOME DE SOUSA, senhora da casa e quinta de Valinhas em Dume * na quinta do Pinheiro, na freguesia de Sant'Ana de Vimieiro, a 27.12.1782 e † na quinta de Valinhas a 30.3.1848, filha de Francisco Álvares do Couto, capitão-mor do Couto de Vimieiro, senhor da quinta do Pinheiro, etc., e de sua mulher D. Teodora do Espírito Santo Álvares Jácome de Sousa, senhora da quinta de Valinhas.

Tiveram único:

X JOÃO MENDES DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA DE ABREU E LIMA, senhor da quinta e casa de Valinhas em Dume onde * a 19.4.1821 e † a 31.1.1893.

x com D. MARIA TERESA RODRIGUES * em Dume a 2.3.1822, filha de José Rodrigues e de sua mulher Francisca Teresa, do lugar da Fonte Carreira em Dume.

Tiveram:

1(XI) D. MARIA DA CONCEIÇÃO DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA, senhora da quinta e casa de Valinhas onde * a 8.11.1850 e † em 12.1904.

x I. a 19.3.1870, com ANTÓNIO JOSÉ FERNANDES GRANJA, que esteve no Brasil * em 1842 e † em Dume a 20.1.1897, filho de José António Fernandes Granja e de sua mulher D. Ana Maria Correia. — C. g. que herdou a casa de Valinhas e o que restou da liquidação da casa do Tanque.

x II. a 24.12.1897, com ALEXANDRE NAPOLEÃO DE MACEDO, sargento ajudante do regimento de infantaria 8 * em Amarante em 1846 e † em Dume a 30.12.1901, filho de João Joaquim de Macedo, solicitador encartado, e de sua mulher D. Henriqueta Adelaide da Natividade. — S. g.

2(XI) FRANCISCO MANUEL DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA, que segue.

3(XI) D. MARIA DO CARMO DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA * em Dume a 10.7.1854 † em 4.1917.

x I. a 31.12.1876, com JOSÉ BENTO DA SILVA † em 1878, filho de Januário Bento da Silva e de sua mulher D. Rosária da Costa. — C. g.

x II. a 24.2.1883. com JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA REIS * em Braga em 1851, filho de António José da Silva Reis e de sua mulher D. Maria da Apresentação da Silva Rocha. — S. g.

4(XI) JOSÉ DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA * em Dume a 12.5.1857 e foi para o Brasil. — S. m. n.

5(XI) HENRIQUE DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA, gémeo com o anterior; também foi para o Brasil. — S. m. n.

6(XI) D. FLORINDA ROSA DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA * em Dume a 26.1.1860.

x a 25.4.1881, com MANUEL GOMES DA SILVA * em São Bento da Várzea (Barcelos), a 6.1.1860, filho de João Gomes da Silva e de sua mulher D. Rita de Campos. — C. g.

XI FRANCISCO MANUEL DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA * na quinta de Valinhas em São Martinho de Dume a 27.1.1852 e † em vida de seu pai a 30.11.1887.

x em São Bento da Várzea, a 8.7.1882, com D. ROSA DE FARIA * a 20.4.1879, filha de Domingos de Faria e de sua mulher D. Josefa Maria da Silva.

Tiveram:

1(XII) D. MARIA DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA, chefe desta família por morte de sua prima D. Luísa de Vasconcelos Leite Pereira Mourão (Vid. supra 4 (X)) * a 28.9.1883. — S. m. n.

2(XII) D. MARIA DA CONCEIÇÃO * a 13.8.1885 † menina.

3(XII) D. MARIA DA CONCEIÇÃO DE VASCONCELOS LEITE PEREIRA * póstuma a 27.12.1887. — S. m. n.



Duas gerações

Uma cultura é, principalmente, obra do movimento da história e da inteligência livre.
Fidelino de Figueiredo.

Cultura es (...) una categoría del ser, no del saber o del sentir.
Max Scheler.

... há um ideal, pelo menos, tão alto como o progresso da Cultura: é que todos os homens participem dela.
Raul Proença.

O crítico truculento, embora admirável escritor, que foi Léon Daudet, na hora alta da *Action Française*, quando, ao lado de Charles Maurras, de Maurice Pujo e de Georges Valois, comandava os excessos dos *Camelots du Roy* e, simultâneamente, crivava de alfinetadas o inimigo secular de além-Reno, lançou a público um livro que teve a celebridade do escândalo pelo violento ruído levantado à sua volta: *Le Stupide XIX^e siècle;* com ele o fogoso panfletário, que não herdara a suavidade do admirável escritor que fora seu pai, pretendeu exautorar essa centúria famosa, a que chamou «*du nombre brut, de la quantité, de l'antiqualité, des stupidités révolutionaire et libérale*» (1).

E desde então todo o mundo, até mesmo os semicultos que não leram o livro, se lançaram denodadamente à tarefa, que reputavam urgente, de glosar a *boutade* do escritor gaulês, crendo ter, depois disso, passado em julgado a condenação do século XIX, considerado um hiato na longa teoria dos séculos passados e a vir.

---

(1) *Le Stupide XIX^e siècle*, Paris, 1925, p. 309.

Durante longos anos o livro de Léon Daudet foi inspirador de quantos desfraldaram o estandarte da Contra-Revolução e, na peugada do autor de *L'Hérédo*, procuraram demolir todo um século de cultura, sem a qual o vasto património espiritual da Humanidade seria mais pobre. E seguindo uma tradição já secular, também nós, portugueses, tantos e tantos anos feudatários intelectuais da França, sentimos o desejo de nos contagiarmos ao sopro desse vento impetuoso que soprava de além dos Pirenéus, e também por cá, pela pena entusiasta de António Sardinha, se declarou, sem mais exame, que o século XIX era estúpido.

Não é meu intuito analisar em pormenor o livro de Daudet, nem tão-pouco rebater ao menos alguns dos seus argumentos facciosos para condenar aquele século, tarefa que há longos anos me vem tentando e que talvez um dia me decida a levar a cabo.

A evocação do livro célebre, hoje completamente esquecido, sobretudo desde o malogro do aguerrido agrupamento político por seu autor comandado com Maurras, ocorreu-me ao compulsar uma série de livros ùltimamente publicados entre nós acerca de aspectos daquela centúria, e também ao apreciar os esforços que há tempos vêm sendo feitos por alguns estudiosos e investigadores, quase todos jovens, para repensarem temas e aspectos socioculturais do século XIX, na tarefa meritória de, por um lado, divulgarem documentos inéditos relativos a homens e factos do tempo e haviam desaparecido sem deixar rasto, e pelo outro projectarem nova luz sobre os já conhecidos, embora estudados, tantas vezes, com espírito unilateral, quando não francamente tendencioso.

Porque, apesar de o século português estar apenas a 50 e poucos anos de nós — se cronològicamente esse século findou à meia noite do último dia de Dezembro de 1900, ideològicamente foi o deflagrar da I Grande Guerra que lhe pôs termo violentamente catorze anos mais tarde — é entre nós quase desconhecido por completo, embora a sua influência continue a fazer-se sentir fortemente sobre nós todos, ainda eivados desse romantismo que tão bem vai ao fundo lírico da nossa mentalidade. Pois se, por exemplo, o «Saudosismo», a que o ilustre Teixeira de Pascoaes procurou insuflar vida, poucos anos antes do primeiro grande conflito que ensanguentou a Europa, não passou de um novo avatar desse romantismo lírico, nascido com o tradicionalismo poético de Garrett e medrado à sombra do medievalismo ultra-romântico de Herculano...

Entre nós, como em quase toda a Europa — particularmente em França, na Inglaterra, na Itália e na Espanha — o século XIX foi uma centúria essencialmente burguesa, já que é no decurso desses cem anos famosos

que se firma o triunfo da Burguesia. E, por paradoxal que isso se nos afigure, ao alcançarem o Poder, por eles ambicionado desde esse remoto século XIV, ao desabrocharem no seu pensamento as primeiras flores da ambição do comando, os Burgueses, que com a Revolução Francesa viram abrir-se-lhes enfim as portas francas do Poder com a submissão voluntária ou compulsiva, das duas classes até então privilegiadas finalmente vencidas, os Burgueses proporcionaram aos seus filhos a oportunidade de lançarem o movimento romântico, fundamentalmente revolucionário e indisciplinado, portanto espiritualmente antiburguês.

Afigura-se-me, por isso, que a dicotomia Burguesia-Romantismo traduz o embate dessas duas correntes ideológicas em todo o decorrer dessa centúria. Não havia, de facto, nada de comum entre o pensamento burguês, severo, utilitário, egoísta e permanentemente ambicioso de acumular riquezas e dominar pelo dinheiro, e o idealismo romântico, adversário de toda a disciplina, altruísta, desprezador dos bens deste mundo e divinizador da Mulher, que na poesia encontrou o veículo mais apropriado para expressar o seu sentimento e os impulsos do seu coração (1).

Creio que ainda não se atentou neste facto com os vagares que desde sempre ele tem requerido: se a Revolução Francesa, ao derrubar todas as barreiras que separavam as antigas classes sociais, por um lado, permitiu à Burguesia apoderar-se do Poder, pelo outro, quebrou todos os laços disciplinadores que prendiam o Homem do ponto de vista social e político, desta forma preparando a via por onde, breves anos andados, o Romantismo havia de irromper triunfalmente. Quer dizer: o Romantismo, que a disciplina clássica, severa e metódica, jamais poderia ter gerado, é filho

---

(1) Convém não esquecer, no entanto, que, como escreveu Werner Sombart, que «*il existe bien un type de bourgeois en général, mais pour autant seulement qu'on considère, non l'ensemble de l'évolution capitaliste, mais chacune de ses phases*», quer dizer que «*chacune des époques ou périodes du capitalisme a* son *type de bourgeois*» (*Le Bourgeois*, Paris, s. d., pág. 145).

O ilustre mestre alemão constantemente identifica, no seu magnífico livro, o espírito burguês com o espírito capitalista, entroncando a origem deste, com as características que ainda hoje apresenta, nos mercadores de Florença. No entanto, também diz que na composição do chamado «espírito capitalista» entram, além do espírito de empreendimento e de aquisição ou amor do lucro, «*une foule d'autres qualités psychiques dont je détache un certain ensemble, en le désignant sous le nom de «vertus bourgeoises»* (*Ob. cit.*, pág. 103).

São essas virtudes (*sic*) que afinal se encontram nos antípodas do Romantismo, e entre nós pintaram magistralmente os românticos Camilo e Júlio Dinis, e as quais procuraram demolir pelo ridículo e pela crítica Eça de Queirós e Ramalho Ortigão.

da grande Revolução, tal como a sociedade burguesa do século XIX, com a qual, e paradoxalmente, se indispôs *in limine* e sempre ridicularizou até ao final do seu século.

Em Portugal, esse embate fez-se sempre dentro dos cânones da decantada «brandura dos nossos costumes», e a crítica à Burguesia tomou apenas o aspecto de ironias ou sátiras anódinas, que mal afloravam a epiderme dos visados (1). Não pode, pois, surpreender ninguém que uma parte apreciável dos corifeus do romantismo português, a começar pelo mais ilustre de todos — Garrett — acabasse por se emburguesar e até «aviscondalhar-se» numa serôdia imitação de uma classe social — a Nobreza — a quem seus pais haviam arrancado o Poder.

Mas, quando, curiosamente, a nossa Burguesia — pelo menos a que sentia o pendor para a literatura e apreciava as obras deliquescentes em que o nosso segundo romantismo foi fértil — se identificara com alguns, quase todos os aspectos desse romantismo dessorado — que fazia verter lágrimas copiosas às filhas sensíveis dos burgueses de espírito positivo já possuidores de um título ou de uma ou várias comendas —, deu-se a primeira reacção violenta do século XIX por parte dos homens de letras, que eram, ao mesmo tempo, homens de pensamento, acontecimento absolutamente inédito entre nós, onde as viragens ideológicas sempre ocorreram mais ou menos despercebidamente, em geral sem dar por elas o Homem-da-Rua, por via de regra analfabeto e refractário à meditação, até por o impedir de ascender a tão elevadas altitudes a luta árdua da busca do pão. E se a partir de 1828 se iniciam os movimentos políticos de feição violenta, que nas guerras civis do período decorrido entre 1832 e 1847 atingem a fase aguda, o fulcro dessas longas e cruentas lutas não era ideológico, mas tão-sòmente de carácter económico-social, que por vezes a mais rasteira política desvirtuara transmitindo-lhes essa feição desmarcadamente cruel que as caracterizou.

E é a partir dessa reacção violenta, a chamada «Questão do Bom Senso e Bom Gosto», que comummente se tem querido datar a viragem político-social, que se vem processando até aos nossos dias.

Decorreram já 105 anos desde que o velho Castilho, involuntàriamente, deu azo a que, com a sua violenta carta, o jovem Antero de Quental fizesse

---

(1) Tão enraizado se encontrava ainda na primeira metade deste século o espírito burguês, que conseguiu fàcilmente resistir à obra demolidora dos revolucionários do *Orpheu*, sendo necessário aguardar o final da II Grande Guerra, para tal espírito começar a abrir fendas, por onde espreita já o futuro.

deflagrar o incêndio, que iria lavrar, com maior ou menor intensidade, durante um ano e seria o foco que havia de, seis anos mais tarde, provocar as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense.

Muito se escreveu, desde então até hoje, acerca dessa famosa polémica, como também a respeito de muitos dos homens que nela tomaram parte e firmaram a sua notoriedade nas citadas Conferências, conhecidos colectivamente desde então, aliás impròpriamente, por «Geração de 70» (1).

Mas muito daquilo que se escreveu baseava-se em testemunhos de segunda ordem, desconhecendo o grande público a maior parte das principais peças da polémica, tornadas entretanto raridades bibliográficas, sendo a mais divulgada a célebre carta de Antero, várias vezes publicada em diversas obras, incluindo as *Prosas* do grande poeta.

A agitada questão tem sido julgada por diferentes prismas e segundo critérios diferentes, em certos casos nìtidamente antagónicos, por vezes mesmo desvirtuando-lhe o significado, ignorando-lhe a projecção, alterando-lhe o sentido das premissas. Criaram-se, com o tempo, certos mitos que perduraram até aos nossos dias, sobreavaliaram-se depoimentos, que hoje, a mais de um século, se nos afiguram secundaríssimos, do mesmo passo que se subestimaram outros de relevante importância para a compreensão dos meandros da polémica. E tudo isto, afigura-se-me, por se desconhecerem na sua totalidade, fosse qual fosse a razão, as peças que vieram a constituir o processo da questão «Bom Senso e Bom Gosto».

Eis porque foi com vivo interesse que há quatro anos vi aparecer nos escaparates das livrarias um volume em que começaram a reunir-se todos os opúsculos publicados em 1865 e 1866, a partir da célebre carta de Castilho ao editor António Maria Pereira, volume a que se seguiram mais dois nos anos seguintes e a que veio juntar-se um 4.º e último recentemente aparecido (2). Todo esse trabalho altamente meritório, precioso mesmo e do mais alto valor para a cultura portuguesa, se deve a dois estudiosos a quem presto a minha rendida homenagem e saúdo cordialmente pelo relevante serviço prestado aos estudiosos e à Cultura portuguesa:

---

(1) Esta data foi adoptada por quase todos os autores que estudaram a época, talvez por comodidade, porque, a tomar-se uma data como ponto de partida, essa deveria ser a de 1871, ano em que se realizaram as célebres Conferências do Casino. Todavia, acentue-se desde já que os homens de «70» ou não tomaram parte na questão, como Junqueiro, ou nela participaram em defesa de Castilho, como Ramalho. 1871 é precisamente o ano em que se define o seu pensamento ou ideário.

(2) *Bom Senso e Bom Gosto*, 4 vols., Portugália Editora, Lisboa, 1966, 1968, 1969 e 1970.

Maria Marinho, que fez a recolha de todas as peças da polémica, as anotou e se ocupou da parte bibliográfica, e Alberto Ferreira, que fez anteceder cada volume de substanciosos ensaios a que adiante irei referir-me. Sem o exaustivo trabalho de busca da primeira e o estudo do segundo, que permitiu recriar o ambiente dentro do qual a polémica se preparou, decorreu e terminou, não seria possível, a quem compulsasse os volumes, ver desenhar-se uma linha de rumo que permitisse concluir num juízo crítico imparcial acerca da célebre questão.

Porque, acentue-se desde já, a polémica teve repercussões vastas no nosso acanhado meio político e social de há um século, dando origem a uma série de artigos e folhetins que, não se enquadrando pròpriamente na questão, a esclarecem e até explicam em numerosos lances, espécies que os organizadores dos volumes incluem como seus textos adicionais, por onde se pode avaliar o alto valor da obra e o da dívida que nós, os estudiosos, contraímos para com os dois beneméritos escritores e para com a importante editorial, já nossa credora por outras obras postas ao alcance de quem estuda, e tornou possível agora a edição de todos os textos da famosa questão.

Os que, como eu, a conheciam através dos relatos incompletos daqueles que até há pouco se lhe referiram, relatos tantas vezes diluídos entre as considerações dos que os citavam, ficaram razoàvelmente desapontados ao percorrerem essas páginas candentes, que há um século agitaram a pacatez provinciana do País, porque criam que uma questão, surgida com a carta de Antero, de tão elevado tom e posta em termos tão nobres (apesar de se adivinhar a indignação a fremir no coração do autor), teria decorrido em nível superior como seria de esperar de tantos que subscreveram os folhetos vindos a público.

Mas então o que parecia preocupar os espíritos e chamar as atenções da escassa minoria que sabia ler e compreender, não passava dos factos políticos, da intriga partidária, nem mesmo tendo a consciência de que a política de fomento, inaugurada por Costa Cabral e depois triunfantemente prosseguida por Fontes, estava destinada a abrir a Portugal as portas da Europa.

Afinal, salvantes as duas cartas de Antero, a participação de Ramalho Ortigão — talvez a mais lúcida contribuição para a polémica — e, sob certos aspectos, a de Camilo Castelo Branco, tudo o mais não chega sequer a merecer as honras de uma citação, incluindo mesmo a contribuição de Teófilo Braga, a despeito de ao anotador parecer «muito mais violenta do

que a carta de Antero» (1). Levantando-se «em nome da verdade e da justiça (...) contra as teocracias literárias» (2), Teófilo, que iria no futuro ser inimigo rancoroso do seu conterrâneo Antero, procurava marcar um lugar na primeira fila ao lado deste, que, como escreveria Eça de Queirós muitos anos mais tarde, era então considerado o Príncipe da Mocidade.

Observadas agora à lupa todas as peças da polémica, desde a insulsa mas verrinosa carta de Castilho ao editor Pereira, até ao último opúsculo com que se encerrou, uma conclusão me parece poder tirar-se sem grande margem de erro: a questão «Bom Senso e Bom Gosto» valeu pelo que significou e pelo que traduziu de saneador do nosso acanhado meio literário, desta forma permitindo abrir de par em par as janelas deste edifício arruinado, de costas voltadas para a Europa enquanto olhava melancòlicamente o oceano, por onde já não vogavam caravelas à busca de novos mundos.

Vale ainda, e é talvez esse o seu aspecto mais relevante, por ter constituído o baptismo de fogo da brilhante geração chamada «de 70».

Muita tinta tem corrido na tentativa de caracterizar e definir, às vezes até de descobrir o ideário desse conjunto de jovens ardidos que entre 1865 e 1871, alguns até muito mais tarde, agitaram fortemente a pacatez provinciana do nosso meio, em plena calmaria podre consecutiva à *Regeneração*. E até aos nossos dias os seus entusiastas e os seus admiradores a têm apregoado como aquela que pela primeira vez se atreveu a colmatar o hiato existente entre o progresso das ideias na Europa e o nosso tradicional atraso em face desse mesmo progresso, e isto traduz já uma visão imperfeitíssima, mais do que isso deformada em relação ao passado (3).

E para não nos referirmos ao *essor* da nossa cultura no decurso do século XVI — quando a nossa *intelligentsia*, por um lado recebia a largos haustos o brilhante legado da Renascença, que procurava adaptar às condições do país, e por outro lado era ela própria irradiante e chegava a preleccionar nas grandes universidades dos países mais cultos da Europa — basta-nos recordar o intercâmbio cultural dessa falange admirável dos «estrangeirados», a que já me referi noutro artigo nesta mesma tribuna,

---

(1) Vol. I, p. 184.

(2) P. 194.

(3) Antero, na carta célebre a Wilhelm Stork, escreveu que a sua geração foi «a primeira em Portugal que saiu decididamente e conscientemente da velha estrada da tradição».

embora tudo viesse a ficar prejudicado no fim do século por efeito da ininteligente acção repressiva do Intendente da Polícia, que sacrificava, às vezes ridìculamente, ao seu ódio aos «jacobinos», mentalidade que perdurou, com vária fortuna, até à vitória do Liberalismo, chegando mesmo aos nossos dias (1).

A emigração consecutiva à *Vilafrancada*, à revolta do Porto em 1828 e à gorada tentativa de Lisboa dois anos mais tarde, permitiu que o escol da mentalidade liberal ou liberalizante entrasse em contacto com civilizações de mais alto nível do que a dominante na triste corte de Queluz e tanto chocou o próprio Ribeiro Saraiva, a viver havia já longos anos em contacto com os centros literários londrinos e a conviver com pessoas de categoria incomparàvelmente superior à daqueles que ele veio encontrar na Capital em volta do Rei.

A vitória liberal proporcionou à maior parte da *intelligentsia* emigrada ocupar na sua pátria posições sociais e políticas de relevo e até, como Garrett e Herculano, desempenharem o papel de mentores da nova corrente literária, já conhecida no estrangeiro pelo nome de Romantismo. E se os da segunda geração romântica — a dos apaixonados do fúnebre ou do ideal inacessível, que na Lua tinham os olhos constantemente postos para a cantarem plangentemente, enquanto, por outro lado, «de todos os rumores do Universo apenas ouviam o rumor das saias de Elvira», a geração do *Novo Trovador* e do preceptorado literário de Castilho —, se esta geração, na sua quase totalidade, vive num ensimesmamento que a não deixa olhar com atenção o intenso movimento das ideias lá fora a processar-se com uma rapidez inacreditável, originando profunda revisão de valores e criando novas ciências que transformariam em breve o viver dos homens, a verdade é que nessa mesma época já alguns espíritos atentos e de escol lançavam os olhares curiosos e indagadores para lá dos Pirenéus e aqui divulgavam e, mais, discutiam ideias e teorias desconhecidas cá dentro até dos que possuíam razoável cultura, mas não se sentiam atraídos pelo exame, a análise ou a discussão de problemas, tantos dos quais lhes pareciam abstrusos.

Todavia esses homens, cujos nomes se não ignoravam mas sobre cuja obra se fez silêncio, talvez, em grande parte, por a sua acção de crítica construtiva ter ficado sepultada em jornais ou revistas de âmbito restrito, não usaram desses processos de crítica violenta e ruidosa de que servi-

(1) Mentalidade que, diga-se de passagem, chega a informar — *mirabile dictu!* — espíritos que a si mesmo se consideram progressistas...

ram quase todos os da chamada «Geração de 70», não se apresentaram, como hoje se diria, barulhentamente «contestatários».

Foi o Dr. Vítor de Sá, estudioso inteligente e metódico do nosso século XIX, quem há poucos anos trouxe a plena luz o nome desses homens cognominando-os de «Geração de 1852» e se podem considerar como verdadeiros precursores dos homens que desencadearam a polémica do «Bom Senso e Bom Gosto» e depois levaram a efeito as Conferências do Casino.

Benemèritamente Vítor de Sá, depois de ter divulgado em jornais e revistas a acção dos homens de 1852 e de ter antes publicado dois estudos, sòlidamente documentados, acerca do mais notável dos seus membros, o Dr. Pedro de Amorim Viana (1), reuniu esses artigos em volume — *Perspectivas do Século XIX* (2) — que nenhum estudioso do século XIX português pode ignorar, não só pela soma de informação que o A. ministra, mas também pelos problemas que levanta perante a inteligência dos leitores, obrigando-os a repensar certos postulados até então aceites como axiomáticos e afinal vieram a demonstrar-se falíveis, ou mesmo errados.

Vítor de Sá, na companhia, entre outros, de investigadores e ensaístas de alto valor, como Joel Serrão, Armando Ferreira, Augusto da Costa Dias, vem-se esforçando há anos por trazer a nova luz homens e factos desse século, tantos deles lançados no esquecimento, em muitos casos deliberadamente, para realçar outros valores encarando-os do ponto de vista político, de todo o sempre o mais desvirtuador. Escreve o A. sensatamente:

> «E' muito importante o perfeito conhecimento e a correcta compreensão do século XIX para nós, homens do século XX, porque nele se encontram as raízes dos aspectos positivos e negativos, dos sucessos e frustrações da nossa época. Assim como não podemos compreender a fundação da nossa nacionalidade sem tomarmos na devida consideração as características da sociedade feudal e a conjuntura do medievalismo ocidental, também não adquiriremos uma justa perspectiva da problemática do Portugal contemporâneo sem o integrarmos nas correntes da modernidade e resolvermos adequadamente a crise de sobrevivência nacional em que nos encontramos» (3).

Tem-se procurado malsinar essa centúria, talvez a mais brilhante da nossa história literária, sem excluir os séculos XVI e XVII, pois em nenhum outro houve um conjunto tão numeroso de espíritos dinâmicos e dinami-

---

(1) *Amorim Viana*, Figueira da Foz, 1960. *Amorim Viana e Proudhon*, Lisboa, 1960.
(2) Edição de Portugália Editora, Lisboa, s. d. [1964].
(3) *Perspectivas do Século XIX*, p. 24.

zadores, de agitadores de ideias tão ousados e tão percucientemente críticos, de planteadores de problemas tão agudamente actuais, como no século passado.

> «E, contudo — escreve Vítor de Sá —, as disputas e a assimilação do pensamento português no século XIX estão ainda muito menos por estudar que as de qualquer outro período da nossa hitsória. Muito mais próxima de nós essa época, quer pela distância temporal, quer pelas coordenadas ideológicas, está muito menos por investigar, proporcionalmente, que os séculos anteriores (...)
>
> «Foi, com efeito, um grande prejuízo para a memória dos nossos homens ilustres do século passado — e com o ser para os nossos compatriotas antepassados foi-o muito mais ainda para a nossa consciência nacional contemporânea — o esquecimento, o abandono, talvez com mais propriedade o ostracismo, com que os homens da primeira metade do nosso século encararam as ricas gerações da era portuguesa de Oitocentos» (1).

Se a «Geração de 70» desempenhou nessa centúria um papel que lhe deu relevantíssimo lugar e a tornou credora do futuro (esse futuro que presentemente somos nós, os homens deste século XX a caminhar para o seu termo), a verdade é que a sua projecção não seria tão vasta e tão profunda se outros lhe não tivessem aplanado o caminho. Como salienta Alberto Ferreira,

> «a noção duma súbita transformação operada em 1870 é tão insistente que o espírito público se habituou a considerar o nascimento do Portugal Moderno, ou da modernidade da nossa actual cultura, no dia em que uns jovens revolucionários, em oposição ao Governo, fundaram o Cenáculo e realizaram as *Conferências do Casino*».

---

(1) P. 25. O ensaísta Joel Serrão, por sua vez, escreveu: «*há ou não há uma história do século XIX inteiramente por fazer, ou por refazer?* Em boa verdade, ela está por fazer, e por refazer. Certos aspectos, e acaso fundamentais, nunca foram estudados, a não ser pela rama, e alguns nem assim; por exemplo: a industrialização, o ensino público e privado, a utensilagem mental e suas transformações, etc. Outros aspectos, embora estudados de pontos de vista particulares, pelo simples facto de sermos obrigados a integrá-los em nova perspectiva, assumirão necessàriamente nova ou novas feições. E essa história do século XIX continuará por elaborar, mesmo que seja abordada deste ou daquele ponto de vista, enquanto se não partir do pressuposto de que entre nós e os homens de oitocentos existem, acaso, diferenças mais vincadas do que aquelas que a nossa imaginação acrítica espontâneamente é levada a supor. Urge inquirir com clareza: sem cuidados prévios, estaremos aptos a interpretar, a compreender, o sentir, o pensar, o querer dos homens dos diversos períodos de oitocentos? Será possível e, no caso de possível, entre nós e eles, o diálogo, o debate num mesmo plano de inteligibilidade como se reagíssemos, uns e outros, às mesmas condições ambientes? Na verdade, será isso legítimo?». *Temas oitocentistas*, Edições Ática, Lisboa, s. d. [1959], p. 18-19.

E lùcidamente, acentua mais adiante:

> «Decerto esta gente nova quebra os acordos firmados entre os intelectuais e a Regeneração; mas nem tal facto se data de 1870, nem ocorre sùbitamente (...) O prestígio da chamada geração de 70 foi tão poderoso que os nossos historiadores e intérpretes buscaram exclusivamente as fontes nos jovens intelectuais de 1865, ignorando o movimento que os antecede, prepara e explica» (1).

Esquecidos de que *Natura non facit saltus*, muitos autores têm insinuado, ou afirmado com convicção, que o papel dessa geração notável não teve par, nem antes nem depois, e que o desejo manifestado pelos organizadores das Conferências do Casino, de «abrir uma tribuna, onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam o movimento do século», de «ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada», e de «agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna» (2), constituía obra inédita entre nós no século passado, não tendo assim precursores essa geração.

Crer em tal afirmação era demonstrar indolência mental e tão funda que ia ao ponto de ignorar várias obras de autores do tempo, que provavam não ter havido qualquer hiato entre a época em que Garrett e Herculano pontificavam e aquela em que Antero de Quental e seus companheiros iniciavam a sua campanha para «ligar Portugal ao movimento moderno».

Simplesmente, os homens de 1852 — plêiade brilhante, em que inegàvelmente ocupava o primeiro lugar o brilhantíssimo espírito de Amorim Viana — não entrara na liça com a violência dos homens de 1865; por outro lado, longe de revelarem o ambicioso desejo de «agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna», preferiam mais modestamente confinar-se ao estudo dos problemas sociais, eles que estavam a testemunhar o triste facto de o Constitucionalismo sofismar todas as esperanças nele postas pelo povo humilde que não ficara fiel à Monarquia do antigo regimen e, ainda poucos anos antes, se batera contra as tropas de Saldanha na *Patuleia*. Foram esses homens talvez os primeiros a denunciar a traição do Constitucionalismo burguês aos seus próprios princípios, o que os levou a debruçar-se sobre o grave problema social, que em Inglaterra impusera o *Reform Bill* e em França

---

(1) *Bom Senso e Bom Gosto*, vol. I, p. LXXVII.

(2) Do prospecto-programa das Conferências.

provocara a Revolução de 1848, que repercutiu por toda a Europa como estridente campainha de alarme.

> «Foi o pensamento social dessa época que a geração de 1852 reflectiu e introduziu em Portugal. Geração constituída por ideólogos, críticos, doutrinadores económico-sociais, moralistas, que buscavam na especulação as directrizes mais adequadas à acção prática e intervencionista, que especialmente preconizavam. Não eram materialistas. Eram adeptos até de uma filosofia teísta, em que Deus figurava como postulado da razão e a Providência como garante de uma finalidade superior da conduta humana. À omnisciência divina opunha-se o limite da razão humana, que apenas a podia entrever, em graus sucessivamente progressivos. Por outro lado, a sua religiosidade tomava-se de feição imanentista, que alimentava a fé em transformações sociais com vista à perfectibilidade, tornada possível por um constante e esclarecido esforço humano, não pela intervenção milagrosa do ente divino.
>
> «A mentalidade dos homens de 52 entronca nas correntes filosóficas do racionalismo e no criticismo dos empiristas do século anterior, que em Portugal já tinha inspirado o pensamento reformista de Verney e outros.
>
> «Foi esta geração também que em Portugal primeiro erigiu a crítica ao liberalismo e ao sofisma constitucional, que mais tarde encontraria em Oliveira Martins e Teófilo Braga os grandes demolidores das suas bases.
>
> «São ainda alguns destes homens os primeiros adeptos da solução republicana para o problema do regime político português» (1).

A essa geração, a que, sem atingir a notoriedade da de 1870, podemos chamar sem hipérbole, notável, pertenceram, além do já citado Amorim Viana — espírito curiosíssimo de agudo pendor especulativo, autor da *Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé*, que tão funda influência iria exercer no espírito juvenil de Sampaio Bruno, e que, pela profundeza dos seus conhecimentos matemáticos, seus amigos haviam cognominado de «Newton português», e a quem o meio havia de votar a um ostracismo tal que ele atingiu os limites da loucura mansa, deixando no Porto uma tradição anedótica, ainda viva na minha remota infância —, os romancistas Arnaldo Gama e Coelho Lousada, hoje injustamente esquecidos, o futuro professor Delfim Maya, Latino Coelho, cuja prosa de recorte clássico lhe daria lugar destacado na história das nossas Letras, Custódio José Vieira, sociólogo e depois político, o crítico eminente que foi A. P. Lopes de Mendonça, futuro professor do Curso Superior de Letras, J. Félix Henriques Nogueira, celebrizado pelos *Estudos da Reforma em Portugal* e grande campeão do municipalismo n'*O Município no século XIX*, precursor da

(1) Vítor de Sá, *ob. cit.*, p. 204.

ideia republicana em Portugal, Sousa Brandão, oficial do Exército que atingiu o posto de general e havia de ser elemento de destaque no Partido Republicano Português, e muitos outros de menor relevo que seria ocioso citar.

Como é de todos sabido, entre os homens da geração de 1870, salientavam-se, além de Antero de Quental, inegàvelmente o seu *representative man* e a cuja obra poética e de pensador não cabe referência neste lugar, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Jaime Batalha Reis, Augusto Soromenho, historiador, futuro professor do Curso Superior de Letras e director da colecção dos *Portugaliae Monumenta Historica* em substituição de Herculano, F. Adolfo Coelho, glotólogo eminente e professor, Guilherme de Azevedo, brilhante poeta revolucionário e jornalista emérito, Manuel de Arriaga, depois membro do Directório do Partido Republicano Português e muitos anos depois 1.º Presidente da República Portuguesa, aos quais se juntaram posteriormente outros mais velhos, como o crítico social Ramalho Ortigão e o poeta João Penha, e mais novos, como Guerra Junqueiro.

É inegável, portanto, que, independentemente do alto valor mental de uns e de outros, a «Geração de 70» atingiu posições mais elevadas e mais conspícuas do que a geração de 1852, creio que pelo facto de, à parte o ruído com que iniciou a sua acção, ter procurado campo mais vasto para as suas especulações, sob o impulso da autores estrangeiros, na sua maior parte franceses, e ainda ingleses, embora os alemães, através das traduções francesas, também nisso tivessem a sua quota-parte.

Opera-se na França, na Inglaterra e na Alemanha, uma verdadeira revolução no campo da Ciência. E enquanto os astrónomos iam perscrutando a vastidão do Universo, cujo conhecimento se alargava cada vez mais e deixava os homens verdadeiramente atónitos perante a majestade e a beleza do Infinito, os estudiosos das Ciências da Natureza, em particular da Biologia, na peugada de Cuvier, esforçavam-se por descobrir todos os segredos da Criação, desde o humilde infusório até ao mamute, de que se haviam descoberto esqueletos completos ocultos durante milhares de anos nas estepes da Europa oriental.

Com Boucher de Perthes iniciam-se as investigações no sentido de se desvendar o segredo das nossas origens, e a descoberta dos restos humanos desses nossos remotíssimos antepassados, denominados «Homem de Neanderthal» e «Homem do Cro-Magnon», constituiu uma verdadeira revolução científica, assim acabando por se desmoronar o que ainda restava das engenhosas hipóteses de Aristóteles.

Um conjunto de sábios e cientistas lançaram-se afanosamente ao trabalho, e, ao mesmo tempo, traçavam as linhas rigorosas da investigação científica que levaria às descobertas maravilhosas do nosso próprio século. A análise e a experiência passaram a ser as armas de que os cientistas disporiam a partir de então, já não podendo aceitar-se como digno da Ciência o velho prolóquio do *magister dixit*: tudo quanto se afirmasse carecia de demonstração, e toda a hipótese teria de apresentar-se como tal. Findara a era do orgulho magistral e inaugurara-se a da humildade do cientista.

Tudo isto, divulgado ràpidamente pelo livro, pela revista, pelo jornal, levou aos quatro cantos da Europa e do mundo civilizado os nomes ilustres de Darwin, de Charles Lyell, de Claude Bernard, de Virchow, de Koch, de Alexandre de Humboldt, de Lubbock, de Huxley, de Büchner e de tantos outros, que se tornaram familiares a todos os espíritos especulativos, deixando deslumbrante rasto na alma dos jovens, que pareciam ter despertado de um sonho secular ou saída de uma extensa caverna tenebrosa para entrarem na região da luz; isto explica o seu deslumbramento.

Livros e revistas começaram a chegar a Portugal, sendo àvidamente lidos pela juventude, embora muitas das teorias neles expostas lhes não fossem acessíveis pelo seu extremo especialismo. Mas a sonoridade daqueles nomes, em especial os de Darwin e de Claude Bernard, passou a retinir dentro do espírito dos rapazes recém-formados em Coimbra ou prestes a deixar a *Alma mater* para enfrentarem a vida.

Mas essa geração, que ainda hoje goza de prestígio e também de admiradores, a despeito da sua acção, sob certos aspectos iconoclasta, se ter feito sentir, mais em extensão do que em profundidade, pôs ao serviço do seu ideário — que quase todos proclamaram ser a Revolução — meios de doutrinação que os da geração anterior não quiseram ou não puderam utilizar: a tribuna e o livro. O recurso à imprensa diária, que na sua quase totalidade os homens de 1852 utilizaram, se goza da vantagem de alcançar público mais vasto do que o livro, tem o inconveniente de se olvidar depressa, só assim podendo explicar-se a razão do desconhecimento da sua doutrina por parte dos homens de 1870. De resto, estes tiveram uma audácia que faltou àqueles e está na base, ao que creio, do esquecimento em que breve caiu a obra daquela.

Salienta Vítor de Sá, como se viu, o pensamento social que caracterizou a geração de 1852, que «enriquecida com a experiência da Revolução de Paris de 1848 (...) cumpre a missão histórica de estruturar essas aspirações populares já claramente afirmadas». E prossegue:

> «Ela erigiu os novos ideais, dilucidando-os através de uma crítica sistemática e de uma análise à sociedade portuguesa, embora mais dominada por preocupações éticas e reformistas do que científicas e revolucionárias. Claro é que não dispunham ainda para essa análise das conclusões cientificamente estabelecidas, que nas sociedades industrialmente mais evoluídas estavam então a sistematizar-se. Mas *deram o primeiro e mais sólido arranque* (1) para a crítica que tornou possível à geração de 1871 a sua função demolidora, embora lamentàvelmente inconsequente» (2).

Isto é muito importante e Vítor de Sá, com a sua lucidez habitual na análise dos problemas sobre que se debruça, veio revelar um facto ignorado por uns, ocultado por outros, todos apostados em fazerem crer que os homens de 1870 surgiram ideològicamente por geração espontânea.

Já António Sérgio, doutrinador incomparável, perante cuja memória comovidamente me curvo, no prefácio célebre da 1.ª edição dos seus *Ensaios*, salientou que os escritores desta geração

> «foram um tóxico perfeito pela acção descoordenadora, pelo prestígio desnorteante sobre as almas da nossa terra. A inculpar os ensinamentos dessa facção de acutadiços (tão brilhantíssima por vezes, tão grande artista, mas de pensar quase sempre anárquico. (...) aí estão hoje os resultados do seu tartárico elixir, manipulado com o mosto romântico da sua infidelidade à disciplina lógica, com o sectarismo e o snobismo das suas troças «espirituosas», com a arbitrária pugnacidade da sua ciência de vôos rápidos, com a sangueira de carnificinas em fáceis bodes expiatórios, com o seu insurreccionismo sem revolução e os seus carcasmos sem finalidade, e sobre os lumes atordoadores dos ilusionismos do grande Verbo e da importação do estrangeiro, não de bons métodos de estudo para o exame das nossas coisas (tal como procederam os Eruditos) mas de conclusões e doutrinas fantásticas, em que procustiaram tirânicamente as realidades nacionais» (3).

E mais adiante vinca bem que

> «o erro dos de 71 não foi o buscarem no estrangeiro um mundo de ideias e uma cultura nova (o que era natural e indispensável) mas prescindirem da análise profunda das realidades vitais do seu país, para aplicar-lhe apressadamente muitas vagas doutrinas que encontraram fora» (4).

---

(1) Sublinhado meu.
(2) *Ob. cit.*, p. 205.
(3) *Ensaios*, tomo I, 2.ª ed., Coimbra, 1949, p. 71-2.
(4) P. 84.

O requisitório é violento, mas não condenatório *in limine*, não podendo levar os menos cultos a supor de espírito reaccionário, o claríssimo e liberalíssimo Sérgio ou talvez leitor da mesma cartilha por que lia o ultracondecorado duque de Ávila e Bolama e o levou a publicar o *ukase* que pôs fim às famosas Conferências. Sérgio, e com ele todos os que são fiéis aos ditames da Razão e não deixam marear o seu espírito por impulsos românticos de meridionais assomadiços, achava que não era «uma reacção geral contra os homens de 71» que se impunha, aconselhando antes a mantermos nós

> «dessa falange cálida a concepção jurídica revolucionária, mas purificando-a criticamente das excrescências perturbadoras — dos caprichos, dos erros, das paixões e das fantasias, — com que esses românticos a deturparam e obscureceram por tanto tempo» (1).

Efectivamente, o que alimentou, quase até nossos dias, o prestígio que envolveu os homens de 70 como um halo a nimbar-lhes a fronte, foi a arremetida violenta da entrada de quase todos na liça: Antero de Quental demolindo o velho Castilho, a quem por duas vezes dirige palavras excessivamente duras (2), e seis anos mais tarde proclama sem tergiversações o Catolicismo, o Absolutismo dos reis e as conquistas na América e no Oriente como causas de decadência da Península Ibérica (3). Eça de Queirós e Ramalho Ortigão fazendo n'*As Farpas* o processo da sociedade portuguesa, que demoliram, principalmente o primeiro, a golpes de ridículo e violentas assuadas (4), Oliveira Martins, passando uma brocha

---

(1) P. 107.

(2) «Levanto-me quando os cabelos brancos de V. Ex.ª passam, diante de mim. Mas o travesso cérebro que está debaixo e as garridas e pequeninas coisas, que saem dele, confesso não me merecem nem admiração nem respeito, nem sequer ainda estima. A futilidade num velho desgosta-me tanto como a gravidade numa criança. V. Ex.ª precisa menos cinquenta anos de idade, ou então cinquenta de reflexão». 1.ª carta a António Feliciano de Castilho. In *Bom Senso e Bom Gosto*, vol. I, p. 88.

(3) «...é nesses novos fenómenos que se devem buscar e encontrar as causas da decadência da Península» fenómenos que «são três, e de três espécies: um moral, outro político, outro económico. O primeiro é a transformação do *Catolicismo*, pelo concílio de Trento. O segundo, o estabelecimento do *Absolutismo*, pela ruína das liberdades locais. O terceiro, o desenvolvimento das *Conquistas* longínquas», tudo o que produziu «uma profunda e universal revolução (...) durante o século 16.º, nas sociedades peninsulares. Essa revolução foi funesta, funestíssima». *Prosas*, vol. II, Coimbra, 1926, p. 108.

(4) Aqui está esta pobre Carta Constitucional que declara com ingenuidade que o país é católico e monárquico. É por isso talvez que ninguém crê na religião, e que ninguém crê na realeza! (...) Descrê-se da religião, a que deste [tu, a Carta Constitu-

embebida em tinta negra sobre a história de Portugal e exautorando desdenhosamente todos os reis da casa de Bragança (1); Teófilo Braga investindo violentamente contra a Igreja e a Monarquia, mesmo quando estu-

---

cional] a honra dum parágrafo. A burguesia diz-se *livre pensadora*. (...) A teologia, o maior monumento do espírito humano, faz estalar de riso os cavalheiros liberais (...) Ser padre não é uma convicção, é um ofício, o sacerdote crê e ora na proporção da côngrua (...) A pobre realeza, que a Carta tanto honra, não é mais bem sucedida. É a perpétua escarnecida. É escarnecida pelos jornais de oposição, e pelos governos demitidos. É escarnecida nos teatros, onde o tipo do *Rei Bobeche* teve o triunfo dum panfleto. É escarnecida nas conversações dos cafés, e na maledicência do Grémio». Eça de Queirós, *Uma Campanha Alegre*, vol. I, Porto, 1927, p. 7-9.

«A raça portuguesa foi lentamente e surdamente corrompida pelo antigo despotismo monárquico, pela soberba intrépida e bulhenta dos fidalgos, pelo ouro das conquistas e principalmente pelo monasticismo. Fizemo-nos ociosos, vaidosos, pusilânimes, supersticiosos e fanáticos. (...) Quando um povo assim delega inteiramente nos seus padres o cuidado de salvarem por ele a eternidade da sua alma, como querem que esse povo tenha, para dirigir o que é temporal e contingente, o valor, a dignidade, o sentimento de responsabilidade e de iniciativa que não teve para guardar por si mesmo o que era divino e eterno?» Ramalho Ortigão, *As Farpas*, 4.º tomo, 3.ª ed., Lisboa, 1927, p. 116.

(1) «...a descendência de Nun'Álvares, um herói e um santo, foi uma sucessão de intrigantes mesquinhos, de maus doidos, ou de egoístas vulgares».

«Estava perdido [D. João, duque de Bragança]: a conjuração far-se-ia quer ele o quisesse ou não; e ou teria de combater contra os seus, ou de acabar miserável no fundo de algum cárcere em Espanha. O medo decidiu-o; rezou a Nossa Senhora, carregou o pescoço de rosários e bentinhos que os jesuítas piedosamente lhe davam; e confiando na protecção do céu e na de Richelieu, o émulo de Olivares e íntimo dos jesuítas, resolveu lançar-se à aventura».

«O carácter, imundo, as inclinações vis, os gostos obscenos de Afonso VI, reproduziam num tipo o estado a que a educação embrutecedora dos jesuítas levara os costumes».

[D. João V] emproado, soberano, a peruca majestosa, o pulso em fofas rendas, com a mão sobre a bengala, risonho de si, passeava os olhos pelo cenário da ópera faustosa. Vestia-se de Paris. Era, deveras um grandíssimo rei! E os mitrados de púrpura, os tonsurados de camândulas e burel, de rastos, humildes, batendo nos peitos, louvavam e adoravam o grande Lama do extremo ocidente».

«E uma série de doidos, de maus, ou de idiotas, levados pelo braço dos negociantes jesuítas e ingleses, pupilos de uns, prebostes de outros, disseram-se reis de um reino que era uma sombra, animada por um único sonho vivo: o Sebastianismo».

«Era muito sujo [D. João VI], vício de resto comum a toda a família, a toda a nação. (...) Tinha inclinações baixas, e gostava, sobre todos, dos seus validos plebeus (...)

«Era, também, bastante avarento: por desleixo, economia, usava, até cairem de podres, as tradicionais calças de ganga (...) Tinha uma esperteza de saloio, refinada

dava o fenómeno literário português (1); Guilherme de Azevedo e Guerra Junqueiro fazendo da sua lira um aríete que embatia com ímpeto bravio nas muralhas por detrás das quais a Igreja e a Sociedade burguesa se defendiam (2).

---

por uma casuística fradesca, porque era filósofo e teólogo, a seu modo: um resto da educação nacional jesuítica. (...)

«Representante quase póstumo de uma dinastia, epitáfio vivo dos Braganças, sombra espessa de uma série de reis doidos ou ineptamente maus, D. João VI, já velho, pesado, sujo, gorduroso, feio e obeso, com o olhar morto, a face caída e tostada, o beiço pendente, curvado sobre os joelhos inchados, baloiçado como um fardo entre as almofadas de veludo dos velhos coches doirados de D. João V, (...) era, para os que assim o viram, sobre as ruas pedregosas de Lisboa, uma aparição burlesca». Oliveira Martins, *História de Portugal*. 10.ª ed., tomo II, Lisboa, 1920, p. 121, 124, 142, 153, 230 e 260-2.

(1) «Gil Vicente é a alma da nacionalidade portuguesa, violentamente abafada por um exagerado respeito pelo classicismo e pela censura repressiva do catolicismo; lutou para nos restituir a alegria, mas foi afinal vencido pela força da inércia; triunfou o partido clerical, e ficámos uma nação esterilizada e sombria, vacilante entre a realidade das coisas e o pesadelo da outra vida».

«A este tempo, escrevia João de Barros a sua novela cavalheiresca de *Clarimundo*, e o príncipe ia lendo os cadernos como saíam da mão do venerando historiador. Esperanças de Nero, que o rei-inquisidor fez tão cedo mentirem».

«O conhecimento que Erasmo poderia ter das obras de Gil Vicente, ser-lhe-ia dado pelos Judeus portugueses que haviam emigrado para a Holando, e que para ali se acolhiam a cada nova perseguição dos imbecis monarcas portugueses». Teófilo Braga, *Historia do Theatro Portuguez*. Theatro nacional no seculo XVI, Lisboa, s. d. pp. 26, 95, e 193.

(2) «A fila tenebrosa, a procissão de vítimas,
Aumentada mais e mais: não deixa de crescer!
E do estigma cruel das penas mais legítimas
Em uma fronte bela um traço podeis ver!

Caminhe muito embora: a sorte é sempre vária
E a turba sofredora, ó grandes bem sabeis,
Podia dividir a túnica cesárea
Lançando aos que estão nus a púrpura dos reis!»

.....

«— Há no mundo um rafeiro, um velho cão esfaimado,
— O povo sofredor,
Que às vezes vai ganir, com fome, o seu bocado
Às portas dum senhor.
O resto é velha história: ocioso é já dizer-vos
O fim que ela há-de ter.

E se a estes acrescentarmos Rafael Bordalo Pinheiro, que, com o seu lápis formidável, n'*O António Maria* e nos *Pontos nos ii*, expôs a ridículo toda uma sociedade em decomposição, desde o rei D. Luís e do príncipe D. Carlos («edição *princeps*»...) até ao próprio Zé Povinho, sua criação genial, passando pelos políticos, do olímpico Fontes a Mariano de Carvalho e José Luciano de Castro, que achincalhou até à saciedade, teremos o quadro completo dos elementos dessa geração cujo prestígio chegou inalterado até nós.

A Ordem, só d'ouvi-lo, alteram-se-lhe os nervos
E manda-lhe bater».

Guilherme de Azevedo, *Alma Nova*.
2.ª ed. Coimbra, 1923, pp. 48 e 89.

«E a causa disto tudo é o velho Padre Eterno
E o velho D. João:
Um fez o lupanar, o outro fez o inferno;
Um fez a tirania, o outro a devassidão».

.....

O outro é o Jeová das Santas Escrituras,
O déspota sagrado,
O Júpiter cruel, o César das alturas,
O dogma feito carne e o Deus feito soldado.

.....

Odeia a liberdade e odeia os raciocínios;
E, para convencer as ímpias multidões,
Tem o incêndio, a peste, a fome, os extermínios,
Os ímpetos do mar e os roncos dos trovões.

.....

Despótico, cruel, sanguíneo, intransigente,
Arrojou sobre nós a eterna maldição,
Transmitiu-nos à alma o vírus da serpente,
Produziu Torquemada e fez a inquisição.

Espalhou pelo mundo os lívidos terrores;
Inventou Satanás; do amor fez um pecado...
Malditos sejais vós, ó bíblicos doutores!
Maldito sejas tu, ó velho Deus castrado!»

Guerra Junqueiro, *A Morte de D. João*, 16.ª ed., Lisboa, 1921, pp. 34, 38 e 39.

Por isso pôde Sérgio escrever, com justiça, que

> «o que caracteriza essa falange é a pouca firmeza do seu pensar, o inconstante e o confuso da sua «marcha especulativa, o variável e heterogéneo das suas tendências e golpes críticos; o que lograram, sim, foi destruir o prestígio dos dirigentes constitucionais, da monarquia e dos seus magnatas, e rematar a desorientação de uma sociedade desequilibrada, deixando-nos a nós, homens de hoje, uma árdua campanha a combater. Ficou-nos sim dessa geração a arte maravilhosa de alguns deles: uma obra *literária*, — e das mais belas que jamais se viram; ficaram-nos, pelo método, os trabalhos históricos e filológicos de Dona Carolina Michaëlis, Gama Barros, Gonçalves Viana, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Joaquim de Vasconcelos, Alberto Sampaio e outros mais; Antero sobrepuja os companheiros pelo que dissente do seu espírito, levado pelo génio, pela inteligência, pelo carácter, a prelucidações de interioridade e ao real senso construtivo» (1).

Mas por que seria a geração de 70 «lamentàvelmente inconsequente», como escreveu Vítor de Sá? Só os espíritos distraídos, os superficiais ou os que se obstinam na defesa de velhas ideias-feitas carentes da mínima base de sustentação, podem achar excessiva por injusta a frase do arguto autor citado. Admirador, não dessa geração de iconoclastas, mas de alguns dos seus elementos mais salientes, nada me custa aceitar o que este A. escreveu por lhe reconhecer o fundamento válido sobre que assenta.

Geração constituída por brilhantes espíritos, plêiade das mais brilhantes que jamais perpassou pelo nosso horizonte político, social e literário, deixou ela um rasto luminoso que, apesar dos ataques que há anos vem sofrendo, ainda hoje nos ilumina e durante muitos anos não deixou ver as sombras que se iam acentuando. E tão prestigiosa ela foi, que Alfredo Pimenta, que quando vinha a talhe de foice demolia muitos dos seus componentes, pôde chamar-lhe, já na fase final da sua vida, «camada pequena, verdadeira aristocracia do Espírito, superiormente dotada» e «camada maravilhosa», para rematar depois escrevendo: «Inteligências fulgurantes, sensibilidades agudíssimas, culturas vastas, — parecia terem monopolizado o Saber e o gosto» (2).

Como o mesmo A. observou lùcidamente, dessa geração não fizeram parte apenas agrupamentos de «acutiladiços», parte dos quais se haviam batido já na polémica «Bom Senso e Bom Gosto» e depois nas Conferências do Casino, no jornal e no livro. Nela havia «as inteligências ao alcance

---

(1) *Ensaios*, tom. cit., p. 130.

(2) *Mestres do Pensamento*, Braga, 1941, pp. 18 e 19.

directo ou indirecto do público e as que viveram à margem do mesmo público, e este, ou ignorou inteiramente, ou só conhece por ouvir falar» (1). Curiosamente foi aquele primeiro grupo que veio a revelar-se «lamentàvelmente inconsequente» no futuro.

Mas inconsequente porquê? Com aquela admirável claridade de espírito que foi timbre de António Sérgio, escreveu este nesse magistral prefácio já citado:

> «O tipo romântico (...) antepondo a audácia do seu capricho à solidez destes critérios, desfigura e falsifica a realidade objectiva, e se o nosso segundo Romantismo a desfigurou seràficamente, vemos a «sátira e a caricatura a predominarem no terceiro, indo para o trocista e o truculento a ruidosa gloríola do aplauso público» (2).

Por paradoxal que isto se afigure, esse grupo de jovens que em 1865 arremetiam violentamente contra o velho Castilho, equivocadamente considerado mentor do Ultra-Romantismo, e em 1871, pela boca de Eça de Queirós, se afirmavam defensores dos novos ideais (em Portugal, entenda-se) do Realismo, eram, afinal... românticos. Aquela impassibilidade que Flaubert preconizava como pedra-de-toque do Realismo, aquela experiência viva que Zola, em *Le Roman Expérimental*, considerava condição *sine qua non* da arte naturallista, não as revelou nenhum dos dessa geração que escolheram o romance como veículo da expressão da sua arte, exceptuando, parcialmente, Teixeira de Queirós. O próprio Eça, no seu entusiasmo de neófito, ao expor os princípios da arte realista, fê-lo de cor e encostado ao seu mestre P.-J. Proudhon, através de cuja retina descreve os quadros de Courbet que nunca vira...

E afinal, à medida que iam avançando na vida, esses jovens inconformistas (ou que se criam tais) foram a pouco e pouco despojando-se da ganga que os cobria, não lhes era natural e traduzia apenas uma atitude, sincera sim, mas simplesmente uma atitude. Românticos no fundo, agitaram ideias, é certo, mas estas «hibernaram sem prosperidade de clima, sem condições para mudar de estação». Mais idealistas do que atentos à *realidade* das ideias, foi essa atitude mental, se não erro, que comprometeu radicalmente a sua actuação, pelo que Alberto Ferreira pôde escrever, com razão, que o «pior do seu idealismo romântico transitará incólume para os pequenos-burgueses de 1910» (3).

---

(1) *Loc. cit.*
(2) *Ensaios*, cit.., p. 96.
(3) *Bom Senso e Bom Gosto*, vol. II, p. XXXVIII.

E já em 1888 a Eça de Queirós parecia que a sua geração «tinha falhado».

Neste descair vertiginoso do século XX para o seu ocaso, olhando para trás, para os anos decorridos desde 1865, é com melancolia que vemos como a sementeira das ideias espalhadas por esse aguerrido agrupamento de jovens acutiladiços ficou dispersa pela superfície do solo, quero dizer dos espíritos, sem penetrar no âmago das consciências, sem criar raízes capazes de contribuírem para o robustecimento mental dos Portugueses.

Ao introduzir a 2.ª peça da polémica, precisamente a primeira carta de Antero que deu nome à famosa questão, escreveu Alberto Ferreira que esta

> «excede a situação relativa de Antero e Castilho para alcançar um nível literário, ideológico, político e social muito mais elevado — nível que alguns dos participantes nem sequer pressentiram» (1).

E o próprio Antero, nessa mesma carta, declarou desassombradamente que

> «atacar a independência do pensamento, a liberdade dos espíritos, é não só defender o que há de mais santo nos indivíduos, mas é ainda levantar mão roubadora contra o património sagrado da humanidade — o futuro» (2).

Sim, o futuro, em que viveriam nossos pais, em que vivemos nós. E no entanto...

No entanto, quando seria de esperar que, a cem anos de distância, víssemos, nós os que nascemos já neste século, começar a frondejar a árvore que os da «Geração de 70» supunham estar a semear, essa Revolução (com maiúscula!), que sempre na boca e na pena de Antero brilhou, se estadeasse triunfantemente, o que se viu foi que a «Revolução não passou de palavras» e «foi um sonho, uma palavra mítica, destituída de sentido teórico e prático. Ao longo dos anos a palavra Revolução vai-se degradando ou enchendo de ambiguidade» (3).

---

(1) *Ob. cit.*, vol. I, p. 72.

(2) P. 77.

(3) Alberto Ferreira, *ob. cit.*, vol. II, p. XXXVIII. Já Eça de Queirós, nesse admirável ensaio dedicado à memória de Antero de Quental, escreveu que se o protesto do grande poeta foi moral e não literário, o de Teófilo «essencialmente uma reivindicação do Espírito Crítico», para os restantes, todos «literatos ou aliteratados» fora «uma afirmação de Retórica». *Notas contemporâneas*, 3.ª ed., Porto, 1920, p. 363.

Que a ilusão persistia, demonstra-o por exemplo aquela frase de Antero, quando os estudantes do Porto, num *élan* de entusiasmo trasbordante, vão a Vila do Conde convidá-lo para presidir à efémera Liga Patriótica do Norte por ocasião da crise violenta consecutiva ao *ultimatum* de 1890:

— Mas o que os Srs. pedem é a Revolução. Vamos para a Revolução!

Pouco mais de 2 meses decorridos, demitia-se o poeta das funções de presidente da Liga para, meses mais tarde, se evadir do Mundo pela porta do suicídio «sob a âncora».

Que a ilusão persistia, demonstra-o a atitude insólita de Oliveira Martins querendo dar realidade ao seu pensamento socialista proudhoniano entrando pela porta... do desacreditado Partido Progressista e preconizando o fortalecimento do poder real, tendo-se sujeitado ao vexame de lhe ser recusada a pasta da Agricultura, que lhe havia sido prometida para ele próprio, acabando anos depois por ser corrido do Ministério por uma rábula da Política como Dias Ferreira.

E Junqueiro, o impetuoso vate d'*A Morte de D. João*, d'*A Velhice do Padre Eterno*, d'*O Crime*, breve se embrenha pela região nevoenta de uma filosofia meio panteísta, meio idealista, à procura da «Unidade do Ser», erguendo orações ao Pão e à Luz e propondo-se, como vigoroso Hércules de Freixo, «libertar Prometeu»...

Teófilo, no breve opúsculo com que interveio na polémica, escreveu:

> «O homem obrando primeiramente por impulsos instintivos, tende continuamente a emancipar-se dessa fatalidade tornando todos os seus actos do domínio da consciência; as ciências nascem deste mesmo esforço incessante; não chegam a constituir-se antes de uma longa observação de factos sucessivos em que se baseiem» (1).

O homem que preconizava «uma longa observação de factos sucessivos» antes de se constituir uma ciência, deixava-se ir anàrquicamente ao sabor da sua fantasia, por vezes delirante, na ânsia de determinar *cientìficamente* o substracto étnico dos Portugueses e a persistência do seu génio através das idades. Daí a teoria mirífica da raça Mozárabe e mil-e-uma fantasias filológico-literárias, entre que sobressai, pelo ridículo, a dos cantares de *ledino*... Apesar de tudo, foi talvez o mais coerente de todos os do grupo de acutiladiços pela fidelidade que sempre manteve aos ideais da mocidade e jamais pactuando, directa ou indirectamente, com os homens a quem combatia e se encontravam do outro lado da trincheira.

(1) *Ob. cit.*, vol. I, p. 190.

Ramalho Ortigão, que, se nunca se declarou republicano, pelos seus ataques ao Constitucionalismo burguês e as suas alfinetadas à Realeza, foi um dos melhores auxiliares do jovem Partido Republicano, veio, no fim da vida, com a República proclamada, a ridicularizá-la em jornais brasileiros tal como no século anterior fizera com a Monarquia.

Eça de Queirós, que casaria, em idade já madura, com uma aristocrata *vieille roche*, não perdeu de todo o espírito *frondeur* de que primeiro dera provas sobejas n'*O Distrito de Évora* quando o dirigiu e veio a culminar nos seus romances da primeira fase a partir d'*O Crime do Padre Amaro*. E se o casamento contribuiu para lhe atenuar a combatividade, nem por isso mareou dentro dele a esperança numa sociedade em que reinasse a justiça e assim acabasse de vez a exploração do homem pelo homem. Aquela combatividade que o fizera criar essas figuras antipáticas do Cónego Dias, do P.e Amaro, do P.e Natário, do P.e Pinheiro (embora desse corpo também ao bondoso abade Ferrão); que o levara a ridicularizar o pessoal constitucionalista, respeitável na aparência mas ocultamente devasso — o conselheiro Acácio, o conde de Gouvarinho, o conde de Abranhos, o André Cavaleiro, governador civil e sedutor profissional; essa combatividade, se perdera o *élan* da mocidade, não morrera, pois ele continuava fiel ao seu socialismo romântico aprendido nos tempos áureos do Cenáculo, e quatro anos antes de morrer escreveria esse admirável *S. Cristóvão* que, com o *S. Frei Gil* e o *Santo Onofre* inacabados, uma crítica apressada tem querido fazer o indício de uma renegação do seu passado de panfletário a lutar por uma sociedade nova em que todos os homens pudessem sentar-se à mesa do banquete da Vida em igualdade de direitos. Que outra coisa significa o sonho de Cristóvão, ferido e exangue no campo de batalha, que vê dos «montões de Jacques mortos» levantarem-se outros Jacques, «com outros trajes, outras armas, impelidos à revolta pela mesma miséria que os oprimia»? Toda a noite se travou essa luta onírica entre Jacques e cavaleiros, que «tinham armas diversas, gritos de guerra diversos, que carregavam, esmagavam os Jacques, os deixavam mortos, sob a grande lua cheia». Mas sempre os Jacques renasciam até que, finalmente,

> «eram tão inumeráveis, que da planície se estendiam aos montes, e a lua, que já desmaiara de todo, alumiava multidões disciplinadas, armadas, conscientes, que avançam com ordem e ritmo. Os esquadrões, mandados contra estas coortes, fundiam-se como cera numa chama. Os Jacques ocupavam a terra. Um último cavaleiro veio ainda, e, derrubado, largou as armas, desapareceu. E sobre a terra só ficavam Jacques, que cantavam em triunfo, na frescura da manhã clara».

Que isto não eram apenas frases, belas frases do escritor admirável que breve ia morrer, demonstraram-no muitos dos seus artigos depois reunidos em vários volumes póstumos e outros inéditos que Jaime Cortesão coligiu e divulgou. Em Abril de 1895 escrevia ela para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, a propósito do receio dos Franceses, apreensivos com a ascensão do Quarto Estado, que tanto medo infundira já ao parisiense pacato em Junho de 1848:

> «É só delicado pudor, generosidade de quem não quer, mostrando a riqueza própria, tornar mais pungente nos miseráveis o sentimento da sua miséria? Não, decerto. É também medo. É o medo crescente que os ricos têm dos pobres — desde que os pobres são uma irresistível força, que se une, se disciplina, se concentra, se prepara. Não se mostra hoje o luxo sobretudo para que ele não irrite mais a indigência. Todo o milionário se sente ameaçado, e evita prudentemente estender, como outrora, os seus milhões ao sol. É que outrora o Estado por meio da sua polícia, do seu exército, de todos os instrumentos de governo, defendeu sempre o milionário e o seu milhão. Ainda o defende, ou seja Monarquia ou seja República, porque tem ainda a sua base nas classes médias, possuidoras da riqueza. Mas hoje já se considera provável, talvez próxima, uma outra organização social em que o Estado tenha por base as grandes massas proletárias, e em lugar de consolidar, desmanche o poder do capitalismo» (1).

E na época convulsa em que chauvinistas franceses conspurcavam o nome de Dreyfus, acusado de traidor à França por ser judeu, quando Zola era insultado pela sua nobre coragem em denunciar os que, escudados pelos galões e pelas estrelas, se obstinavam em querer o pobre capitão nos horrores da Ilha do Diabo, Eça de Queirós, a viver então intensamente o drama, em carta ao amigo Domício da Gama, ministro do Brasil em Londres, deixa claramente transparecer a sua profunda mágoa pela segunda condenação do inocente (2).

Foi ele, afinal, o admirável escritor, que jamais se imiscuiu na Política, que detestava os políticos, acerca de quem alimentava preconceitos, visíveis em quase todos os seus livros, foi ele quem se manteve até final fiel ao seu ideário de justiça social, romântico, mas nem por isso menos respeitável, menos nobre.

Uma parte desses jovens acutiladiços mais tarde acham-se na melhor harmonia com gente palaciana e com políticos corruptos, e vemo-los em

---

(1) Jaime Cortesão, *Eça de Queirós e a Questão Social*, Lisboa, 1949, p. 209.

(2) «Também eu senti grande tristeza com a indecente recondenação do Dreyfus. (...) A França nunca foi, na realidade, uma exaltada da Justiça, nem mesmo uma amiga dos oprimidos». *Correspondência*, Porto, 1925, p. 311.

alegre camaradagem nos jantares do Hotel Braganza, apelidando-se irònicamente de «Vencidos da Vida», de que fazia parte esse génio da intriga que foi Carlos Lobo de Ávila, os palacianos condes de Ficalho, de Arnoso e de Sabugosa e o futuro marquês de Soveral, por quem, diziam, se apaixonara uma infanta de Espanha.

Efectivamente esses jovens vieram a revelar-se, na idade adulta, «lamentàvelmente inconsequentes». E se nos reportarmos ao ideário revolucionário a que se haviam devotado na sua juventude, mais do que inconsequentes foram falhados. Deixaram murchar e morrer o belo *élan* que fizera o fogoso Antero proclamar com altivez:

> «O escritor quer o espírito livre de jugos, o pensamento livre de preconceitos e respeitos inúteis, o coração livre de vaidades, intemerato e incorruptível».

E adiante:

> «Não há pequenas opressões, pequenas injustiças, pequenas misérias. Há só misérias, injustiças e opressões. Todas são más e desprezíveis» (1).

Falhou nos seus desideratos essa geração notável porque quase todos os seus componentes se cansaram da luta, que retempera o ânimo. Um socialista como Jaime Batalha Reis, que, em 1871 com Antero e José Fontana, conferenciara com os delegados operários espanhóis para aqui se lançarem as bases de um futuro Partido Socialista, e se propusera proferir no Casino Lisbonense uma conferência *O Socialismo*, entrou na diplomacia e abandonou completamente as suas veleidades de doutrinário. E Ministro de Portugal em São Petersburgo em 1917, assistiu aos primórdios da Revolução, que previra, viu cair o Império caduco e a ascensão do Bolchevismo, mas perdera todo o seu entusiasmo juvenil pelo Socialismo proudhoniano que 46 anos antes tentara introduzir em Portugal.

O imponente Ramalho Ortigão, se não perdera a majestade da «ramalhal figura», guardara *As Farpas* no fundo da gaveta e quando as foi de novo lá buscar, para farpear os desmandos da República recém-nascida, estavam cobertas de ferrugem... e azebre.

E o claro espírito de Antero deixara-se cegar de tal forma pela amizade por Oliveira Martins que, ao lançar este o movimento da *Vida Nova* como novo avatar do Partido Progressista, se convenceu de que o amigo desfraldava a bandeira do Socialismo como até então (2). E quando Antero,

---

(1) *Bom Senso e Bom Gosto*, vol. I, pp. 205 e 210.

(2) Carta de Antero de Quental a Sebastião d'Arruda da Costa Botelho. In-*Oliveira Martins*, por Antero de Quental, Lisboa, 1894, p. 50.

no momento mais agudo da crise do *ultimatum*, redige o manifesto da Liga Patriótica do Norte, que devia ser a condenação de todos os partidos políticos, incluindo o recente Partido Republicano, e também a do Constitucionalismo, logo Oliveira Martins, sabedor e então mergulhado até à raiz dos cabelos na política partidária, corre ao Porto e Antero mandou destruir esse documento importantíssimo, já na tipografia, e de que nada ficou para a posteridade.

Nada se aproveitará, pois, nada teremos nós aproveitado, nós homens do século XX, da sementeira frustrada dessa geração, como esta nada aproveitara, por ignorá-la, da geração anterior?

Vejamos. Vítor de Sá pôs o dedo na ferida ao escrever que

> «A nossa ignorância sobre o período cultural que antecedeu a eclosão dessa brilhante plêiade de 1870 é que nos faz supor que ela irrompeu do nada, do caótico, como por expontânea geração, e por isso só temos cuidado da introdução do pensamento moderno em Portugal a partir da dissidência coimbrã e das célebres conferências do Casino. Mas esse foi o período espectacular da luta, houve um precedente menos vistoso, mas talvez mais heróico, que vem desde a revolução de Setembro e avulta as suas expressões intelectuais pelo meado do século» (1).

Com efeito o inconformismo da «Geração de 70» na sua fase revolucionária apenas resultou do contacto de muitos dos seus membros com a cultura francesa do tempo, embora no campo das ideias sociais ainda confessassem a sua admiração por Proudhon, quando cerca de 20 anos antes a obra deste fora lùcidamente criticada pelo Dr. Amorim Viana e por José Júlio de Oliveira Pinto Moreira, este já conhecedor da crítica de Karl Marx ao *Système des contradictions économiques*.

Numa época em que a difusão das ideias não se fazia com a vertiginosa rapidez de hoje, e tendo Amorim Viana e os seus contemporâneos utilizado quase exclusivamente a imprensa periódica para a sua doutrinação, é relevável de certo modo que os homens de 70 mostrassem ignorar o vigor da argumentação do lente da Academia Politécnica portuense e do jovem Oliveira Pinto, deixando-se arrastar pelo entusiasmo de Antero de Quental que, no regresso de Paris, lhes revelara Proudhon. A lucidez do seu pensamento levava-os a aceitar as ideias com objectividade, longe, portanto, desse entusiasmo *débordant* característico da actuação dos homens de 70 que, tantas vezes, os fez alterar a verdade dos factos sob o impulso de uma fantasia provinda do seu romantismo congénito.

---

(1) *Ob. cit.*, p. 216.

Nos homens de 52 encontram-se

> «claras manifestações de um criticismo reformador, cuja análise é do mais alto interesse promover, para esclarecimento e orientação das gerações actuais, herdeiras da sua inquietação e do seu espírito intervencionista» (2).

Mas não somos nós tributários da «Geração de 70» e do seu revolucionarismo romântico? Creio que sim, a despeito das suas frustrações. Esses jovens — Antero, Teófilo, Oliveira Martins, Ramalho, principalmente — lançaram a semente, embora nem sempre convenientemente joeirada. Mas o solo não estava preparado, como o não estivera, por força do nosso individualismo tradicional e anárquico, para compreender e aceitar o rígido doutrinarismo dos homens de 1820, como ainda posteriormente se mostrou incapaz de receber a ideia de República democrática.

Entre os jovens acutiladiços de 1865-1871 havia um idealismo generoso, mas as suas ideias não assentavam num substracto sólido capaz de aguentar o ímpeto dos *remous* inevitáveis após os primeiros embates. Por culpa do seu temperamento instável, anos mais tarde agravado pela doença, o seu mentor, após a segunda carta contra Castilho, desinteressou-se da polémica, decorrida desde aí num «dize-tu, direi-eu» de baixa categoria, que lhe fez perder a elevação inicial. Envolvido, pouco depois, na doutrinação socialista, veio a abandoná-la a pouco e pouco até dela também se desinteressar.

Unidos, um momento, por um alto ideal renovador que pretendia «ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada», tão belo *élan* esmoreceu em quase todos. Outros teriam sido, por certo, os nossos destinos se esses jovens entusiastas tivessem prosseguido na sua rota, depois de terem reestruturado o seu ideário tornando-o perfeitamente congruente. Eles sabiam que o País era então «um corpo fatigado e indiferente» como escreveu Alberto Ferreira, pelo que foram procurar «fora do território nacional, da nossa própria cultura, novos padrões», desta forma defendendo-se do isolamento (1). E a polémica de 1865

> «prepara a nossa contemporaneidade, o nosso modo de ser, as nossas tendências, os nossos fins. A actualidade é flagrante. O que em Antero era inactual, de algum modo permanece hoje inactual, apesar de havermos acordado para outras realidades e a nossa filosofia se ter embebido em diversas fontes» (2).

---

(1) *Ob. cit.* p. 206.

(2) *Bom Senso e Bom Gosto*, vol. II, p. LVIII.

(3) *Ob.* e vol. *cit.*, p. XVII.

Bem feitas as contas, podemos, sem risco de exagero, apontar que os problemas no campo das ideias se põem hoje como há cem anos se puseram ao espírito desses rapazes. Se o ideário dos homens, neste descair do século XX, é diferente — em certos casos oposto até — do desses moços; se algumas ideias generosas por eles concebidas e alimentadas com amor receberam no nosso século o mais retumbante desmentido; se aquele cientismo em que eles punham toda a sua fé, crentes em que ele abriria as portas do futuro a uma felicidade imorredoura, se converteu num tecnicismo que ameaça, por sua vez, converter o Homem num Autómato e até substituí-lo pelo Robot; se a fraternidade dos povos, filha do Romantismo e pregada, ainda no fim da vida, com entusiasmo e confiança, por Vítor Hugo, se traduziu no nosso século em um pulular de nacionalismos agressivos, geradores de duas guerras devastadoras; se a Igreja monolítica, que teve no *Syllabus* de Pio IX a expressão exacta da sua intolerância, a justificar os ataques violentos de quase todos os dessa geração de iconoclastas, deu lugar à Igreja dialogante a que o ilustre João XXIII inesperadamente abriu as portas com a encíclica *Pacem in terris*, revivescência da frescura imorredoura dos Evangelhos; se todas essas transformações se operaram, mais ou menos, violentamente, com maior ou menor rapidez, a verdade é que o Homem ainda é o mesmo, as mesmas as suas limitações, as mesmas as suas paixões, os mesmos os seus vícios.

Os jovens de 1871 sonharam «estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa», mas não começaram por curvar-se, primeiro que tudo, sobre os problemas do povo português, analisando-os, pesando-os, debatendo as questões mais prementes para, depois de diagnosticarem os males, lhes aplicarem os remédios necessários.

De facto, teriam de ir «lá fora» buscar alguns desses remédios. Mas o que então se impunha era primeiramente localizar esses males, conhecê-los para os combater. E isso não o fizeram. Um Oliveira Martins, por exemplo, no limiar da sua *História de Portugal* propôs-se «apresentar crua e realmente» a verdade por ser esse

> «o melhor modo de educar, se reconhecermos no homem uma fibra íntima de aspirações ideais e justas, sempre viva, embora mais ou menos obliterada» (1).

Mas toda essa *História*, de um brilho literário inexcedível, onde abundam quadros maravilhosos de cores vivas, é uma sucessão de horrores, de

(1) Vol. I e ed. cit., p. XIII.

crimes, de violências, expostos à luz das ideias do século XIX, sem o A. ter procurado explicá-los dentro do condicionalismo das épocas em que tais factos ocorreram. Longe de ser resultado do estudo heurístico das fontes históricas, pesadas com prudência, comparadas e prudentemente utilizadas, Oliveira Martins, possuído do entusiasmo do mestre ansioso de ensinar, pintou, literalmente «pintou» uma série de frescos admiráveis... que não são história. E que persistiu no seu erro até à hora da morte o demonstra a carta em que o seu lúcido amigo Eça de Queirós lhe censura a fantasia romanesca de certos passos d'*A Vida de Nun'Álvares*.

Guerra Junqueiro, que não pertenceu a essa geração mas conviveu com muitos dos seus componentes e até se identificou mais ou menos com os seus ideais, na esteira da irreligiosidade e do anticlericalismo do tempo, escreve a *Velhice do Padre Eterno*, da qual mais tarde, já perto da morte, renega a impetuosidade, confessando ter sido injusto com a Igreja.

E assim a sementeira que haviam feito os jovens da «Geração de 70» assemelha-se um pouco àquela a que Jesus Cristo se refere na parábola do Semeador, uma parte de cuja semente «caiu em pedregais, onde não havia terra bastante, e logo nasceu porque não tinha terra funda» e «vindo o sol, queimou-se, e secou-se, porque não tinha raiz».

Aqui está o termo exacto: «não tinha raiz» a doutrinação dessa geração. Não tinha raiz, porque a própria ideologia dos doutrinadores a não tinha. Deslumbrou-os o que haviam lido nos autores franceses que desembarcavam na alfândega e eram absorvidos com avidez em Coimbra e em Lisboa. Mas não souberam caldear essas novas ideias que os deslumbravam em cadinho nacional de que a pouco e pouco Portugal ressurgisse para a civilização, esse mesmo Portugal que durante um século ensinara a Europa a navegar cientìficamente. António Sérgio, sempre ele!, apontou, com a sua habitual lucidez, o erro desses moços, acusando-os como vimos de «prescindirem da análise profunda das realidades vitais do seu país».

Para a reforma da mentalidade portuguesa havia então, e continua a haver hoje, necessidade de uma matéria-prima e de um espírito que a facete:

> «portugueses hão-de ser os elementos, a matéria-prima da construção futura; universal, porém, o espírito; universal a inteligência do social-económico; universal, em suma, a aspiração humana» (1).

(1) *Ensaios*, vol. I, p. 84.

★

Se considerarmos o nosso século XIX, tão agitado na sua primeira metade, logo se nos depara uma série de gerações que, embora aparentemente se nos afigurem sem ligação entre si, pela análise demorada dos respectivos ideários, verificaremos que qualquer delas veio a manifestar-se, embora algumas vezes o pudesse ignorar, a continuadora da anterior, ao mesmo tempo que prepara o caminho às gerações futuras.

Os primeiros românticos, que tiveram como epígonos Garrett e Herculano, foram, sob múltiplos aspectos, os continuadores dos «iluministas» do século XVIII, e tendo, pela emigração, entrado em contacto com o movimento literário e filosófico inglês e francês (e, por intermédio deste, com o alemão), foram os primeiros a esforçar-se por abrir as janelas fechadas do «Reino Cadaveroso» para deixarem entrar lufadas de ar fresco que varressem os miasmas que inquinavam o nosso ambiente mental.

À segunda geração romântica, gerada quase toda durante a guerra civil ou no seu rescaldo, tocada do «mal do século», ensimesmada e lamurienta, carpindo as máguas do desterro olhando a Lua de terras estranhas (como João de Lemos), ou perpètuamente atentos ao «rumor das saias de Elvira» e cantando lamentosamente o amor, mas um amor banhado pelas lágrimas de um sentimentalismo estéril, essa geração foi resgatada por aqueles dos seus membros que, preocupados com os fenómenos sociais e atentamente curvados sobre os problemas que o evoluir do século ia pondo aos homens, encaravam o grande mundo na ânsia de compreender esses fenómenos, e já não viam na Mulher o ídolo em cujo altar os homens do *Trovador* queimavam incenso ao mesmo tempo que, com voz lamentosa, declamavam endechas plangentes.

Um homem como Custódio José Vieira, antigo «patuleia», e, como escreveu Vítor de Sá, «crítico lúcido das contradições do liberalismo» (1), escreveu n'*A Península* estas palavras, que resgatam dos seus exageros a fracção ultra-romântica da sua geração:

> «...eu odeio a escravidão em tudo, menos no amor; revolto-me contra toda a ideia de sujeição, e sacudiria o jugo mais leve, ainda que lançado pela mão da formosura entre risos e delirantes prazeres. (...) A mulher é igual ao homem e é preciso que o seja; a altivez, a ideia da superioridade, destrói a harmonia, principiando por esfriar o coração e acabando pelo divórcio, ou moral, ou legal. A igualdade é, pois, uma condição do amor» (1).

(1) *Ob. cit.* p. 148.
(2) Cit. por Vítor de Sá in *Ob. cit.*, p. 168.

E ainda estas, que fazem do A. um verdadeiro precursor dos direitos da Mulher, muitos anos antes de a pitoresca e combativa Mrs. Pankhurst e as suas «sufragistas» darem início à sua acidentada campanha:

> «Ainda que a mulher no futuro não tivesse de tomar alguma parte nos negócios públicos, como eu creio que há-de acontecer, nem assim deveria deixar de cultivar o seu espírito, não só porque ela tem tanto direito ao seu desenvolvimento integral como o homem, mas também porque a sua ignorância e estupidez é a primeira causa de todas as desordens e desmandos nas relações morais, na vida íntima e de família» (1).

Escritas estas palavras em 1852, diluiu-se o seu eco durante a segunda metade do século. É certo que no n.º V do seu programa, publicado n.º 1 do *Rebate* (1873), o Centro Republicano Federal reclamava o sufrágio universal para os Portugueses, «tanto do sexo masculino como do sexo feminino» com 18 anos completos (2). Mas já no programa do recém-formado Partido Republicano Unitário (1875) não figura qualquer artigo a propugnar em especial os direitos da Mulher.

No programa de 11 de Janeiro de 1891, o Partido Republicano Português consignava a «educação progressiva da mulher, exercendo a capacidade política em correlação com as obrigações civis a que estiver sujeita» (3). Mas, proclamada a República, continuou em vigor o Código Civil de 1867 e intacta toda a sua doutrina obsoleta relativamente aos direito e obrigações da Mulher (4).

Se é certo que algumas mulheres corajosas e persistentes se bateram galhardamente pela alforria das do seu sexo (recordemos Angelina Vidal, Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, entre outras), a verdade é que o «clima» psicológico propício à emancipação da Mulher só lhe foi favorável após a I Grande Guerra.

Há, porém, que prestar homenagem aos homens da geração de 1852, em particular a Custódio José Vieira, por terem lançado a semente que só um século depois frutificaria.

A obra dessa geração ficou ignorada, e quando em 1871 os jovens acutiladiços das Conferências do Casino se lançaram na luta, creu-se que o seu ideário recheado de termos retumbantes — Revolução, Fraternização dos Povos, Democracia e outros — lhes nascera no cérebro por geração

(1) *Ob. cit.*, p. 188.
(2) *História do Regime Republicano em Portugal*, vol. I, Lisboa, MCMXXX, p. 251.
(3) Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Portuguez*, Lisboa, 1906, p. 640.
(4) Consignados em particular na sec. VIII do cap. I do título II: Do Casamento.

espontânea, desta forma se compreendendo que um espírito lucidíssimo como o falecido Prof. Joaquim de Carvalho pudesse ter escrito que «bruscamente, por volta de 1870, irrompe um grupo de gente nova, — nova na idade e mais nova ainda nos sentimentos e nas ideias» (1), como se o levedar das novas ideias não tivesse vindo a fazer-se pràticamente desde 1848, pelo menos.

Apesar de tudo, olhando o passado recente que foi o século e meio decorrido desde o fim da *Patuleia* até aos nossos dias, não pode deixar-se de reconhecer que as duas gerações, a de 1852 e a de 1870, lançaram a semente que germinaria no século actual, e este seria por certo muito diferente sem o preceptorado mental desses homens cheios de idealismo, embora nem todos pudessem ter previsto até onde levaria a prossecução dos seus ideais.

Impõe-se agora aos nossos estudiosos das ideias prosseguir o trabalho encetado por Vítor de Sá e fazer o estudo crítico da geração de 1852, mais homogénea e mais coerente do que a que lhe seguiu, procurando rastrear as suas fontes e, ao mesmo tempo, as consequências da sua doutrinação, particularmente no que concerne à formação do ideário republicano, nessa época ainda hesitante e flutuante entre um federalismo em parte bebido nos doutrinários do país vizinho, com Pi y Margall à frente, e um unitarismo, que vingaria após a constituição do Partido Republicano Português.

Mas foi inegàvelmente a «Geração de 70» a que

> «reinou sobre as outras sem possibilidade de dúvida no confronto. (...) Na sua variedade e diferença, como nas suas contradições internas, esta geração imprimiu nova fisionomia ao panorama intelectual português» (2).

Ela é que, de facto, pelo seu ruído e, sobretudo, por ter gravitado à volta da figura excelsa de Antero de Quental (que consubstanciou os seus ideais e também as suas hesitações, contradições e frustrações), enche o nosso século XIX, tendo ainda influído fortemente na geração de 1898 do país vizinho, cujos homens representativos nutriam admiração muito especial pelos escritores e pensadores das Conferências do Casino (3).

---

(1) *Estudos sobre a Cultura Portuguesa no século XIX*, Antheriana, vol. I, Coimbra, 1955, p. 10.

(2) Alberto Ferreira, *Bom Senso e Bom Gosto*, vol. II, p. XXXV.

(3) A título de exemplo saliente-se a admiração incondicional do ilustre Miguel de Unamuno por Oliveira Martins, de quem dizia ser uma das suas debilidades.

Cumpre, por isso, a todo o intelectual, que não comunga na ideia insensata de condenar *in limine* o século XIX, procurar estudar este século nos seus aspectos mais relevantes, mormente no que respeita às ideias norteadoras dos seus escritores e pensadores, fazendo-o sem quaisquer preconceitos desvirtuadores ou facciosismo político-religioso, atitude ininteligente que só pode levar a confusão aos espíritos simples induzindo-os em erro e, pior do que isso, insuflando-lhes o espírito da intolerância, que em todos os tempos (e o nosso século tem sido disso triste testemunha) só conduziu à violência.

Para estudar um homem ou uma época, faz-se mister localizá-los exactamente no ambiente epocal, ou cometer-se-á erro grave de perspectiva de muito mais graves consequências do que o dos pintores dos séculos XIV e XV, que pintavam os deuses da Antiguidade e as personagens bíblicas com os trajos da época desses pintores.

O século XIX acreditou piamente e com entusiasmo na perfectibilidade do Homem e no progresso indefinido, tomando o termo progresso no seu duplo sentido material e moral. E nenhum homem, ao que se me afigura, foi tão representativo desse estado de espírito e, assim, do seu século, como Vítor Hugo, em particular desde que se exilou após o golpe de Estado de Luís Bonaparte. A última parte da admirável *Légende des Siècles* é a apologia do homem do futuro, que o poeta cria caminhar para uma felicidade infinita.

E já nos terríveis *Châtiments* ele elevara um hino de fé a

Le Progrès calme et fort, et toujours innocent

que

Ne sait pas ce que c'est que de verser du sang,
Il règne conquérant désarmé: quoi qu'on fasse,
De la hâche et du glaive il détourne la face.

Por isso o ilustre Aragon pôde dizer, há 19 anos, no *Comité National des Écrivains*, que na voz de Vítor Hugo «*toujours s'élève et retentit comme une cloche la revendication majeure de la Paix*» (1).

Olhando para trás, para esse século admirável, nós, os homens do século XX, sentimo-nos atónitos ao verificar como dessa promissora sementeira de ideias generosas, apoiadas num incessante progresso das ciências, resultariam todas as guerras mesquinhas do nosso tempo e, muito mais do que isso, os horrores inenarráveis do extermínio das minorias étnicas, dos

(1) In-*Europe*, N.° spécial, Février-Mars, 1952, p. 243.

campos de concentração, das câmaras de gás, das experiências horríveis de um sádico como o Dr. Mengele, das bombas de enxofre e de *napalm*, das bombas atómicas, de tudo aquilo, enfim, que fez recuar o Homem aos tempos bárbaros de Gengis Khan.

O século XX, que inegàvelmente herdou do anterior todos os grandes e generosos ideais difundidos por ilustres pensadores, veio a encontrar-se incapaz de tornar realidade esses ideais, em que nossos pais creram, para honra deles e vitupério nosso.

Mas se de 1914 até aos nossos dias houve um profundo retrocesso até à animalidade ancestral no campo moral; se hoje voltou a reviver o ideal, que nossos pais criam definitivamente morto, da «lei do mais forte», numa aplicação duma verdade de Charles Darwin, aliás incompreendida, ao Homem, exactamente porque o é, resta-lhe a esperança, melhor direi, a certeza de que todos os horrores que envergonham o nosso século foram uma doença grave que atacou a civilização. E o Homem, precisamente por o ser, não pode retroceder: tem de avançar e firmemente, para cumprir a sua missão na Terra, essa que, como escreveu Kipling na poesia célebre, é dele.

Entre nós, e para fechar com chave de ouro estas notas despretenciosas, o século XIX assinala

> «uma época sem par na pujança dos talentos e dos impulsos que despertam e dão vôo às mais nobres ambições do ânimo e da inteligência. Poetas, prosadores, historiadores, cientistas, homens de carácter e modelos de lealdade, de iniciativa e de coerência, viajantes e exploradores, soldados, oradores políticos —, de tudo conheceu e possuiu esta centúria, que desperdiçou perdulàriamente os bens magníficos da Liberdade na competição de sentimentos e de ressentimentos e desenganou algumas almas de eleição com imaginários dissídios entre o senso prático das realidades e a sedução lógica dos ideais» (1).

A. ÁLVARO DÓRIA

---

(1) Prof. Joaquim de Carvalho, *ob. cit.*, p. 1.

Preservação dos valores espirituais perante o progresso da Ciência e da Técnica

Pelo Prof. Doutor Francisco GUERRA

Nascido e criado nesta cidade de Braga, não podia ficar indiferente ao honroso convite para participar nesta inauguração, e mais do que a este, ao espírito que promoveu este encontro e esta exposição. Refiro-me muito especialmente ao espírito de selecção de livros para a juventude, mas de livros recomendados, ou melhor escolhidos e seriados de forma a valorizar e engrandecer o património cultural e moral da nossa Cidade Augusta, que o mesmo será dizer do País. E ninguém deverá ou poderá pensar que o que se pretende é limitar ou cercear a cultura através duma espécie de censura restritiva. Não será demais lembrar que o número de livros existentes na actualidade, número que aumenta em ritmo cada vez maior, é de tal forma elevado que não seria razoável permitirmo-nos a leitura de livros bons, havendo tantos que são óptimos. Não se tratará com certeza de impedir a leitura de livros maus, pretende-se sim que se sugira a leitura dos óptimos. E recomendar não quer dizer impor, antes sugerir após uma escolha. E destina-se à juventude que é certamente a primeira a reconhecer a necessidade de orientação. Portanto eu quereria em primeiro lugar ter uma palavra de congratulação para com aqueles que de uma forma ou de outra colaboraram numa realidade que deve ser orgulho da Cidade, dos Pais, dos Educadores em geral e dos Educandos em especial.

Como homem dedicado ao ensino e à investigação perdoar-me-ão que comece por afirmar que o progresso das Ciências em geral se deve à investigação científica.

A actividade da investigação científica, que apenas desempenhava um papel secundário na sociedade do séc. XIX, adquiriu no séc. XX uma importância tal que não é possível referirmo-nos a uma sociedade humana, nem mesmo a largos traços, sem lhe conceder o lugar a que tem direito. A rápida sucessão das descobertas pode considerar-se como um dos aspectos da

aceleração da história, aceleração essa que se tem feito sentir em toda a evolução das sociedades humanas. Parece mesmo que a actividade científica com as suas repercussões nas esferas técnica e económica experimenta agora um crescimento particularmente rápido em face das demais actividades pròpriamente humanas, crescimento que, em termos gerais, pode dizer-se que duplica em cada dez anos. Esta lei de crescimento foi deduzida de considerações estatísticas diversas, mantendo-se válida não só para os números de publicações originais inseridas em revistas científicas, mas também para os resumos analíticos publicados sobre um ramo específico da Ciência, como a física e ainda no que diz respeito ao pessoal científico.

No número de descobertas científicas de certa importância que se fazem em cada ano (existe certa arbitrariedade neste cálculo), encontra-se o mesmo crescimento exponencial. Pode dar-se uma ideia das consequências essenciais desta lei de duplicação se se disser que 90 % dos homens de Ciência e investigadores que, desde o começo da História existiram, vivem na actualidade.

Claro que este ritmo de crescimento vai sendo travado pelas suas próprias consequências e uma das causas deste retardamento é por exemplo a dificuldade cada vez maior que ao investigador surge de se manter ao corrente das novidades que se vão produzindo no seu próprio campo de investigação por mais limitado que seja. Uma outra dificuldade é a de preparar novos investigadores ao ritmo indispensável para manter esse crescimento exponencial. Os jornais e revistas científicas publicados em 1800 eram cerca de 100; esse número cresceu em 1850 para 1000, em 1900 para 10 000 e para 100 000 em 1960. E o total de investigadores em 1960 era de 2 000 000.

Na época de Augusto Comte, as Ciências podiam classificar-se em seis ou sete grandes categorias, chamadas disciplinas. No decurso do século XIX e no começo deste século, estas disciplinas foram-se desmembrando, subdividindo-se em ramos cada vez mais especializados que se foram individualizando, tornando-se por vezes tão importantes, ou mesmo mais, do que aquelas donde nasceram. Podemos usar como exemplo a biologia geral que se subdividiu na bioquímica, na biologia molecular, biofísica, etc.

No mundo actual, os problemas que se apresentam ao homem e que podem obter uma resposta através da investigação ordenada são essencialmente de duas classes. Uns são de carácter prático e correspondem ao desejo de fazer melhor, com mais rapidez e menos esforço. Os outros são

de ordem intelectual e correspondem ao desejo de conhecer o mundo que nos rodeia ou que nos forma. Progressivamente surgiu uma terceira categoria que trata de utilizar na prática os conhecimentos intelectuais adquiridos pela investigação desinteressada. Torna-se no entanto cada vez mais difícil distinguir as diferentes categorias de investigação. Talvez seja mais fácil fazer a distinção pelos interesses que movem o cientista a prosseguir o seu trabalho.

Por vezes, partindo dum problema concreto, o investigador chega a considerações teóricas que imprimem um progresso mental que por sua vez dá origem a outras aplicações não previsíveis no início do estudo em questão.

Na época actual esta classificação em duas categorias de investigação é bastante insuficiente e talvez seja mais conveniente distinguir entre ciência pura e técnica pura. A primeira permitirá distinguir dentro da investigação fundamental, a investigação livre e a investigação orientada. A segunda diferenciará por sua vez a investigação aplicada e as operações de realização técnica, aquilo a que hoje chamamos a tecnologia.

Um investigador de ciência pura, ao observar por acaso um fenómeno como por exemplo a acção dos sais de urânio sobre uma placa fotográfica (já Pasteur dizia que, no campo experimental, a sorte, sòmente favorece as cabeças preparadas), e após reflexão sobre o caso, formula uma hipótese de trabalho, o que só consegue às vezes, após uma série de cálculos teóricos. Só a esta fase de investigação se poderá chamar realmente de investigação pura. Posteriormente submeterá este conjunto a tentativas experimentais, empreendendo então uma acção concreta. Também o caso oposto se pode dar, quer dizer, a realização duma investigação com fins inteiramente utilitários pode durante estes conduzir a terrenos perfeitamente novos com descobertas de ciência pura.

Sonho ou pesadelo, temos de viver a nossa vida tal qual é, e temos de a viver acordados (Prof. Luís Garrido). De contrário podemos perder aquilo que nos é mais precioso: O CONTEÚDO HUMANO DA NOSSA EXISTÊNCIA.

Vivemos num mundo inteiramente influenciado, penetrado na sua largura, longitude e profundidade pela ciência. Se as descobertas marítimas portuguesas levaram tantos meses e até anos a serem conhecidas pelas demoras nas realizações das mesmas bem como pelos correios a cavalo ou a pé que as transmitiam ao mundo de então, como podemos deixar de estar influenciados pela não menos maravilhosa viagem do homem até à lua, resultado da investigação fundamental de muitos e da investigação apli-

cada de muitos mais. Ainda há pouco tempo quando da extraordinária visita que tive o privilégio de fazer a Cabo Kennedy, nos era dito que cerca de 400 000 pessoas colaboraram para tornar possível tal expedição. E se aqui nos é lícito comparar numa análise retrospectiva essa grande época portuguesa de dar novos mundos ao mundo, já que também a primeira escola de investigação oceanográfica foi criada pelo Infante D. Henrique para investigação pura, e para análise dos dados obtidos para orientação de futuras viagens, não poderemos fazer a mesma comparação quanto à maneira como se difundiu o conhecimento das descobertas, pois no caso da viagem à lua cada um de nós obteve tal conhecimento sentado confortàvelmente em sua casa olhando um pequeno rectângulo de vidro ou plástico, ou seja a imagem televisionada, na mesma hora em que a epopeia acontecia. O mesmo ocorre por exemplo naquelas operações de grande cirurgia, como a circulação extra corporal com coração aberto, seguida com grande ansiedade por nós alunos, a umas centenas de metros do hospital onde se realizavam.

O nosso mundo de hoje, e não de ontem, é movido em grande parte pelas descobertas científicas. Não só pelo interesse da descoberta em si própria, mas pelos grandes interesses económicos que na maioria dos casos lhe estão ligados, ou outros, como por exemplo interesses colectivos de saúde. Pensava-se ainda há bem poucos anos que a investigação científica era um conjunto de truques especiais, e imaginava-se o cientista como um manipulador de certas magias. Há quem ainda pense que a ciência é apenas um conjunto de mecanismos que pode justificar-se como actividade humana apenas pela sua utilidade, pois dá origem a técnicas que permitem a melhoria do nível de vida material dos povos. Outros ainda procuraram tirar dela ilações filosóficas como, por exemplo, o caso dos astronautas russos que pomposa e irònicamente disseram não ter encontrado Deus no espaço extra-terrestre. Outros ainda cantam glória ao homem que ao descobrir novas leis do mundo, para eles, é como se essas leis fossem feitas pelos homens que as descobriram. Num pequeno àparte lembro-me que uma vez numa aula, entusiasmado com o tema que descrevia, a genética molecular, teci um entusiástico louvor ao grupo de homens que descobriram essas regras (código genético). E um dos meus colaboradores que assistia à aula chamou-me a atenção, e muito bem, que as descobertas dizem respeito a fenómenos seguidos por leis que já existiam desde o princípio do mundo, desde que o homem é homem ou mesmo antes do aparecimento do Homem.

Acreditamos que todos os que assim pensam estão equivocados.

O que a ciência nos deve dar em primeiro lugar, é o espírito científico, a necessidade irresistível de pesquisar, a capacidade de o homem descobrir as leis que Deus fez para que, através da sua descoberta, o homem mais O conheça e, portanto, mais O ame. E doutra forma não será feliz, pois vindo d'Ele só n'Ele encontrará felicidade.

Haverá muitos cientistas que não o entendem assim. E se um homem não abarca o conteúdo total do seu trabalho, dificilmente entenderá o dos outros. Desta maneira, quebraram-se os valores humanos, e pouca esperança nos restaria para a nossa cultura e civilização. Para os que assim pensam, não se vislumbra onde possa aparecer o princípio de unidade que permita contemplar as actividades intelectuais sob um único foco. Isto para não falar no princípio de identidade que para estes não existe. A busca da verdade deve ser, e é muitas vezes, um dos motores fundamentais da investigação do cientista desinteressado.

E o nosso preito de homenagem tem de ser prestado a esta era extraordinária de progresso e «CIENTISMO», passe o termo, em que desde as comunicações aos transportes, da saúde à economia, da exploração extraterrestre à exploração dos fundos do Oceano, o homem tem procurado encontrar mais estabilidade, mais bem-estar. Os fins que orientam algumas investigações nem sempre serão puros, pois no campo do armamento esse progresso tem sido no sentido duma maior capacidade de matar, quer por aumento da capacidade da guerra nuclear, quer bacteriológica; no campo da cinematografia em que a tecnologia altamente evoluída nem sempre tem servido o cinema como arte, mas antes se vendeu a uma pornografia que por ser apresentada em grande plano e grande colorido, nem por isso deixa de ser menos pornogràficamente barata e de fins pouco dignificantes. Neste campo, o mesmo se poderá dizer da literatura pornográfica servida hoje também por tecnologia extraordinàriamente avançada, mas nem por isso menos corrupta. Infelizmente, ainda outros se têm aproveitado dos progressos da Ciência para fins que degradam o homem em vez de o promover, como esse terrível flagelo das drogas recentemente descobertas que a juventude vem utilizando cada vez em maior escala, através dum comércio sem escrúpulos e tendenciosamente organizado.

O progresso social e económico desfasado entre continentes e Países por motivos evidentes cuja descrição não cabe nos minutos que temos para falar, criou situações que deveriam defenir-se nas conjunturas dos Países de origem, já que condições locais devem ter servido de argumento para elas, mas graças ao desenvolvimento actual das comunicações, é fácil no mesmo dia termos as notícias em nossa casa. E assistimos então ao trans-

plantar de problemas que não tinham raízes locais para serem assimilados e transformados também em problemas locais. E daí as crises. Por vezes, com o mesmo denominador comum, factor político ou outro: as contestações da França são transplantadas para outros Países e sendo os motivos contestadores diferentes, os resultados que se pretendem, à excepção de alguns casos de pessoas de boa vontade, são manifestamente idênticos. E assim, a crise nacional dum País é transformada na crise de vários, atingindo por vezes escala continental ou mesmo mundial, entendendo-se aqui por mundial o conjunto de Países onde se pagam duramente as formas contestatárias, ou seja, os Países livres.

Vivemos realmente um tempo de crise. Aparece realmente na nossa época uma consciência de crise, cujas manifestações fundamentais são a crise da ideia do Cosmos, que surgiu no plano científico, a crise da imagem universal do homem, motivada por razões históricas ou pertensamente históricas, a crise da ideia de que o homem exerce poder na ordem cultural baseada na situação actual da tecnologia, e também está em crise a dimensão religiosa do homem.

Não será difícil atribuir alguma responsabilidade desta situação precisamente ao progresso da ciência e da técnica, não pelo progresso em si próprio, que só devemos louvar, mas pelo mau uso de alguns desses conhecimentos, ou pela falta de preparação do homem comum, que ao integrar-se em cada descoberta sensacional como se fora dele, se esquece que só a associação, o trabalho de equipe formada por diferentes mentalidades, e culturas, permitiu por vezes aquela descoberta. E em vez do trabalho e do espírito altaneiro e envaidecido da descoberta, o que deixa ficar ao cientista era e normalmente é, a noção clara do pouco que sabe. Porque a verdadeira escola de investigação é acima de tudo ou deveria sê-lo, uma escola de humildade, por qualquer pequena coisa que se descobre, uma enormidade de perguntas inéditas fica à espera de resposta.

Mas vejamos mais precisamente qual a resposta que a Igreja nos dá a estes problemas. Em termos muito gerais, a constituição Pastoral GAUDIUM ET SPES do Concílio Vaticano II expressa-se em relação à cultura com palavras de esperança e alento. Diz-nos concretamente que a actual perturbação dos espíritos e a mudança das condições de vida estão ligadas a uma transformação mais ampla, a qual tende a dar o predomínio, na formação do espírito, às ciências Matemáticas e Naturais e, no plano da acção, às técnicas, fruto dessas ciências. Esta mentalidade científica modela a cultura e os modos de pensar duma maneira diferente, do que aquela que modelava no passado. A técnica progrediu tanto que transforma a face da

Terra, e tenta já dominar o espaço. Mesmo sobre o próprio tempo, a inteligência humana procura estender o seu domínio, planificando e projectando a 20, 30 ou mesmo 50 anos de distância. Os progessos das Ciências Biológicas e Sociológicas, diz-nos ainda a GAUDIUM ET SPES, não só ajudam o homem a conhecer-se melhor, mas ainda lhe permitem exercer por meios técnicos uma influência directa na vida das Sociedades. A humanidade passa assim duma concepção de destinos independentes para uma história só. E mais do que isso, essa concepção torna-se perfeitamente dinâmica e evolutiva. Muitos contemporâneos parecem temer que a íntima ligação entre a actividade humana e a religião constitua um obstáculo para a autonomia dos homens, das Sociedades ou das Ciências. Se por autonomia das realidades terrenas se entende as coisas criadas, e as próprias sociedades têm leis e valores próprios que o homem irá gradualmente descobrindo, utilizando e organizando, é perfeitamente legítimo exigir tal autonomia. Para além de ser uma exigência dos homens do nosso tempo, trata-se de algo inteiramente de acordo com a vontade do Criador. Mas permitam-me que continue a citar GAUDIUM ET SPES, pois em virtude do próprio facto da criação, todas as coisas possuem consistência, verdade, vontade e leis próprias, que o homem deve respeitar reconhecendo os métodos particulares de cada ciência e arte. Por esta razão, a investigação metódica em todos os campos do saber, quando levada a cabo dum modo verdadeiramente científico, e segundo as normas morais, nunca será oposta à Fé, já que as realidades profanas e as da Fé têm origem no mesmo DEUS (G. S. 36). Antes, quem se esforça com humildade e constância por perscrutar os segredos da natureza, é, mesmo quando disso não tem consciência, como que conduzido pela mão de DEUS, o qual sustenta as coisas e as faz ser o que são. Seja permitido por isso, deplorar, certas atitudes de espírito que não faltaram mesmo entre os cristãos, por não reconhecerem suficientemente a legítima autonomia da Ciência e que, pelas disputas e controvérsias a que deram origem, levaram muitos espíritos a pensar que a Fé e a CIÊNCIA eram incompatíveis. Creio não faltar ao espírito da verdade se disser que a Ciência como Ciência é amoral já o não podendo ser de nenhuma forma o Cientista. Diz-nos ainda o documento Conciliar que o progresso HODIERNO das Ciências e das Técnicas que, em virtude do seu próprio método, não penetra até às causas últimas das coisas, pode sem dúvida dar azo a certo fenomenismo e agnosticismo, sempre que o método de investigação de que usam certas disciplinas se arvora indevidamente em norma suprema de toda a investigação de verdade. É mesmo de temer que o homem, fiando-se demasiadamente nas des-

cobertas actuais, julgue que se basta a si mesmo e já não procure coisas mais altas.

Estas deploráveis manifestações não são, porém, consequências necessárias da cultura actual, nem nos devem fazer cair na tentação de desconhecer os seus valores positivos. Tais são, entre outros: o gosto da Ciência e a exacta objectividade nas investigações científicas; a necessidade de colaborar com os outros nas équipes técnicas; o sentido de solidariedade internacional; e consciência cada vez mais nítida da responsabilidade que os sábios têm de ajudar e até de proteger os homens; a vontade de tornar as condições de vida melhores para todos e especialmente para aqueles que sofrem da privação de responsabilidade ou de pobreza cultural. Tudo isto pode constituir uma certa preparação para a recepção da mensagem evangélica, preparação que pode ser informada com a Caridade Divina por AQUELE que veio para salvar o mundo (GS57).

A experiência dos séculos passados, os progressos científicos, os tesouros encerrados nas várias formas de cultura humana, os quais manifestam mais plenamente a natureza do homem e abrem novos caminhos para a verdade, aproveitam igualmente à Igreja. Ela aprendeu, desde os começos da sua história, a formular a mensagem de CRISTO por meio de conceitos e línguas dos diversos povos, e procurou ilustrá-la com o saber filosófico. Tudo isto, com o fim de adaptar o evangelho à capacidade de compreensão de todos e às exigências dos sábios.

Esta maneira adaptada de pregar a PALAVRA REVELADA, deve permanecer a lei de toda a evangelização. Deste modo, com efeito, suscita-se em cada Nação a possibilidade de exprimir a MENSAGEM DE CRISTO segundo a sua maneira própria, ao mesmo tempo que se fomenta um intercâmbio vivo entre a Igreja e as diversas culturas dos diferentes povos (GS 44).

Creio que fica bem clara deste documento Conciliar a palavra directiva da Igreja para os Cristãos e mesmo para os que, não o sendo, acreditaram na boa vontade com que a Igreja veio ao encontro dos homens, independentemente da sua cor, raça ou credo. Porque fiel depositária da VERDADE, legada e não estabelecida por ela, mais não pode fazer do que transmiti-la em linguagem da época dos homens filhos de Deus, quer O aceitem ou não como tal. E mesmo porque estes últimos também podem salvar-se.

Comecei estas despretensiosas palavras por afirmar que o progresso actual se devia à investigação Científica e esta, como sabemos, deve-se aos Cientistas. E, repetindo, eu gostaria de afirmar, de novo, que se aquela

é amoral estes não o podem ser. E o seu número, bem como a força potencial que se lhes dá nos bastidores, confere aos cientistas do mundo actual uma posição privilegiada no concerto geral dos Governos. E ai daqueles governos que ainda não tenham percebido que hoje já não contam tanto as reservas mineiras ou petrolíferas ou de urânio, que possuem, como o número de cientistas de que dispõem. Ora, dada a sua importância e influência, há que preparar caminhos que levem à sua formação, quer como cientistas, quer como homens. E ambas as preparações se interpenetram e se completam. E essa formação não pode nem deve ser feita na maturidade do indivíduo, mas deve começar nos tenros anos da sua mocidade, que medirá a têmpera própria do homem do mundo de hoje, aproveitando essa generosidade da juventude sempre pronta a sacrificar-se pelo próximo. Amanhã teremos homens como PASTEUR. Quando um seu colaborador inesperadamente entrou certo dia no seu gabinete de trabalho e logo pediu desculpa e saiu, Pasteur perguntou-lhe porque saíra. — «Porque me pareceu rezar quando o olhei sentado ao microscópio». E Pasteur respondeu: «E estava!».

Termino por cumprimentar de novo aqueles que desinteressadamente estão a colaborar na formação dos homens de amanhã entre os quais com certeza alguns serão os legítimos investigadores deste País.

O escritor e o leitor

(PALESTRA)

Por António de Sèves Alves MARTINS

A língua é um meio de viver socialmente, é instrumento de difusão e evolução cultural, é factor de progresso.

O homem serve-se da língua, não só para referir as coisas, como para exprimir sentimentos, pensamentos, vontades. Conforme os casos, a sua expressão é natural ou artificial.

Assim, ao dirigir-se a alguém do seu próprio meio e perante quem se sinta à vontade, seja um familiar, um amigo íntimo ou simplesmente companheiro de ofício, emprega a linguagem natural, caracterizada pela afectividade e pela expressividade.

Afirmou Charles Bally, a propósito desta forma de comunicação, que:

— «*O funcionamento da linguagem é em grande parte inconsciente. Inconscientemente escolhemos na conversação as palavras que nos parecem mais compreensíveis e expressivas. Inconscientemente forjamos às vezes palavras novas.*

Inconsciente é também o trabalho espontâneo de compreensão do interlocutor.

As operações da linguagem supõem uma inteligência colectiva, o que é próprio de uma comunidade linguística. Uma frase que se pronuncia, quase sem se lhe dar atenção, provoca no ouvinte a interpretação adequada do pensamento e do sentimento de quem falou, desde que esteja de acordo com as associações linguísticas do interlocutor.

Quanto mais inconsciente for o pensamento, mais pode contar com uma compreensão exacta e profunda. Quanto mais reflexivo e analítico, mais obstáculos achará para fazer-se entender na sua forma íntima e vivida.

Às vezes uma palavra que se nos escapa, e surpreende a nós mesmos ao pronunciá-la, penetra mais profundamente no espírito alheio do que frase clara e lògicamente construída. É talvez porque o pensamento inconsciente possui o dom de simpatia, e sem dúvida é pelo inconsciente que os espíritos se interpenetram com a maior eficácia».

Neste pequeno texto, o mestre de linguística da Universidade de Genebra marcou bem as características e o valor da linguagem natural.

Contràriamente, quando alguém se dirige a uma pessoa com quem faça cerimónia, de quem tenha algo a recear ou pretender, só transmite pensamentos depois de submetidos à análise e reflexão, utilizando então uma linguagem raciocinada, com intencional predomínio da lógica e da estética. — É a linguagem artificial.

Esta surge mais vezes na expressão escrita já que, não dispondo dos recursos da mímica, das pausas, da entoação,... só pela correcção gramatical e pela lógica na linguística facilitará um bom entendimento, como pela estética da forma, agradando ao leitor, cativará a sua atenção.

A linguagem natural vem do íntimo, é comunicação espontânea de quanto se passa na alma. É viva, fortemente expressiva, afectiva, e apresenta geralmente termos populares.

A linguagem artificial é mais fria, mais cuidada no uso das palavras e nas construções fraseológicas, mais pobre de sentimento. É mais impressiva.

Falada ou escrita, a linguagem é acima de tudo meio de expressão. E, no caso especial da literária, tem objectivos de Arte. As palavras e as frases são então mais rebuscadas, menos usuais.

Para conseguir a força expressiva da linguagem natural, não obtida na escrita comum, o criador da obra literária enriquece a sua comunicação ornamentando-a com figuras verbais, de construção e de pensamento, devidamente analisadas, tanto quanto possível originais. A escrita literária envolve, pois, o uso da inteligência, o bom gosto, a reflexão demorada e a cuidadosa escolha de processos de suprir a falta dos elementos expressivos da linguagem oral, sem esquecimento das exigências sintácticas e da própria fonética já que a memória outiva se manifesta perante os sinais gráficos. Em tudo isto consiste a sua dificuldade. E não admira, porque Literatura é Arte.

Ao longo da história da cultura verifica-se paralelismo na evolução das artes plásticas e da literatura, dado que numas e noutras os autores, nas mesmas datas, procuram satisfazer as mesmas necessidades de interior visando os mesmos efeitos no exterior.

Por isso as várias definições de Arte, algumas tão diferentes pela distância a que se encontram no tempo, e geralmente só referidas às artes plásticas, são, dentro dos mesmos critérios, inteiramente ajustáveis também à Literatura.

Nas mesmas circunstâncias, os mesmos acontecimentos psicofisioló-

gicos impelem à criação nos mais diversos ramos da Arte, mas em coordenadas comuns que constituem e caracterizam a sua escola.

Ao afirmar que Arte é imitação da natureza destinada a ensinar ao homem a Verdade e o Bem, certamente que o moralista de Estagira não se referia à imitação «tal e qual», pois então bastaria observar a Natureza. — Aristóteles sabia que o homem, ao procurar ensinar a Verdade e o Bem, através do Belo, forçosamente ajustaria à nobreza da condição humana a realidade exterior, para reproduzi-la aproximada do seu ideal. Até porque incumbe ao homem aperfeiçoar o existente, num esforço de religação ao Essente, o que já de si implica estar a deformação na génese da Arte.

Na Literatura encontramos os mesmos objectivos e igualmente a deformação do real, aqui ainda mais acentuada por uma segunda razão: na linguagem falada, a quase simultaneidade na produção do fonema e sua recepção pelo interlocutor presente permite acompanhar as reacções deste e a todo o momento adaptar à sua sensibilidade e compreensão a técnica de expor, — haja em vista o método usado em psicopedagogia pelos mestres da Grécia Antiga —, mas isto já não se verifica na expressão escrita. Menos ainda na literária, muito embora essa impossibilidade seja compensada porque, destinando-se a obra a ser lida, o autor conta com o tempo de que o leitor disporá para uma boa compreensão.

Em qualquer caso, porém, nascida a obra literária da inspiração e realizada pela reflexão, ao oferecer a beleza da forma como trilho seguro da Verdade e do Bem que o autor pretende comunicar ao leitor desconhecido, tem necessàriamente de apresentar uma linguagem bem diferente da usada de viva voz.

Tão diferente que, não raro, o escritor, pela introspecção a que se recolhe para analisar o que em seu íntimo se processa e ensaiar mentalmente a sua mais bela, fiel e correcta expressão em sinais gráficos, vem a sentir dificuldades na expressão oral, mormente quando de improviso.

Por isso que a maioria dos escritores pouco falam. Por isso e porque se habituaram a conviver com os seus personagens, no ambiente que lhes destinaram. Mas sem que tal signifique uma ânsia de poder, pois o homem está tão exposto às mais diversas influências que, não raro, o romancista, escritor a que nos referimos aqui, é vencido numa luta de vontades com os produtos da própria imaginação, chegando a ter de alterar todo o plano inicial da obra por imposição de um dos seus personagens. E sempre que nessa luta o protagonista, ser imaginado, estiver dentro da razão, o leitor atento logo percebe se, por teimosia despótica, o escritor contrariou aquele.

No mundo real, a condição de escritor isola o homem. O prazer mental de convívio com os seus personagens não lhe satisfaz o desejo, a necessidade de uma presença física. Procura-a, então, na vida real, mas, nas suas relações com o semelhante e, portanto, já fisicamente acompanhado, a idealidade faz que se sinta, por vezes, ainda mais só.

É o drama do escritor, pois ele vive no homem e este necessita constantemente comunicar com outros homens para extravasão de pressões anímicas, para manutenção do equilíbrio psíquico. E, ou regressa ao real, tão inferior ao ideal uma vez que não passou pelo espírito, e comunica directamente com os outros seres humanos, ou mais se afasta deles para dedicar-se à sua obra, procurando por meio desta um novo e diferente encontro com a espécie.

O livro é um apelo do escritor a esse encontro, mas apelo só atendido se for uma obra de arte.

Como manifestação artística, o romance deve fazer sobressair de toda a realidade que o motivou os principais caracteres. E tudo quanto nele se refere deve ter uma função.

É trabalho do romancista criar as situações mais apropriadas à revelação, em destaque, da característica pela qual melhor se define o ser real — vivo ou inanimado — referido na obra, para que este desempenhe o seu papel dispensando a intervenção forçada do autor.

A sequência das situações criadas no romance, em função da convergência dos efeitos obtidos no realçar caracteres para atingir a finalidade da obra, é o seu enredo.

Tudo quanto se apresenta num romance deve ter uma função específica e todas essas funções devem convergir no objectivo desejado pelo escritor, o de transmitir a mensagem de como na sua idealidade elevou o real, o de fazer comungar o leitor de um seu sentimento, de um seu pensamento, de uma sua vontade. E, como sentimentos, pensamentos e vontades provêm da natureza espiritual do ser humano, o encontro pretendido pelo escritor e solicitado através da sua obra é um encontro de pessoas no que têm de mais nobre, a essência humana, a alma espiritual, que é por onde melhor se manifesta o divino.

E sendo a obra de arte produto do espírito, a obra de arte serve para manifestação do divino.

Porque o romancista procura incessantemente aquela forma de convívio, a que nem falta o diálogo, ele escreve com o pensamento no leitor. Dá-se-lhe.

O romancista vive os seus personagens, sente as suas mágoas e as

suas alegrias, embala-se nas memas esperanças e amargura-se nas mesmas desilusões, partilha das mesmas aventuras, empenha-se nos mesmos objectivos. Confunde-se com eles, nos êxitos e nas frustrações.

É assim que os cria e os oferece ao leitor, num convite às mesmas vivências. A recusa ou aceitação da parte deste, dependem de ser ou não aquele romance uma obra de arte. — Sê-lo-á se reunir os valores que se lhe exigem, como tal.

A pesquisa e apreciação desses valores constituem a crítica.

Não basta ao romance ser obra de arte para realizar a função didascálica. É necessária a colaboração do leitor, com a sua crítica. E esta tem de ser envolvente.

A crítica de romance abarca a interpretação da mensagem nele contida, a verosimilhança do enredo, a adequação das situações à revelação dos caracteres, o equilíbrio na distribuição, ao longo da obra, das solicitações à inteligência e à sensibilidade, o acerto psicológico no comportamento dos personagens, os valores semânticos e fonéticos, a propriedade e riqueza vocabulares, a vernaculidade, a forma e o estilo.

E, a propósito de forma e estilo, convirá fazer a distinção: a primeira refere-se ao vocabulário, à sintaxe, aos sons; o estilo refere-se aos tipos de expressão usados para traduzir movimentos da vida e do espírito.

Na crítica do estilo, há que encarar, no aspecto expressivo, todo um circunstancialismo social, psíquico e fisiológico da localização no espaço e no tempo da produção literária, isto é, uma sociopsicofisiologia da expressão; no aspecto impressivo, a intenção ética, estética ou didáctica da expressão.

Editam-se muitos romances em Portugal, de autores nacionais e estrangeiros. A leitura dessas obras é um meio de conhecer a cultura, no sentido amplo da palavra, dos povos a que pertencem os respectivos autores.

No nosso caso especial de portugueses, a primeira cultura a conhecermos deve ser a portuguesa. Por isso, os primeiros romances a ler devem ser de escritores portugueses. E, destes, os que mais fortalecem a nossa moral, moral assente em valores reais e tradicionais, de inspiração cristã; os que mais divulgam a nossa cultura, uma cultura a todo o momento acrescida, já que aberto e destinado o nosso povo à ecúmena; os que servem a nossa língua, a língua tão usada para ensinar a Verdade e o Bem a tantos povos, num esforço próprio da vocação missionária dos portugueses, sempre desejosos de elevar mais almas à contemplação inefável do Criador. Língua de Gil Vicente, Camões, Vieira, Bernardes, Garrett, Camilo,

Fernando Pessoa e tantos outros que deram e dão o seu melhor contributo para elevá-la a um alto grau de unificação em normas consagradas pela escola, pela academia e pela literatura nacionais.

Língua que melhor traduz os sentimentos da saudade e da esperança, duas constantes da maneira — só nossa! — de estar no mundo, que é a maneira de perpetuar os altos valores que, no seu conjunto, só uma palavra consegue exprimir, a palavra: PORTUGALIDADE...

Prof. Georges Gaillard

In Memoriam

Ocorreu em 1 de Outubro de 1967 o passamento do Prof. Georges Gaillard, eminente medievalista, catedrático da Universidade de Lille e distinto lusófilo. Foi ilustre colaborador desta Revista, à qual deixa o seu nome ligado com trabalhos de larga erudição, apresentados em várias das manifestações culturais promovidas pelo Município Bracarense, a partir de 1948, como o I Colóquio de Estudos Suévico-Bizantinos e o Congresso Histórico de Portugal Medievo.

Sinceramente contristados com a perda de um dos nossos mais destacados colaboradores, que muito ilustrou a galeria dos que, ao longo de duas décadas, tanto contribuíram para a projecção e brilho da «Bracara Augusta», não podemos deixar de prestar à sua memória a nossa humilde homenagem.

E, ao publicar a pequena resenha bio-bibliográfica que segue, mais não pretendemos que concretizar esse desejo que nos é imposto por um sentimento de gratidão e de saudade.

Outros exaltarão com maior propriedade a figura agigantada deste sábio Professor Universitário Francês, que Braga tem obrigação de recordar com enternecido respeito, tal a predilecção que sempre lhe mereceram a cidade, a sua gente os seus monumentos, testemunhos dum passado por ele tão apreciado e bem interpretado.

★

Georges Gaillard nasceu a 23 de Abril de 1900 nos arredores de Grenoble. Foi aluno da Escola Normal Superior, e licenciou-se em Letras. Após a licenciatura, frequentou a Escola dos Altos Estudos Hispânicos de Madrdid. Doutorou-se em Letras, em Paris, em 1938. Foi nomeado Professor de História de Arte no Instituto Francês de Varsóvia e, depois, no de Barcelona. Passou em seguida à Universidade de Nova Iorque como «Visi-

ting Professor», no Instituto de Belas Artes. Era, à data do seu falecimento, Professor de História de Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Lille e na Escola de Belas Artes da mesma cidade, sendo ainda Professor de História de Arquitectura, na Escola Regional de Arquitectura. Em viagens e missões de estudo, percorreu largamente a Espanha, Marrocos, Europa Central e Setentrional, a Grã-Bretanha, a Itália, Médio Oriente, etc.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA:

— *Notes sur les tympans aragonais.* (Bull. hispanique, XXX, 1928, 193-203).

— *Notes sur la date des sculptures de Compostelle et de Léon.* (Gazete des Beaux-Arts, I, ler sem., 1929, 341-378, 17 fig.).

— *L'église et le cloître de Silos, dates de la construction et de la décoration.* (Bull. Monum. XC-XCI, 1932, 39-80, 24 fig.).

— *Les chapiteaux du cloître de Santa Maria del Estany.* (Gazette des Beaux-Arts, X, 1933, 2ª sem.).

— *Notes sur l'église de Saint-Michel de Cuxa.* (Bull. hispanique, XXXV, 1933, 97-106).

— *Hypothèses sur le chevet de l'église de Saint-Michel de Cuxa.* (Bull. hispanique, XXXVI, 1934, 251-288, 4 ill., plan.) — et PUIG I CADAFALCH (J.). — *L'église Saint-Michel de Cuxa.* (Bull. monumental, XCIV-XCV, 1935, 353-373, 13 ill., 1 plan).

— *Les commencements de l'art roman en Espagne.* (Bull. hispanique, XXXVII, 1935, 273-308).

— *Les débuts de la sculpture romane espagnole; Léon, Jaca, Compostelle.* — Paris, Hartmann, 1938, in-8°, XXXV-269, pp. 128 h-t. (Thèse Lettres, Paris).

— *Premiers essais de sculpture monumentale en Catalogne aux Xª et XIª siècles.* — Paris, Hartmann, 1938, in-8°, 111 pp., ill., 16 h-t. (Thèse complémentaire).

— *Les fresques de Saint-Savin. I. La nef...* — Paris, Ed. du Chêne, 1944, in-4.°, 9 pp., XX pl. en coul.

— *Notes sur la date de quelques églises romanes espagnoles.* (Bull. Monumental, CIII, 1945, 64-87, 7 ill.).

— *De la diversité des styles dans la sculpture romane des pèlerinages.* (Revue des arts, 1951).

— *Études sur la peinture murale romane.* (Revue historique, CCIX, 1953, 24-32).

— *Essai de classement des sculptures delphino-rhodaniennes au début de l'époque romane.* (Actes du XVIIª congr. internat. d'histoire de l'art, La Hay, 1955).

— *La sculpture du XIª siècle en Navarre avant l'influence des pèlerinages.* (Bull. Monumental, CXIII, 1955, 238-249, 17 ill.).

— *La Catalogne entre l'art de Cordoue et l'art roman.* (Studia Islamica, VII, 1956).

— *Sur la chronologie de Tournus.* (Rev. archéol., XLIX, 1957, 47-59, 4 fig.).

— *Cluny et l'Espagne,* dans, Bulletin Hispanique, 1961.

— *Sculptures espagnoles de la seconde moitié du XIIª siècle,* dans Acts of the Twentieth International Congress of the History of Art, New York, 1961.

— *Le chapiteau de Job aux Musées de Toulouse et de Pampelune*, dans Revue des Arts, 1960.

— *Remarques sur la sculpture asturienne du IX^e siècle*, dans Symposium sobre cultura asturiana de la alta Edad Media, Oviedo, 1967.

— *Le forche de la gloire à S. Jacques de Compostelle et ses origines espagnoles*, dans Cahiers Civilisation Médiévale, 1958.

— *Rouergue roman*, la nuit des temps, 1963.

— *Novane romane* (Introduction), id., 1967.

— *Signification de l'art Suévo-byzantin* — in «Bracara Augusta», vol. IX-X, 1958/1959.

— *La Chapelle Saint-Oyand de Grenoble*, in «Bracara Augusta, vol. IX-X, 1960.

— *Aspects de l'art roman portugais*, in «Bracara Augusta, vol. XVI-XVII, 1964.



Livros de Registos

(Continuação da página 211 do Volume XXIII)

Carta de examinação do ofício de alfaiate, a favor de João Filipe Pereira, da rua do Souto, desta cidade — fl. 195, v.

Privilégio do SS. Sacramento da igreja de S. Pedro de Maximinos desta cidade, a favor de Jerónimo da Rocha, da Rua da Cruz de Pedra, da mesma freguesia — fl. 196.

Privilégio de armeiro de S. Majestade, a favor de José da Silva, da rua das Águas desta cidade — fl. 196,v .

Privillégio do SS. Sacramento da igreja de S. Pedro de Maximinos a favor de Estêvão Vieira, do lugar do Penedo, da mesma freguesia — fl. 197.

Idêntico de Gregório de Araújo, do lugar da Laranjeira da mesma freguesia — fl. 197, v.

Idêntico de António Lopes, carpinteiro, do lugar da Laranjeira da mesma freguesia — fl. 198.

Privilégio do SS. Sacramento da Sé, a favor de Agostinho Fernandes, do lugar de Passos, freguesia de S. Victor — fl. 199.

Carta de examinação de cirurgia a favor de António Pereira da Cunha e Castro, da freguesia de S. Martinho de Dume — fl. 199, v.

Provisão de S. A. R. da ocupação de Sargento da ordenança a favor de Manuel Gomes, da rua dos Pelames, desta cidade — fl. 201.

Carta de examinação de alfaiate a favor de Domingos Pereira de Barros, da rua do Souto, desta cidade — fl. 201, v.

Carta de examinação de sangria a favor de José Dionísio da Cunha, da rua dos Chãos de Baixo, desta cidade — fl. 202.

Carta de examinação de cirurgia a favor de José Dionísio da Cunha, da rua dos Chãos de Baixo, desta cidade — fl. 202, v.

Provisão de Privilégios de S. A. R. a favor de José Pedro Coimbra, mercador de livros e seus oficiais, da Galeria, desta cidade (a) — fl. 204, v.

Justificação, petição e despacho de alívio de quadrilheiros e jurados a favor de João Lourenço e Diogo Lourenço, da freguesia de S. João de Nogueira — fl. 205.

Marca de marcar ouro do ensaiador e contraste dos ourives do ouro desta cidade, termo e coutos Domingos Vieira, da rua de Gatos desta mesma cidade (b) — fl. 206.

Marca de marcar as peças de prata (pertencentes ao contraste dos ourives do ouro; do ensaiador e contraste dos mesmos ourives desta cidade, cidade, termo e contos, Domingos Vieira (c) — fl. 206.

Provisão de S. A. R. da ocupação de recebedor da ordenança da companhia do capitão Manuel Duarte, a favor de Francisco de Macedo, da freguesia de S. Martinho de Dume — fl. 206, v.

Ano de 1771

Privilégio do SS. Sacramento da Sé a favor de Francisco Xavier Rodrigues, ourives da rua Nova de Sousa — fl. 207.

Idêntico de José António Duarte, da freguesia de S. Miguel de Frossos — fl. 208.

Petição e despacho de um privilégio de armeiro de S. Majestade, a favor de José da Silva, armeiro da rua das Águas, desta cidade — fl. 208, v.

Provisão de S. A. R. da ocupação de capitão da ordenança, a favor de João da Silva, da freguesia de S. Jerónimo — fl. 212, v.

(a) Para gozar das mesmas isenções dos familiares do Arcebispo, por ser fornecedor da sua livraria.

(b) A marca era a letra I encimada por um adorno semelhante a uma coroa de três torres.

(c) Igual ao desenho da antecedente, mas em proporção dupla.

Privilégio da Santa Casa da Misericórdia a favor de António Francisco, da freguesia de Santa Maria de Adaúfe — fl. 213, v.

Provisão de S. A. R. da ocupação de alferes da ordenança, a favor de Manuel de Araújo, da freguesia de S. Martinho de Dume — fl. 213.

Provisão de S. A. R. da ocupação de recebedor da ordenança a favor de Francisco José de Araújo, da Galeria desta cidade — fl. 214.

Registo de duas marcas de marcar o oiro e prata do ensaiador e ajudante do contraste e ensaiador do ouro desta cidade, termo e coutos [João Silvestre de Abreu, ajudante de Domingos Vieira] (a) — fl. 214, v.

Carta de examinação do ofício de alfaiate a favor de António da Silva Peixoto, morador que foi na cidade de Lisboa, e hoje na rua dos Chãos, desta cidade — fl. 214, v.

Carta de examinação do ofício de ourives do ouro, a favor de António José Carmim, desta cidade (b) — fl. 215, v.

Carta de examinação do ofício de ourives do ouro, a favor de Félix António Pires, da rua das Chagas, desta cidade — fl. 216.

Ano de 1772

Provisão do cargo de alferes da ordenança a favor de José Joaquim Flores, desta cidade, fl. 216, v.

Provisão de S. A. R. do cargo de Alferes do Companhia da Bomba, a favor de Francisco José Pereira, dos Chãos de Baixo, desta cidade — fl. 217.

Privilégio do SS. Sacramento de S. José de S. Lázaro, a favor de Brás Rodrigues, estalajadeiro, da rua das Águas desta cidade — fl. 217, v.

Marca de Francisco da Costa, ourives de prata, morador defronte da Galaria, desta cidade (c) — fl. 218.

Privilégio da Bula da Santa Cruzada, a favor de António Vieira, do lugar do Berredo, freguesia de Crespos — fl. 218.

Privilégio da Santa Casa da Misericórdia, a favor de Francisco Pereira, do lugar do Assento, freguesia de Palmeira — fl. 219.

Privilégio da Bula da Santa Cruzada, a favor de Félix Francisco Braga, ourives, da Porta da Sé, desta cidade — fl. 219, v.

(a) As marcas, em dois tamanhos, eram um R aberto em punção recortado.

(b) A marca era a letra A aberta em punção recortado.

(c) Consistia num monograma formado pelas letras F D, abertas em punção recortado.

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO MUNICIPAL

Idêntico a favor de João Silvestre de Abreu, ourives da rua Nova de Sousa, desta cidade — fl. 220.

Marca do ajudante do ensaiador Domingos Vieira (a) — fl. 220.

Provisão do cargo de sargento da ordenança, a favor de João Luís Teixeira, da freguesia de Esporões — fl. 220, v.

Carta de examinação a favor de José Luís Barbosa, sombreireiro, do lugar de Torneros, freguesia de S. Victor, desta cidade — fl. 221.

Ano de 1773

Privilégio da Bula da Santa Cruzada, a favor de Francisco Pereira Lima, mercador, e morador na rua do Souto, desta cidade — fl. 221, v.

Carta de examinação a favor de Francisco Manuel de Almeida, ourives do ouro, da rua Nova de Sousa desta cidade (b) — fl. 222.

Privilégio da Santa Cruzada a favor de Maria Ferreira, viúva, moradora na Congosta dos Prados, da freguesia de Santiago da Cividade — fl. 222, v.

Carta de examinação a favor de Manuel José da Silva, ourives de ouro, e prata da Rua nova de Sousa, desta cidade — fl. 223.

Privilégio da Santa Cruzada, a favor de Silvestre Dias, da freguesia de S. Miguel de Vila Cova, termo desta cidade de Braga — fl. 223, v.

Instrumento de fiança e aprovação dela que deu Félix José Soares da Silva, da ocupação de Juiz e Tesoureiro das cisas desta cidade e seu termo — fl. 224.

Carta de examinação a favor de Paulo Ferreira, ourives de ouro e prata da rua de Gatos, desta cidade de Braga (c) — fl. 227.

Privilégio da Bula da Cruzada, a favor de Jerónimo Peixoto de Campos, da rua dos Chãos, freguesia de S. João do Souto, desta cidade — fl. 227, v.

Privilégio da Santa Casa da Misericórdia, a favor de João de Faria, morador na freguesia de S. Pedro de Lomar, termo desta cidade — fl. 228.

Privilégio da Bula da Santa Cruzada, a favor de Manuel Lourenço, da freguesia de Santa Maria de Ferreiros, termo desta cidade de Braga — fl. 228, v.

(a) O ajudante era João Silvestre de Abreu, e a marca um sinal que se aproxima do Y, ou antes do γ.

(b) A marca consistia num A aberto num pequeno punção triangular.

(c) A marca consistia na letra P.

Livro das Vereações

(Continuação da página 216 do Volume XXIII)

Termo d' Camara

Aos treze dias do mes de Navembro de mil oitocentos annos em esta Cidade de Braga em o Paço do Concelho della onde se custumão fazer as Veriaçoens, e estavão juntos e incorporados em acto de corpo de Camara os Veriadores e Procurador della a que prezedia o Doutor Juiz de Fora do Civel ali Acordarão o seguinte.

Em este mesmo acto com asistencia das pessoas que custumão andar na Governança, e forão convocados para se fazer nova Veriação, e pustura sobre a materia da providência do Acordão antecedente na forma da Ley do Reino para ficar o mesmo Acordão em plena observancia digo com vigor e authoridade que a mesma Ley lhe concede sendo-lhe lido e preposto o mesmo Acordão, e ponderando com madura reflexão os inconvenientes que resultão ao Público na falta de se guardar o detreminado no mesmo Acordão ouverão por bem de a confirmar a todas as vozes e quizerão que ficasse em pustura e Veriação que se fizesse exactamente guardar por que como dito hé se fazia hum insepurtavel damno e prejuizo que recebia o público de conservarem-se os Taberneiros na pratica de venderem comestiveis nas suas tavernas, não só porque os Taverneiros com esta livardade tomavão todos os Generos da primeira necessidade sem respeitarem o presso por que ao depois o fazem cresser, e são porisso precizadas as pessoas do Povo a pagarem os ditos generos com exorvitancia levando outro sim o mais infrior porque de Ordinário o milhor do Assougue e da praça era para os ditos taverneiros, mas bem assim porque esta gulatina na Taberna apenas servia para ofenças de Deos da ordem e escandalo da gente de providade, pois por hua parte hião ahi juntar-se as Meretrizes com os levertinos, e ociozos, pela outra parte ahi se trasavão os furtos e os roubos; e pela outra parte em fim muitos Homens que unicamenete tinhão em vista a sua Gulusina, hião ahi jugar, e inda sem isso comsumião desOrdenadamente o dinheiro que ganhavão pellos seus jornaes e modos que tinhão de viver deixando em dezamparo e a estalar de fome as próprias mulheres e filhos cujas queixas herão excessivas e fazião a necessidade da actual providencia. Em confirmação pois do sobredito Acordão Ordenarão as seguintes pusturas

Taberneiros

1 Item que nenhum Taberneiro, quer seja com venda por sua conta quer seja vendendo vinho particular, ou de casas particulares, de hoje em diante mais puderá ter na Taberna, nem vender ao Povo mais que pão sómente e o vinho; com pena de seis mil reis para o Concelho, e trinta dias de Cadeia pela primeira vez, e pela segunda haverá a mesma pena e ficará para sempre innavelitado de ter taberna.

2 Item que nenhua pessoa inda que Taberneiro não seja não poderá em sua Casa vender comestíveis guizados debaixo da mesma pena de seis mil reis, e trinta dias de cadeia e se lhe tomarem os Comestíveis por perdidos para os prezos; e sendo segunda ves comprehendidos incurrerão mais a ficarem inabelitadas as suas Cazas para este e semelhantes tratos.

Estalajadeiros

3 Item que os Estalijadeiros, daqui em diante não puderão huzar deste trato de Estalagem sem licensa do Sennado; o qual tão somente a consederá aos que tiverem probidade e as comodidades competentes procedendo para hisso os Exames convenientes asim das Cazas como do mais que hé necessario para a boa Hospetualidade; estes mesmos Estaligadeiros que forem admetidos não puderão ter vinho para vender, e dar aos óspedes ex outra qualquer pessoa com pena de seis mil reis, e trinta dias de Cadeia e de innavelidade pela segunda contravenção.

Pasteleiros

4 Item que os Pasteleiros tão somente puderão huzar de Massas, e de nenhum outro comestivel, para dar, ou vender ao Povo, e da mesma forma os que não tratarem de massas como são os Estalijadeiros, e Cazas de Pasto não puderão fabricar para vender ao Povo massas de nenhua qualidade e fica por isso prohibido, que o que tiver o exercissio de Caza de Pasto não poderá exercitar tambem os das massas, tudo huns, e outros, debaixo da dita pena pela primeira ves, e da segunda de innavelidade.

Pasteleiros

5 Item que os Pasteleiros não puderão ter vinho para vender ao Povo debaixo das mesmas penas, e tambem lhe fica prohivido que o possão dár, e vender, aos que forem comer os pasteis com a dita pena.

6 Item que ninguem puderá vender castanhas cozidas, ou assadas, e nem ainda compralas para regatar, e tornalas a vender cruas debaixo das mesmas penas.

7 Item que nenhua pessoa puderá comprar ortelices, ovos, leite, galinhas, Frangos, e fruitas para vender debaixo das mesmas penas.

8 Item que o Senado fará estabelecer o numaro das Regateiras admetindo sómente as que forem de providade, e em estado que deste tracto não rezultem ofensas de Deos, e as mulheres a quem se derem estas licensas nunca poderão subrregar o seu lugar a outras pessoas, inda que sejão filhas, parentas, ou criadas, e as que contravierem a isto ou forem achadas sem licensa por escripto incorrerão nas penas asima. E que de tudo isto se lanse vando. E desta forma ouverão esta Veriação por feita e acabada e asignarão e eu Manoel Teixeira de Oliveira, Escrivão da Camara, o escrevi = Doutor Guedes = Sá = Carvalho = Araujo = Alvares de Araujo.

Termo d' Camara

Aos dezaceis dias do mes de Dezembro de mil oitocentos e tres annos nesta Cidade de Braga no Passo do Concelho della na Salla onde se custuhão fazer as Veriaçoens ahi estando juntos, e incorpurados em acto de Camara, os Veriadores, e Procurador da mesma a que prezedia o Doutor Antonio Guedes Pinto Juis de Fora do Civil nesta mesma, e seu termo para cujo acto foi convocada a Governança para com ela se fazer a avirguação detreminada no Acordão antecedente anesio ao Capitulo de Curreição do anno de mil oito centos e dous em que o Doutor Curregedor desta Comarca Cappitulou que aos Padeiros se desse hua tarifa de pão segundo as espécies delle para se prepocionar o pego com o preço corrente de cada hua das feiras da Semana; responderão todos aqueles que concorrerão ao convitte que em termos haveis se fes e que este arbitrio deixava aos Padeiros a liberdade de escolherem os maiores preços das feiras sendo que estes os tenhão no mesmo dia difrentes já pela qualidade dos Graos, já por que

sucedia muitas vezes concurrer de manhaã menos pam, e á tarde mais, já porque os compradores, e atracadores inivitaveis comcurrião ou deixavão de comcurrer nas difrentes oras do mesmo dia, já finalmente; porque em alguns annos como no prezente o pão da importação se vende por muito menor preço nas Feiras, e por isso se persuadião e asseitavão elles Respondentes que a Camara observando como athé aqui observa os preços das referidas feiras sem aquele interesse que percebem os Padeiros regulasse pela tarifa que para isso tem o pezo que deve ter cada pam depois de cuzido fazendo os custumados descontos das deminuição e gastos que tem os Padeiros escolhendo e olhando para os preços medios, e recionaveis e fugindo daqueles interesses e haveliaçoens que os preços para si proprios encolherão os Padeiros

Estalajadeiros

E sendo da mesma forma perguntados sobre o Cappitulo subsequente a este responderão como não podia calcular-se nem saber se o preço porque os Estalijadeiros compravão o que davão aos ospedes cozido, assado, ou cozinhado, nem o que despendião para apromptar esta comida, não hera por isso praticavel o regular-se ou por taxa a cada hua das ditas cauzas, e por isso assentarão ser milhor e mais conveniente que cada hum dos Estalijadeiros fizesse hua relação todos os dias do que tinhão assado, cuzido ou guizado, e puzesse em cada hua destas cousas destintamente os preços dellas escrevendo-o em hum papel e mustrando-o a cada hum dos Ospedes tanto que chigar para nos cuzinhados escolher segundo o seu apetite, e bolsa, e porque o regulamento e Taxa pode ter algum lugar na cevada responderão q' os Estalijadeiros pudessem levar em cada alqueire de Sevada o maior do preço que tem na feita cessenta reis, no que tambem convierão a respeito da palha que assentarão que sendo ella de irgola de cinco palmos ganhassem em cada facha quarenta reis e na palha Ordinaria em cada faxa dés reis tudo debaixo da pena de seis mil reis pagos da Cadeia no que convierão, e Acordarão os Veriadores e Procurador, e Menistro precedente, e para constar fis este termo que todos asignarão e eu José Teixeira Malheiro Escrivão da Camara Secular que o escrevi Doutor Guedes — Aranha — Machado — Faria Magalhaens.

Efemérides Bracarenses*

Ano de 1968

Janeiro, 2 — A Câmara Municipal de Braga, na sua reunião de hoje, procede à distribuição dos pelouros pelos respectivos vereadores e à constituição dos seus órgãos consultivos.

— Realizou-se a cerimónia da verificação de poderes dos membros recentemente eleitos para a Junta Distrital de Braga. Preside ao novo corpo administrativo o dr. Teotónio Rebelo de Andrade e Castro.

Janeiro, 8 — Por proposta do seu presidente, aprovada por unanimidade, a Câmara aprova a cedência de um jazigo no Cemitério Municipal, para nele serem depositadas as ossadas dos soldados de Braga, caídos no Ultramar em defesa da Pátria.

Janeiro, 12 — O comendador António Augusto Nogueira da Silva, que, pelas inúmeras benesses às diversas instituições da cidade, se tornou credor da Medalha de Ouro da Cidade, com Palmas, com que o Município Bracarense oportunamente o distinguiu, foi agraciado pelo Chefe de Estado com a Grã-Cruz da Ordem de Benemerência.

Janeiro, 13 — Também a Santa Sé concede ao Comendador António Augusto Nogueira da Silva a Grã-Cruz da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém.

Janeiro, 15 — A Universidade de Coimbra presta homenagem ao seu eminente mestre e bracarense dos mais ilustres, o professor Elísio de Moura, na passagem do seu 90.º aniversário natalício.

Janeiro, 18 — O embaixador dos Estados Unidos da América do Norte, W. Tapley Bennett Jr., vem a Braga em visita de cumprimentos, tendo estado no Governo Civil, Câmara Municipal e Paço Arquiepiscopal de Santa Margarida, onde foi recebido com manifestações de grande cortesia. Mais tarde, e em nome do Presidente Johnson, ofereceu à Faculdade Pontifícia de Filosofia uma colecção de livros filosóficos.

Janeiro, 26 — Os paroquianos da freguesia da Sé prestam homenagem ao seu dedicado e zeloso pároco, o cónego Manuel de Oliveira Veloso.

Janeiro, 30 — O director da Escola Técnica de Braga, eng.º Jorge Segismundo Álvares Pereira de Lima, atinge o limite de idade e abandona as funções directivas e docentes que durante tantos anos exerceu com grande competência. Por tal

---

* Notas do Arquivo Municipal.

motivo, é alvo de significativa homenagem por parte dos seus colegas, alunos e admiradores.

Fevereiro, 4 — Por iniciativa da Câmara Municipal de Braga, à qual aderiram quase todas as instituições da cidade, autoridades civis e religiosas, é levada a efeito uma homenagem pública ao grande benemérito comendador António Augusto Nogueira da Silva. Serviu de motivo a imposição da Medalha de Ouro com Palmas, o mais alto galardão que a Câmara pode conceder, e que lhe havia sido concedido em 17-12-1964, cumulativamente com o título de Cidadão Honorário de Braga. Dada a projecção do homenageado, esta manifestação acabou por atingir carácter de consagração nacional, e registou a presença de altas individualidades políticas e religiosas do País.

Fevereiro, 10 — Toma posse o novo Juiz do Tribunal do Trabalho de Braga, dr. Alexandre Cunha e Silva.

Fevereiro, 14 — Na passagem do 6.º aniversário da sua posse, o dr. Pessoa Monteiro, Governador Civil de Braga, é cumprimentado pelos representantes dos organismos administrativos do distrito, autoridades civis, militares, religiosas e inúmeros amigos e admiradores.

Março, 6 — O rev.º dr. António Freire, S. J., concluiu a sua prova de doutoramento na Faculdade Pontifícia de Filosofia.

Março, 9 — Faleceu o antigo chefe dos jardins da Câmara Municipal de Braga, Eugénio Gomes de Faria. Regista-se esta efeméride como homenagem ao competente, zeloso e benquisto funcionário municipal, que soube grangear tanta estima entre os seus colegas e subordinados.

Março, 11 — Por iniciativa da União Nacional, o deputado dr. Gonçalo Mesquitela proferiu, no salão nobre da Biblioteca Pública, uma conferência subordinada ao tema: «Importância moral da posição portuguesa no mundo de hoje».

Março, 15 — O prof. J. Honk da Paul, catedrático de Geografia da Universidade de Chicago, proferiu, na Faculdade de Filosofia uma conferência sobre «Problemas sócio-urbanísticos de uma metrópole americana — Chicago».

— Sob a presidência do dr. Teotónio Rebelo de Andrade e Castro, reuniu o Conselho do Distrito, para apreciação do relatório da gerência do ano findo.

Março, 27 — A Semana do Ultramar foi hoje solenemente comemorada, em Braga, com uma conferência nos Paços do Concelho. Foi orador o rev. Teixeira Maio que dissertou sobre o tema «Centenário do martírio e da glória».

Março, 29 — Prosseguem as manifestações da Semana do Ultramar. O Distrito de Recrutamento, a Escola Técnica e a Escola de Enfermagem «Calouste Gulbenkian» promovem manifestações culturais integradas nas referidas comemorações.

Março, 30 — A Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (S. H. I. P.) presta homenagem à memória do coronel José Baptista Barreiros, seu prestigioso presidente. Fica bem nestas efemérides, a cargo duma revista cultural da Câmara Municipal de Braga, dar relevância a uma notícia referente a uma individualidade que com o Município Bracarense colaborou, de forma tão destacada, em todas as realizações culturais de vulto (e tantas foram), que, em Braga, se realizaram na última década. Aliás «Bracara Augusta» já em suas páginas teve

oportunidade de exaltar a figura ilustre de tão prestante cidadão.

Abril, 4 — Pelos Presidente, Vice-Presidente e vários vereadores da Câmara é recebida uma embaixada artística da Universidade de Coimbra que vem dar um recital no Teatro Circo.

Abril, 8 — A Presidente do Núcleo Auxiliar Feminino da Cruz Vermelha Portuguesa, D. Maria Luísa Jácome Vasconcelos, é homenageada pelas suas colaboradoras. A cerimónia decorreu na sede do Organismo, na Avenida Marechal Gomes da Costa.

Abril, 9 — O ilustre bracarense comendador António Maria Santos da Cunha, antigo Presidente da Câmara, actual deputado e Provedor da Santa Casa da Misericórdia e Hospital de S. Marcos, é promovido à classe de «Magno Numismatae Argenteo» da Ordem de S. Gregório Magno.

Abril, 22 — A dr.ª D. Ester de Lemos proferiu uma conferência, no Salão Nobre da Biblioteca Pública, subordinada ao tema «Pátria e Literatura». Promoveu-a a União Nacional, e foi a primeira dum ciclo organizado por este organismo político.

Abril, 27 — O comendador Santos da Cunha é homenageado pelos industriais de padaria, por motivo duma intervenção na Assembleia Nacional a favor desta classe de industriais.

— Nos salões da Aliança Francesa, ao Largo do Paço, é inaugurada uma exposição de fotografias, denominada «Marie et Pierre Curie».

Abril, 28 — Por iniciativa da Delegação de Braga do Movimento Nacional Feminino, reúnem-se no templo do Sameiro os soldados regressados do Ultramar, para homenagearem a memória dos seus colegas que tombaram ao serviço da Pátria.

Maio, 2 — O Chefe do Distrito preside a uma reunião preparatória das comemorações do 28 de Maio, no ano corrente. Presentes os presidentes das câmaras do distrito, presidentes das comissões políticas da União Nacional, autoridades civis, militares e Legião Portuguesa.

— A Companhia da G. N. R. arquartelada em Braga, as suas secções de Guimarães e Barcelos, comemoram solenemente, nesta cidade, o dia da «Guarda Nacional Republicana».

— O teólogo alemão, prof. Michael Schumaus, catedrático da Universidade de Munique, proferiu, na Faculdade de Filosofia, uma conferência que versou sobre «O pensamento evolutivo teológico à luz da fé Católica».

— Também o prof. doutor Rúben Garcia Alvarez, nos Paços do Concelho, apresentou valioso trabalho sobre «Reconquista de Braga e o repovoamento do País». A dissertação deste ilustre mestre integra-se no ciclo de conferências promovidas pela Câmara Municipal de Braga, e contou ainda com a colaboração da Delegação Bracarense da S. H. I. P.

Maio, 4 — O Ministro da Saúde e Assistência, dr. Neto de Carvalho, visitou os estabelecimentos hospitalares e de assistência da cidade, merecendo-lhe interesse especial a construção do pavilhão de Recuperação e Ortopedia, e a possibilidade de instalação, em Braga, de um hospital psiquiátrico e de um lar para enfermeiras profissionais.

Maio, 11 — O pintor de Arte Luís de Campos expõe no Turismo 25 desenhos a lápis sobre «Braga histórica e pitoresca».

Maio, 13 — Uma equipa da radiotelevisão alemã filma, em Braga, elementos para um documentário a cores.

— Na Faculdade de Filosofia, o prof. eng.º Daniel Barbosa, catedrático do Ins-

tituto Superior Técnico, inicia um ciclo de lições sobre «Problemas económico-financeiros na actualidade europeia e nacional». Este ciclo prolonga-se até ao dia 18 de Maio.

Maio, 22 — Os adidos militares da Inglaterra, França, América do Norte e da Alemanha Ocidental, acompanhados de suas esposas, visitam Braga em digressão turística.

Maio, 25 — Integrada numa jornada de aproximação entre os povos das cidades de Braga e de Orense, celebra-se hoje o dia desta cidade galega. Qualificada embaixada de orensanos, presidida pelo seu alcalde, é recebida nos Paços do Concelho pelo Presidente da Câmara, Governador Civil, vereadores, autoridades civis e religiosas, que lhe tributam calorosa recepção.

— No Cinema S. Geraldo tem lugar a eliminatória do IV Festival da Canção do Minho, que abarca canções do antigo mundo celta, e cujo apuramento final se efectuará em Orense, em 25, 26 e 27 de Junho próximo, por ocasião do grande festival que, nesta cidade, se realizará.

Maio, 26 — O Ministro do Interior preside às comemorações de Braga do 28 de Maio, que hoje se iniciaram com um desfile de 5000 legionários.

Maio, 28 — Com uma sessão política, realizada no Teatro Circo, encerram-se as comemorações, deste ano, do 28 de Maio.

Junho, 6 — O Director Geral da Assistência, dr. A. Carvalho da Fonseca, visitou o «Centro de Reeducação D. João de Novais e Sousa» (a entrar em funcionamento brevemente), a Creche e o Hospital de Santa Cruz.

— O Grupo Gulbenkian de Bailado exibe no Teatro Circo a peça «Giselle» e, em fim de festa, «Encruzilhada». Este espectáculo integra-se no XII Festival Gulbenkian de Música.

Junho, 8 — O ilustre advogado argentino Alfredo Hector Wilensky proferiu, na sede da Associação Jurídica de Braga, uma conferência sobre «Tendências da legislação ultramarina em África».

— Na Câmara Municipal de Braga é assinada a escritura para a demolição da igreja de S. Lázaro e construção de novo templo.

— Faleceu, nesta cidade, o dr. Vieira e Brito, natural da Póvoa de Lanhoso, mas que em Braga se radicou e desenvolveu notável acção docente, durante várias décadas, no Liceu Sá de Miranda. Foi professor de sucessivas gerações de alunos que muito apreciavam a inteireza do seu carácter, a sua fidalguia e a sua bondade.

— São instituídos cursos superiores de Música, no Conservatório Regional de Braga, pelo decreto-lei n.º 48 426.

Junho, 9 — Os participantes do II Congresso Luso-Brasileiro de Radiologia visitam a cidade. Na Biblioteca Pública, é-lhes oferecido um almoço pelo Chefe do Distrito.

Junho, 17 — O rev.º prof. doutor José Bacelar de Oliveira, S. J., leu na Faculdade de Filosofia, perante numerosa assistência, uma «Crónica de uma viagem à Universidade dos Estados Unidos da América do Norte», de sua autoria, relacionada com a visita por ele recentemente feita a esse importante estabelecimento de ensino.

Junho, 18 — O dr. Egídio Amorim Xavier de Sousa Guimarães, Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga e Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal, é distinguido pelo Ayuntamiento de Leon (Espanha), com a

nomeação para «Vereador de Honra do Ayuntamiento de Leon». O Dr. Egídio Guimarães, tendo sido delegado do Município Bracarense às comemorações do 19.º centenário da fundação de Leon pela legião romana «Pia Felix», foi portador dum belo pergaminho para o Presidente da Câmara Municipal de Braga.

Junho, 20 — O venerando Chefe do Estado, de visita ao Norte do País, onde veio proceder à inauguração de melhoramentos em várias localidades, passa em Braga a caminho de Vilarinho das Furnas, e é carinhosa e entusiàsticamente recebido às portas da cidade pelas autoridades civis, militares e religiosas, os representantes das forças vivas da cidade e muitos milhares de bracarenses.

Junho, 23 — Os participantes do Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais, inaugurado há dias na cidade do Porto, são festivamente recebidos em Braga, e homenageados com um almoço no salão medieval da Biblioteca Pública.

Junho, 27 — O dr. Viriato Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Braga, acompanhado de sua esposa e do seu secretário particular, parte para Orense, a fim de representar a cidade de Braga na final do «Festival da Canção do Mundo Celta».

Junho, 28 — O Ministro das Comunicações, eng.º Carlos Ribeiro, tem na Câmara Municipal uma reunião com funcionários afectos aos serviços que correm pelo seu ministério, a fim de, com o Presidente da Edilidade, tratarem assuntos relativos a carreiras urbanas de transportes colectivos, construção da Central de Camionagem de Braga e melhoramentos a introduzir no aeródromo de Palmeira.

Julho, 1 — Por iniciativa do Movimento Nacional Feminino, Conferências Femininas de S. Vicente de Paulo, Cáritas Portuguesa, Mocidade Portuguesa Feminina e Cruz Vermelha Portuguesa comemorou-se o «Dia da Mulher Portuguesa».

— A Câmara Municipal de Braga aprova uma postura que proíbe o trânsito automóvel na Rua do Souto.

Julho, 16 — Os paroquianos de S. Lázaro prestam homenagem ao seu pároco, o arcipreste de Braga, cónego João de Baros, na passagem do 25.º aniversário da sua entrada ao serviço naquela paróquia.

Julho, 17. — O edifício do Abrigo de S. Bento, no Largo Paulo Orósio, é entregue ao Ministério da Saúde e Assistência, para ser adaptado a hospital psiquiátrico.

Julho, 30 — A Câmara adjudica as obras de urbanização do Bairro Nogueira da Silva por 342 750$00.

Agosto, 15 — Toma posse do cargo de Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia o rev.º prof. doutor Júlio Fragata, S. J. Sucede o novo Reitor ao rev.º prof. doutor Bacelar de Oliveira, S. J., nomeado Vice-Reitor da Universidade Católica Portuguesa.

Agosto, 16 — No Seminário Carmelita do Sameiro, tem início o II Curso Nacional de Cultura e Formação Juvenil, organizado pela Mocidade Portuguesa, e que se prolongará até ao dia 30 de Agosto.

Agosto, 19 — Os restos mortais do antigo Governador Civil de Braga, tenente-coronel Armando Nery Teixeira, são trasladados para o Cemitério de Monte d'Arcos, segundo vontade expressa, em testamento, pelo ilustre finado, e para uma catacumba que a Mesa do Hospital de S. Marcos pôs, para o efeito, à disposição da família.

Agosto, 26 — A Câmara Municipal de Braga presta calorosa recepção aos participantes do 7.º Encontro Missionário — 400 professores e alunos-mestres das escolas do Magistério Primário. Após a sessão de cumprimentos nos Paços do Concelho, o Encontro é solenemente inaugurado pelo Senhor Arcebispo Primaz, na Igreja dos Congregados.

— A Câmara adjudica a obra de reparação da estrada municipal n.º 561, por 188 000$00.

Agosto, 30 — A R. T. P. transmitiu um concerto com obras do compositor e pianista bracarense Cândido Lima.

— O Adido da Imprensa da Embaixada da Alemanha Federal, dr. George Trefftz visitou Braga e o seu triângulo turístico.

Outubro, 13 — O III Encontro de Bibliotecários e Arquivistas, que em 10 deste mês se iniciou no Porto, tem a última sessão de trabalhos e a sua sessão de encerramento na Biblioteca Pública de Braga.

Outubro, 22 — O dr. Viriato José Amaral Nunes é reconduzido no cargo de Presidente da Câmara Municipal de Braga, cargo que vem exercendo desde o falecimento do dr. Francisco Araújo Malheiro.

Outubro, 23 — Na sede da Associação Jurídica de Braga, o prof. da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, prof. doutor Nelson de Sousa Sampaio, proferiu uma conferência cujo tema foi «O orçamento: proposta e evolução legislativa».

Outubro, 25 — O Conselho Municipal aprova o Plano de Actividades da Câmara para o ano de 1969, no qual estão previstos importantes melhoramentos.

— Parte para Paris, por via aérea, uma «caravana de saudade», na qual se integra o Sporting Clube de Braga, cuja finalidade é a de levar aos numerosos emigrantes portugueses aí existentes recordações da Pátria Mãe, e a certeza de que, mesmo distantes, continuam a constituir motivo de preocupação e interesse dos seus compatriotas. Esta simpática iniciativa deve-se ao Banco Português do Atlântico que, assim, completa as suas actividades puramente comerciais com as de sentido espiritual, afectivo e de alcance nacional.

Outubro, 31 — Realizou-se na Faculdade de Filosofia um espectáculo musical, constituído primordialmente por músicas religiosas. A interpretação esteve a cargo do trio «Hohner», que pela primeira vez se exibe em Braga. Compunham este famoso trio os três consagrados artistas Kurt Geluk, Egon Irgang e Helnz Marquardt, que se faziam acompanhar de instrumentos electrónicos.

Novembro, 9 — O Comandante Geral da Polícia de Segurança Pública, brigadeiro Tristão da Cunha Carvalhais, esteve em Braga em visita de cortesia. Na Palácio dos Falcões recebeu cumprimentos do Governador Civil, Presidente da Câmara e demais entidades oficiais.

Novembro, 16 — Por iniciativa da Câmara Municipal e da Delegação Bracarense da S. H. I. P., o escritor Luís Cajão proferiu uma conferência sobre «Música e músicos em alguns escritores portugueses», no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Novembro, 18 — Na sede da Legião Portuguesa, o rev.º dr. António Fernandes fez uma palestra sobre «A presença portuguesa no mundo». Seguidamente foi prestada homenagem ao major Rui Mendonça, Comandante Distrital daquele Organismo, e inaugurada uma exposição Ultramarina,

promovida pelo Gabinete de Estudos Político-Sociais.

Novembro, 22 — O ilustre catedrático brasileiro, prof. doutor Haroldo Valladão, é recebido nos Paços do Concelho pelo Presidente, Vice-Presidente e vereadores do Município, que lhe dispensaram carinhosa recepção. Em seguida o doutor Valladão visitou a Associação Jurídica e o Tribunal Judicial, onde foi recebido com manifestações de simpatia.

Novembro, 23 — A abertura do Ano Académico da Faculdade Pontifícia de Filosofia realizou-se com a maior solenidade. A ela presidiu o Ministro da Educação Nacional, dr. José Hermano Saraiva, tendo proferido a lição inaugural o ex.mo prof. doutor Leite Pinto que falou sobre o «Ensino Humanista dos Jesuítas».

Novembro, 29 — O dr. Francisco Pessoa Monteiro abandona, a seu pedido, o cargo de Governador Civil do Distrito de Braga.

— É nomeado para o cargo de Governador Civil do Distrito, vago pela saída do dr. Pessoa Monteiro, o comendador António Maria Santos da Cunha, que foi Presidente da Câmara Municipal de Braga durante 12 anos consecutivos, e onde realizou obra notável, deputado nas duas últimas legislaturas, Provedor da Santa Casa da Misericórdia e Hospital de S. Marcos e personalidade do maior relevo social e político da região. Figura de todos conhecida no Distrito, o comendador Santos da Cunha é dotado de raras qualidades que lhe permitem uma plena e total satisfação das exigências do seu novo cargo. A notícia da sua nomeação foi largamente festejada pelos seus numerosos amigos e admiradores.

Novembro, 30 — O prof. doutor Afonso Queiró, Director da Faculdade de Direito de Coimbra, proferiu, nos Paços do Concelho, uma notável conferência sobre «Actividades políticas e administrativas». Integrou-se esta manifestação cultural nas comemorações do 1.º de Dezembro, e foi promovida pela Câmara Municipal de Braga e pela Delegação da S. H. I. P.

Dezembro, 5 — Em autocarros, carros particulares e um comboio especial, parte para Lisboa a maior caravana bracarense que, em todos os tempos, se deslocou a Lisboa, constituída por milhares de pessoas, para assistirem à posse do novo Governador Civil do Distrito, o comendador António Maria Santos da Cunha.

Dezembro, 7 — O dr. João Salvini, Director do Centro de Saúde Mental de Braga, por iniciativa do I. N. T. P. e o Serviço de Reabilitação Profissional do Ministério das Corporações, profere uma conferência sobre «Psicopatologia do trabalho», no Grémio do Comércio de Braga.

Dezembro, 10 — O Ministro da Saúde e Assistência, dr. Lopo Cancela de Abreu, acompanhado do Director no Norte da A. N. T., dr. José Cabral, visitam as obras de construção do internato para diminuídos mentais da Creche de Braga.

Dezembro, 11 — Na entrada em exercício de suas novas funções, o novo Governador Civil de Braga é alvo de grandiosa manifestação de apoio e simpatia por parte das autoridades civis, militares e religiosas de todo o distrito, e ainda por parte de milhares de amigos e admiradores que para tal se deslocaram ao Palácio dos Falcões.

— Os restos mortais do valoroso sargento miliciano Daniel Nevaok Szabo, morto em combate na Província de Angola em 1966, repousam, desde hoje, no Cemitério do Monte d'Arcos. Daniel Szabo, antigo atleta do Sporting Clube de Braga, gozava no meio bracarense da maior estima e popularidade.

Dezembro, 18 — O novo Governador Civil do Distrito, comendador Santos da Cunha, visita oficialmente a Câmara Municipal de Braga, onde é alvo duma calorosa recepção, por parte da Edilidade, funcionários municipais, autoridades e muito povo.

Dezembro, 19 — O eng.º Alberto José Vale Rego Amorim, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga, é eleito Provedor da Santa Casa da Misericórdia e Hospital de S. Marcos, substituindo, no cargo, o comendador Santos da Cunha, actual Governador Civil do Distrito.

Ano de 1969

Janeiro, 10 — No Colégio da Regeneração, de que era director, faleceu o Vigário Geral da Arquidiocese, monsenhor Manuel Peixoto da Costa. O ilustre finado, figura respeitada pelas suas virtudes, contava 86 anos de idade.

Janeiro, 11 — Toma posse do cargo de Director da Escola Técnica de Braga o dr. António Losa Júnior.

Janeiro, 17 — Na Faculdade de Filosofia, tem início um curso especial sobre a encíclica «Humanae Vitae».

Janeiro, 21 — No anfiteatro da Faculdade de Filosofia, por iniciativa dos serviços culturais da Câmara Municipal e com a colaboração da Junta Distrital de Braga, realiza-se a cerimónia de abertura do «Curso de Introdução à Arqueologia».

Janeiro, 24 — A Junta Distrital de Braga adjudica por 2 922 540$00 a obra de conservação, restauro e adaptação do Palácio dos Biscaínhos a Museu de Etnografia, História e Arte Regional.

Janeiro, 27 — O prof. Gilberto Freyre, grande sociólogo brasileiro, inicia, na Faculdade de Filosofia, uma série de lições subordinadas ao tema geral: «Intelectuais em sociedades em transição».

Janeiro, 30 — O Chefe do Distrito, comendador Santos da Cunha, faz a entrega das insígnias da Comenda de Instrução Pública ao eng.º Jorge Segismundo Álvares Pereira de Lima, distinção que lhe fora concedida pelo Chefe de Estado, em atenção à maneira conscienciosa e inteligente como, durante tantos anos, dirigiu a Escola Técnica de Braga.

— É reeleita a Direcção da Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal da presidência do prof. Rafael de Barros Soeiro.

Fevereiro, 1 — O eminente sociólogo brasileiro prof. Gilberto Freyre é homenageado com um almoço pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga. Além do Chefe do Distrito e do Reitor da Faculdade de Filosofia participaram nesta homenagem altas individualidades.

Fevereiro, 2 — Na Sé Primacial Bracarense, realiza-se a cerimónia da posse do novo capitular, rev.º cónego dr. Carlos Martins, Pró-Vigário Geral da Arquidiocese.

Fevereiro, 3 — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Franco Nogueira, faz, no

salão medieval da Biblioteca Pública, uma exposição sobre «Política Ultramarina externa portuguesa».

Fevereiro, 5 — O Círculo de Cultura Musical promove, no salão nobre da biblioteca Pública, um concerto, em que actuou a pianista Tania Achot e o violinista Hyman Press.

Fevereiro, 15 — O Chefe do Distrito reuniu com os presidentes das câmaras do distrito, com os presidentes das comissões concelhias da U. N. e com o Delegado do I. N. T., para tratar de assuntos de natureza administrativa e política.

Fevereiro, 28 — Violento tremor de terra, registado por volta das 3 horas da madrugada, sacode a cidade de Braga, lançando o pânico entre os habitantes.

Março, 7 — O Conselho Municipal ratifica o relatório da gerência da Câmara do ano de 1968. O mesmo Conselho aprova um voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Câmara Municipal do Porto, dr. Nuno Pinheiro Torres, vítima dum desastre de automóvel ocorrido em 6 do corrente mês.

Março, 8 — O Ministro da Educação Nacional, dr. José Hermano Saraiva, visitou os estabelecimentos de ensino da cidade. À noite, no salão medieval da Biblioteca Pública, fez uma conferência sobre «Problemas da juventude», à qual se seguiu animado colóquio.

Março, 14 — A Delegação de Braga da Juventude Musical Portuguesa promoveu a projecção dum filme de ballet acompanhado de comentários, que agradou plenamente à numerosa assistência que encheu o Cinema S. Geraldo.

Março, 17 — Promovida pela Associação Jurídica de Braga, e com a colaboração da Direcção de Finanças do Distrito de Braga, o Director Geral das Contribuições e Impostos, dr. Vítor Faveiro, fez uma conferência sobre «Estrutura humanística de fiscalidade».

— A Câmara aprova por unanimidade uma proposta do seu Presidente, que apresenta um planeamento para a solução dos problemas de administração rural, propaganda turística de Braga e comemorações do centenário do nascimento de Gago Coutinho.

Março, 22 — Integrada nas comemorações do centenário do nascimento de Gago Coutinho, o coronel piloto-aviador José Pedro Correia profere, nos Paços do Concelho, uma conferência em que desenvolveu o tema: «Primeira travessia aérea do Atlântico Sul».

— No salão nobre da Biblioteca Pública, sob a Presidência do Chefe do Distrito, na presença do Senhor Arcebispo Primaz e das mais altas individualidades, é entregue ao jovem José Lima de Oliveira, de 11 anos, natural da freguesia de Esporões, do concelho de Braga, o prémio Vale-Flor, com que fora distinguido por feitos de coragem e sacrifício, para salvar duas crianças de tenra idade que corriam iminente perigo de morrer dentro duma casa pasto das chamas.

Março, 24 — A Câmara delibera abrir concurso para a obra de urbanização dos terrenos à volta do Conservatório Regional de Música e Escola de Iniciação de Arte — em adiantado estado de construção e aprova o projecto de urbanização à volta dos edifícios da Escola Preparatória do Ensino Secundário e do Pavilhão Gimnodes-

portivo. Delibera ainda oferecer uma cópia da cruz que serviu na primeira missa em terras brasileiras, com autorização do Cabido da Sé Primacial.

Março, 26 — O dr. João Maurício Salgueiro, natural da freguesia de S. Paio de Merelim, do concelho de Braga, é nomeado Subsecretário de Estado do Planeamento Económico.

Março, 29 — Por motivo da sua promoção a desembargador da Relação do Porto, o dr. Manuel Gonçalves Peixoto, ilustre magistrado, natural de Braga, é homenageado pelos seus amigos com um banquete.

— Integrada nas solenidades da Semana Santa, é inaugurada na Biblioteca Pública, pelo Senhor Arcebispo Primaz, uma esposição do pintor Luís de Campos.

Abril, 1 — O Chefe dos Serviços de Administração da «Bracara Augusta», sr. José Henrique Soares Pereira, é homenageado por profissionais da Imprensa, Rádio e Televisão, num restaurante de Leça da Palmeira. Tratando-se dum colega de trabalho que pelas suas qualidades e trato social se tem evidenciado, não fica mal sublinhar neste local o sentido de oportunidade e justiça da homenagem que lhe foi prestada.

Abril, 2 — Sob a presidência do Senhor Arcebispo Primaz, e com a presença das autoridades religiosas, civis e militares, procede-se, na Sé Primacial, à cerimónia da bênção da cópia da cruz que serviu na primeira missa celebrada em Terras de Santa Cruz, e que vai ser oferecida à basílica de Brasília.

Abril, 10 — Na Faculdade Pontifícia de Filosofia, inicia-se um curso intensivo de psicologia social, a cargo do prof. de Washington dr. Barranguero Orrego.

Abril, 15 — Completou 50 anos de publicação o jornal «Diário do Minho», órgão da Imprensa diária inquebrantável na defesa dos bens espirituais da fé católica da Arquidiocese Bracarense.

— A Delegação de Braga da Juventude Musical Portuguesa promove mais um concerto em que actua o famoso pianista brasileiro Fernando Lopes.

Abril, 19 — O Ministro das Corporações, prof. Gonçalves de Proença, visita na cidade departamentos dependentes do seu ministério. À noite, na Biblioteca Pública de Braga, fez uma exposição sobre «Problemática da política social portuguesa», seguida de debate, perante numerosa assistência.

Abril, 24 — 17 turistas russos, de grande representação nos planos políticos, militar, científico e artístico, visitam a cidade. A Câmara, por intermédio de dois vereadores, o dr. Egídio Guimarães e Evaristo Corais e do secretário particular do seu Presidente, Alberto Matos, apresenta-lhes cumprimentos e oferece-lhes um almoço num hotel do Bom Jesus. Regista-se a efeméride pelo que tem, se não de inédita, pelo menos de pouco vulgar.

Abril, 25 — O aspirante a alferes Francisco da Silva Pinto faz uma palestra, no Quartel do Pópulo, sobre «Portugal e o Ocidente». Esta palestra integra-se nas celebrações da Semana do Ultramar.

Maio, 3 — O Ministro das Obras Públicas, eng.º Rui Sanches, presidiu a uma reunião de trabalho com os presidentes das câmaras do distrito.

Maio, 17 — O Embaixador da África do Sul, dr. François Viljoen, visitou a cidade e

apresentou cumprimentos no Governo Civil e na Câmara Municipal.

Maio, 18 — Uma embaixada bracarense, da qual fazem parte os senhores Arcebispo Primaz e Presidente da Câmara, parte para o Brasil, a fim de participar nas cerimónias que se realizam em Brasília, e oferecerem ao Arcebispo desta cidade a cópia da cruz de frei Henrique de Coimbra, que serviu na *celebrada* primeira missa em terras de Santa Cruz.

Maio, 22 — O Orfeão de Braga actua num concerto que a Delegação de Braga da Juventude Musical Portuguesa promove na Biblioteca Pública.

Maio, 24 — O dr. Peixoto da Fonseca, prof. do Colégio Militar, profere, nos Paços do Concelho, uma conferência sobre «Panorama da literatura romena».

Junho, 4 — Integrado no XI Festival Gulbenkian de Música, realizou-se no Teatro Circo um concerto sinfónico sob a regência do maestro Silva Pereira.

Junho, 18 — O Bispo de Tijilava e Auxilar de Braga, Dom António Ribeiro, é nomeado Auxiliar do Patriarca de Lisboa.

Junho, 21 — No Teatro Circo, realiza-se a eliminatória da Canção do Mundo Celta.

Junho, 22 — É inaugurada oficialmente a II Exposição Agro-Pecuária do Norte, integrada nas Festas da Cidade. O importante certame encontra-se instalado no Parque da Ponte.

Julho, 23 — O Secretário de Estado de Informação e Turismo, dr. César Moreira Baptista, esteve em Braga para assistir às Festas de S. João, este ano integradas nas «Festas da Primavera» — uma iniciativa do departamento de Estado que dirige.

Julho, 7 — O Presidente do Cabido e Reitor do Seminário Conciliar, monsenhor Mouta Reis, é homenageado no seu 80.º aniversário natalício pelas mais altas individualidades citadinas, e pelos seus numerosos amigos e admiradores de toda a Arquidiocese.

Julho, 7 — A Câmara resolve contrair, na Caixa Geral de Depósitos, um empréstimo de 16 mil contos, para obras de abastecimento de águas.

Julho, 8 — O Ministro da Saúde e Assistência, dr. Lopo de Carvalho Cancela de Abreu, visitou na cidade estabelecimentos de assistência e hospitalares, dependentes do seu Ministério, e inteirou-se das suas necessidades.

— O coronel Augusto Leonardo Neves, por delegação do Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, dr. Melo e Castro, empossou a Comissão Distrital de Braga desse Organismo, à qual preside.

Julho, 14 — O eng.º Alberto José Vale Rego Amorim, Provedor da Santa Casa e Hospital de S. Marcos ,é eleito para o Conselho da Corporação da Assistência.

Julho, 16 — O Secretário de Estado dos Transportes da Holanda visitou a cidade de Braga.

Julho, 19 — Jerónimo de Castro, Chefe de Redacção do diário bracarense «Correio do Minho» e escritor de largos recursos, é distinguido com um prémio literário, integrado no IV Encontro da Imprensa Regional de Aquém-Douro.

Julho, 20 — O dr. Augusto Ângelo Soares da Silva (Tito), Presidente do Aero-Clube de Braga, é homenageado por várias instituições citadinas que tem servido com a força do seu entusiasmo.

Julho, 24 — Realizou-se na Associação Jurídica de Braga uma sessão de estudo sobre a «Reforma das sociedades por quotas», tema desenvolvido pelo professor catedrático dr. Raul Ventura, da Faculdade de Direito de Lisboa.

Julho, 28 — O comendador António Augusto Nogueira da Silva, grande benemérito de Braga, pôs à disposição das Conferências Vicentinas três mil contos, para construção imediata de mais 42 moradias para pobres, no bairro que tem o seu nome, sito na Mata dos Arcebispos.

Julho, 30 — Vindo de Lisboa, poisou no aeródromo de Palmeira, pela primeira vez, um táxi aéreo. Transportava o dr. José Guilherme de Melo e Castro, Presidente da Comissão Executiva da U. N.

Agosto, 4 — A Câmara Municipal de Braga delibera mandar fazer reparações na estrada municipal 562 e calcetar a cubos a R. Gabriel Pereira de Castro, obras estas que orçam respectivamente por 600 231$00 e 545 893$00.

Agosto, 6 — Na sede da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa, é assinado o contrato do empréstimo de 16 mil contos à Câmara de Braga, para renovação da rede de abastecimento de água.

Agosto, 7 — No dia de S. Marçal, padroeiro dos soldados da paz, as corporações dos bombeiros de Braga comemoraram o «Dia do Bombeiro» com diversas solenidades, procedendo ao baptismo duma nova viatura para os Bombeiros Voluntários.

Agosto, 18 — Completou hoje 100 anos de existência o Instituto Monsenhor Airosa, fundado em 18-8-1869 pelo padre João Ferreira Airosa com o nome de «Casa Abrigo», mais tarde mudado para «Colégio da Regeneração» (1874). Para assinalar a efeméride, a direcção desta prestimosa Instituição que, por provisão do senhor Arcebispo Primaz e despacho do Senhor Ministro da Saúde e Assistência, de Junho próximo passado, passou a denominar-se «Instituto Monsenhor Airosa», vem promovendo várias cerimónias.

Agosto, 20 — Iniciou-se hoje nesta cidade, e termina no dia 23, um Curso-Simpósio de Emigração.

Agosto, 28 — O cardeal Maximiliano Furstenberg, delegado de Sua Santidade o Papa Paulo VI às cerimónias de inauguração do Centro Apostólico do Sameiro, é recebido oficialmente nos Paços do Concelho.

Agosto, 29 — O Centro Apostólico «Mater Ecclesiae», construído no Sameiro para assinalar o I centenário do Santuário, ocorrido em 1964, foi hoje solenemente inaugurado. Presidiu à cerimónia o cardeal Maximiliano Furstenberg, delegado de Sua Santidade o Papa Paulo VI, e teve a presença dos prelados de quase todas as dioceses da Metrópole. Integrado nas cerimónias da inauguração teve início um Simpósio de Estudos Mariológicos cuja sessão inaugural se realizou nas instalações do Centro Apostólico.

— O novo Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte visita oficialmente a cidade, apresentando cumprimentos no Governo Civil e Câmara Municipal

— O Presidente do Conselho de Ministros, Professor Doutor Marcello Caetano em visita particular ao norte do País, passa em Braga, onde lhe é dispensada entusiástica recepção. Depois de visitar o Hospital de S. Marcos, a Faculdade de Filosofia e a Creche de Braga, o Chefe do Governo seguiu para Guimarães.

Agosto, 30 — Num dos hotéis do Bom Jesus, o Chefe do Distrito dá um almoço em honra dos ilustres purpurados que participaram nas cerimónias da inauguração do Centro Apostólico do Sameiro.

— No palacete do comendador Nogueira da Silva, o senhor Arcebispo Primaz dá uma recepção em honra do cardeal Furstenberg e demais prelados presentes às solenidades da inauguração do Centro Apostólico do Sameiro.

Agosto, 31 — Para encerramento das festas de inauguração do Centro Apostólico do Sameiro, realizou-se grandiosa peregrinação a esse santuário. A missa campal foi celebrada pelo Cardeal Patriarca de lisboa, dom Manuel Gonçalves Cerejeira, tendo-se o Governo feito representar pelos Subsecretários de Estado das Obras Públicas e do Trabalho e Previdência.

Setembro, 4 — Os congressistas da Nato, reunidos desde há dias na cidade do Porto, visitam Braga, e são homenageados pelo Chefe do Distrito e pelo Presidente da Câmara com um jantar no Bom Jesus.

Setembro, 8 — A Câmara aprova o plano de actividades e projecto do seu orçamento para o próximo ano.

Outubro, 11 — O Ministro do Interior, dr. Gonçalves Rapazote, preside em Braga a uma reunião de trabalho com os presidentes e vice-presidentes das câmaras do Distrito.

Outubro, 18 — A empresa industrial bracarense «Saboaria e Perfumaria Confiança» celebra os seus 75 anos de existência.

Outubro, 29 — O Vereador da Câmara, sr. Manuel da Silva Vilaverde, e o Conselheiro Municipal, sr. Fernando da Costa Vilaça, dois devotados bairristas que tão ùtilmente têm servido os interesses da cidade e da Igreja, são agraciados pelo Santo Padre com a Comenda de S. Gregório Magno.

Novembro, 3 — A Câmara Municipal de Braga aprova, na sua reunião de hoje, um voto de congratulação pelo civismo com que decorreu o último acto eleitoral de 26 de Outubro findo.

Novembro, 6 — O prof. da Faculdade de Ciências da Universidade de Roma, dr. Sérgio Beer, proferiu, nos Paços do Concelho, uma conferência sobre «O contributo da Ciência para a História da Civilização».

Novembro, 8 — O urbanista brasileiro, eng.º Marivaldo de Matos faz uma conferência no salão nobre da Câmara Municipal, sobre «Brasília: aspecto da situação energética do Brasil».

Novembro, 13 — A Câmara louva vários funcionários dos Serviços Municipalizados e, de modo especial, o seu Director, eng.º Joaquim da Costa Vieira, pela competência e qualidades de trabalho que têm revelado.

Novembro, 29 — Promovida pela Câmara Municipal e pela Delegação Bracarense da S. H. I. P., integrada nas comemorações do 1.º de Dezembro, no salão nobre dos Paços do Concelho, o dr. Fernando de Castro Pires de Lima profere notável conferência sobre o tema: «Variações sobre um tema da História».

Dezembro, 5 — Em cerimónia de grande projecção e muito concorrida, o comendador António Maria Santos da Cunha é cumprimentado no primeiro aniversário da sua investidura como Chefe do Distrito.

Dezembro, 7 — O Director Artístico do Grupo Folclórico dr. Gonçalo Sampaio, prof. Joaquim Cândido da Mota Leite, é homenageado. A cerimónia decorreu com muito brilho no salão de festas da Delegação da F. N. A. T., e registou a presença de altas individualidades.

Dezembro, 16 — O Chefe do Distrito preside a uma confraternização de nacionalistas, no salão de festas da F. N. A. T., que reúne centenas de indivíduos.

Dezembro, 20 — Pelo Chefe do Distrito e Presidente da Câmara é inaugurada a electrificação pública e particular das freguesias de Santo Estêvão de Penso e S. Pedro de Escudeiros.

ÍNDICE

do volume XXIII

Sumário do Fascículo 56 (68)

JULHO-DEZEMRO DE 1969

In Memoriam	Da Redacção	4
Santo André de Rendufe — Subsídios para a História da sua Igreja no Século XVIII	Robert C. Smith	7
O Mosteiro de Rendufe (1090-1570)	Dr. J Mattoso	45
Panorama da Literatura Romena	Dr. Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca	107
Quem habitou o Palacete do Raio?	Dr. M. Braga da Cruz	125
Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo	Dr. Domingos de Araújo Affonso	129
Duas gerações	A. Álvaro Dória	146
Preservação dos valores espirituas perante o progresso da Ciência e da Técnica	Prof. Doutor Francisco Guerra	181
O escritor e o leitor	António de Sèves Alves Martins	190
Prof. Georges Gaillard — In Memoriam	Da Redacção	196
Arquivo Municipal	Da Redacção	199
Efemérides	Da Redacção	207

A REVISTA «BRACARA AUGUSTA»

A Câmara Municipal de Braga, desde 1935, vem editando, como seu órgão cultural, uma publicação de carácter arquivístico e erudito que com o presente fascículo alcança já 68 números, repartidos em 23 volumes.

A primeira série, de 1935 a 1945 (fascículos 1 a 11) publicou-se sob a direcção de J. Constantino Ribeiro Coelho, com o título de **Boletim do Arquivo Municipal.**

A segunda série, 1949 (fasciculos 12 e 13), já na presidência de António Maria Santos da Cunha, e enquadrada num vasto programa de política cultural, sob a direcção do Dr. Sérgio da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho, apareceu com a denominação de **Braga — Boletim do Arquivo Municipal.**

Estas duas séries formam o 1.º volume do órgão cultural camarário.

A terceira série é constituida pela Revista Cultural **Bracara Augusta,** hoje sob a direcção do Dr. Egídio Amorim Xavier de Sousa Guimarães e Francisco Pereira de Bacelar Ferreira.

Os coleccionadores que porventura só puderam obter os volumes do órgão cultural camarário, a partir do II volume, podem considerar a sua colecção completa em relação à Revista **Bracara Augusta.**

——— /// ———

CAPAS PARA «BRACARA AUGUSTA»

Para encadernar a Revista «Bracara Augusta» há capas próprias, de percalina, ou de carneira, que podem ser pedidas à *Livraria Cruz. Rua D. Diogo de Sousa, Braga.*

A fim de não diminuir o valor bibliográfico da Colecção, recomendamos aos possuidores da «Bracara Augusta» que, sempre que a façam encadernar, dêem instruções aos artífices para conservarem as capas originais, reunindo-as por ordem no final do volume, ou de outro modo que prefiram. A falta deste elemento cerceia o valor bibliográfico das colecções.

PEDE-SE PERMUTA

——— /// ———

REVISTAS DE CULTURA PUBLICADAS EM BRAGA:

Alma — Revista de Espiritualidade Franciscana.
Bracara Augusta — Revista de História e Regionalismo.
Itinerarium — Revista de Cultura.
Revista Portuguesa de Filosofia — Revista da Faculdade de Filosofia de Braga.
Scientia Ivridica — Revista Portuguesa e Brasileira, órgão da Associação Juridica de Braga.
Theologica — Revista de Estudos Eclesiásticos.
O Distrito de Braga — Boletim Cultural de Etnografia e História da Junta Distrital